



FAMA

Faculdade Metropolitana de Anápolis

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO – PPC
DIREITO**

3º EDIÇÃO

ANÁPOLIS – GO

INSTITUTO METROPOLITANO DE EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA
FACULDADE METROPOLITANA DE ANÁPOLIS – FAMA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO – PPC DIREITO

3º EDIÇÃO

ANÁPOLIS – GO
2023

ADILSON GERALDO DE OLIVEIRA JUNIOR
Presidente do Conselho Pedagógico – COP

ADILSON GERALDO DE OLIVEIRA JUNIOR
Diretor Geral

WALLACE NASCIMENTO PORTILHO DE FARIA
Diretor de Relacionamentos

DOUGLAS HENRIQUE PEREIRA LIMA
Diretor Financeiro

REINAN DE OLIVEIRA DA CRUZ
Procurador Institucional e Secretário Acadêmico

RODRIGO NASCIMENTO PORTILHO DE FARIA
Coordenador Acadêmico

ELAINE FERREIRA DE OLIVEIRA
Coordenadora de Estágios

KARINY PEREIRA RAMIRO
Coordenadora de Recursos Humanos

LUISA SAHIUM
Gerente de Marketing

CHRISTIANI LOURDES MELO NEWAR
Bibliotecária

GETÚLIO GOMES JUNQUEIRA
Coordenador da Comissão Própria de Avaliação – CPA

RENATA BRANDÃO
Coordenadora de Laboratórios

SAMUEL SANTOS E SILVA
Coordenador de Curso

LOUISE RAMIRO DA COSTA
Coordenador de Curso Adjunto

AQUILA RAIMUNDO PINHEIRO LIMA
ELAINE FERREIRA DE OLIVEIRA
EMERSON ADRIANO SILL
LOUISE RAMIRO DA COSTA
SAMUEL SANTOS E SILVA
Núcleo Docente Estruturante – NDE

AUTORES

REINAN DE OLIVEIRA DA CRUZ
SAMUEL SANTOS E SILVA
LOUISE RAMIRO DA COSTA

ORGANIZADORES

AQUILA RAIMUNDO PINHEIRO LIMA
EMERSON ADRIANO SILL
ELAINE FERREIRA DE OLIVEIRA
RODRIGO NASCIMENTO PORTILHO DE FARIA

3º Edição – setembro de 2023.

AVISO LEGAL

Este documento pode conter informações confidenciais e/ou privilegiadas. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber este documento, não deve usar, copiar ou divulgar as informações contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações.

Ficha Catalográfica

F143p Faculdade Metropolitana de Anápolis – FAMA.
Projeto Pedagógico do Curso de Direito. FAMA – 2023. / Faculdade Metropolitana de Anápolis – FAMA. **Autores:** 1. Reinan de Oliveira da Cruz 2. Samuel Santos e Silva. 3. Louise Ramiro da Costa.
249 p.

Formato: PDF
ISBN: 978-65-00-83443-7

1. Projeto Pedagógico do Curso de Direito. 2. Ensino Superior. 3. PPC. I. Reinan de Oliveira da Cruz. II. Samuel Santos e Silva. III. Louise Ramiro da Costa. IV. Faculdade Metropolitana de Anápolis – FAMA. V. Projeto Pedagógico do Curso - PPC. FAMA. 2023. V. 03

CDU – 34:378.147

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca – FAMA – GO
Bibliotecária: Christiani Lourdes Melo Newar – Faculdade FAMA | CRB-1 3603.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 PERFIL INSTITUCIONAL	11
2.1 DADOS INSTITUCIONAIS	11
2.2 HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO	15
2.3 CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO	17
2.3.1 AS CARACTERÍSTICAS DO ESTADO DE GOIÁS E DA CIDADE DE ANÁPOLIS.....	17
2.3.2 DEMOGRAFIA E O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH DE GOIÁS E ANÁPOLIS.....	18
2.3.3 DISTRITO AGROINDUSTRIAL DE ANÁPOLIS – DAIA	20
2.3.4 PORTO SECO	21
2.4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	22
2.4.1 POLÍTICAS DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	24
2.4.2 POLÍTICA E PRÁTICAS DE PESQUISA E/OU INICIAÇÃO CIENTÍFICA, DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL.....	26
2.4.3 POLÍTICAS DE EXTENSÃO.....	28
2.4.4 POLÍTICAS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU	30
2.4.5 POLÍTICAS DE DIFUSÃO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA	31
2.4.6 POLÍTICAS DE GESTÃO	32
2.4.7 RESPONSABILIDADE SOCIAL	33
2.4.8 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ACESSIBILIDADE.....	37
2.4.9 POLÍTICAS PARA DIVERSIDADE, MEIO AMBIENTE, MEMÓRIA CULTURAL, PRODUÇÃO ARTÍSTICA E PATRIMÔNIO CULTURAL.....	46
2.4.10 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	49
2.4.11 INCLUSÃO SOCIAL	51
2.4.12 EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.....	53
2.4.13 POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS	53
2.4.14 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	53
2.4.15 POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL.....	54
2.4.16 COMPROMISSO COM VALORES MORAIS E ÉTICOS	54
3 PERFIL DO CURSO	56
3.1 BASE LEGAL DO CURSO	59
3.2 JUSTIFICATIVA DO CURSO	61
3.3 FORMA DE ACESSO AO CURSO	64
3.3.1 VESTIBULAR	65
3.3.2 EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO – ENEM	65
3.3.3 PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – PROUNI.....	65
3.3.4 TRANSFERÊNCIA	65
3.3.5 PORTADOR DE DIPLOMA.....	66
3.4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	66

3.4.1	POLÍTICA INSTITUCIONAL DE EXPANSÃO.....	69
3.4.2	IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES NO PDI.....	69
3.4.3	IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO.....	70
3.5	OBJETIVOS DO CURSO	72
3.5.1	OBJETIVO GERAL.....	73
3.5.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	73
3.6	PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....	74
3.7	HABILIDADES E COMPETÊNCIAS DO CURSO.....	77
3.8	PROPOSTA CURRICULAR	79
3.8.1	PRINCÍPIOS CURRICULARES.....	81
3.9	ESTRUTURA CURRICULAR	83
3.9.1	MATRIZ CURRICULAR	86
3.9.2	CONTEÚDOS CURRICULARES.....	91
3.9.3	EMENTAS E BIBLIOGRAFIA.....	99
3.10	METODOLOGIA DE ENSINO	99
3.10.1	APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS OU CASOS.....	102
3.10.2	APRENDIZAGEM EM PEQUENOS GRUPOS DE MONITORIA	104
3.10.3	APRENDIZAGEM ORIENTADA PARA A COMUNIDADE.....	104
3.10.4	APRENDIZAGEM ATIVA	105
3.10.5	APRENDIZAGEM MEDIADA POR TECNOLOGIA.....	107
3.11	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	109
3.12	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	112
3.13	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC).....	117
3.14	ATIVIDADES DE EXTENSÃO	120
3.15	APOIO AO DISCENTE.....	123
3.15.1	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA	124
3.15.2	PROGRAMA DE ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA, INSTRUMENTAL, COMUNICACIONAL E DIGITAL	125
3.15.3	PROGRAMA DE MONITORIA	127
3.15.4	PROGRAMA DE NIVELAMENTO	127
3.15.5	PROGRAMA DE ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS.....	129
3.15.6	NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO – NAP	130
3.15.7	PROGRAMA DE INCENTIVO PARA PARTICIPAÇÃO EM CENTROS ACADÊMICOS, ATLÉTICAS E LIGAS ACADÊMICAS	131
3.15.8	PROGRAMA DE INTERCÂMBIOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS.....	133
3.15.9	PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	134
3.15.10	PROGRAMA DE BOLSAS.....	135
3.15.11	PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIBIC	137
3.15.12	PROGRAMAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	138
3.16	GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA	140
3.16.1	GESTÃO DO CURSO.....	140

3.16.2 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	140
3.16.3 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA	143
3.17 ATIVIDADES DE TUTORIA	145
3.17.1 PROFESSOR/TUTOR	148
3.18 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA	153
3.18.1 EXERCÍCIO DA TUTORIA	154
3.18.2 HABILITAÇÕES E EXPERIÊNCIA DOS TUTORES	154
3.18.3 ATIVIDADES EXERCIDAS PELOS TUTORES	155
3.19 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	157
3.20 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)	160
3.21 MATERIAL DIDÁTICO	163
3.22 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM	164
3.22.1 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM INSTITUCIONAL	166
3.22.2 AVALIAÇÕES DE APRENDIZAGEM	167
3.23 NÚMERO DE VAGAS	169
4 CORPO DOCENTE E TUTORIAL	173
4.1 PERFIL DO CORPO DOCENTE	173
4.1.1 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DOS PROFESSORES E TUTORES	174
4.1.2 POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO E PLANO DE CARREIRA DO CORPO DOCENTE E DE TUTORES	175
4.1.3 CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO	176
4.1.4 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO	178
4.1.5 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE	178
4.1.6 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR	179
4.1.7 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	179
4.1.8 EXPERIÊNCIA, TITULAÇÃO E FORMAÇÃO NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	180
4.2 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE.	181
4.2.1 ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO NDE	181
4.2.2 COMPOSIÇÃO E TITULAÇÃO DO NDE	182
4.3 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR	183
4.4 COORDENAÇÃO DO CURSO	185
4.4.1 ATUAÇÃO E COMPETÊNCIAS DO COORDENADOR	186
4.4.2 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DE CURSO	187
4.5 COLEGIADO DE CURSO	189
4.6 INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADORES DE CURSO	191

4.7 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA....	192
5 INFRAESTRUTURA	194
5.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL	194
5.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR	195
5.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES	195
5.3.1 SALA DE APOIO AOS PROFESSORES.....	196
5.4 SALAS DE AULA	196
5.5 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.....	197
5.6 BIBLIOTECA.....	198
5.6.1 SERVIÇOS E ACERVO	198
5.6.2 BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS E COMPLEMENTARES	199
5.6.3 PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS.....	200
5.6.4 BIBLIOTECA VIRTUAL.....	201
5.7 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS	201
5.7.1 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA	202
5.7.2 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	203
5.8 NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS: ATIVIDADES BÁSICAS E ARBITRAGEM, NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ATIVIDADES JURÍDICAS REAIS	205
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	208
ANEXO 01 - EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA.....	210

1 INTRODUÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso – PPC de Graduação em Direito constitui-se em importante ferramenta de gestão educacional. É elaborado por meio de elementos que demonstram todo o planejamento e desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem e apresenta a concepção, finalidade, organização curricular e outras informações pertinentes às diretrizes curriculares estabelecidas para o curso.

O Curso de Direito da FAMA, ao mesmo tempo em que alicerça a base técnico-científica necessária à execução das atividades do Direito, cria estímulos à imaginação e a criatividade de seus alunos, de modo a que saibam exercitar o raciocínio lógico e analítico, despertando-lhes, inclusive, a compreensão da necessidade de contínuo aperfeiçoamento profissional.

O profissional do direito é o responsável pela aplicação dinâmica do ordenamento jurídico pátrio, dentro das mais variadas áreas de atuação relacionadas às carreiras jurídicas. Para isso, sua formação deve ser planejada e executada considerando-se as amplas possibilidades de exercício profissional nesse campo, desde a atuação como advogado, figura indispensável à administração da justiça, na defesa direta dos direitos e interesses de seus representados, na advocacia pública ou privada, até mesmo em outras carreiras de Estado.

Para tanto, o curso de graduação em Direito deverá assegurar, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanística e axiológica, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania.

A formação profissional do Direito deve afastar-se do excessivo formalismo e apego aos modelos e sistemas legais. Para tanto, deve ser ajustada às novas perspectivas e necessidades do mercado de trabalho, sendo assegurado na academia o pleno exercício de sua cidadania e o respeito pelos seus iguais. Essa formação deve habilitá-lo, pois, a pensar e a produzir, tomando plena consciência de sua responsabilidade de atuação social no campo das ciências jurídicas.

Enfim, o PPC do Curso de Graduação em Direito tem um delineamento didático pedagógico compatível e integrado ao Plano de Desenvolvimento Institucional, curricular e metodológico dos diversos cursos oferecidos pela FAMA. O principal diferencial deste projeto pedagógico é a reformulação da filosofia de formação do profissional do Direito que busca adotar uma formação compatível com as atuais necessidades do mercado de trabalho, bem como às exigências de mobilidade interna e externa, sugeridas e incentivadas pelo MEC.



2 PERFIL INSTITUCIONAL

No ano de 2014, a Faculdade Metropolitana de Anápolis – FAMA iniciou um processo de densidade significativa na sua estrutura organizacional. Este processo se iniciou a partir da mantenedora, onde a constituição societária foi mudada, passando para o controle integral da família Oliveira.

A partir desta alteração no quadro societário, algumas mudanças foram realizadas no âmbito da mantida. Desde alterações de cunho gerencial e processual até em nível de estrutura organizacional.

Para a construção deste aditivo de PDI, todos os gestores e setores da IES foram envolvidos, partindo do princípio da democracia, transparência, ética e respeito.

A metodologia utilizada que norteou esta construção tomou como base a ampla participação com a realização de reuniões setoriais em nível das áreas acadêmica e técnica-administrativa. Houve também o envolvimento de toda a comunidade acadêmica, desde os alunos, professores e a sociedade civil.

A mantenedora teve papel fundamental nesta construção, apoiando todos os processos e indicando as principais estratégias que orientaram este documento.

2.1 DADOS INSTITUCIONAIS

A Faculdade Metropolitana de Anápolis – FAMA tem como mantenedor o Instituto Metropolitano de Educação e Cultura Ltda – IMEC, CNPJ 08.814.347/0001-80, que é pessoa jurídica de direito privado, com finalidades educacionais, sendo fundado em 11 de maio 2007.

Tanto o mantenedor quanto a IES estão localizados na Avenida Fernando Costa, nº 49, Vila Jaiara, CEP 75.064-760, Anápolis-GO. O IMEC está registrado na Junta Comercial do Estado de Goiás NIRE nº 52202396595. A FAMA tem credenciamento por meio da Portaria MEC nº 338 de 2010 publicada no DOU em 25/03/2010 e credenciamento publicado na Portaria MEC nº 527/2016 (DOU – 22/06/2016). Em 2019 a instituição submeteu pedido de renovação do credenciamento institucional junto ao INEP/MEC por meio do processo no 201927746, em tramitação, demonstrando que a instituição está de acordo com as

normativas estabelecidas pelo Ministério da Educação, e atuando na promoção de ensino de qualidade.

Tabela 01. Dados da Mantenedora

Instituto Metropolitano de Educação e Cultura Ltda – IMEC	
Razão Social	Instituto Metropolitano de Educação e Cultura Ltda – IMEC
Código da Mantenedora	3550
Representante Legal	Adilson Geraldo de Oliveira Júnior
E-mail	adilson.junior@faculdadefama.edu.br
Endereço	Avenida Fernando Costa nº 49, Vila Jaiara
Cidade	Anápolis – GO CEP: 75.064-780
Telefone/FAX	(62) 3310-0000
Inscrição Municipal	56990
CNPJ	08.814.347/0001-80
Categoria Administrativa	Pessoa Jurídica de Direito Privado com Fins Lucrativos - Sociedade Civil
Junta Comercial	7ª Alteração Contratual na Junta Comercial do Estado de Goiás – JUCEG, NIRE nº 52202396595 por despacho em 13/08/2019

Fonte: FAMA (2023)

A FAMA está sediada no município de Anápolis com população de 391.772 habitantes (IBGE, 2020) e com área territorial de 934.146 km². Está inserida no contexto da mesorregião do Noroeste da microrregião de Anápolis, fazendo divisa com os Estados do Distrito Federal, Tocantins, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Bahia.

Tabela 02. Dados da Mantida

Faculdade Metropolitana de Anápolis – FAMA	
Nome Mantida	Faculdade Metropolitana de Anápolis – FAMA
Código da Mantida	11.544
Endereço	Avenida Fernando Costa nº 49, Vila Jaiara
Cidade	Anápolis - GO CEP 75.064-780
Telefone/FAX	(62) 3310-0000
Diretor Geral	Adilson Geraldo de Oliveira Júnior
e-mail	adilson.junior@faculdadefama.edu.br
Diretor Financeiro	Douglas Henrique Pereira Lima
e-mail	douglas.lima@faculdadefama.edu.br
Procurador Institucional	Reinan de Oliveira da Cruz
e-mail	reinan.cruz@faculdadefama.edu.br
Site institucional	http://www.faculdadefama.edu.br/

Fonte: FAMA (2023)

A cidade de Anápolis está a 48 km da capital, Goiânia, por meio de pista duplicada da BR-153, que liga a cidade ao sul e ao norte do país. Ainda conta com as rodovias federais BR-060, que liga Anápolis a Brasília por meio de pista dupla e BR-

414, que liga Anápolis à Brasília por meio de Corumbá de Goiás, e a rodovias estaduais GO-222 em direção a Nerópolis e GO-330 em direção para Leopoldo de Bulhões. Este entroncamento, pode ser considerado uma das maiores ligações rodoviárias do país, estando a pouco mais de 130 km da Capital Federal.

Pela facilidade de deslocamento da população residente no entorno da cidade de Anápolis, faz parte da área de atuação da FAMA os municípios de Araçu, Brazabranes, Campo Limpo de Goiás, Caturaí, Damolândia, Heitorá, Inhumas, Itaberaí, Itaguari, Itaguaru, Itauçu, Jaraguá, Jesúpolis, Nova Veneza, Ouro Verde de Goiás, Petrolina de Goiás, Santa Rosa de Goiás, São Francisco de Goiás, Taquaral de Goiás perfazendo uma população de aproximadamente 232.570 habitantes (IBGE, 2020).

A grande população atendida por esta instituição (FAMA) pode ser justificada pelo fato de estar localizada no centro do Brasil, mais precisamente no Estado de Goiás, um dos Estados com maior poder de atração de investimentos no país. Em se tratando das atividades agrícolas e pecuárias, Anápolis é formada por pequenas propriedades agrícolas (minifúndios), sendo que a maior parte das propriedades possui até 100 hectares. Atualmente os principais produtos agrícolas manejados na região são soja, arroz, milho e feijão. A horticultura é bastante desenvolvida e a fruticultura, que tem recebido fortes incentivos, está em franca expansão. A pecuária tem como ponto forte o rebanho bovino, representando 90% da atividade, composto principalmente por gado leiteiro de raças especializadas.

Além das atividades agropecuárias, a produção industrial vincula-se às riquezas econômicas da região e por isso predomina a agroindústria. Destacam-se em Anápolis as indústrias alimentícias, cerâmicas, de bebidas, alcoleira, de torrefação de café, confecções, calçados, chapéus, casas pré-fabricadas e papel. Outras indústrias não ligadas à agroindústria são as de baterias, serralherias, transformadores, produtos de limpeza, estrutura metálicas, recapagem de pneus, artefatos de cimento amianto, colchões e artigos metalúrgicos. Uma área que se destaca na região de Anápolis é o Polo Químico-Farmacêutico sendo o segmento industrial em maior crescimento no município.

Como toda região, possui além das diversas atividades predominantes no Estado de Goiás o desenvolvimento do comércio relacionado com a história da cidade,

que remonta ao seu surgimento, como ponto de descanso de tropeiros. O comércio local se concentra em atividades atacadistas e varejistas e com um setor de prestação de serviços bem desenvolvido, que atende também a população local e toda a região do Vale do São Patrício (ao Norte), do entorno de Brasília e Distrito Federal (a Nordeste), região Metropolitana de Goiânia (ao Sul), região da Estrada de Ferro (a Sudeste), a toda região Oeste até a fronteira com o Estado do Mato Grosso, além de boa parte do Estado do Tocantins, com quem guarda íntimos laços históricos e culturais. Destacam-se também os serviços de transportes, médico e odontológico, bancário, educacional em todos os níveis, assistência técnica elétrica e eletrônica, decoração, comunicações, conservação e vigilância.

Estes dados demonstram que o Estado de Goiás se destaca pela localização privilegiada com bom clima e belezas naturais e pela população hospitaleira que valoriza a cultura e as tradições, caminhando assim, para o desenvolvimento econômico.

Visando contribuir para todo este desenvolvimento do Estado, a FAMA tem como missão “Promover o desenvolvimento integral da pessoa humana e sociedade, atuando nas diversas áreas do conhecimento, por meio da educação responsável, qualidade, inovação, sustentabilidade e ética”.

A Instituição de Ensino Superior (IES) prioriza as suas ações fundamentais na integração de todas as atividades acadêmicas da Instituição, corporificada pelas ações sinérgicas de seus diferentes órgãos e setores, sendo considerada pré-requisito para o alcance da qualidade pretendida no ensino, na pesquisa e na extensão e com linhas de atuação voltadas para o ensino de bacharelados, tecnólogos e licenciaturas, na modalidade presencial e com pleito para a modalidade EaD.

Os objetivos da FAMA estão concentrados em oferecer aos seus educandos uma sólida base de conhecimentos, conceitos, posturas e práticas profissionais de maneira a capacitar os estudantes ao desenvolvimento de suas habilidades e competências. Neste sentido, a FAMA forma cidadãos com habilidades e maturidade para o mercado de trabalho, sendo uma instituição aberta e transparente com canais de manifestação livres de todas as correntes do pensamento em clima de liberdade, responsabilidade e respeito aos direitos individuais e coletivos.

Portanto, a FAMA contribui para o processo de desenvolvimento regional, pois, oferece àqueles que vão em busca de um aprendizado de qualidade a oportunidade de se tornarem profissionais competentes e competitivos de acordo com o perfil do trabalhador e com foco nas demandas regionais.

A FAMA define-se a partir de sua própria vocação, a qual se dirige para a integração e o desenvolvimento da comunidade local, da cidade, da região e, também, em nível nacional. O que se pretende é que a Instituição seja cada vez mais inovadora inserida em seu contexto histórico e geográfico e conhecedora profunda da realidade e dos problemas que a envolvem, sem, no entanto, desconsiderar as questões nacionais e internacionais.

Em consonância com sua Missão, a FAMA estabeleceu como finalidades complementares ao seu Projeto Institucional um conjunto de ações que visa a:

- I. Concretizar a interação da FAMA com os segmentos da sociedade, por meio de programas de ensino, de pesquisa e de extensão;
- II. Estimular o intercâmbio direto e sistemático entre as diversas ciências, áreas do saber e disciplinas, a fim de assegurar o caráter multidisciplinar na organização dos projetos pedagógicos;
- III. Aperfeiçoar o desempenho das funções básicas de uma Instituição de Ensino Superior, por meio de programas permanentes de qualificação docente e técnico-administrativa; e,
- IV. Assumir sua responsabilidade local e regional sem, no entanto, se ausentar das questões mais amplas.

Nesse sentido, a FAMA desenvolve os Projetos Pedagógicos dos Cursos definindo como fundamental a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, bem como o atendimento à universalidade de campo de saber e à formação de profissionais criativos e intelectualmente independentes.

2.2 HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO

A FAMA foi criada em decorrência de estudos realizados em âmbito municipal e regional, e em 2007, os sócios fundadores observaram que havia necessidade de uma nova Instituição de Ensino Superior no município de Anápolis. A demanda

crescente por desenvolvimento econômico, cultural e social impulsionou a criação de uma instituição que pudesse atender de forma integral alunos, tanto de Anápolis como de cidades circunvizinhas, que buscavam excelência no ensino, visando a profissionalização de alto nível.

Dessa forma, os sócios fundadores criaram em 2007 o IMEC – Instituto Metropolitano de Educação e Cultura Ltda., uma entidade jurídica de direito privado com fins educacionais, constituída na forma do Código Civil Brasileiro e das Leis que regulam a matéria, fundado em 11 de maio de 2007, devidamente registrado em plena conformidade com os dispositivos legais pertinentes, possuindo sede central e foro na cidade de Anápolis, Estado de Goiás.

A sede do IMEC (mantenedora) foi estabelecida na Avenida Fernando Costa, nº 49, Vila Jaiara, Anápolis, Estado de Goiás. Os sócios fundadores foram Maria Odete de Oliveira e Adilson Geraldo de Oliveira. A Faculdade Metropolitana de Anápolis – FAMA, IES mantida pelo IMEC, localizava-se no mesmo endereço da mantenedora.

Por decisão dos sócios fundadores, em 01 de junho de 2007, constituiu-se formalmente o corpo dirigente do IMEC e da FAMA. Com ampla experiência em Gestão do Ensino Superior, os membros dirigentes, elaboraram o projeto de credenciamento da FAMA e conduziram o processo de construção dos primeiros cursos. Nessa etapa, professores convidados de cada área específica, desenvolveram os projetos dos cursos. Além de estarem envolvidos na elaboração e coordenação atuavam como professores.

Hoje, o quadro societário é outro e, assim como outros organismos econômicos dinâmicos, a equipe se renovou em função das necessidades do mercado e das mudanças que são imputadas às IES face aos contextos econômicos, sociais, culturais, ambientais, tecnológicos e normativos.

A FAMA foi credenciada em 2010, por meio da Portaria nº 338, de 24 de março de 2010, Recredenciada em 2016, pela Portaria nº 527, de 22 de junho de 2016, e visando o desenvolvimento institucional e sua missão, em agosto de 2023, através da Portaria nº 1.641, de 18 de agosto de 2023, a FAMA obteve o seu credenciamento para oferta de cursos na modalidade a distância. A FAMA atualmente possui 26 cursos em funcionamento.

A instituição iniciou seu processo de Recredenciamento Institucional em novembro de 2019 e pretende, a partir do processo de avaliação, solicitar a transformação da organização acadêmica credenciamento como Centro Universitário. Assim, atendendo a legislação o presente PDI cumpre todos os requisitos legais e normativos, inclusive já com a denominação de Centro Universitário Metropolitano de Educação e Cultura – UNIMEC.

2.3 CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO

2.3.1 As características do Estado de Goiás e da cidade de Anápolis

Goiás é um Estado privilegiado em extensão territorial e recursos hídricos. Com 340.111,783 km², representando 4,0% do território nacional, é o sétimo Estado do país em extensão territorial, sendo contemplado com três regiões hidrográficas: Região Hidrográfica Tocantins/Araguaia, Região Hidrográfica do São Francisco e Região Hidrográfica do Paraná.

Seu solo é predominantemente do grupo latos solo, o relevo é de baixa declividade, em sua maior parte é formado por terras planas (chapadões), e sua vegetação é predominantemente formada por cerrado. Em se tratando do clima, o Estado possui duas estações bem definidas, um período chuvoso e outro com baixos índices pluviométricos.

Já, em relação às bacias hidrográficas, compõe-se pelo Ribeirão João Leite, Rio das Antas, Ribeirão Piancó, Córrego Traíras, Córrego Tiririca, Rio Padre Sousa, entre outros.

Anápolis é o terceiro maior município em população do Estado de Goiás e o segundo maior em arrecadação de impostos, compondo a região mais desenvolvida do Centro-Oeste brasileiro, o eixo Goiânia-Anápolis-Brasília. Localiza-se também na mesorregião mais desenvolvida de Goiás, denominada "Centro Goiano".

2.3.2 Demografia e o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de Goiás e Anápolis

O Estado de Goiás é o mais populoso do Centro-Oeste. Conforme levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico, Goiás tem 7.055.228 habitantes e densidade demográfica é de 20,74 habitantes/km² (2022).

Tabela 03. Dados Estatísticos do Estado de Goiás

Dados do Estado de Goiás	
Capital	Goiânia
População censo [2022]	7.055.228 pessoas
População em 2010	6.003.788 pessoas
Área da unidade territorial	340.242,859 km ²
Área Urbanizada [2019]	2.005,27 km ²
Densidade demográfica (hab./km ²)	20,74 habitantes por km ²
Rendimento nominal mensal domiciliar <i>per capita</i> da população residente [2022]	R\$ 1.619
Total de Veículos [2022]	4.542.235 veículos
Número de Municípios	246
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) [2021]	

Fonte: IBGE (2023)

Na década 2010/2020, foi constatada uma estimativa na taxa de crescimento populacional de 1,4% no Estado de Goiás. Um dos principais fatores que explica o crescimento da população é o crescente número de imigrantes que Goiás vem recebendo, principalmente nas últimas décadas.

Os dados do Censo Demográfico de 2022 revelaram a continuidade do processo de diminuição do volume da população rural em Goiás. Em 2000, a população rural era de 606.583, passando para 489.074, em 2011, com queda de 19,4%. Antes o recuo foi de 21,3% na comparação 2000/1991, revelando redução no êxodo rural. A população urbana em 2000 era de 4.396.645, passando para 5.420.714 habitantes, em 2011, com um incremento de 1.024.069 habitantes na área urbana.

A Região Centro-Oeste, com sua intensa mobilidade populacional interestadual apresentada no período entre 1995 a 2005, também sugere uma razoável estabilidade nas suas principais trajetórias migratórias a partir de 2010, sendo que na projeção de Taxa Líquida de Migração para 2020 este índice diminui de

6,30/1000 habitantes para 5,15/1000 habitantes, perfazendo um saldo migratório anual de 36.299.

A região Centro-Oeste concentra as ramificações em poucos centros e consolida redes de atendimento importantes como a de Goiânia e Brasília, que apresentam alcances que se estendem aos estados limítrofes. Goiânia atende a Goiás, Tocantins, Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e, mesmo com um atendimento mais limitado, também faz a rede de Brasília, Minas Gerais e Bahia.

O crescimento das áreas urbanas é um indicador importante para os gestores públicos, isto porque, a infraestrutura da cidade, segurança e educação devem ser reavaliadas à medida que os centros urbanos se expandem. Uma maneira de se avaliar a qualidade dos centros urbanos é por meio do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM), do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), é um índice que serve de comparação entre os países, com objetivo de medir o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população. O relatório anual do IDH é elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), órgão da ONU. O IDH vai de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é o país. Este índice também é usado para apurar o desenvolvimento de cidades, estados e regiões.

O resultado do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) brasileiros é calculado com base nos dados do Censo Demográfico, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O último IDHM calculado no Brasil mostra que Anápolis ocupa apenas a 850ª posição no ranking nacional, embora o seu índice do IDH, de 0,737 esteja acima da média de Goiás (0,735) e do Brasil (0,730).

Tabela 04. Dados Gerais do Estado de Goiás

Especificações	População Residente (mil habitantes)	Densidade Demográfica	IDH
Anápolis	398.817	426,24	0,737
Goiás	7.055.288	20,74	0,737
Brasil	203.062.512	23,86	0,754

Fonte: IBGE (2023)

2.3.3 Distrito Agroindustrial de Anápolis – DAIA

O Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) foi criado em 8 de setembro de 1976 com o objetivo de agregar valor à produção agropecuária e mineral da região. A posição estratégica da cidade contribuiu para que a intenção inicial fosse suplantada. Contando com uma área de 593 hectares, é limítrofe com a BR-060/153 e com a GO-330, além de ser interligado ao Porto de Santos por um ramal da Ferrovia Centro Atlântico e ser o marco zero da ferrovia Norte-Sul, ainda em construção.

O grande impulso deste projeto veio em meados da década de 1980 quando o governo estadual instituiu o programa de incentivos fiscais fomentar, concedendo crédito de ICMS às indústrias que se instalassem em Goiás. O programa passou por várias reformulações, se adequando às constantes mudanças ocorridas na economia brasileira, num período marcado pela escalada inflacionária e pela recessão. Ainda assim, num campo minado de adversidades, o DAIA se consolidou como o principal polo de indústria goiana devido não só aos incentivos fiscais oferecidos, como também, e fundamentalmente, pelas suas condições de infraestrutura e localização e aos pontos-chaves para facilitar o escoamento da produção.

Atualmente, o Distrito é a sede do Polo Farmacêutico Goiano, com mais de 20 empresas, entre elas, pode-se citar os Laboratórios Teuto Brasileiro, Brainfarma (Hypera Pharma), Geolab, Champion, Vitamedic, Fresenius Kabi, Laboratório Genoma, FBM Farma, Infinity Pharma e muitos outros, que juntos empregam mais de dez mil pessoas.

Além da grande quantidade de laboratórios farmacêuticos e de indústrias químicas, o DAIA ainda possui uma Estação Aduaneira do Interior (EADI) e diversas outras empresas, entre as quais Adubos Araguaia, Fertilizantes Mitsui, Granol, Baby Mania Fraldas Descartáveis, Roan Alimentos, Beraca Sabará Químicos e Ingredientes, Companhia Metalgraphica Paulista, Transportes Gabardo, RGLog Logística e Transporte, DHL Logistics, Vigor Alimentos, Colatex, Plastubos, Doce Vida Alimentos, CAO A Montadora e outras.

Além disso, conta com sistema de captação e tratamento de água própria com capacidade para 590.000 metros cúbicos, sistema exclusivo de energia elétrica, agências bancárias e localização privilegiada, no coração do Brasil, o que permite

mais suporte e estrutura física para as empresas instaladas - ou que pretendem se instalar - para realizar ótimos negócios.

Fora da área do Distrito Industrial, ainda existem empresas de grande porte, tais como AMBEV, Arroz Brejeiro, Plumatex, Havan, Belma Alimentos, Uniphar Indústria Farmacêutica, dentre outras.

2.3.4 Porto Seco

Inaugurado em 23 de setembro de 1999, o Porto Seco (como é chamada a Estação Aduaneira Interior – EADI) já se constitui na melhor alternativa para conectar Goiás com o universo da economia globalizada, sendo considerado pela comunidade goiana o maior salto qualitativo e quantitativo para o desenvolvimento no Estado nas atividades de comércio exterior e serviços correlatos.

A Estação Aduaneira do Interior (EADI ou Porto Seco) é localizada no quilômetro Zero da Ferrovia Norte-Sul, a ponta norte da Ferrovia Centro Atlântica (que se ligará com o quilômetro Zero da Ferrovia Norte Sul), a Plataforma Multimodal (em construção) e o Entrepasto da Zona Franca de Manaus.

A estrutura física do Porto Seco, concessão da Receita Federal para a empresa Luiz José Ferreira S/A, é constituída por agências da Receita Federal, Banco do Brasil, Ministério da Agricultura e Ministério da Saúde, além de escritórios, salas de reunião, galpões, câmaras frias e graneleiros para armazenagem das mercadorias.

Instalado no Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), a Estação Aduaneira Interior (EADI) é uma alternativa real para o comércio de importação e exportação no Centro-Oeste.

A criação das chamadas EADIs faz parte de uma estratégia de descentralização adotada pelo Governo Federal para agilizar o desembaraço de mercadorias importadas ou a exportar, reduzir os custos operacionais e aliviar a sobrecarga dos portos e aeroportos nacionais.

Basicamente, as vantagens do Porto Seco concentram-se na desburocratização do sistema, flexibilizando a estocagem e comercialização dos produtos, devido a uma legislação específica que regulamenta suas atividades,

permitindo que tanto o importador como o exportador possam usufruir dessas facilidades.

Outro ponto positivo refere-se à localização estratégica. Cravado no coração do Centro-Oeste, o Porto Seco de Anápolis pode atender todos os Estados da região Norte e Centro-Oeste, sendo Anápolis uma cidade trevo com entroncamento para todas as regiões do país, facilitando acesso aos países do Mercosul.

2.4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A ciência, na concepção contemporânea, tem uma nova conotação: a de ser um processo de investigação, consciente de todas as suas limitações e do esforço crítico de submeter à renovação constante seus métodos e suas teorias. A atitude científica atual é a atitude crítica. Cada ramo da ciência procura definir que métodos são mais confiáveis, que possibilitam eliminar mais facilmente o erro e, principalmente proporcionam melhores condições de crítica objetiva desenvolvida pela comunidade científica. A ciência é concebida, hoje, como um processo altamente criativo e crítico. Estamos muito longe do dogmatismo e do cientificismo. O conhecimento é visto como algo que está sendo continuamente revisto, reconstruído. Não há verdades inquestionáveis. Não há procedimentos de investigação indiscutíveis. Não há provas evidentes fornecidas por experimentos cruciais conclusivos.

A produção do conhecimento é um projeto humano, que exige superação de limites do já imaginado e que se enriquece no processo crítico e polêmico que se instaura na intromissão da rede do pluralismo teórico. Na concepção contemporânea da ciência, portanto, é preciso evitar, em nome de uma única teoria da realidade, deixar de analisar e confrontar outros enfoques teóricos e de observar a própria realidade. O referencial teórico-técnico tem de estar em constante revisão e recriação, procurando definir criticamente, para cada ramo da ciência, que métodos são mais confiáveis e pertinentes ao seu objeto de estudo, proporcionam melhores condições de crítica sistemática e objetiva desenvolvida pela comunidade científica.

Se, epistemologicamente, a opção da FAMA recai sobre esse novo paradigma científico, as atividades de ensino - inseridas nos projetos pedagógicos de seus cursos - têm de estar em consonância com ele. Isto equivale a dizer que traçar objetivos de

ensino não pode mais equivaler a objetivar conteúdo, característica própria da pedagogia tradicional e da ciência dogmática; consiste antes em identificar situações-problema com as quais o aluno deverá lidar, para o que deverá acessar, sistematizar (selecionando, descrevendo, analisando, sintetizando, etc.) e utilizar os conhecimentos disponíveis e necessários.

Dentro dessa ótica, o foco de ensinar desloca-se para as relações do aprendiz com a situação-problema, ou seja, para as competências de descrevê-la, analisá-la e interpretá-la à luz dos conhecimentos necessários e disponíveis, sistematizando-os, ou ainda, quando for o caso, questionando-os, tornando, eles próprios, uma situação-problema. Fundem-se assim, no ensino, o processo científico e o pedagógico: uma pedagogia que, fundamentada no processo científico, traduz-se essencialmente pelo ato de facilitar, de criar condições para que o aluno aprenda a produzir conhecimento cientificamente. E, assim, parece inevitável que o objetivo de habilitar o aprendiz a estar apto para lidar com essa nova realidade implicará - como já começa a fazê-lo - um redimensionamento não só da didática do ensinar como também do aprender.

O foco do processo desloca-se do produto para a competência do fazer, do reter para o pensar, do repetir para o transformar, do manter para intervir. Em outras palavras: parece inevitável que o ensino deva orientar-se para que o aprendiz possa construir-se e reconstruir-se como sujeito crítico. Remetendo à visão epistemológica do ensino antes referida, parece inevitável que o ato pedagógico venha então a orientar-se pelos postulados da ciência contemporânea, fazendo do ensino a aprendizagem do fazer científico.

Como salienta Demo (1993), diante dessa marca dos tempos que se chama de modernidade, o aprendiz deverá ser capaz de desenhar e efetivar projeto próprio e moderno de desenvolvimento, construindo um posicionamento positivo, autossuficiente, criativo, crítico e sempre renovado. Reflete-se a projeção de um novo paradigma de ciência e de educação de cujas relações deverão resultar modificações estruturais no ato de ensinar, nos processos que o compõem, menos por força de construções teóricas do que por exigência da própria realidade contemporânea, seja ela econômica, social, cultural, científica ou tecnológica, necessidades básicas de aprendizagem a serem consideradas doravante na construção de um modelo institucional de ensino, na formação profissional, bem como no planejamento

curricular: Um deles é a capacidade de resolver problemas, que abarca outras dimensões, como flexibilidade e adaptabilidade a novas situações.

O outro é a capacidade de decisões fundamentadas, que remetem à habilidade de selecionar informações relevantes, seja no trabalho, na área cultural ou no exercício da cidadania política. Finalmente, uma terceira e mais importante delas, é a capacidade de continuar aprendendo, única forma pela qual o resultado da ação educativa pode responder à contínua diversificação e mudança nas demandas de aprendizagem da sociedade.

A FAMA defende um ensino superior tendo como parâmetros os compromissos com a qualidade da formação intelectual de seus alunos, com a qualidade da sua produção científica, tecnológica, artística e filosófica e, principalmente, com o atendimento às necessidades, aos anseios e às expectativas da sociedade. Por isso, formar profissionais competentes pressupõe-se refletir a realidade e encarar os desafios instalados a partir dos problemas locais, regionais e nacionais, em observância aos valores civilizatórios como a paz, a justiça, a democracia e a solidariedade humana.

2.4.1 Políticas de Ensino de Graduação

A FAMA mantém cursos de graduação na modalidade presencial, assim como manterá na educação a distância, organizados em três áreas do conhecimento:

- A. Escola de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas;
- B. Escola de Ciências Exatas, Tecnológicas e Agrárias;
- C. Escola de Ciências Biológicas e da Saúde.

O Curso de Graduação em Direito da FAMA está inserido na área de conhecimento da Escola de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, para tanto, estabelece como políticas de ensino de graduação, presencial e EaD:

- I. Manter estudos constantes da carga horária dos cursos de graduação, de modo a atender o mínimo exigido pelas diretrizes curriculares que orientam cada curso, deixando eventuais especializações para programas a serem desenvolvidos em cursos de pós-graduação lato sensu;

- II. Garantir que, nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, haja lugar para a prática da monitoria, as atividades científico-culturais e artísticas, os estágios curriculares e extracurriculares e a participação em projetos de extensão junto à comunidade acadêmica e à comunidade externa;
- III. Flexibilizar os currículos dos cursos de graduação de modo a conter interdisciplinaridade, definir conteúdos teóricos básicos e práticas profissionalizantes essenciais para a constituição de competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos, na perspectiva do “aprender a aprender”;
- IV. Estabelecer procedimentos para o bom andamento de estágios, TCCs, exercício da monitoria e demais atividades práticas que integram o currículo dos cursos;
- V. Aprimorar ações de nivelamento de conteúdos que deveriam ter sido adquiridos pelos alunos no ensino médio, principalmente no que tange às competências necessárias para a expressão escrita em língua portuguesa e fundamentos de matemática, cálculo, física, química e biologia;
- VI. Aprimorar, na organização curricular de cada curso de graduação, a disciplina de formação sociocultural e ética de forma a despertar a consciência sobre os acontecimentos do seu entorno social;
- VII. Adotar estratégias didático-pedagógicas adequadas ao fomento da capacidade empreendedora do aluno e que favoreçam o atendimento educacional especializado;
- VIII. Organizar um sistema de acompanhamento do aluno egresso, dos cursos de graduação, vistos não só como instrumentos de avaliação dos resultados finais do processo ensino-aprendizagem, como também de apoio para o prosseguimento dos estudos, na perspectiva da educação continuada;
- IX. Manter políticas para a renovação dos recursos materiais, equipamentos, laboratórios e biblioteca de acordo com as necessidades demonstradas nos projetos pedagógicos dos cursos;
- X. Atualizar sistematicamente os projetos pedagógicos dos cursos de graduação, a partir de suas avaliações internas e externas;
- XI. Aprimorar a metodologia de ensino a distância nos cursos ofertados;

- XII. Analisar a evolução dos cursos existentes para a redefinição do PDI, respeitando seu período de vigência;
- XIII. Dar continuidade aos cursos de capacitação específicos para as áreas de didática e metodologia do ensino aos docentes;
- XIV. Acompanhar a adequação dos currículos às novas exigências sociais, observadas as diretrizes curriculares para os cursos de graduação;
- XV. Estimular a prática de elaboração e recursos didáticos por meio do uso de novas tecnologias de comunicação e informação;
- XVI. Aprimorar os instrumentos de avaliação do desempenho escolar do corpo discente e da avaliação dos docentes pelos discentes, com o propósito de aperfeiçoar o programa de avaliação institucional;
- XVII. Aprimorar as ações integradoras das teorias e das práticas profissionais;
- XVIII. Acompanhar o tempo efetivo de dedicação dos alunos às atividades acadêmicas e de produção científica realizada;
- XIX. Aprimorar e incentivar o uso adequado da biblioteca e dos laboratórios como meio de aprendizagem;
- XX. Aprimorar os programas de incentivo à leitura para o corpo docente e discente.

2.4.2 Política e Práticas de Pesquisa e/ou Iniciação Científica, de Inovação Tecnológica e de Desenvolvimento Artístico e Cultural

A FAMA, enquanto organização acadêmico-administrativa não voltada à pesquisa, para a educação presencial tem por objetivo o ensino e a difusão do saber científico por meio do ensino-aprendizagem de qualidade e da extensão, contudo, considera importante que um profissional esteja preparado para a constante atualização e para uma educação permanente. Em torno da produção e da difusão do saber científico socialmente comprometido, giram as diferentes atividades da iniciação à pesquisa, do ensino e da extensão, desde as atividades de sala de aula à orientação de trabalhos de iniciação científica, estágios, simpósios, encontros, atividades culturais, sociais e políticas.

Porém, a FAMA futuramente, após seu credenciamento em andamento para Centro Universitário, tratará de inserir ações de iniciação científica para a modalidade

a distância, ouvida a entidade mantenedora, incentivará e apoiará, a qualquer tempo, a investigação científica, diretamente ou por meio da concessão de auxílio para a execução de projetos, bolsas especiais, formação de pessoal pós-graduado, promoção de eventos acadêmico-científicos, intercâmbio com outras instituições, divulgação dos resultados das pesquisas realizadas e outros meios ao seu alcance, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, da criação e da difusão da cultura, ampliando, desse modo, o entendimento do ser humano e do meio em que vive.

Cabendo destacar, no entanto, que muitas dessas iniciativas já têm sido desenvolvidas na IES, porém especificamente para os cursos de graduação ofertados na modalidade presencial e que estão na previsão da expansão quando do credenciamento em Centro Universitário.

É objetivo da FAMA produzir conhecimento científico, humanístico, de inovação tecnológica, artístico e cultural. Para tanto, deve:

- Promover condições para o desenvolvimento da pesquisa acadêmico-científica nas diversas áreas do conhecimento;
- Realizar programas de iniciação científica, nas áreas de saber da Faculdade;
- Dar visibilidade interna e externa à pesquisa; e,
- Realizar ações artísticas/culturais, por meio de palestras, semanas de cursos, aulas práticas e eventos sociais, integrando corpo acadêmico e comunidade externa.

É importante registrar que a FAMA tem incentivado nos cursos presenciais, pelo seu corpo docente e discente trabalhos interdisciplinares e transdisciplinares que têm induzido práticas de pesquisa e/ou iniciação científica e, dessa forma, essas ações têm-se traduzido em mecanismos de transmissão do conhecimento para a comunidade, inclusive provendo elementos de qualidade de vida entre outros.

2.4.2.1 Práticas Investigativas

A instituição procura estimular o desenvolvimento de práticas investigativas, nos cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu*, especialmente, nas atividades de elaboração dos trabalhos de conclusão de curso.

Procura, ainda:

- I. incentivar projetos específicos, mantendo convênio e intercâmbio com instituições congêneres, criando o ambiente ideal para o desenvolvimento de práticas investigativas no intuito de aprimorar a qualidade do ensino e prestar serviços à comunidade;
- II. estimular e apoiar a iniciação científica, por meio de um programa de iniciação científica, que se traduz em uma atividade de investigação, realizada por estudantes da graduação e da pós-graduação, visando ao aprendizado de técnicas e métodos científicos, bem como ao desenvolvimento da mentalidade científica e da criatividade;
- III. atuar, na área de extensão, identificando situações-problemas na sua região de abrangência, com vistas à oferta de cursos de extensão e da prestação de serviços técnicos nas áreas em que atuar.

2.4.3 Políticas de Extensão

O Direcionamento da extensão na FAMA está em operar com a ciência, com a cultura, com o saber, devendo haver uma troca constante entre a instituição e o seu meio. O desenvolvimento cultural pode ocorrer por meio de eventos com significado regional e nacional, de serviços e de cursos, gerando um processo de produção do conhecimento novo, promovendo, assim, a ação comunitária, parte integrante das atividades da Faculdade.

As atividades de extensão estão vinculadas aos processos de ensino e, a partir dessa concepção, objetiva o desenvolvimento de programas e projetos integradores entre a Faculdade e a comunidade, de cunho educativo, científico, tecnológico ou artístico-cultural, seja de forma integralizadora das atividades de ensino, seja como ação comunitária desenvolvida com a finalidade de intensificar as inter-relações transformadoras da sociedade. A Faculdade manterá atividades de extensão, abertas à participação da população, para a difusão de conhecimentos e técnicas pertinentes às suas áreas de atuação, com objetivo de contribuir de modo efetivo para o desenvolvimento socioeconômico regional e nacional.

As atividades de extensão refletem o enraizamento da FAMA no contexto social, sendo base para o desenvolvimento de programas de ensino e para a produção do saber, visando à valorização e a estimulação da criação e da difusão da arte e da cultura. Não se trata de uma prestação de serviços, mas são ações comunitárias que objetivam transformar a realidade, sob o enfoque dos resultados provindos das atividades de ensino e de pesquisa.

A política de Extensão Universitária da FAMA está estabelecida em atendimento aos princípios de cidadania: equidade, justiça, respeito e dignidade, ética nas relações, responsabilidade institucional e social e se orienta pelas diretrizes do Plano Nacional de Educação, bem como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nas Resoluções do Conselho Nacional de Educação. Nesse sentido a política de extensão universitária define-se para:

- I. consolidar a extensão universitária como processo acadêmico indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;
- II. promover a integração do ensino e da pesquisa com as demandas institucionais e sociais, priorizando atividades práticas voltadas ao atendimento de necessidades sociais, como as relacionadas com a área de educação, saúde e habitação, produção de alimentos, geração de emprego e ampliação da renda;
- III. incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política;
- IV. reconhecer as ações de extensão como atividades complementares nos projetos pedagógicos dos cursos de ensino superior;
- V. incentivar e apoiar as atividades culturais, artísticas e desportivas;
- VI. divulgar e apoiar a produção acadêmica;
- VII. enfatizar a utilização de tecnologias para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação, incluindo a educação continuada a distância;
- VIII. apoiar as atividades voltadas para a produção e preservação cultural e artística como relevantes para o desenvolvimento local e regional;
- IX. estimular a inclusão da educação ambiental e do desenvolvimento sustentável como componentes da atividade de extensão;

- X. viabilizar a prestação de serviços como produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão.

Em cumprimento ao artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), as Atividades de Extensão da FAMA têm por objetivo:

- incentivar, aprovar e desenvolver projetos de pesquisas na área de atuação da Instituição;
- elaborar e implantar projetos de Atividades de Extensão Universitária;
- divulgar projetos e pesquisas desenvolvidos na instituição;
- promover parcerias, quando pertinente, que viabilizem o desenvolvimento de pesquisas e projetos de Extensão.

2.4.4 Políticas de Pós-graduação Lato Sensu

Tendo como finalidade a produção e a difusão do saber científico, a FAMA se engaja ativamente e criticamente no processo do conhecimento por meio da pós-graduação *lato sensu*. O ordenamento básico do ensino de Pós-graduação está previsto no Regimento Geral da Faculdade cujas normas gerais balizam o desenvolvimento dos cursos e programas a serem implantados.

Responsável por formar profissionais capacitados e aptos a responder aos anseios da Instituição e da sociedade, avançando sempre no "saber", a pós-graduação da Faculdade, observada a legislação vigente, se volta para a implantação e para o desenvolvimento de: cursos de especialização, aperfeiçoamento e atualização de interesse regional e nacional.

Os cursos e programas de pós-graduação visam inculcar nos egressos o compromisso de aperfeiçoamento pessoal permanente, diante do desenvolvimento nacional, bem como torná-los aptos à promoção do trabalho com a sociedade. A FAMA, consciente de seu papel social, se dispõe a avaliar os programas de pós-graduação de maneira interna e externa e a sua efetividade, com a finalidade constante do aprimoramento da qualidade e relevância científico-política dos seus serviços e, nesta proposta de estar sempre atendendo a realidade, ampliará a

proposta de cursos de Pós-Graduação *lato-sensu*, no nível de especialização nas áreas que evidenciar necessidades.

Os cursos de especialização, pós-graduação *lato-sensu*, terão por finalidade proporcionar formação técnica, científica e cultural, ampla e aprofundada, nos diferentes ramos do saber, cujas normas e procedimentos para organização e funcionamento são aprovados pelo Conselho Superior, observada a legislação superior.

2.4.5 Políticas de Difusão da Produção Acadêmica

A FAMA busca pela criação, manutenção e dinamização de ações sistemáticas para o estímulo ao desenvolvimento da pesquisa por docentes e discentes, por meio de palestras, seminários, reuniões e outros eventos. Estimulando parcerias e financiamentos junto a agências de fomento, conseguirá ampliar os horizontes, enriquecer as trocas de experiências com a concessão de auxílio financeiro para o desenvolvimento projetos, divulgação dos resultados das pesquisas em periódicos e/ou eventos científicos nacionais e/ou internacionais, realização de simpósios, encontros e demais eventos destinados ao debate de temas científicos, submetidos a avaliação da entidade mantenedora.

O corpo docente da FAMA participa regularmente de atividades de publicações científicas, produção de materiais didático-pedagógicos, artísticos e culturais, como autores, orientadores e coorientadores. A instituição trabalha com previsão de apoio para atender à meta de qualidade de produção dos docentes em pelo menos 50% destes com no mínimo de 9 produções nos últimos 3 anos. Não é uma demanda fácil para Faculdades isoladas, entretanto, será sempre desejo da IES auxiliar tal produção com fins de expansão da IES rumo a transformação em Organização Acadêmica Superior (Centro Universitário) no próximo quinquênio do PDI.

As ações de estímulo à difusão das produções acadêmicas serão realizadas de forma pontual, de acordo com as áreas de atuação dos cursos da Instituição. A FAMA pretende criar um centro editorial, que terá como função:

- I. difundir, por meio de edição, coedição ou reedição de obras de significativo valor científico, tecnológico e cultural, o conhecimento produzido FAMA ou na sociedade;
- II. promover intercâmbio com editoras, com sistemas de bibliotecas e com entidades congêneres;
- III. estimular, sobretudo na comunicação universitária, a produção, circulação e a tradução de obras de interesse científico, cultural e didático;
- IV. editar materiais gráficos e não gráficos aprovados por um Conselho Editorial, a ser criado;
- V. publicar prioritariamente trabalhos acadêmicos, revistas temáticas, publicações específicas de interesse institucional, artigos, dissertações, monografias, além de dar suporte a outras produções originárias de pesquisa, ou obras de relevância artística e cultural;
- VI. promover concursos, eventos, reuniões científicas e culturais; e
- VII. consultadas as devidas instâncias, filiar-se a associações de classe nacionais e internacionais.

2.4.6 Políticas de Gestão

Conforme descrito no regimento interno da FAMA, a relação da mantenedora e mantida permitirão a mantida executar o seu objetivo educacional e a mantenedora o seu objetivo social de promover a educação.

A gestão acadêmica dos cursos da FAMA, por sua vez, tem como foco a qualidade didático-pedagógica, coerente com sua missão, e fundamentada nos resultados dos processos de avaliação desenvolvidos na instituição, abrangendo a avaliação instituição e a avaliação do desempenho dos discentes. Cada etapa do processo avaliativo contribui para a construção de uma compreensão global da instituição e de seu processo educativo, com vistas ao desenvolvimento de uma formação acadêmica e profissional de qualidade.

A análise dos processos avaliativos possibilita a identificação de fragilidades ou discordâncias com os objetivos de formação da instituição, bem como as potencialidades que podem enriquecer o processo educativo. Tal análise contribui

com o planejamento e desenvolvimento de atividades pedagógicas inovadoras e relevantes ao processo ensino-aprendizagem.

São objetos de análise e intervenção da gestão acadêmica os diferentes processos, programa e ações no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, em conformidade às normativas institucionais e à legislação em vigência acerca do ensino superior. Nesse sentido, são observadas questões relacionadas a: processos de avaliação institucional e de cursos, processos de admissão, promoção e desligamento docente, formação continuada dos docentes, processos de admissão discente, evasão acadêmica, projetos de pesquisa e de extensão, dentre outros.

As Políticas de Gestão preveem o acompanhamento e avaliação dos cursos, considerando os projetos pedagógicos e as diversas atividades que compõem o funcionamento de cada curso. Em relação ao trabalho das coordenações de curso, a gestão acadêmica acompanha o plano de trabalho anual dos coordenadores, documento que registra as formas de atendimento às demandas do curso, à relação com docentes e discentes, a gestão da potencialidade do corpo docente, bem como possibilita a identificação de indicadores de desempenho.

Em relação ao trabalho dos docentes, é papel da gestão acadêmica o acompanhamento do plano de trabalho dos docentes, documento que registra as atividades de ensino, pesquisa, extensão, administrativas, de formação continuada e de produção intelectual. Além do acompanhamento do plano de trabalho, a gestão acompanha os processos de avaliação do trabalho docente, por meio da avaliação institucional coordenada pela CPA.

Toda documentação acadêmica deverá ser aprovada pelo Conselho Superior da instituição após aprovado em menor instância pelos órgãos colegiados de cada curso.

2.4.7 Responsabilidade Social

A localização geográfica da FAMA não deixa dúvidas sobre a dimensão da responsabilidade que lhe compete assumir para dar sentido e significado à sua missão de contribuir para a inclusão social e ao desenvolvimento econômico e social na cidade de Anápolis, região metropolitana de Goiânia e no Estado de Goiás.

Os dados socioeconômicos da região e os problemas ambientais que nela persistem são argumentos muito contundentes para justificar o planejamento do desenvolvimento regional FAMA apoiado em projetos voltados para transformação do seu perfil econômico e social, por meio do fomento à pluralidade econômica, à inclusão social, à segurança urbana, à recuperação do ambiente, em especial das áreas degradadas, à melhoria da circulação e dos transportes e a valorização da cultura. Nesse contexto, para a FAMA, uma instituição que assume papel decisivo na formação de recursos humanos em nível superior, a responsabilidade social não é uma opção e sim uma necessidade e porque não reconhecer, um desafio.

Além disso, a FAMA, atenta às transformações do cenário educacional brasileiro e interessada em alinhar-se com o governo e a sociedade no que concerne à responsabilidade social das instituições educacionais, entende que deve orientar a sua atuação no sentido de tornar-se mais e mais uma instituição de educação que dá significado à solidariedade e à socialização do conhecimento e que está em sintonia com a realidade que a circunda e justifica.

Ciente dessa realidade e convencida de que assumir compromissos para contribuir para desenvolvimento social da sociedade e é essencial para a sua própria consolidação, o Centro Universitário Metropolitano de Educação e Cultura – IMEC dará continuidade às ações de responsabilidade social que vem desenvolvendo desde a sua criação.

No entanto, detém experiência que lhe permite ir além e fazer da responsabilidade social um mecanismo consistente para aprimorar o ensino. Isto porque:

- responsabilidade social requer atitudes frente à exclusão social, ao desrespeito ao ambiente e à corrupção. Inegável o papel desses componentes nos projetos pedagógicos dos cursos superiores brasileiros.
- responsabilidade social é via de mão dupla, que não pode ser praticada apenas internamente. Então, quando a FAMA celebra parcerias, oferecendo preços diferenciados a organizações e empresas, está na verdade exercitando uma estratégia de inclusão que favorece a formação, pois coloca seus alunos frente à realidade do mundo do trabalho trazida pela

parceria. Inegável a contribuição que a diversidade das ocupações traz ao processo de formação.

Assim, a FAMA define ações institucionais especialmente relacionadas a aspectos da responsabilidade social. São elas:

- pautar os custos da oferta educacional em níveis compatíveis com a realidade socioeconômica dos alunos;
- adotar políticas de ação afirmativa como mecanismo de inclusão social;
- habilitar-se a integrar parcerias com órgãos governamentais que viabilizem a permanência do aluno na escola mediante financiamento estudantil;
- orientar e oferecer aos alunos oportunidades para desenvolver a consciência de seu papel e compromisso como cidadão que integra uma comunidade que precisa viver e ser tratada com mais respeito e seriedade para sentir-se digna;
- promover a participação da sociedade nos programas e projetos acadêmicos desenvolvidos pela FAMA mediante a inserção de seus representantes em órgãos colegiados de natureza consultiva e deliberativa e pela realização de atividades nas áreas de educação, esporte, saúde, cultura, e tecnologia para a inclusão social;
- integrar-se a ações locais, regionais e nacionais em defesa do meio ambiente, mediante a realização de estudos e atividades que se alinhem às políticas públicas definidas para a região;
- promover o bem-estar social como estratégia de desenvolvimento institucional tanto para a comunidade interna quanto para a comunidade em que se insere a FAMA;
- orientar e prestar serviços voltados à inovação tecnológica para aumentar a competitividade e assegurar a sustentabilidade de micro e pequenas empresas locais;
- incentivar o voluntariado entre os colaboradores e alunos.

Na descrição dos programas associados ao cumprimento das metas institucionais para o período compreendido por este PDI podem ser identificadas as diferentes ações que a FAMA utilizará para operacionalizar a responsabilidade social.

Em consonância com os compromissos estabelecidos em sua missão, valores e visão, e alinhado com a legislação específica que institui o SINAES, a FAMA tem criado condições objetivas para o desenvolvimento, ampliação e consolidação de ações de Responsabilidade Social e de Sustentabilidade. Isso ocorre por meio de suas políticas que incentiva a incorporação dos princípios da sustentabilidade na cultura e no cotidiano organizacional, não apenas por meio de atividades pedagógicas, mas inclusivamente no cotidiano das relações entre os diversos atores institucionais e desses com a comunidade externa. Também por meio de programas, serviços e ações, diversas práticas são orientadas e estimuladas com o envolvimento de estudantes, docentes, funcionários e corpo diretivo da FAMA, visando atender a três objetivos:

- possibilitar aos estudantes a percepção do propósito social incorporado em suas respectivas formações profissionais;
- cumprir com o papel Institucional em favor do desenvolvimento sustentável da sociedade;
- fomentar a reflexão fundamentada no conhecimento adquirido dentro do ambiente acadêmico que busque a interação permanente e sistemática com a realidade social.

Para a concretização desses objetivos, é fundamental o estabelecimento de parcerias com outras instituições por meio de redes de ações integradas e colaborativas, para que a Instituição assegure o cumprimento de seus propósitos sociais, ao mesmo tempo em que contribua para o fortalecimento das bases de sustentabilidade da sociedade. Os esforços empreendidos pela FAMA em prol da sustentabilidade estão associados a Programas Institucionais de Responsabilidade Social, desenvolvidos organizados e conduzidos com a participação ativa de estudantes, docentes, colaboradores técnicos e administrativos. Adicionalmente, as diretrizes de responsabilidade social institucional contemplam ações e projetos Acadêmicos desenvolvidos pelos cursos que integram a Instituição, por meio de ações previstas nos projetos pedagógicos dos cursos e/ou planos de ensino de disciplinas, por intermédio de atividades extensionistas e de atendimento a demandas da comunidade, articulando conhecimentos e recursos institucionais, práticas

pedagógicas, na construção do espírito solidário e socialmente responsável que permeia a formação profissional.

No que concerne às relações com a sociedade e o meio ambiente a FAMA compreende a sua responsabilidade social como dimensão inalienável de seus compromissos na qualidade de instituição educacional de nível superior, imbuída dos princípios de formação de profissionais conscientes em relação à eliminação das desigualdades sociais regionais, à promoção da sustentabilidade e da inclusão. As ações de promoção da sustentabilidade ambiental são incorporadas às atividades de ensino, de forma transversal e articulada com os conteúdos e as práticas curriculares, contextualizadas em componentes relacionados à promoção da saúde, da cidadania e dos direitos humanos, com ênfase na superação dos preconceitos étnicos, raciais, religiosos e de gênero. No âmbito operacional, a Instituição adota e estimula boas práticas na defesa do meio ambiente em seu cotidiano, por meio da utilização racional de energia, com opção por lâmpadas de baixo consumo, separação de resíduos para posterior coleta seletiva.

2.4.8 Educação Inclusiva e Acessibilidade

O processo de formação humana visa preparar indivíduos que assumam papéis sociais e o uso adequado e responsável de conhecimentos e habilidades, disponíveis onde profissionais, cidadãos, professores (as) e estudantes se realizam socialmente. Portanto, o que se busca no projeto da instituição é a preparação de sujeitos com competência nas situações vivenciais e em contextos sócio- culturais onde se realiza sua vida coletiva, diversa e inclusiva.

Em consonância com esta essa perspectiva, vale ressaltar que na Constituição Federal - Brasileira (1988) em seu artigo 5º, “[...] todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, [...] garantindo o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança”.

Por sua vez, a LDB, Lei nº. 9394/96, no art. 58, diz que “entende-se por educação especial, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educando portador de deficiências”.

Desde a aprovação da Declaração de Salamanca, em 1994, questões referente à teoria e a práticas inclusivas vêm sendo discutidas. A partir de 1999, com a aprovação da portaria nº 1.679, o tema acessibilidade também passou a fazer parte do cenário dessas discussões, pois o direito de ir e vir tornou-se um elemento importante para auxiliar a inclusão social.

O termo acessibilidade tem sido utilizado para determinar se os ambientes construídos como parques, casas, prédios, os espaços e as instalações permitem o livre acesso das pessoas, em especial, pessoas com deficiências. Acessibilidade é a resposta física a perguntas como: como posso chegar até o prédio? Como entrar e me movimentar dentro daquele prédio? Como utilizar as instalações? Tendo em vista que todas as instalações construídas deveriam a ser acessíveis a todas as pessoas.

Conforme Mantoan (2003), o termo inclusão se constitui com um “conceito revolucionário”, que tem como meta retirar todas as barreiras que sustentam a exclusão em nossa sociedade, com vistas a permitir que todos possam agir e interagir com autonomia e dignidade no meio em que vivem.

Assim, o termo acessibilidade entendido como: utilização, com segurança e independência de edificações, espaços urbanos e mobiliários por pessoas com deficiência, sinaliza o efeito da inclusão sobre as concepções arquitetônicas. Nesse sentido, a inclusão é uma motivação para os sistemas de ensino repense sua estrutura física e elaborem projetos, segundo os preceitos do chamado "Desenho Universal".

Esse novo conceito visa atender às necessidades de todos (homens, mulheres, crianças, velhos), isto é, abranja os aspectos antropométricos, ergométricos que assegurem a todas as pessoas se terem acesso, se locomoverem e acomodarem, independentemente de suas capacidades físicas e mentais, bem como acesso a produtos possam ter peças opcionais, de modo que permitir o uso de acessórios para atender as necessidades emergentes de pessoas com diferentes necessidades.

A relação do estudante com deficiência com o ensino, em especial o ensino superior é um processo interativo, no qual se devem considerar conjuntamente as suas características e as solicitações, recursos e possibilidades tanto nos aspectos arquitetônicos, quanto pedagógicos. Esta relação encontra-se condicionada pelo reconhecimento de direitos da pessoa com deficiência (PCD).

2.4.8.1 Acessibilidade Metodológica

Em se tratando da acessibilidade metodológica, entende-se como sendo a ausência de barreiras nos aspectos metodológico e teórico. Neste sentido, as coordenações dos cursos e seus docentes possuem um papel fundamental a partir do momento que são responsáveis pelo surgimento ou não destas barreiras.

Com o intuito de proporcionar facilidades de conhecimentos o curso de graduação em Agronomia através de seus docentes utiliza-se de ferramentas ou técnicas que diversificam os conteúdos curriculares, e flexibilizam os recursos para que o processo de ensino e aprendizagem flua de forma adequada para todos os acadêmicos, principalmente para as pessoas com deficiência. Neste caso, os professores do curso recorrem a formas diferentes de apresentação do conteúdo como exposição de slides com tamanho de letra maior, leituras de textos, textos e provas com tamanho de letra ampliado, permissão para gravar suas falas nas aulas e outras alternativas necessárias para o adequado aprendizado. Ou seja, a FAMA possui como prioridade o aprendizado do aluno através dos diversos métodos, técnicas, ou teorias utilizadas.

Já, a acessibilidade instrumental se refere a superação das barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de trabalho, de estudo, de lazer e de vida diária através da aquisição de recursos de tecnologia assistiva.

Neste sentido, a FAMA busca promover uma comunicação interpessoal adequada que permita a transmissão de conhecimento através de laboratórios de informática, software específico, quando necessário.

Estabelecer meios para os quais o acadêmico com deficiência possa obter acesso digital e comunicacional é de suma importância para o processo de ensino e aprendizagem. Em relação a acessibilidade digital compreendida pela ausência de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de tecnologias assistivas o curso de Agronomia disponibiliza ações, caso necessário, que visam facilitar a compreensão do conteúdo apresentado em sala de aula ou em outros momentos de aprendizagem, tendo como meio a disponibilização de colaboradores e docentes aptos para serem interpretes de LIBRAS.

As ações apresentadas acima proporcionarão a inclusão educacional através da diversificação curricular metodológica, a flexibilização do tempo e de recursos favorecendo assim a aprendizagem dos acadêmicos com deficiência, sendo todas as atividades desenvolvidas e acompanhadas, quando existirem, pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico da FAMA e pelas coordenações dos cursos.

Todas as propostas de inclusão das pessoas com deficiências realizadas pela FAMA, estão de acordo com as normativas abaixo:

2.4.8.2 Acessibilidade Física, Pedagógica, Atitudinal e das Comunicações

A FAMA apresenta plenas condições de acesso e garante a acessibilidade física e pedagógica para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação.

A finalidade primeira da educação deve ser a de garantir o acesso ao conhecimento a todas as pessoas, independente da raça, credo, orientação sexual, deficiência de alguma forma ou diferencial cognitivo, sendo compromisso daqueles que detêm o conhecimento, envidar esforços no sentido de minimizar a exclusão social, a pobreza, a violência, o analfabetismo, a fome e as enfermidades.

A inclusão não pode ser concebida apenas como a inserção da pessoa com deficiência ou diferencial cognitivo num estabelecimento de ensino, mas proporcionar-lhe condições de aquisição do conhecimento e participação ativa do processo educacional, prevendo recursos e serviço de apoio especializado para que o estudante tenha condições de integrar-se na sociedade e ingressar no mundo do trabalho de acordo com suas possibilidades, razão pela qual a Faculdade inclui em seu PDI, além das condições de acessibilidade, o atendimento aos alunos com deficiência visual e auditiva, o atendimento individualizado de acordo com as suas peculiaridades, através do Núcleo de Apoio Psicopedagógico – NAP.

Aos alunos com deficiência visual, caso tenha ingressantes com estas necessidades, a instituição deve prover as condições necessárias para o bom aprendizado do aluno, tais como acervo bibliográfico básico em braile, máquina de datilografia Braille, impressora Braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz, lupas e régua de leitura.

Aos alunos com deficiência auditiva, a instituição deverá proporcionar além de capacitação em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) que já é realizada para todos os atendentes, o intérprete em LIBRAS para acompanhamento do mesmo durante o período de aula, na realização de provas e atividades que possam complementar a avaliação escrita quando o aluno não conseguir expressar o seu real conhecimento, bem como orientação aos professores para que valorizem o conteúdo semântico e conheçam as especificidades linguísticas do aluno com deficiência auditiva.

2.4.8.3 Adaptabilidade para Pessoas com Mobilidade Reduzida

Para atender a pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida, a Faculdade Metropolitana de Anápolis – FAMA possui as seguintes características em suas novas instalações:

- I. Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo – vias públicas, estacionamentos, e entre outros;
- II. Reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços;
- III. Disponibilização de rampas com corrimãos facilitando a circulação de cadeira de rodas e as pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida;
- IV. Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- V. Disponibilização de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- VI. Instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas;
- VII. Ajudas técnicas: qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso de meio físico;
- VIII. Uso do Símbolo Internacional de Acesso afixada em local visível ao público, sendo utilizada principalmente nos seguintes locais, quando acessíveis: a) entradas; b) áreas e vagas de estacionamento de veículos; c) áreas acessíveis de embarque/desembarque; d) sanitários; e) áreas de assistência para resgate, áreas de refúgio, saídas de emergência; f) áreas

reservadas para pessoas em cadeira de rodas; e g) equipamentos exclusivos para o uso de pessoas portadoras de deficiência.

2.4.8.4 Adaptabilidade para Portadores de Deficiência Visual

Para atender a pessoas com cegueira ou baixa visão, perfil do aluno que ainda não existe na IES, a mesma poderá providenciar, conforme demanda, os seguintes recursos:

- I. Máquina de datilografia Braille, impressora Braille acoplada a computador, linha ou “display” braille, Reglete e punção (Atendimento Educacional Especializado - AEE);
- II. Gravador e fotocopiadora que amplie textos;
- III. Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas;
- IV. Softwares com magnificadores de tela e programas com síntese de voz (AEE);
- V. Equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal;
- VI. Lupas manuais, de apoio ou de mesa para magnificação e réguas de leitura (AEE);
- VII. Scanner acoplado a um computador;
- VIII. Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em formato digital, em áudio, em Braille e com fontes ampliadas (AEE);
- IX. Ampliação de fontes, de sinais e símbolos gráficos em livros, apostilas, textos avulsos, jogos, agendas, entre outros (AEE);
- X. Circuito fechado de televisão (CCTV): aparelho acoplado a um monitor de TV monocromático ou colorido que amplia até 60 vezes as imagens e as transfere para o monitor (AEE);
- XI. Sorobã – instrumento utilizado para trabalhar cálculos e operações matemáticas (AEE);
- XII. Assegurar à pessoa portadora de deficiência visual usuária de cão-guia o direito de ingressar e permanecer com o animal nos locais da instituição de uso coletivo;

- XIII. Profissionais intérpretes de escrita em braile;
- XIV. O uso do símbolo internacional de pessoas com deficiência visual deve indicar a existência de equipamentos, mobiliário e serviços para pessoas com deficiência visual;
- XV. Uso de sinalização tátil (Braille) posicionado abaixo dos caracteres ou figuras em relevo em sanitários, salas, elevadores, portas, corrimãos, escadas, e entre outros;
- XVI. O uso de sinalização sonora, bem como os alarmes vibratórios, associados e sincronizados aos alarmes visuais intermitentes, para alertar as pessoas com deficiência visual e as pessoas com deficiência auditiva (surdez). No auditório, os equipamentos de informações sonoras e sistemas de tradução simultânea permitem o controle individual de volume e possuem recursos para evitar interferências, bem como saídas de emergências; e
- XVII. O uso de sinalização tátil de alerta e direcional no início e final de pisos, escadas fixas, rampas, elevadores, rebaixamento de calçadas, áreas de circulação na ausência ou interrupção da guia de balizamento, indicando o caminho a ser percorrido e em espaços amplos.

2.4.8.5 Adaptabilidade para Portadores de Deficiência Auditiva

A FAMA assume o compromisso formal de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso:

- I. Intérprete de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa com deficiência auditiva / surdez e especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- II. Adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa;

- III. Aprendizado da Língua Portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, (para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado);
- IV. Materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade linguística dos portadores de deficiência auditiva;
- V. O uso do símbolo internacional de pessoa com surdez deve ser utilizado em todos os locais, equipamentos, produtos, procedimentos ou serviços para pessoa com deficiência auditiva (surdez);
- VI. O uso de sinalização sonora, bem como os alarmes vibratórios, deve estar associado e sincronizado aos alarmes visuais intermitentes, de maneira a alertar as pessoas com deficiência visual e as pessoas com deficiência auditiva (surdez). Nas salas de espetáculos, os equipamentos de informações sonoras e sistemas de tradução simultânea, quando houver, devem permitir o controle individual de volume e possuir recursos para evitar interferências, bem como saídas de emergências;
- VII. Inclusão da Libras (Língua Brasileira de Sinais) como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior. Além de já constar como disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional;
- VIII. Disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva;
- IX. Uso de Dicionário Ilustrado em Libras (AEE); e
- X. Uso de tecnologias assistidas para surdos, como computadores, uso de internet, TDD (*telecommunications device for the deaf* – telefone de texto para surdos), etc. (AEE).

2.4.8.6 Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

A FAMA respeita e defende os direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que concede a este segmento os mesmos direitos conquistados pelas pessoas com deficiência, abrangendo desde a reserva de vagas em empregos

públicos e privados, o direito à educação e até o atendimento preferencial em bancos e repartições públicas, é ainda mais representativa no campo da inclusão, levando em conta, que muito pouco se faz para esse segmento. É bem verdade que as pessoas com autismo e seus familiares ainda sofrem o perverso abandono da sociedade que, ao virar-lhes as costas, transferem-lhes o ônus da reabilitação, educação, transporte, dentre outros serviços de responsabilidade da coletividade, principalmente do setor público.

Do ponto de vista legal, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada por:

- I. Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; e
- II. Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

São diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

- I. A intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista;
- II. A participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação;
- III. A atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes;
- IV. O estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência (Estatuto da Criança e do Adolescente) ; a responsabilidade do poder

público quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações;

- V. O incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis;
- VI. O estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo ao transtorno do espectro autista no País.

São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

- I. A vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;
- II. A proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;
- III. O acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:
 - IV. O diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;
 - V. O atendimento multiprofissional;
 - VI. A nutrição adequada e a terapia nutricional;
 - VII. Os medicamentos;
- VIII. Informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

O acesso:

- I. À educação e ao ensino profissionalizante;
- II. À moradia, inclusive à residência protegida;
- III. Ao mercado de trabalho;
- IV. À previdência social e à assistência social.

2.4.9 Políticas para Diversidade, Meio Ambiente, Memória Cultural, Produção Artística e Patrimônio Cultural

A FAMA entende que a responsabilidade social de uma instituição perpassa somente do assistencialismo, ou em uma visão acadêmica, ou simplesmente fazer

extensão. Dentro de seu projeto institucional, a Faculdade contempla o ensino e a extensão. O fazer destas ações, naturalmente leva ao cumprimento da responsabilidade social de uma instituição de ensino superior.

Uma empresa só é responsável socialmente quando se envolve de maneira forte, solidária e participativa com todo o grupo de seu relacionamento. Fornecedores, clientes, alunos, comunidade interna (corpo docente e corpo técnico-administrativo) e comunidade externa (população do entorno, filhos dos colaboradores, entidades públicas, ONG 's, governo local) têm o interesse especial da Faculdade. Este relacionamento acontecerá em todos os níveis e momentos.

Confere-se à Faculdade um relevante papel social na medida em que adota uma postura de investigação científica do contexto, detectando as causas determinantes dos problemas bem como as reais necessidades da sociedade, tornando-se, assim, um local de crítica e de transformação social. E pode a Faculdade participar deste processo, de levantar problemas, pesquisar as alternativas de solução e muitas vezes implantar a solução do problema apresentado. Nesse direcionamento, a FAMA estabelece as relações indissociáveis entre ensino (utilização dos problemas referentes às questões sociais como conteúdo do saber, formando alunos competentes, conscientes, críticos, aptos a gerar uma sociedade mais justa e humana); e a extensão (trata-se de um campo de produção e divulgação, onde de forma generalizada permite o acesso ao saber).

Quanto aos princípios éticos, estabelecem-se relações que contemplam cada indivíduo numa escala humana, relevando a linha da cidadania (emancipação e liberdade), da igualdade e da equidade. Não se pode em momento algum desvincular o trabalho acadêmico de uma proposta ética. Na extensão e no ensino, a ética é elemento permanente e valorizado para que a FAMA tenha em seus atos um exemplo para a sociedade de sua região de abrangência. O trabalho acadêmico tem o compromisso de promover a dignidade do homem e de erradicar qualquer forma de discriminação e de desrespeito à vida humana. Essa prática transparece nas relações entre lideranças e liderados, professores e alunos, professores e funcionários, alunos e funcionários, comunidade universitária e comunidade regional, sociedade e meio ambiente.

Consciente do seu papel social e ético, a FAMA se dispõe a avaliar sempre sua atuação, objetivando o aprimoramento da qualidade e a relevância científico-cultural dos seus serviços. A Faculdade, ao formar bem seu aluno e colocar um bom profissional no mercado, ao realizar um evento de divulgação de conhecimento, ao informar o resultado de suas pesquisas, ao democratizar os resultados de suas avaliações internas e externas, ao praticar a extensão, estará preocupada com a sociedade em que se insere. Isto é responsabilidade social.

A FAMA tem como foco de suas ações de responsabilidade social seis pilares mestres:

- I. inclusão em todos os aspectos e visões;
- II. uma preocupação com seu discente;
- III. o olhar para os colaboradores;
- IV. o egresso de seu trabalho; e,
- V. o foco no meio ambiente e na sustentabilidade;

A articulação da FAMA e a integração com a sociedade ocorrem pela extensão universitária, por meio de programas, projetos de extensão, eventos e cursos de extensão, da cooperação interinstitucional e da prestação de serviços.

Faz parte do projeto institucional tratar das questões relativas à promoção dos direitos humanos, inclusão, educação ambiental e da igualdade étnico-racial por meio de conteúdos disciplinares institucionalizados, a qual é desenvolvida em todos os seus cursos de graduação, caracterizados em ementa curricular, focado no estudo e interpretação sobre os acontecimentos sociais, políticos, econômicos, culturais e atualização permanente sobre a realidade brasileira, mundial e sobre outras áreas do conhecimento. Estudo dos valores éticos e culturais que permeiam as relações dos homens na sociedade contemporânea, focando as relações étnico-raciais, a história e a cultura afro-brasileira e indígena e reflexão crítica acerca das políticas de afirmação e resgate histórico da população brasileira. Políticas públicas de inclusão social; formação da identidade nacional brasileira e das políticas educacionais de valorização das diversidades e dos direitos humanos. Políticas de Educação Ambiental e Sustentabilidade.

É objetivo da FAMA criar condições para a formação profissional superior com cidadania, por meio de:

- I. Defesa e difusão da paz, da justiça, da liberdade, da igualdade e da solidariedade;
- II. Estimular a participação e o comprometimento do corpo social da Instituição em todo o processo de planejamento, organização e gestão institucional;
- III. Qualificar os servidores para o atendimento dos estudantes portadores de necessidades educativas especiais;
- IV. Promover de forma transversal as temáticas: Direitos Humanos, Relações Étnico Raciais e Educação Ambiental em todos os cursos e disciplinas, além de serem contempladas de maneira específica em determinados componentes curriculares de todos os cursos; e,
- V. Promover por meio de componente curricular obrigatório ou optativo a disciplina de LIBRAS, Licenciaturas e Bacharelados respectivamente. Em adequação ao Decreto nº 5.626/2005, Capítulo II, art. 3º, § 2º e a Lei 10.436/2002.

2.4.10 Desenvolvimento Econômico e Social

A FAMA mantém convênios que possibilitam aos estudantes da região acesso ao Ensino Superior com mensalidades subsidiadas. Esses convênios ressaltam a preocupação da entidade de ensino em contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região.

Ainda, consciente de sua responsabilidade social, a FAMA tem procurado exercer um papel preponderante quanto à sua contribuição à inclusão social e ao desenvolvimento econômico e social da região, uma vez que sua missão, objetivos, princípios básicos de ação e responsabilidades estão baseados em uma visão cristã e solidária da educação e, para tanto vem adotando a prática de políticas afirmativas que tem beneficiado um significativo número de alunos, que participam dos seguintes programas conjunto com sua parceira a Organização das Voluntárias de Goiás - OVG. A OVG é uma instituição estadual de cunho social e educacional. É consciente de que o fator embrionário da pobreza, da exclusão social e da criminalidade, se encontra na falta ou escassez da educação, a qual funciona como o início de um ciclo que gera capacidade, desenvolvimento, riqueza e qualidade de vida, e que a educação gera qualificação para o mercado de trabalho e gera, também, o desenvolvimento o qual,

por sua vez, gera melhorias na qualidade de vida, o que possibilitará às novas e futuras gerações o acesso à educação.

Assim, renova o ciclo de desenvolvimento de um município, de um estado e do país, e com o objetivo de inserir, na região de abrangência das instituições parceiras, mecanismos que possam subtrair as regiões e municípios da inércia e das amarras que os impedem de alcançar um salto qualitativo social e implantou os Projetos Sociais juntamente com as organizações Parceiras.

No entanto, acreditando que, em Responsabilidade Social na área educacional, não pode existir doação e, sim, reciprocidade, a Faculdade também leva os seus alunos, como contrapartida social, a realizar prestação de serviços em creches, asilos, hospitais, associações de moradores, agrovilas, associações de produtores rurais, escolas municipais e estaduais e instituições beneficentes.

Como projeto de responsabilidade social a instituição visa:

- I. Ampliar a integração entre a FAMA e comunidade de Anápolis, atingindo a população carente e dando oportunidade para educação;
- II. Desenvolver parcerias com Instituições públicas e privadas, objetivando o intercâmbio, a operacionalização de programas e projetos voltados para a educação;
- III. Operacionalizar Projetos de Extensão que possibilitem novas dimensões do processo de formação da Faculdade, favorecendo a construção de novos conhecimentos dos alunos a partir de sua escolha profissional;
- IV. Estimular propostas, projetos e ações que visem à maior participação da sociedade do município e da região de abrangências no campo da cultura, da arte, da ciência e tecnologia; e,
- V. Contribuir na teoria e na prática, para elaboração e análise nas políticas públicas de valorização do patrimônio natural, cultural e social do município de Anápolis e região, por meio de programas de ensino, pesquisa e extensão.

A FAMA realiza ainda eventos em locais públicos, com a brinquedoteca itinerante, orientação sobre elaboração de currículos, orientações em saúde, jurídicas,

etc. Comprova-se, dessa forma, a importância da relação desta Faculdade com a comunidade regional na qual está inserida.

Por todo o exposto, podemos entender que existe um alinhamento entre o PDI e as políticas institucionais para o desenvolvimento econômico e social, considerando a melhoria das condições de vida da população e as ações de inclusão e empreendedorismo, articulando os objetivos e valores da IES, e a promoção de ações reconhecidamente exitosas e inovadoras.

2.4.11 Inclusão Social

A finalidade primeira da educação deve ser a de garantir o acesso ao conhecimento a todas as pessoas, independente da raça, credo, orientação sexual e deficiência de alguma forma, sendo compromisso daqueles que detêm o conhecimento, envidar esforços no sentido de minimizar a exclusão social, a pobreza, a violência, o analfabetismo, a fome e as enfermidades.

A inclusão não pode ser concebida apenas como sendo a inserção da pessoa portadora de deficiência num estabelecimento de ensino, mas deve proporcionar-lhe condições de aquisição de conhecimento e participação ativa do processo educacional, prevendo recursos e serviço de apoio especializado, para que o estudante tenha condições de integrar-se na sociedade e ingressar no mundo do trabalho de acordo com suas possibilidades, razão pela qual a Faculdade inclui em seu PDI, além das condições de acessibilidade, o atendimento aos alunos com deficiência visual e auditiva, o atendimento individualizado de acordo com as suas peculiaridades, através do Núcleo Psicopedagógico.

Aos alunos com deficiência visual, caso tenha ingressantes com estas necessidades, a instituição deve prover as condições necessárias para o bom aprendizado do aluno, tais como acervo bibliográfico básico em braile, máquina de datilografia Braille, impressora Braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz, lupas, régua de leitura.

Aos alunos com deficiência auditiva, a instituição proporciona além de capacitação em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para todos os professores, intérprete em LIBRAS, principalmente em períodos de realização de provas, para

complementar a avaliação escrita quando o aluno não conseguir expressar o seu real conhecimento, bem como orientação aos professores para que valorizem o conteúdo semântico e conheçam as especificidades linguísticas do aluno com deficiência auditiva. Os cursos de Licenciatura que vierem a ser ofertados pela Instituição incluirão a disciplina “Libras” em seus currículos. A disciplina será oferecida como optativa aos estudantes de todos os cursos de graduação (presencial e a distância), de graduação tecnológica e superiores de formação específica oferecidos pela Instituição.

A Faculdade é uma instituição que cumpre um relevante papel social. Nesse aspecto, um dos valores da FAMA é ser uma instituição comprometida com a inclusão social. Coerente com este princípio, a Instituição desenvolve uma atuação efetiva no atendimento às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida.

A instituição considera que essa atuação faz parte do compromisso ético de promoção da diversidade, do respeito às diferenças e da redução das desigualdades, reconhecendo a potencialidade das pessoas com deficiência e provendo-lhes condições de desenvolvimento pessoal, profissional e social. Incorporar a diversidade em seu ambiente, combatendo o preconceito e valorizando a diversidade é um princípio que faz parte da missão da Instituição e de sua vocação integradora.

No quesito mobilidade, as pessoas com deficiência são atendidas com as constantes adaptações na estrutura física das instalações, garantindo a acessibilidade autônoma às pessoas com mobilidade reduzidas. As adaptações encontram-se nos acessos aos edifícios, eliminação de barreiras arquitetônicas, corredores de acesso, salas de aula, sala dos professores, instalações sanitárias, laboratórios e instalações administrativas.

Adicionalmente, o planejamento arquitetônico contempla a instalação de piso com faixa tátil de orientação para portadores de deficiência visual, além de programação visual explícita, para atendimento aos portadores de deficiência auditiva.

2.4.12 Educação das Relações Étnico-Raciais

A FAMA observa e contempla, nos conteúdos e metodologias das unidades curriculares de todos os seus cursos graduação, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004.

A FAMA compreende a sua responsabilidade social como dimensão inalienável de seus compromissos na qualidade de instituição educacional de nível superior, imbuída dos princípios de formação de profissionais conscientes em relação à eliminação das desigualdades sociais e à promoção igualdade étnico-racial.

As ações de promoção de igualdade étnico-racial são incorporadas às atividades de ensino, de forma transversal e articulada com os conteúdos e as práticas curriculares, contextualizadas em componentes relacionados à promoção da saúde, da cidadania e dos direitos humanos, com ênfase na superação dos preconceitos étnicos, raciais, religiosos e de gênero.

2.4.13 Políticas de Direitos Humanos

A FAMA observa e contempla as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, nos conteúdos e metodologias das unidades curriculares de todos os seus cursos graduação, de modo transversal, contínuo e permanente, conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8/2012, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/05/2012.

2.4.14 Políticas de Educação Ambiental

A FAMA integra a Educação Ambiental nos conteúdos e metodologias das disciplinas ofertadas em todos os seus cursos graduação, de modo transversal, contínuo e permanente, conforme disposto na Lei Nº 9.795/1999, no Decreto Nº 4.281/2002 e na Resolução CNE/CP Nº 2/2012.

2.4.15 Políticas para o Desenvolvimento Nacional Sustentável

Mesmo sendo uma entidade vinculada à iniciativa privada, a FAMA cumpre, sempre que aplicável, com todas as exigências relativas ao Desenvolvimento Nacional Sustentável, conforme disposto no Decreto N° 7.746, de 05/06/2012 e na Instrução Normativa N° 10, de 12/11/2012.

2.4.16 Compromisso com Valores Morais e Éticos

A FAMA favorece os formandos no desenvolvimento de valores que acentuem as suas capacidades latentes, contribuindo para o exercício de uma postura ética caracterizada por um consciente desabrochar da própria liberdade:

- I. consciência da dignidade humana, dos deveres e direitos do cidadão;
- II. respeito à convivência democrática;
- III. exercício da solidariedade, do respeito mútuo e do amor à verdade, à justiça, à beleza e à bondade;
- IV. respeito pelos sentimentos, pelas crenças e pelos ideais do outro;
- V. desenvolvimento de dimensões ético-morais;
- VI. capacidade de analisar criticamente aspectos morais significativos;
- VII. capacidade de reconhecimento de normas de convivência social e familiar, respeitando a liberdade de consciência e de atuar no mundo segundo as necessidades e aspirações de cada um;
- VIII. atitudes de solidariedade e cooperação;
- IX. atitude dialógica, favorecendo a contribuição e a tomada de decisões em grupo;
- X. identificação da própria maneira de pensar, ser e sentir, dos valores pessoais, dos próprios projetos e filosofias de vida;
- XI. aperfeiçoando-se como agente de mudança e transformação qualitativa da realidade;
- XII. capacidade para eleger uma hierarquia de valores e agir de forma autônoma, em consonância com eles.

O desenvolvimento das competências ético-morais será operacionalizado através de uma ação compartilhada e transdisciplinar, em que esses conteúdos possam transitar por todo o trabalho pedagógico, atravessando todo o processo de aprendizagem dos formandos, sem confundir-se com uma disciplina curricular, nem perder sua importância unificadora e transformadora.

3 PERFIL DO CURSO

O Curso de Graduação Direito da FAMA foi autorizado pela Portaria nº 432, de 15 de junho de 2018, publicada no D.O.U em 18/06/2018 – Edição: 115 – Seção: 1 – Página 21, com a finalidade de suprir a grande demanda por profissionais competentes na área do Direito existente na região Centro-Oeste, principalmente nas cidades de Anápolis e região metropolitana.

O curso teve sua primeira turma iniciada no segundo semestre de 2018 com 38 alunos ingressantes. A primeira turma realizou colação de grau no dia 23 de agosto de 2023, proporcionando ao mercado de trabalho, profissionais com habilidades e competências para assumir as diversas áreas de atuação.

De acordo com a Resolução do CNE/CES Nº 5 de 17 de dezembro de 2018 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Curso de Graduação em Direito, a mesma estabelece no Art. 2º que no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) deverão constar: o perfil do graduando; as competências, habilidades e os conteúdos curriculares básicos, exigíveis para uma adequada formação teórica, profissional e prática; prática jurídica; as atividades complementares; o sistema de avaliação; o Trabalho de Curso (TC); o regime acadêmico de oferta; e a duração do curso.

O PPC, abrange os seguintes elementos estruturais:

- I. concepção do seu planejamento estratégico, especificando a missão, a visão e os valores pretendidos pelo curso;
- II. concepção e objetivos gerais do curso, contextualizados com relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;
- III. condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
- IV. cargas horárias das atividades didático-formativas e da integralização do curso;
- V. formas de realização de interdisciplinaridade, de mobilidade nacional e internacional, de incentivo à inovação e de outras estratégias de internacionalização, quando pertinente;
- VI. modos de integração entre teoria e prática, especificando as metodologias ativas utilizadas;
- VII. formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VIII. modos de integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;

- IX. incentivo, de modo discriminado, à pesquisa e à extensão, como fator necessário ao prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;
- X. concepção e composição das atividades de prática jurídica, suas diferentes formas e condições de realização, bem como a forma de implantação e a estrutura do Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ);
- XI. concepção e composição das atividades complementares; e,
- XII. inclusão obrigatória do TC.

Ainda em relação a DCN do curso, o Art. 3º determina que o curso de graduação em Direito deverá assegurar, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanística, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania.

Para atingir o sucesso no processo de aprendizagem em sua total integralidade, estabelecido pelas resoluções, são ofertadas 240 (duzentos e quarenta) vagas anuais para funcionamento do curso com regime de matrícula semestral. Cada período letivo tem a duração de 20 semanas com, no mínimo, 100 dias letivos e integralização mínima de 05 anos.

Tabela 05. Dados gerais do curso

Curso de Graduação em Direito	
Nome do Curso	Curso de Graduação em Direito
Código do Curso	1383026
Modalidade	Presencial
Grau	Bacharel
Portaria de Autorização	Portaria nº 432, de 15 de junho de 2018, publicada no D.O.U em 18/06/2018 – Edição: 115 – Seção: 1 – Página 21
Quantidade de Vagas Anuais	240 (duzentos e quarenta) Vagas
Turno de Funcionamento	Matutino e Noturno
Regime de Matrícula	Semestral – Cada período letivo tem a duração de 20 semanas com, no mínimo, 100 dias letivos
Carga Horária do Curso	3.800 Horas/relógio

Integralização	Limite Mínimo: 05 anos (10 semestres)
Coordenador de Curso	Samuel Santos e Silva
Site institucional	Samuel.silva@faculadefama.edu.br

Fonte: FAMA (2023)

O Ensino Superior no Brasil é oferecido por universidades, centros universitários, faculdades, institutos superiores e centros de educação tecnológica. Entre 2010 e 2020, o número de instituições de educação superior aumentou, passando de 2.377 para 2.457 Instituições. Dessas, 2.153 (87,6%) são privadas e 304 (12,4%), públicas. As instituições privadas registraram 3,2 milhões de ingressantes, o que corresponde a 86% do total.

A abertura e a ampliação de Instituições de Ensino Superior no Brasil e em Anápolis têm orientado discursos locais que destacam ser a cidade “pólo de educação”. Atualmente, a UniEvangélica; Faculdade Raízes; Faculdade Metropolitana de Anápolis – FAMA; Fundação do Instituto Brasil – FIBRA; Faculdade Católica de Anápolis; Faculdade de Tecnologia – SENAI; Universidade Estadual de Goiás – UEG; Faculdade Anhanguera entre outras, oferecem diversos cursos superiores presenciais, atendendo à demanda local e regional.

O número de vagas ampliou-se na cidade de Anápolis, por força da abertura de novos cursos, mas também em função da ampliação de vagas em cursos já existentes. Enquanto em 1991, o total de vagas, em Anápolis, era de 1.020, sendo 480 em instituição pública e 540 vagas em Instituições privadas. Em 2000, o número total eleva para 1.975 vagas, sendo 1.105 em IES privadas e 920 na única instituição pública da cidade àquela época. Para 2010, o INEP registra um total de 7.339 vagas, das quais, 6.184 estão em instituições privadas. Das vagas para ensino superior oferecidas em Anápolis, 84,26% estão em instituições privadas de ensino.

Diante do exposto, o crescimento institucional é voltado para suprir a demanda por elevação de escolarização de grandes contingentes de trabalhadores na Microrregião de Anápolis e outras cidades que dependem dela para a formação em nível superior.

3.1 BASE LEGAL DO CURSO

A elaboração do projeto teve como referências legais:

- Resolução CNE/CES nº2, de 19 de abril de 2021 que altera o art. 5º da Resolução CNE/CES nº 5/2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito.
- Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências.
- Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre o Ensino da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e ao Decreto nº 5.296/2004, que dispõe sobre as condições de acesso para portadores de necessidades especiais.
- Lei nº 11.645, de 10/03/2008 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"
- Resolução CNE/CP nº 01, de 17/06/2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana
- Lei nº 9.795, de 27/04/1999 e o Decreto nº 4.281, de 25/06/2002 que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012 que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos

Sendo assim, o funcionamento do Curso de Bacharelado em Direito, proposto pela Faculdade Metropolitana de Anápolis - FAMA, fundamentado na Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018, contempla os elementos estruturais propostos, além de outros aspectos considerados indispensáveis para a composição desta tão importante estrutura.

A formação do bacharel em Direito não deve ser baseada apenas em modelos tecnicistas e mecanismos que enfatizam somente o “como fazer”, no entanto, o acadêmico necessita de uma formação adequada que possibilite a busca da eficácia por meio do pensamento sistêmico e zetético, com uma visão holística, do senso interdisciplinar, da leitura global e da ação culturalmente adaptada.

Nesse sentido, a instituição promove a inclusão como fator crítico de sucesso em seu Projeto Pedagógico de Curso - PPC, com o compromisso de envolver docentes e alunos na permanente construção do conhecimento, constituindo assim o emblema sob o qual enfeixa o próprio sentido e o alcance dos fins teleológicos perseguidos, que por vias de consequência projetam uma estratégia de fomento à iniciação científica.

O rigor contido na própria norma reguladora, que confere as diretrizes curriculares para o Curso de Bacharelado em Direito, direciona para os postulados da Constituição Federal de 1988, para as inovações aplicadas pelo Código Civil e mais recentemente pelo Código de Processo Civil, pelo conteúdo das Convenções Internacionais dos Direitos Humanos, quando recepcionadas pelo ordenamento jurídico pátrio, além da conjugação com os novos ramos do Direito, os quais resultam da contextualização de necessidades, geradas a partir de uma cultura emergente que dia-a-dia se amplia.

Assim o Curso de Graduação em Direito da FAMA é modelado por objetivos inerentes ao modelo acadêmico, adotando uma mentalidade além de flexível, necessariamente criativa para enfrentar as rápidas transformações do mundo e da sociedade, nos horizontes impostos pela pós-modernidade. Seu papel modular tem diante de si o desafio de cristalizar, através da Matriz Curricular adotada.

Diante de incontestável situação, o Curso de Graduação em Direito não oferece a seus alunos apenas conteúdo, na estrutura dogmática ou mesmo através dos conteúdos onde o pragmatismo é o grande aliado, mas está alerta para tornar-se evidente as características de funcionamento e de flexibilidade, de maneira que os acadêmicos recebam também os conhecimentos que descrevem numa educação significativa.

Por essa ótica um grande passo se avulta, com o planejamento curricular, expandindo os conceitos para uma mais ampla expressão de natureza multidisciplinar

para os novos tempos, em que as relações lógicas de aprendizagem devem estar consignadas em vários campos do conhecimento, com conteúdo agrupados através dos eixos de formação com suas especificidades.

Trata-se de uma proposta inovadora, centrada nas diretrizes curriculares específicas, porém contextualizada para um ser um curso atitudinal, com efetiva compatibilidade com as novas tendências da metodologia da educação, as quais recebem grande influência tecnológica, propiciando assim a construção sistêmica de um elevado padrão de ensino, sobretudo no tocante às Ciências Jurídicas.

3.2 JUSTIFICATIVA DO CURSO

Goiás é um dos Estados com maior poder de atração de investimentos no País por possuir uma alta economia, infraestrutura em constante desenvolvimento e investimentos sociais e ambientais. Todos esses aspectos são determinantes no processo de atração de investidores nacionais e internacionais, proporcionando assim novos postos de trabalho e a necessidade de uma grande variedade de profissionais em diversas áreas, incluindo o profissional da área do Direito.

De acordo com as necessidades da região, Anápolis busca estar em constante processo de implantação de serviços de assistência jurídica, visando a busca do exercício pleno dos direitos pela comunidade. A cidade dispõe de uma unidade prisional, um centro de reinserção de Adolescentes, diversas Delegacias de Polícia Civil, inclusive especializadas, como de Crimes de Trânsito, da Criança e do Adolescente, de Atendimento ao Idoso e à Mulher e também de Polícia Federal. Também é importante ressaltar a existência de Poder Judiciário, tanto da Justiça comum Estadual e Federal, quanto das Justiças Especializadas Eleitoral e do Trabalho; a atuação das Defensorias Públicas no âmbito estadual e federal; das Procuradorias do Município, Estadual e da Advocacia-Geral da União, inclusive com Procuradorias Especializadas, como a da Fazenda Nacional e, por último, dos Ministérios Públicos Estadual e da União. Além disso, conta com Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), já implantados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

Anápolis possui sete Instituições de Ensino Superior que ofertam o curso de graduação em Direito, sendo ofertado um total de 1.140 vagas anuais na cidade. É

importante salientar que, diante ao quantitativo populacional e de conflitos que naturalmente surgem da vida coletiva é necessário que tenhamos profissionais capacitados e habilitados ao atendimento jurídico, justificando a permanência do curso na FAMA, a partir de um diagnóstico em que foram identificadas importantes referências para sua implantação e permanência.

Nessa perspectiva, o processo de instrução dos profissionais graduados pela FAMA busca a formação de Bachareis em Direito com elevado preparo científico e tecnológico e com sólida visão humanística, capacitando-os para a busca do exercício de qualquer uma das carreiras jurídicas, com a valorização da postura ética e cidadã, compromissados com a defesa da democracia, com a responsabilidade socioambiental e com a realização da Justiça.

O Curso de Graduação em Direito da FAMA justifica-se em função de diferentes fatores, em especial pelo mercado ascendente, com a demanda crescente de serviços jurídicos verificada nas últimas décadas, sobretudo após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a consolidação do regime democrático, que logrou despertar a consciência social quanto à possibilidade de exercício dos direitos como uma das atribuições da cidadania.

Necessário também aqui pautar a necessidade de expansão e a ampliação do acesso e alcance do ensino jurídico, servindo a FAMA como um dos agentes desse processo, em cumprimento à sua função social e missão institucional.

Diante do exposto, verifica-se a importância do curso de Direito da FAMA na formação dos profissionais que atuarão não somente como advogados, na defesa dos interesses individuais e coletivos, mas também como profissionais que atuarão nas mais diversas carreiras que são afetas ao Direito, haja vista a quantidade de órgãos de Estado e de instituições privadas que reclamam a prestação desses serviços. Além disso, por sua localização estratégica, justamente em função da própria cidade de Anápolis ser um centro que reúne diversas instituições de ensino superior, a FAMA serve como instituição formadora de discentes de diversas regiões do país que para ela se dirigem, em especial das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Parte desses estudantes naturalmente regressarão às suas regiões originárias como profissionais qualificados, diminuindo a desigualdade social e estimulando o exercício da cidadania.

O Curso caracteriza-se por definir um modelo de organização curricular de nível superior de graduação que privilegia o princípio da verticalização e as exigências de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e mutante, no sentido de oferecer à sociedade, em conformidade o arcabouço legal em vigor, uma formação profissional de nível superior inter-relacionada com a atualidade dos requisitos profissionais.

Oferecer um curso nesses termos significa viabilizar uma formação profissional pautada no domínio de saberes, de conhecimentos científicos e tecnológicos e de competências profissionais que possam proporcionar aos formandos as condições de inserção e permanência num mundo de trabalho. Um desafio que a cidadania plena impõe.

Nesse contexto, o objetivo geral do Curso de Graduação em Direito da FAMA é formar bacharéis em Direito com elevado preparo científico e tecnológico e com sólida visão humanística, capacitando-os para o exercício das profissões jurídicas, com a valorização da postura ética e cidadã, compromissados com a defesa da democracia, com a responsabilidade socioambiental e com a realização da Justiça.

Este objetivo do curso explicitam os compromissos da IES com a formação integral, tecnológica, humana e científica, bem como com as demandas do setor produtivo da região de inserção da IES.

A proposta do Curso de Graduação em Direito da FAMA ultrapassa os limites da sustentabilidade requeridos pelo Sistema Federal de Ensino, pois a sua efetividade além de criar o alinhamento com os atos reguladores impostos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs, em evidência estes pressupostos ensejadores do exercício da plena liberdade, os quais são moderadores da própria eficácia, sustentados pelos mais elevados padrões de justiça.

Como base de sustentação para o exercício do direito e por vias de consequências à própria administração da justiça, a Constituição Federal do Brasil, dispõe: *“Art. 133. O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.”*

Em oportuno comentário, com proficiência assim preleciona José Afonso da Silva: *“...o princípio da essencialidade do advogado na administração da Justiça é agora mais rígido, parecendo, pois, não mais se admitir postulação judicial por leigos, mesmo em causa própria, salvo falta de advogado que o faça”.*

Muito embora seja procedente o fato de que o egresso do Curso de Graduação em Direito tenha diante de si alternativas para escolha de uma carreira jurídica, originalmente deve habilitar-se para o exercício da advocacia, sobretudo quando o mesmo tem que fazer prova de sua experiência profissional, fato que não ocorre se alheia for à atuação na advocacia.

Dentro desta conjuntura, vale considerar que a própria “Constitucionalidade do Direito” pela instrumentalidade da Constituição Federal de 1988, no plano fático da autonomia dos poderes, dois fatores se estabelecem como princípio de sustentação da própria ordem institucional: a liberdade e a igualdade.

Refletindo sobre a questão em tela, Montesquieu formulou uma questão para o encaminhamento sistemático do estudo da liberdade: *“A liberdade é o direito do fazer tudo o que as leis permitem; e, se um cidadão pudesse fazer o que elas proíbem, ele já não teria liberdade, porque os outros também teriam este poder.”*

Não se podem criar conflitos conceituais, pois enquanto a independência confere ao ser humano a capacidade de contemplar isoladamente as questões, a liberdade confere o poder de articulação de posturas inerentes aos seus próprios anseios. Dentro deste complexo surge os Direitos Humanos e como grande referência fica o desafio pertinente a uma identidade, com os princípios ensejadores da liberdade.

Esta visão não é restritiva, mas amplia-se com a sistematização apresentada por Rousseau e esta muito bem se emoldura em seu festejado Contrato Social, quando assim preleciona: *“Se indagarmos em que consiste precisamente o maior bem de todos, que deve ser o fim de todo sistema de legislação, achar-se-á que se reduz a estes dois objetos principais: A liberdade, porque toda dependência particular é outro tanto de força tirada ao corpo do Estado; a igualdade, porque a liberdade não pode existir sem ela.”*

Toda a ênfase já considerada deve sinalizar para um ponto de reconhecida necessidade, a saber: respeito e valorização do ser humano.

3.3 FORMA DE ACESSO AO CURSO

O ingresso no Curso de Bacharel em Direito na IES se estabelece nos termos da Legislação Brasileira e, para tanto, possui cinco formas distintas, a saber:

3.3.1 Vestibular

O Concurso Vestibular é um processo seletivo de ingresso na IES, em que é avaliado o domínio do candidato sobre conteúdos e competências pertinentes ao ensino médio. Todo candidato que tenha concluído o ensino médio ou equivalente, ou que estejam em processo de conclusão até o início das atividades letivas, pode participar da seleção. O processo seletivo se realiza de maneira tradicional ou agendada.

3.3.2 Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM

Outra forma de acesso se dá por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) do Governo Federal, que possibilita o ingresso pela nota dos últimos 05 anos, desde que seja igual ou superior a 400 pontos.

3.3.3 Programa Universidade para Todos – PROUNI

O Programa Universidade Para Todos (PROUNI) do Governo Federal também possibilita o ingresso de alunos de baixa renda nas Faculdades particulares e comunitárias credenciadas pelo Ministério da Educação com bolsas integrais ou parciais. Para se candidatar é necessário ter concluído o ensino médio ou estar cursando a última série e atender aos critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação.

3.3.4 Transferência

A Transferência Externa é indicada para alunos regularmente matriculados, ou com matrícula trancada em outra IES, cujo curso seja devidamente autorizado ou reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC).

Tais alunos podem solicitar Transferência Externa, em um processo que está condicionado à existência de vagas no curso pretendido. Caso o número de

candidatos seja superior ao número de vagas, o candidato será submetido a um processo seletivo específico.

O aluno matriculado em um dos cursos da FAMA poderá solicitar transferência interna para outro curso, dentro dos prazos previstos no Calendário Escolar, condicionado ao oferecimento de vagas, após ter cumprido pelo menos um período letivo na IES, no momento da solicitação. Existe a necessidade de os alunos ter cursado pelo menos um período pelo fato de a análise ser realizada considerando as informações dos períodos já cursados pelo aluno e ter cumprido as exigências complementares estabelecidas pelo curso de destino.

3.3.5 Portador de Diploma

Candidatos portadores de diploma de curso superior reconhecido pelo MEC podem solicitar Reaproveitamento de Curso. Esta é uma forma de ingresso em que o candidato portador de diploma de nível superior devidamente reconhecido solicita isenção do vestibular para ocupar uma vaga nos cursos da FAMA. Este processo está condicionado à existência de vaga no curso pretendido. Caso o número de vagas seja inferior ao número de candidatos será realizado um processo seletivo específico.

3.4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

As políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa constantes do PDI, estão implantadas no Curso de Graduação em Direito da FAMA por atividades articuladas ao ensino que, em conjunto com as atividades curriculares, favorecem a prática dos conhecimentos teóricos aprendidos durante sua vida acadêmica e que contribuem para a reflexão e confirmação da sua escolha profissional.

A filosofia do Curso de Direito está voltada para resgatar os valores humanistas e oferecer uma base sólida de conhecimento teórico-prático, social e ético, além de uma visão holística, de modo a atender ao mercado de trabalho e à sociedade. O curso organiza-se em um saber amplo de modo a construir e socializar as organizações, e sua gestão por meio da valorização dos potenciais humanos e da otimização dos recursos ambientais e institucionais, em benefício da sociedade.

O processo de planejar e implementar cursos para a educação superior exige, dos que assumem essa tarefa, a consideração de diferentes aspectos, não só relativos à eleição de conteúdos e procedimentos adequados à profissão que se quer formar, mas também quanto às concepções e fundamentos que orientam essas escolhas.

Esses aspectos, no entanto, devem articular-se de modo a construir um todo sincronizado e coerente, que em sentido *stricto* cumpra os objetivos e metas para a construção, de modo efetivo, de uma formação sólida e autônoma para os egressos da FAMA.

O Curso de Graduação em Direito da FAMA traz consigo um elenco de inovações, as quais conferem uma dinâmica singular ao Projeto Pedagógico do Curso – PPC, para assegurar uma maior amplitude do direcionamento dos conteúdos a serem ministrados e nas práticas consideradas fundamentais para uma salutar identidade com as ciências jurídicas.

Buscando assegurar uma maior funcionalidade para a sua proposta, a FAMA sustenta as suas bases inovadoras em três pilares, a saber: o ensino, a pesquisa e a extensão. A articulação desses pilares por certo confere uma maior solidez ao plano pretendido, qual seja o de assegurar a interatividade entre a teoria e a prática, conferindo ao futuro operador do direito, ferramentas que por certo em muito contribuirão para a realização profissional.

A constitucionalização do direito, a partir da edição da Constituição Federal de 1988 tornou-se uma realidade no Brasil, desta forma o acadêmico do Curso de Graduação em Direito precisa estar plenamente capacitado para atuar em diferentes frentes de sustentação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em suas diferentes instâncias de jurisdição, pois o caráter aplicativo dos poderes legitimamente constituídos, inevitavelmente faz por requerer em muitas oportunidades a atuação graduado em direito.

A partir do exposto, são políticas de ensino do Curso de Graduação em Direito:

- I. Oferta de um ensino de graduação generalista, pluralista e interdisciplinar, admitindo as formações profissionais específicas e considerando que

- constituem a base da atuação profissional sólidos conhecimentos dos diversos campos do saber relacionados com cada profissão;
- II. Formação superior caracterizada pela flexibilização dos currículos, pela ação integrada entre a teoria e a prática, pela titulação e qualificação dos docentes e pela adequação da infraestrutura como meios permanentes de aprendizagem;
 - III. Articulação dos projetos institucionais aos interesses da realidade local e regional, concebendo-os em observância às diretrizes curriculares e padrões de qualidade nacionais;
 - IV. Desenvolvimento da análise e ampliação da compreensão crítica dos discentes sobre a realidade, particularmente a realidade do mercado profissional que o discente/egresso irá atuar;
 - V. Promoção da interdisciplinaridade por meio da desconstrução progressiva da visão compartimentalizada do saber;
 - VI. Concepção do conhecimento científico como um conhecimento mutável e em construção, ou seja, sujeito as contestações e mudanças;
 - VII. Desenvolvimento da consciência crítica e incentivo ao espírito investigativo, de colaboração, aptidão e competência para o trabalho em equipe;
 - VIII. Disseminação de princípios para formulação de estratégias que permitam enfrentar os imprevistos, o inesperado e a incerteza, e modificar seu desenvolvimento, em consonância com as informações adquiridas ao longo do tempo;
 - IX. Implementação de instrumentos, estratégias e práticas de avaliação da qualidade e dos processos de ensino-aprendizagem;
 - X. Implementação de programas de desenvolvimento acadêmico, de monitoria e de iniciação científica, visando ao aprimoramento da aprendizagem do discente, sempre sob a orientação de docentes compatíveis com a atividade em curso;
 - XI. Adoção de mecanismos especiais voltados para a recuperação das deficiências de formação do ingressante, e ainda mecanismos que evitem a repetência e a evasão; e,

XII. Inclusão de atividades complementares nas matrizes curriculares dos cursos de graduação, visando ao aproveitamento das experiências científicas e culturais extraclasse, vivenciadas ao longo do curso, dentro e fora da instituição.

3.4.1 Política Institucional de Expansão

A dimensão didático-pedagógica do PPC complementa-se com uma infraestrutura voltada para o ensino, a pesquisa e a extensão (nos respectivos níveis estabelecidos pelo PDI), além da disseminação e produção de conhecimentos.

A FAMA prima pela modernidade, acessibilidade e constante atualização de suas instalações físicas, como: laboratórios totalmente equipados, específicos para cada área do conhecimento; biblioteca com espaço para estudos individual e em grupo, além de acervo disponibilizado via Internet e acervo físico, equipamentos de informática, infraestrutura de segurança, condições de acesso para pessoas com deficiências, além de salas de conferência e/ou auditórios.

A gestão da Infraestrutura é feita por meio da Diretoria institucional, que operacionaliza as decisões tomadas conjuntamente por diversos profissionais, dentre eles, Coordenadores de Cursos e Supervisores responsáveis pelos outros setores acadêmico-administrativos.

3.4.2 Implementação das Políticas Institucionais Constantes no PDI

O planejamento econômico-financeiro da FAMA é elaborado por uma equipe multidisciplinar, sob a coordenação e supervisão de sua Diretoria. Sua elaboração leva em consideração a experiência dos Diretores na Gestão de IES, resultando na adoção de indicadores de receitas e despesas compatíveis com a realidade observada na grande maioria das IES brasileiras. O Planejamento Econômico-Financeiro encontra-se detalhado no PDI e no Plano Diretor Financeiro.

O planejamento busca atender à diversidade do sistema de educação superior e respeitar a identidade das instituições que o compõem. Considera, assim, as especificidades das diferentes organizações acadêmicas, a partir do foco conferido ao

Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e aos processos de avaliação institucional (interna e externa). O instrumento está organizado em cinco eixos:

- Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional;
- Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional;
- Eixo 3 – Políticas Acadêmicas;
- Eixo 4 – Políticas de Gestão; e,
- Eixo 5 – Infraestrutura.

3.4.3 Implementação das Políticas Institucionais no Âmbito do Curso

A proposta do PPC do Curso de Direito da FAMA traz consigo um elenco de inovações, as quais conferem uma dinâmica singular ao curso, para assegurar uma maior amplitude do direcionamento dos conteúdos a serem ministrados e nas práticas consideradas fundamentais para uma salutar identidade com as ciências jurídicas.

Buscando assegurar uma maior funcionalidade para a sua proposta, a FAMA sustenta as suas bases inovadoras em três pilares, a saber: o ensino, a pesquisa e a extensão. A articulação desses pilares por certo confere uma maior solidez ao plano pretendido, qual seja o de assegurar a interatividade entre a teoria e a prática, conferindo ao futuro operador do direito, ferramentas que por certo em muito contribuirão para a realização profissional.

A constitucionalização do direito, a partir da edição da Constituição Federal de 1988 tornou-se uma realidade no Brasil, desta forma o acadêmico do Curso de Graduação em Direito precisa estar plenamente capacitado para atuar em diferentes frentes de sustentação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em suas diferentes instâncias de jurisdição, pois o caráter aplicativo dos poderes legitimamente constituídos, inevitavelmente faz por requerer em muitas oportunidades a atuação do operador do direito.

Sem justiça social é impossível aperfeiçoar os institutos democráticos de direito, pois são os mesmos instrumentos da organização da nova estrutura que se impõe em tempos de Pós-Modernidade, pois a compatibilidade de ideais de liberdade deve assegurar ao cidadão o seu crescimento ideológico, para assim conjugar os ideais democráticos, com a efetiva racionalidade.

Com grande ênfase espera a FAMA estar contribuindo para a formação de profissionais que por certo atuarão sob os fundamentos do direito e efetivamente comprometidos com a eficácia da justiça, com os condicionantes assegurados pelo Curso de Graduação em Direito, valendo sempre da conjugação da Liberdade e da Igualdade, constituindo um grande imperativo para os tempos pós-modernos.

O PPC do Curso de Graduação em Direito contempla em sua proposta a formação inicial, a continuidade do aprendizado e o desenvolvimento permanente do educando. O curso apresenta um currículo integrado às necessidades de mercado, em constante análise e atualização, sendo orientado para a confecção das melhores ações entre teoria e prática, o que pode ser comprovado por suas atividades interdisciplinares, presentes em diversos momentos do curso e pela flexibilidade do currículo desenvolvida por meio das Atividades Complementares e Disciplinas Optativas. Assim sendo, seguindo o PDI, o curso possui várias políticas institucionais para garantir o alcance do perfil do egresso definido neste projeto.

Assim sendo, a relação da missão com a área de atuação da IES pode ser detalhada conforme demonstrado a seguir:

Tabela 06. Missão e sua relação com a área de atuação da FAMA

Características da Missão	Relação com a Área de Atuação da FAMA
<p>Desenvolvimento integral da pessoa humana</p>	<p>A FAMA tem como a sua principal atuação o desenvolvimento integral da pessoa humana. Este desenvolvimento se dá por meio do ensino realizado nos cursos da FAMA, pelas políticas de ensino, de extensão, de pesquisa, pela dinâmica de cada curso, pela gestão acadêmica e pela extensão que acontece nas diversas atividades promovidas pela IES.</p> <p>O termo integral tem sentido para a FAMA, pois a IES se propõe à formação de cidadãos, de profissionais qualificados e preparados para o mercado de trabalho, além da formação das competências e habilidades exigidas para cada curso.</p> <p>A FAMA preza pelo desenvolvimento pessoal de seus diversos <i>stakeholders</i>. No caso do grupo de alunos dos cursos de graduação, estes recebem diversas oportunidades de desenvolvimento pessoal, desde cursos de extensão para dar suporte ao curso de graduação, como por exemplo, cursos de Excel, Excel avançado, interpretação de texto etc, até cursos de desenvolvimento interpessoal, entre outros.</p> <p>Com relação ao corpo docente e Técnico-Administrativo, a FAMA propicia capacitações contínuas visando ao desenvolvimento pessoal de seus colaboradores.</p>

Desenvolvimento da sociedade	<p>A FAMA entende que ao desenvolver a pessoa humana de maneira integral, esta ação ecoa na sociedade e, neste sentido, traz elementos de transformação. Além das diversas atividades desenvolvidas pela IES com impacto direto na sociedade, sendo considerada uma instituição cidadã.</p> <p>A FAMA entende que quando se investe na educação de adultos, a sociedade (e as famílias destes adultos), de maneira geral, receberá os benefícios e, neste sentido, ter-se-á a evolução da humanidade, começando pela inserção local, regional, nacional e até internacional de seus alunos na comunidade.</p>
Atuação em diversas áreas do conhecimento	<p>A FAMA possui cursos que fazem parte das diversas áreas de conhecimento e pretende ampliar este universo com o pedido de mais cursos conforme estabelecido no Planejamento Institucional.</p>
Foco na Educação Responsável, Inovação e Sustentabilidade	<p>A FAMA tem foco na educação responsável, cidadã, inclusiva e que tem o objetivo de transformar a sociedade de maneira equânime. Também, utiliza-se de elementos de inovação para os seus processos de gestão, visando sempre a sustentabilidade.</p>
Foco nos Valores	<p>Dentre os valores definidos pela FAMA, os principais são: Ética, Respeito, Honestidade e Transparência. Estes valores fazem parte da cultura da FAMA. Ações têm sido empreendidas no âmbito da gestão de pessoas para a incorporação dos valores, como por exemplo: promoção entre os colaboradores de <i>feedback</i> contínuo com vistas ao aprimoramento profissional do colaborador.</p> <p>Com o corpo discente, os cursos têm implementado estratégias de aperfeiçoamento técnico e profissional como, por exemplo: <i>feedbacks</i> aos alunos com relação ao seu desempenho acadêmico por meio de apresentações etc.</p>

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2023)

Todas as ações desenvolvidas são comprovadas através de ferramentas, como por exemplo: a política de ensino pode ser percebida através do índice de aprovação dos alunos e das atividades avaliativas, a política de extensão através dos projetos e relatórios das ações desenvolvidas, estas que podem ser em relação às ações sociais, às publicações e participações dos docentes e discentes em apresentações em congressos, seminários e outros. E, por fim, as políticas de pesquisa podem ser verificadas através dos artigos e resumos desenvolvidos no Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), ou também nos relatórios de atuação dos estágios supervisionados a partir dos relatórios de campo.

3.5 OBJETIVOS DO CURSO

O Projeto Pedagógico do Curso – PPC, segue as diretrizes curriculares aprovadas pela Resolução do CNE/CES Nº 5 de 17 de dezembro de 2018, está implementado considerando o perfil profissional do egresso, a estrutura curricular, o

contexto educacional, características locais e regionais e novas práticas emergentes no campo do conhecimento relacionado ao curso, e apresenta os seguintes objetivos:

3.5.1 Objetivo Geral

O Curso de Graduação em Direito da FAMA tem como objetivo formar profissionais habilitados para análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do direito, restauração da justiça e ao desenvolvimento da cidadania.

3.5.2 Objetivos Específicos

- I. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico, da visão crítica e do pensamento reflexivo dentro de uma formação pós-moderna;
- II. Promover o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e os regionais, prestando serviços à sociedade e estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade;
- III. Proporcionar o exercício de uma práxis jurídica ligada à complexidade do contexto atual, em uma perspectiva interdisciplinar;
- IV. Incentivar a interpretação, a integração e a aplicação do Direito no modelo hermenêutico pós-dogmático, associando o direito privado com o direito público, em uma relação do Direito e da Moral, com subsequente compreensão dos valores éticos emanados de ambos.
- V. Valer-se do raciocínio jurídico, da argumentação, da persuasão e de reflexão críticozetética, desenvolvendo também a capacidade de pensar, compreender e construir as ideias para a perfeita assimilação dos problemas e dos valores da época em que se vive;

- VI. Conhecer os aspectos teóricos e práticos das teorias pós-modernas do Direito, para o fim de aprender e de contrapor o pensamento crítico na solução de questões jurídicas como uma formulação aberta, que permita variadas soluções, a fim de encontrar a que seja a mais adequada a cada caso;
- VII. Capacitar o futuro jurista para conceber o ordenamento através do pensamento científico e cultural, para o fim de utilizá-lo adequadamente no exercício do seu mister, permitindo utilização da criatividade e a necessária independência intelectual para que traga consigo a inovação e a adaptação às novas necessidades sociais;
- VIII. Interpretar corretamente as cláusulas gerais e a funcionalização dos direitos subjetivos;
- IX. Preservar a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão;
- X. Desenvolver competências e habilidades para que o acadêmico seja capaz de expressar ideias complexas sobre a realidade e argumentar na defesa dos interesses da sociedade.

3.6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.

O egresso do Curso de Graduação em Direito da FAMA deverá apresentar uma sólida formação geral, humanística, com capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania.

Tal formação qualifica-o para a existência humana em suas várias vertentes, com destaque para o desenvolvimento das dimensões que o exercício da cidadania contém, pautando-se, sempre, pelo primado da conduta ética, associada à responsabilidade social e profissional.

Aliando o conhecimento científico ao empírico, adquiridos na academia a partir de uma abordagem caracterizada pela interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, na qual os conhecimentos obtidos em sala de aula são aplicados aos estudos de casos

simulados, bem como à efetiva participação no acompanhamento de casos concretos, das práticas jurídicas regulares e emergentes das disciplinas estágio supervisionado, o egresso em Direito pela FAMA apresenta, ainda, substancial capacidade para apresentação de soluções jurídica inteligentes e seguras no cenário jurídico regional que é, em grande parte voltado para as demandas de natureza empresarial, oriundas do forte setor industrial e farmoquímico da região.

Nesse sentido, o egresso do Curso de Direito da FAMA, com formação humanística, técnico-jurídicas e prática, indispensável à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais, deverá assim que se formar:

- I. Demonstrar senso ético-profissional, associado à responsabilidade social, com a compreensão da causalidade e finalidade das normas jurídicas, e à busca constante da libertação do homem e do aprimoramento da sociedade, respeitando a diversidade de pensamentos, culturas, raças, gênero e crenças;
- II. Interpretar e produzir textos dentro de um contexto de interação social e jurídica;
- III. Apreender, transmitir, criticar e produzir criativamente no Direito, de forma articulada com o raciocínio lógico e consciência da necessidade de permanente atualização;
- IV. Resolver situações complexas e que necessitam de responsabilidade, espírito crítico e ético;
- V. Pesquisar e utilizar, de maneira independente, a legislação, a jurisprudência e todas as fontes do Direito;
- VI. Estabelecer estratégias destinadas a equacionar problemas, tomar decisões e buscar soluções em harmonia com as exigências sociais, entre as quais as relacionadas à discriminação em suas diferentes formas;
- VII. Desenvolver formas extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos;
- VIII. Utilizar, corretamente, as terminologias jurídicas;
- IX. Demonstrar visão atualizada de mundo e, em particular, consciência dos problemas de seu tempo e de seu espaço incluídos os relacionados ao meio ambiente;

- X. Atuar individualmente, mas de modo associado e coletivo no processo comunicativo próprio ao seu exercício profissional;
- XI. Dominar a gênese, os fundamentos, a evolução e o conteúdo do ordenamento jurídico vigente;
- XII. Dominar tecnologias e instrumentos necessários à compreensão e aplicação dos princípios e normas jurídicas.
- XIII. Compreender o cenário jurídico de forma ampla na aplicação de conceitos, princípios e normas, para a promoção da justiça social.

Um profissional de Direito competente deve possuir como perfil:

1. Agir com ética;
2. Analisar criticamente as diversas situações do mundo jurídico;
3. Aplicar a interdisciplinaridade, de forma interagir com as demais ciências;
4. Participar da construção de uma sociedade mais humana e justa;
5. Ser um transformador ativo, engajado no processo contínuo pela busca da justiça social.

Fazer de cada bacharel em Direito um agente da transformação social constitui o maior diferencial proposto pela FAMA no Curso de Graduação em Direito, conjugando a teoria e a prática, um meio de sintonia entre as carências e oportunidades irradiadas pela própria sociedade.

Como síntese do seu compromisso, a FAMA busca, dentro do contexto da realidade cultural da pós-modernidade, assegurar um ensino jurídico plasmado pelas normas educacionais vigentes no Século XXI, para que o profissional desempenhe suas funções em conformidade com os princípios humanistas e éticos.

Nesse sentido, o perfil profissional do egresso da FAMA é concebido a fim de proporcionar ao aluno a capacidade de integrar à sua prática profissional aos aspectos históricos e regionais que implicam em dinâmicas de formação acadêmico-profissionais próprias e, considerando as características locais da cidade de Anápolis, uma cidade polo industrial e comercial.

3.7 HABILIDADES E COMPETÊNCIAS DO CURSO

Atualmente é imprescindível que as Instituições de Ensino Superior proporcionem um ambiente no qual o acadêmico possa desenvolver suas habilidades e competência de acordo com a demanda do mercado de trabalho, mais específico, da sua profissão. Ou seja, proporcionar aos discentes competências e habilidades para o exercício profissional e que possa interagir nos mais diversos espaços de atuação.

O curso de graduação em Direito da FAMA, possibilita a formação profissional que revele, as competências cognitivas, instrumentais e interpessoais, que capacitem o egresso a:

- I. interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;
- II. demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- III. demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;
- IV. dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;
- V. adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;
- VI. desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;
- VII. compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- VIII. atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- IX. utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;

- X. aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;
- XI. compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;
- XII. possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;
- XIII. desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar; e
- XIV. apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

Nesse contexto, o Curso de Graduação em Direito da FAMA desenvolve no egresso atitudes e habilidades necessárias para a realização de processos básicos, intermediários e avançados da profissão a partir das necessidades do cliente, aplicando conhecimentos teóricos que alicerçam a prática e o exercício da profissão.

Alinhados ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), às habilidades e competências para atuação profissional o(a) estudante concluinte da FAMA desenvolve, no processo de formação, competências para:

- I. Identificar o fenômeno jurídico e seus efeitos;
- II. Ler, compreender e elaborar textos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das técnicas e dos métodos pertinentes;
- III. Analisar e compreender situações jurídicas mediante o uso de legislação, jurisprudência, doutrina e demais fontes do Direito;
- IV. Desenvolver argumentação e raciocínio jurídicos adequados e coerentes;
- V. Compreender, de forma interdisciplinar, os fenômenos políticos, sociais, econômicos, entre outros, considerando-os na criação, na interpretação e na aplicação do Direito;
- VI. Inter-relacionar fundamentos filosóficos, sociológicos, axiológicos e teóricos do Direito com sua implicação prática;
- VII. Exercer atuação técnico-jurídicas em diferentes instâncias (administrativas, privadas ou judiciais), com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- VIII. Atuar em solução de controvérsias e na tomada de decisões;
- IX. Compreender o impacto das tecnologias no Direito;

- X. Realizar atividades de pesquisa e de extensão jurídicas, com aplicação de fundamentos, métodos e técnicas científicas.

3.8 PROPOSTA CURRICULAR

A proposta curricular para o Curso de Graduação em Direito, estabelece expressamente as condições para sua efetiva conclusão e integralização curricular. Seguindo o regime semestral. O curso está organizado para alcançar seus objetivos tendo em vista, além das legislações vigentes aplicadas ao ensino superior, o Regimento da IES e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), como determinado no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

O currículo do curso foi concebido na perspectiva da educação continuada, como uma realidade dinâmica, flexível, propiciando a integração da teoria e da prática, o diálogo entre as diferentes ciências e saberes, e as atividades facilitadoras da construção de competências.

A organização curricular seguiu os princípios de:

- I. Flexibilização;
- II. Interdisciplinaridade;
- III. Acessibilidade Metodológica;
- IV. Contextualização.

A flexibilização curricular possibilita a ampliação dos horizontes do conhecimento e o desenvolvimento de uma visão crítica mais abrangente, pois permite ao aluno ir além de seu campo específico de atuação profissional, oferecendo condições de acesso a conhecimentos, habilidades e atitudes formativas em outras áreas profissionais. A flexibilização traz a possibilidade de suavizar a estrutura curricular do Curso, favorecendo ao aluno a realização de percursos formativos diferenciados, possibilitando a escolha dentre as múltiplas atividades acadêmicas que são oferecidas pela Faculdade, tais como: visitas técnicas, cursos de extensão, vídeos, dentre outras.

A flexibilização curricular permite também a adaptação às diferenças individuais, respeitando os diversos ritmos de aprendizagem, integrando as dessemelhanças locais e os distintos contextos culturais, garantindo um currículo que

funcione como um fluxo articulado de aquisição de saber, num período finito de tempo, tendo como base a diversidade e o dinamismo.

No curso, o universo de atividades complementares se estrutura dentro e fora da FAMA e são organizadas, articuladas não só às atividades específicas desenvolvidas pelas disciplinas (seminários direcionados ao conteúdo programático, visita de profissionais à sala de aula para debates sobre técnicas e tecnologias específicas, atividades externas para a produção e captação de material etc.), como também às atividades do próprio curso, com vias a promover o feedback entre mercado e academia.

A interdisciplinaridade propicia o diálogo entre os vários campos do conhecimento e a integração do saber. Supera uma organização curricular tradicional, que coloca as disciplinas como realidades estanques, fragmentadas, isoladas e dificulta a apropriação do conhecimento pelo aluno. O ensino baseado na interdisciplinaridade tem poder estruturador, pois, as definições, os contextos e os procedimentos estudados pelos alunos serão organizados em torno de unidades mais globais, que agregam estruturas de conceitos e metodologias compartilhadas por várias disciplinas, capacitando os alunos para enfrentar problemas que transcendem os limites de uma disciplina concreta. Além disso, a interdisciplinaridade favorece a realização de transferências das aprendizagens já adquiridas em outros contextos e amplia a motivação para aprender. Adicionalmente, as disciplinas do curso estão inter-relacionadas e se integram em função dos objetivos do curso e do perfil do egresso.

A contextualização busca a adequação do currículo às características dos alunos e do ambiente socioeconômico e cultural, permitindo relacionar as atividades curriculares com o cotidiano dos alunos e com o contexto social. Para atender a esse princípio, busca-se adequar o processo ensino-aprendizagem à realidade local e regional, articulando as diferentes ações curriculares às características, demandas e necessidades de cada contexto. Desenvolvem-se estratégias para articular o processo de ensino à realidade dos alunos, propiciando uma aprendizagem referida aos diferentes âmbitos e dimensões da vida pessoal, social e cultural dos discentes.

O currículo foi idealizado de forma que haja o sequenciamento lógico das disciplinas, objetivando preparar os acadêmicos para atuar em diferentes áreas de conhecimento do curso. Ressalta-se que este sequenciamento possibilita a formação

paulatina e continuada do profissional desejado. A carga horária de cada disciplina foi baseada nos conteúdos programáticos necessário para a formação do profissional, assim como na sua complexidade e importância para atingir o perfil profissional desejado. Verifica-se que nos semestres letivos existe uma distribuição ponderada de horas para as disciplinas, permitindo aos alunos do curso o desenvolvimento pleno, tanto de suas atividades de ensino, quanto das atividades de extensão e iniciação científica. Todas as etapas de formação visam fornecer ao profissional uma bagagem com todas as habilidades e conhecimentos que o tornarão apto a atender os objetivos delineados quando da concepção do curso.

No que concerne à carga horária total do curso, a mesma é condizente com toda a bagagem de conhecimentos que o profissional precisa desenvolver com vistas à sua inserção no mercado de trabalho e atendendo inteiramente a legislação vigente. Objetivamente, as atividades são desenvolvidas no curso, valorizando metodologias inovadoras que não se restrinjam a aulas expositivas, e que, efetivamente, permitam o desenvolvimento das competências e habilidades delineadas para a formação, bem como, atendem a acessibilidade pedagógica e atitudinal e promovam a interdisciplinaridade, a articulação teórico-prática e a flexibilidade curricular.

Estas são as principais prioridades da Coordenação do Curso, objetivando a formação do profissional capaz de colocar em ação os conhecimentos e valores adquiridos para desempenhar com eficácia e eficiência as competências profissionais adequando às necessidades do mercado de trabalho.

Para o Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade Metodológica e Instrumental, destacam-se as políticas institucionais de acessibilidade para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais e para atendimento aos alunos com deficiência ou com dificuldades específicas de aprendizagem e o Núcleo de Apoio e Atendimento Psicopedagógico (NAP).

3.8.1 Princípios Curriculares

A partir do estabelecimento de diretrizes, a FAMA definiu os princípios a seguir, que constituem os pressupostos teórico-metodológicos do currículo de seu Curso de Graduação em Direito:

3.8.1.1 Ética e Cidadania

No que diz respeito à formação social ou humanística e ética do aluno, o projeto curricular apresenta não apenas conteúdos exclusivos de cunho social, mas sugere uma interação das unidades temáticas a esses aspectos, uma vez que todos os docentes deverão estar engajados no processo educacional. Assim, a consciência social, ética, de cidadania, de humanismo, serão abordadas em todas as unidades temáticas, sendo de responsabilidade de todos os docentes.

3.8.1.2 Incentivo à Prática Investigativa

Durante sua formação, o aluno poderá trabalhar dentro do espírito científico que se desenvolve gradativamente, com o exercitar da metodologia científica no tratamento dos conteúdos, quer seja nas unidades temáticas ou atividades complementares.

3.8.1.3 Concentração das matérias curriculares em conteúdo de Direito

As áreas básicas e profissionalizantes e sua localização no currículo precisam ser atendidas de forma dinâmica e permanente, integrada durante todo o transcorrer do curso; isto é, na solução de cada situação concreta de Direito, deve existir obrigatoriamente um enfoque abrangente que comporte todos os segmentos das áreas básicas e profissionalizantes pertinentes, respeitando e suprindo o nível de estágio do conhecimento do aluno.

3.8.1.4 Relação orgânica entre teoria e prática

A prática no Curso de Bacharelado em Direito em nenhum momento deverá dissociar-se da teoria. A busca pela melhoria do desempenho educacional e a resolução dos problemas educacionais devem estar sempre alicerçadas em sólido conhecimento científico.

3.8.1.5 Interdisciplinaridade

Os docentes das disciplinas ministradas para o Curso de Bacharelado em Direito devem ser articulados para constantemente revisarem a dinâmica de integração e a eficácia no processo de aprendizagem, demonstrando que a estrutura curricular do curso está organizada de forma a promover o trabalho integrado entre as diversas áreas que compõem a matriz curricular. As situações geradas a partir desta integração irão proporcionar um ambiente de diálogo entre saberes de diferentes campos do conhecimento, alterando substancialmente a prática pedagógica dos professores que, por força das exigências curriculares, passarão a trabalhar de forma mais integrada e coletiva.

3.8.1.6 Flexibilidade curricular

O aluno terá a possibilidade de garantir a plenificação do seu currículo por meio de atividades complementares, a exemplo de: monitorias e estágios extracurriculares; programas de iniciação científica; estudos complementares; cursos realizados em áreas afins; participação em eventos científicos no campo da educação; cursos sequenciais correlatos à área; e outros.

3.9 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do Curso de Graduação em Direito da FAMA foi concebida através das Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs, disciplinada através da Resolução CNE/CES Nº 5 de 17 de dezembro de 2018 e da Resolução Nº2 de 19 de abril de 2021.

A estrutura curricular do Curso está construída na perspectiva interdisciplinar do processo ensino/aprendizagem, onde o objetivo maior é proporcionar, durante todo o curso, situações problema e projetos interdisciplinares para que o aluno vivencie a prática.

Considerando que a região onde está sedimentada a cidade de Anápolis – GO tem a sua economia centrada no agronegócio, na indústria e na prestação de serviços,

razão pela qual a proposta da FAMA para o Curso de Graduação em Direito foi a de estabelecer uma linha de concepção que possa contemplar a atividade negocial, considerando estar respaldada pelo próprio segmento da atividade econômica da empresa.

Na concepção da Matriz Curricular foi levado em consideração a alteração do Art. 5º da Resolução CNE/CES Nº5/2018, pela Resolução Nº 2, de 19 de abril de 2021 no que concerne ao estabelecimento dos conteúdos e atividades que atendam às perspectivas formativas em formação geral, técnico-jurídico e prático-profissional que dão sustentação ao Curso de Graduação em Direito como um todo, priorizando a interdisciplinaridade e a articulação dos saberes.

Em relação à interdisciplinaridade, a proposta é para a inter-relação entre as disciplinas, cujos conteúdos se interagem harmonicamente, construindo assim um elo que nutre o conhecimento. Portanto, na evolução do Curso de Graduação em Direito, a interdisciplinaridade acontecer com intensidade, porém, sempre procurando evitar as repetições de temas, mas sim, desenvolvendo-os de forma mais ampla. Trata-se de uma prática que se constrói no âmbito do ensino, uma atividade tão flexível quanto outros pontos de apoio do processo formativo, de modo a abranger os múltiplos saberes da atividade acadêmico-científica e tecnológica.

A interdisciplinaridade não é um saber único e organizado, nem uma reunião ou abandono de disciplinas, mas uma forma de se conceber o conhecimento, que as disciplinas, isoladamente, não conseguem atingir e que surge da comunicação entre elas. Para que se obtenha esse olhar interdisciplinar do conhecimento é necessário ensino, pesquisa, as mudanças de comportamento, o trabalho em equipe e, principalmente, um projeto que oportunize a sua ação.

A interdisciplinaridade do Curso de Direito na FAMA integra os conteúdos das disciplinas em comum, tornando a concepção de conteúdos de forma unitária. As disciplinas específicas e básicas estabelecem uma complementaridade entre si. As disciplinas em contato são modificadas, e passam a depender claramente umas das outras, resultando no enriquecimento recíproco e na transformação de suas metodologias de pesquisa e conceitos.

Já a Transdisciplinaridade no Curso de Direito trabalha os temas transversais dos parâmetros curriculares incluindo Ética, História, Sociologia, Antropologia,

Filosofia, Educação Ambiental, Direitos Humanos, Relações Étnico-raciais, Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, Saúde, Diversidades e Orientação sexual e Educação Ambiental. Estes expressam conceitos e valores fundamentais à democracia e à cidadania e correspondem a questões importantes e urgentes para a sociedade brasileira de hoje, presentes em diferentes formas na vida cotidiana.

A Disciplina Libras está inserida na estrutura curricular do Curso como disciplina optativa, conforme preconiza o Decreto 5.626/2005. Cabe a ressalva que consta do calendário de atividades de extensão a oferta de LIBRAS de forma gratuita a comunidade acadêmica visando à formação e capacitação não só do futuro profissional, mas também administrativos que trabalham no atendimento e suporte à comunidade interessada na inclusão.

Assim, no Curso de Graduação em Direito esses temas são trabalhados em disciplinas específicas e obrigatórias, perpassando, também, entre as disciplinas de núcleo básico e, até mesmo, entre as disciplinas específicas do curso, além de estarem contemplados nos programas de extensão da instituição.

Além destes temas, também são desenvolvidos os temas locais, que visam tratar de conhecimentos vinculados às características regionais do futuro profissional. Eles devem ser recolhidos a partir do interesse específico de determinada realidade, podendo ser definidos no âmbito do estado, cidade ou da região. Uma vez feito esse reconhecimento dos temas, dá-se o mesmo tratamento que outros temas transversais.

Uma vez dispondo de uma Matriz Curricular com efetiva amplitude na geração do conhecimento, o Curso de Graduação em Direito da FAMA, utiliza da flexibilidade como uma forte aliada para o desenvolvimento do próprio Projeto Pedagógico do Curso – PPC. A estrutura curricular flexível no Curso de Direito é expressa por diferentes estratégias de desenvolvimento da prática pedagógica, a saber: aulas expositivas, atividades práticas e de campo; organização de debates, exercícios e trabalhos nas aulas teóricas e práticas; as disciplinas optativas; as atividades complementares; na iniciação científica; na extensão; entre outros. Recursos adicionais como vídeos, aulas com recursos computacionais e uso de projetor multimídia, visitas técnicas, palestras, seminários e trabalhos de campo complementam o desenvolvimento do curso e integram a teoria e a prática.

Dentre as possibilidades de oferta do currículo, em face da perspectiva de flexibilização, a FAMA optou pela oferta semestral. Vale lembrar que o semestre é entendido como sendo um conjunto didático-pedagógico sistematicamente organizado para o desenvolvimento de competências profissionais significativas.

No intuito de aliar a teoria com a prática, a FAMA estimula a discussão de casos hipotéticos e de situações fáticas, buscando integrar o acadêmico à linha da análise e encaminhamento para a carreira profissional, considerando a complexidade com a qual os fatos se alinham e se projetam. No Curso de Graduação em Direito os alunos integram o Núcleo de Prática Jurídica – NPJ, onde desenvolvem atividades jurídicas, sempre sob a orientação dos docentes vinculados ao setor, contando o NPJ com um coordenador específico.

Quanto a ambientação a modalidade EaD, ao receber os acadêmicos ingressantes, a FAMA busca adicioná-lo a ambientação acadêmica direcionando-o de forma a atender as necessidades primeiras de quem ingressa no ensino superior em um dos cursos desta IES, através de atividades pré-definidas. O mecanismo de familiarização com a modalidade a distância utilizado no curso é feito através de um primeiro encontro com o professor, por meio deste, é apresentado a disciplina, assim como o ambiente de aprendizagem, a ambientação. A disciplina, integralizada no ambiente virtual de aprendizado (AVA) traz ainda ao aluno informações específicas da modalidade do curso, os 'atores' envolvidos no curso EaD, aspectos acadêmicos e administrativos tudo isto visando nortear o aluno na integralização do curso.

3.9.1 Matriz Curricular

A matriz curricular do Curso de Direito da FAMA está construída baseada no processo ensino/aprendizagem. Em cada período são ofertados conteúdos que contemplam os ciclos de formação, ocorrendo agrupamentos interdisciplinares de duas, três ou mais disciplinas durante o semestre. Essa articulação ocorre de forma similar entre os diferentes semestres e entre os ciclos. Sendo que as interdisciplinaridades ocorrem entre disciplinas oferecidas num mesmo período, enquanto que as transdisciplinaridades ocorrem entre disciplinas oferecidas em períodos letivos anteriores.

Outro aspecto que o colegiado do Curso de Graduação em Direito trabalhou para que a estrutura curricular do curso pudesse ser integralizada, foram as aulas práticas. Estas podem tanto envolver experiências realizadas nas dependências institucionais, como o Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ, bem como atividades extraclasse, que permitam aos alunos visualizarem a prática associando-a aos conteúdos teóricos apresentados em sala de aula.

Por fim, para além das atividades acadêmicas que compõem as disciplinas obrigatórias e complementares, o colegiado desenvolve programas de extensão, visando envolver os alunos e professores nas atividades de forma integrada e interdisciplinar.

A carga horária do Curso de Direito da FAMA é de 4.560 horas/aula ou 3.800 horas/relógio, atendendo ao proposto na Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007. Estão compostas, ainda na carga horária total do curso, os Estágios Supervisionados que perfazem 7,9%, as atividades de Práticas Jurídicas que perfazem 5,3% da carga horária e as Atividades Complementares que correspondem a 4,4% da carga horária total do curso.

O Curso de Direito da FAMA atende a Portaria nº 2.117, de 06 de dezembro de 2019 que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância – EaD em cursos de graduação presenciais. Neste contexto o curso oferta 660 Horas/aula ou 550 Horas/Relógio de disciplinas nesta modalidade, que corresponde à 14,47% da carga horária total do curso, com o objetivo de dinamizar as formas de aprendizado, garantindo aos alunos acesso à metodologias inovadoras e tecnológicas, que se revelem como oportunidade pedagógica para construção de aprendizagens em ambiente virtual, garantido a possibilidade de acompanhamento do conteúdo a partir de qualquer lugar com acesso à internet.

Tabela 07. Matriz Curricular do Curso de Graduação em Direito
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

1º PERÍODO	CH TEORIA	EAD	PRÁTICA JURÍDICA	ESTÁGIO	EXTENSÃO	ATV. COMP	CH TOTAL
Atividades Complementares I	**	**	**	**	**	40	40
Ciência Política e Teoria do Estado	60	**	**	**	**	**	60
Fundamentos da Economia	**	60	**	**	**	**	60
Língua Portuguesa	**	60	**	**	**	**	60

Projeto Integrador I	20		**	**	60	**	80
Psicologia e Comportamento organizacional	**	60	**	**	**	**	60
Teoria e Fundamentos da Constituição	60	**	**	**	**	**	60
Teoria Geral do Direito	60	**	**	**	**	**	60
CARGA HORÁRIA	200	180	0	0	60	40	480

2º PERÍODO	CH TEORIA	EAD	PRÁTICA JURÍDICA	ESTÁGIO	EXTENSÃO	ATV. COMP	CH TOTAL
Atividades Complementares II	**	**	**	**	**	40	40
Direito Civil I	60	**	**	**	**	**	60
Direito Penal I	60	**	**	**	**	**	60
Entes Federativos e Seus Poderes	60	**	**	**	**	**	60
Filosofia, Ética e Direitos humanos	**	60	**	**	**	**	60
Hermenêutica e Argumentação Jurídica	60	**	**	**	**	**	60
Metodologia Científica	**	60	**	**	**	**	60
Projeto Integrador II	20	**	**	**	60	**	80
CARGA HORÁRIA	260	120	0	0	60	40	480

3º PERÍODO	CH TEORIA	EAD	PRÁTICA JURÍDICA	ESTÁGIO	EXTENSÃO	ATV. COMP	CH TOTAL
Atividades Complementares III	**	**	**	**	**	40	40
Direito Civil II	60	**	**	**	**	**	60
Direito Penal II	60	**	**	**	**	**	60
Filosofia do Direito	**	60	**	**	**	**	60
Instituições Democráticas e Ordens Constitucionais	60	**	**	**	**	**	60
Projeto Integrador III	20	**	**	**	60	**	80
Sociologia, Antropologia e Relações Étnico-Racial	**	60	**	**	**	**	60
Teoria Geral do Processo	60	**	**	**	**	**	60
CARGA HORÁRIA	260	120	0	0	60	40	480

4º PERÍODO	CH TEORIA	EAD	PRÁTICA JURÍDICA	ESTÁGIO	EXTENSÃO	ATV. COMP	CH TOTAL
Atividades Complementares IV	**	**	**	**	**	40	40
Direito Civil III	60	**	**	**	**	**	60
Direito Eleitoral	60	**	**	**	**	**	60
Direito Penal III	60	**	**	**	**	**	60
Direito Processual Civil I	60	**	**	**	**	**	60
Projeto Integrador IV	20	**	**	**	60	**	80
Responsabilidade Social e Meio Ambiente	**	60	**	**	**	**	60
Sociologia do Direito	**	60	**	**	**	**	60
CARGA HORÁRIA	260	120	0	0	60	40	480

5º PERÍODO	CH TEORIA	EAD	PRÁTICA JURIDICA	ESTÁGIO	EXTENSÃO	ATV. COMP	CH TOTAL
Atividades Complementares V	**	**	**	**	**	40	40
Direito Civil IV	60	**	**	**	**	**	60
Direito Empresarial I	60	**	**	**	**	**	60
Direito Penal IV	60	**	**	**	**	**	60
Direito Processual Civil II	60	**	**	**	**	**	60
Direito Processual Penal I	60	**	**	**	**	**	60
Projeto Integrador V	20	**	**	**	60	**	80
CARGA HORÁRIA	320	0	0	0	60	40	420

6º PERÍODO	CH TEORIA	EAD	PRÁTICA JURIDICA	ESTÁGIO	EXTENSÃO	ATV. COMP	CH TOTAL
Direito Civil V	60	**	**	**	**	**	60
Direito Empresarial II	60	**	**	**	**	**	60
Direito Processual Civil III	60	**	**	**	**	**	60
Direito Processual Penal II	60	**	**	**	**	**	60
Direito Digital	**	60	**	**	**	**	60
Psicologia do Direito	**	60	**	**	**	**	60
CARGA HORÁRIA	240	120	0	0	0	0	360

7º PERÍODO	CH TEORIA	EAD	PRÁTICA JURIDICA	ESTÁGIO	EXTENSÃO	ATV. COMP	CH TOTAL
Direito Civil VI	60	**	**	**	**	**	60
Direito do Trabalho I	60	**	**	**	**	**	60
Direito Processual Civil IV	60	**	**	**	**	**	60
Direito Processual Penal III	60	**	**	**	**	**	60
Disciplina Optativa	60	**	**	**	**	**	60
Estágio Supervisionado I	**	**	**	80	**	**	80
Prática Forense Civil	**	**	20	**	40	**	60
CARGA HORÁRIA	300	0	20	80	40	0	440

8º PERÍODO	CH TEORIA	EAD	PRÁTICA JURIDICA	ESTÁGIO	EXTENSÃO	ATV. COMP	CH TOTAL
Direito Administrativo I	60	**	**	**	**	**	60
Direito do Trabalho II	60	**	**	**	**	**	60
Direito Processual Constitucional	60	**	**	**	**	**	60
Direito Processual Penal IV	60	**	**	**	**	**	60
Estágio Supervisionado II	**	**	**	80	**	**	80
Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem	60	**	**	**	**	**	60
Prática Forense Penal	**	**	20	**	40	**	60
CARGA HORÁRIA	300	0	20	80	40	0	440

9º PERÍODO	CH TEORIA	EAD	PRÁTICA JURIDICA	ESTÁGIO	EXTENSÃO	ATV. COMP	CH TOTAL
Direito Administrativo II	60	**	**	**	**	**	60

Direito Ambiental	60	**	**	**	**	**	60
Direito Processual do Trabalho	60	**	**	**	**	**	60
Direito Financeiro e Tributário I	60	**	**	**	**	**	60
Estágio Supervisionado III	**	**	**	100	**	**	100
Ética e Legislação profissional	60	**	**	**	**	**	60
Prática Forense de Família, Sucessões e Empresas	**	**	20	**	40	**	60
Trabalho de Conclusão de Curso I	60	**	**	**	**	**	60
CARGA HORÁRIA	360	0	20	100	40	0	520

10º PERÍODO	CH TEORIA	EAD	PRÁTICA JURÍDICA	ESTÁGIO	EXTENSÃO	ATV. COMP	CH TOTAL
Direito do Consumidor	60	**	**	**	**	**	60
Direito Internacional Público e Privado	60	**	**	**	**	**	60
Direito Previdenciário e Seguridade Social	60	**	**	**	**	**	60
Direito Financeiro e Tributário II	60	**	**	**	**	**	60
Estágio Supervisionado IV	**	**	**	100	**	**	100
Prática Forense Trabalhista e Tributária	**	**	20	**	40	**	60
Trabalho de Conclusão de Curso II	60	**	**	**	**	**	60
CARGA HORÁRIA	300	0	20	100	40	0	460

CARGA HORÁRIA TOTAL (H/A)	2800	660	80	360	460	200	4560
----------------------------------	-------------	------------	-----------	------------	------------	------------	-------------

CARGA HORÁRIA TOTAL (H/R)	2333	550	67	300	383	167	3800
----------------------------------	-------------	------------	-----------	------------	------------	------------	-------------

DISCIPLINAS OPTATIVAS	CH TEORIA	EAD	PRÁTICA JURÍDICA	ESTÁGIO	EXTENSÃO	ATV. COMP	CH TOTAL
Criminologia	60	**	**	**	**	**	60
Direito Aduaneiro e Comércio Exterior	60	**	**	**	**	**	60
Direito da Criança, do Adolescente e do Idoso	60	**	**	**	**	**	60
Direito do Agronegócio	60	**	**	**	**	**	60
Direito do Terceiro Setor	60	**	**	**	**	**	60
Direito Esportivo	60	**	**	**	**	**	60
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60	**	**	**	**	**	60
Tópicos Avançados I	60	**	**	**	**	**	60
Tópicos Avançados II	60	**	**	**	**	**	60

CARGA HORÁRIA DO CURSO	HORA/RELÓGIO	%
PRESENCIAL	2.333	61,40%
ENSINO À DISTÂNCIA - 100%	550	14,47%
PRÁTICA JURÍDICA - PJ	67	1,75%

ESTÁGIO SUPERVISIONADO	300	7,89%
EXTENSÃO	383	10,08%
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	167	4,38%
CARGA HORÁRIA TOTAL	3.800	100%

Fonte: FAMA (2023)

3.9.2 Conteúdos Curriculares

O currículo do Curso de Graduação em Direito da FAMA abrange uma sequência de disciplinas e atividades ordenadas semestralmente numa seriação adequada para o encaminhamento lógico de conteúdos e atividades. No mesmo estão incluídas disciplinas que representam o desdobramento dos conteúdos inseridos na DCN do Curso de Direito e outras consideradas necessárias à boa formação do aluno. São relevantes, atualizados e coerentes com a proposta pedagógica estabelecida pela instituição.

Existe coerência dos conteúdos curriculares com os objetivos do curso e com o compromisso que a FAMA tem com a cidade de Anápolis e a Região onde está inserida, promovendo assim a formação de profissionais integrados com a realidade atual e qualificados para atender as demandas existentes. A visão humanística e crítica da realidade social são trabalhadas ao longo de todo o curso, assegurando ao acadêmico por meio da conjugação da teoria e prática, uma perspectiva pluralista da prática do direito. Desta forma, respeitando os aspectos pedagógicos, o currículo do curso está fortemente subsidiado por atividades complementares, propiciando ampla abordagem as áreas de conhecimento, habilidades, atitudes e valores éticos fundamentais à formação profissional.

O currículo do Curso de Graduação em Direito da FAMA dispõe de carga horária total de 3.800 horas/relógio, desenvolvido em sistema seriado semestral, com o mínimo de dez semestres para ser integralizado.

Contempla a estrutura curricular do curso o Estágio Supervisionado, com a designação de Prática Forense Civil; Prática Forense Penal; Prática Forense de Família, Sucessões e Empresas; e, Prática Forense Trabalhista e Tributária. Dispõe também o Estágio Supervisionado I, II, III e IV, que somados perfazem um total de 500 horas/relógio e as Atividades Complementares que totalizam 167 horas/relógio horas.

O conteúdo dos ementários das disciplinas e suas bibliografias básicas e complementares também estão adequados à proposta pedagógica do curso, uma vez que as bibliografias básicas e complementares traduzem os referenciais próprios das disciplinas que constituem a Matriz Curricular e estão devidamente catalogadas e tombadas no acervo da biblioteca FAMA, valendo ainda consignar a existência de obras clássicas de autores nacionais e estrangeiros, sempre buscando preferencialmente as edições mais recentes, além da biblioteca virtual utilizada pelo curso.

A formação interdisciplinar permite ao acadêmico não só absorver o conhecimento consolidado do direito, como também a viabilização das conexões e análises dos fenômenos jurídicos na realidade social, política e econômica. Como proposta inovadora, a Matriz Curricular para o Curso de Graduação em Direito tem sua base centrada em paradigmas de alta funcionalidade, sem deixar para trás as linhas tradicionais do curso jurídico, porém conferindo linhas de adequações para que o mesmo atenda as demandas consideradas necessárias em tempos de pós-modernidades, ampliando a visão de uma cultura rarefeita, projetada por um prognóstico emergencial.

Uma ampla abordagem é levada a efeito no tocante a Educação das Relações Étnico-raciais e ainda para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, como disciplina a Lei nº 11.645, de 10/03/2008 e ainda a Resolução CNE/CP nº 01, de 17/06/2004, valendo-se não apenas dos conteúdos programáticos da disciplina apresentadas na matriz curricular, como também da transversalidade da abordagem destes temas nos programas de extensão e de iniciação científica. O Curso de Direito da FAMA possui em sua estrutura curricular a disciplina de Sociologia, Antropologia e Relações Étnico-Racial que aborda estes temas, além das disciplinas de núcleo específico que trazem essas temáticas de forma transdisciplinar.

De igual forma, as Políticas de Educação Ambiental estão também asseguradas, como disciplina a Lei nº 9.795, de 27/04/1999 e o Decreto nº 4.281, de 25/06/2002, com direcionamento sistematizado pelas disciplinas Responsabilidade Social e Meio Ambiente, além de Direito Ambiental, eventos serão promovidos sob a égide da “Preservação do Meio Ambiente”, com o desenvolvimento de campanhas específicas para a valorização da “Coleta Seletiva do Lixo” ou “Semana do Meio

Ambiente”, consolidando assim a verdadeira educação ambiental. O Curso de Direito da FAMA possui em sua estrutura curricular no quarto semestre letivo a disciplina de Responsabilidade Social e Meio Ambiente que aborda estes temas, além das disciplinas de núcleo específico que trazem essas temáticas de forma transdisciplinar.

O atendimento aos requisitos legais e normativos contempla finalmente, a Educação em Direitos Humanos, respaldado pelo Parecer CNE/CP nº 8, de 06/03/2012, que deu origem a Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012, dispõe a Matriz Curricular de unidade específica sob a denominação de Direitos Humanos, com ampla abordagem a uma sistematização pertinente ao exercício da cidadania e as organizações de sustentação, com previsibilidade de evento internacional voltado para a “Valorização da Cidadania”. O Curso de Direito da FAMA possui em sua estrutura curricular no segundo semestre letivo a disciplina de Filosofia, Ética e Direitos humanos que aborda estes temas, além das disciplinas de núcleo específico que trazem essas temáticas de forma transdisciplinar.

Contribuindo para o caráter inovador do Curso de Graduação em Direito da FAMA, a Matriz Curricular contempla disciplinas optativas, valendo-se sempre de um sistema de rodízio na oferta, como oportunidade aos acadêmicos de conhecimento de novos conteúdos, os quais estão identificados com as recentes demandas experimentadas pela própria sociedade.

Na construção deste Projeto Pedagógico de Curso – PPC, a FAMA faz cumprir integralmente o regramento estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs, contidas na Resolução CNE/CES nº 5 de 17 de dezembro de 2018 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Direito e da Resolução CNE/CES nº 2 de 19 de abril de 2021 que altera o Art. 5º da Resolução anterior, que estabelece que a formação do Bacharel em Direito, deve priorizar a interdisciplinaridade e a articulação de saberes e deve incluir conteúdos e atividades que atendam as seguintes perspectivas formativas:

- I. **Formação geral**, tem por objetivo oferecer ao graduando os elementos fundamentais do Direito, em diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico, das ciências sociais e das novas tecnologias da informação, abrangendo estudos que, em atenção ao PPC, envolvam saberes de outras áreas formativas.

Desta forma o Eixo de Formação Geral na FAMA contempla as seguintes disciplinas: Ciência Política e Teoria do Estado; Entes Federativos e Seus Poderes; Filosofia do Direito; Filosofia, Ética e Direitos Humanos; Fundamentos da Economia; Língua Portuguesa; Metodologia Científica; Psicologia do Direito; Psicologia e Comportamento Organizacional; Responsabilidade Social e Meio Ambiente; Sociologia do Direito; e, Sociologia, Antropologia e Relações Étnico-Racial.

II. **Formação técnico-jurídicas**, abrange, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a sua evolução e aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se, necessariamente, dentre outros condizentes com o PPC, conteúdos essenciais referentes às diversas áreas do direito.

No tocante ao Eixo de Formação técnico-jurídicas, todas as disciplinas previstas na DCN para o Curso de Direito foram incluídas, algumas distribuídas em várias unidades para assegurar um maior aprofundamento ao estudo, contemplando as seguintes disciplinas: Direito Administrativo I e II; Direito Ambiental; Direito Civil I, II, III, IV, V e VI; Direito Digital; Direito do Consumidor; Direito do Trabalho I e II; Direito Eleitoral; Direito Empresarial I e II; Direito Financeiro e Tributário I e II; Direito Internacional Público e Privado; Direito Penal I, II, III e IV; Direito Previdenciário e Seguridade Social; Direito Processual Civil I, II, III e IV; Direito Processual Constitucional; Direito Processual do Trabalho; Direito Processual Penal I, II, III e IV; Ética e Legislação Profissional; Hermenêutica e Argumentação Jurídica; Instituições Democráticas e Ordens Constitucionais; Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem; Teoria e Fundamentos da Constituição; Teoria Geral do Direito; e, Teoria Geral do Processo.

III. **Formação prático-profissional**, objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, especialmente nas atividades relacionadas com a prática jurídica e o TC, além de abranger estudos referentes ao letramento digital, práticas remotas mediadas por tecnologias de informação e comunicação.

Com o Eixo de Formação prático-profissional, a FAMA assegura que o Curso de Graduação em Direito, pela instrumentalidade dos seus acadêmicos, externa os conhecimentos teóricos para uma aplicação no módulo da praticidade.

Os Projetos Integradores, possuem como fundamento a metodologia da problematização, inicia-se ao incitar o aluno a observar a realidade de modo crítico, possibilitando que o mesmo possa relacionar esta realidade com a temática que está estudando. Esta observação mais atenta permitirá que o estudante perceba por si só os aspectos interessantes, que mais o intrigue.

O Estágio Supervisionado tem como objetivo proporcionar ao estudante experiências práticas, considerando o Núcleo de Prática Jurídica – NPJ como órgão de fomento das atividades simuladas e das atividades fáticas, conferindo ao acadêmico a oportunidade de uma salutar identidade com exercício prático do direito, para que assim as diferentes demandas que possa abraçar, representem oportunidade para o sucesso profissional. O Estágio Obrigatório tem suas especificidades contempladas em regulamento próprio, que respeita as determinações das Diretrizes Curriculares e do Projeto Pedagógico do Curso, assim como todos os dispositivos legais Federais e os fixados pelo Ministério da Educação. As atividades de Estágio estão previstas a partir do 7º semestre do curso e possuem uma carga horária total de 300 Horas/relógio.

Além das atividades discriminadas na matriz curricular como Estágio Supervisionado os alunos realizam as disciplinas de Práticas Forenses que diversifica o estágio supervisionado quanto as suas áreas de atuação como componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais das seguintes áreas: Prática Forense Civil; Prática Forense Penal; Prática Forense de Família, Sucessões e Empresas; e, Prática Forense Trabalhista e Tributária. Estas possuem carga horária total de 200 Horas/relógio.

O Trabalho de Conclusão de Curso é uma atividade obrigatória para a integralização do Curso de Direito e tem como objetivo propiciar aos acadêmicos a oportunidade de demonstrar o grau de habilitação adquirido; o aprofundamento temático; o estímulo à produção científica e à consulta de bibliografia especializada; o aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica de seu objeto de estudo e a discussão e uso de conceitos pertinentes ao quadro teórico escolhido, acompanhados

ou não de uma pesquisa empírica. As disciplinas do TCC estão consolidadas na matriz curricular do curso nos últimos semestres em Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II com carga horária 60 Horas cada.

Por meio das Atividades Complementares, o acadêmico terá a oportunidade de associar os conteúdos doutrinários que por certo foram ministrados em sala de aula, em atividades extraclases, fato que por conta do instrumento inovador se projeta através da amplitude do ensino ou dos serviços com os quais se venha estabelecer identidade, considerando a comunidade acadêmica como um cenário sempre próspero para a concepção de um verdadeiro “Fórum de Debates”.

Contribuindo para o caráter inovador do Curso de Graduação em Direito a ser ofertado pela Faculdade Metropolitana de Anápolis – FAMA, a Matriz Curricular contempla disciplinas optativas, valendo-se sempre de um sistema de rodízio na oferta, como oportunidade aos acadêmicos de conhecimento de novos conteúdos, os quais estão identificados com as recentes demandas experimentadas pela própria sociedade.

Mesmo com a ministração de conteúdos por vias transversais, novas disciplinas foram estruturadas, conferindo assim uma abordagem mais abrangente e capaz de assegurar ao acadêmico uma formação em ambiente de reconhecida qualidade, fato que por certo refletirá na vida profissional futura, ante aos anseios da cidade de Anápolis e da região, sempre em busca de uma tutela própria e específica, que bem resguarde os direitos e promova de forma contínua o próprio desenvolvimento social, tornando assim o Curso de Graduação em Direito da FAMA, um curso atitudinal.

Tabela 08. Componentes Curriculares do Curso de Direito

	DISCIPLINA	CH TEORIA	EAD	PRÁTICA JURIDICA	ESTÁGIO	EXTENSÃO	ATV. COMP	CH TOTAL
FORMAÇÃO GERAL	Ciência Política e Teoria do Estado	60	**	**	**	**	**	60
	Entes Federativos e Seus Poderes	60	**	**	**	**	**	60
	Filosofia do Direito	**	60	**	**	**	**	60
	Filosofia, Ética e Direitos Humanos	**	60	**	**	**	**	60
	Fundamentos da Economia	**	60	**	**	**	**	60
	Lingua Portuguesa	**	60	**	**	**	**	60
	Metodologia Científica	**	60	**	**	**	**	60
	Psicologia do Direito	**	60	**	**	**	**	60

	Psicologia e Comportamento Organizacional	**	60	**	**	**	**	60
	Responsabilidade Social e Meio Ambiente	**	60	**	**	**	**	60
	Sociologia do Direito	**	60	**	**	**	**	60
	Sociologia, Antropologia e Relações Étnico-Racial	**	60	**	**	**	**	60
		120	600	0	0	0	0	720
FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA	Direito Administrativo I	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Administrativo II	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Ambiental	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Civil I	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Civil II	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Civil III	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Civil IV	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Civil V	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Civil VI	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Digital	**	60	**	**	**	**	60
	Direito do Consumidor	60	**	**	**	**	**	60
	Direito do Trabalho I	60	**	**	**	**	**	60
	Direito do Trabalho II	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Eleitoral	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Empresarial I	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Empresarial II	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Financeiro e Tributário I	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Financeiro e Tributário II	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Internacional Público e Privado	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Penal I	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Penal II	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Penal III	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Penal IV	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Previdenciário e Seguridade Social	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Processual Civil I	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Processual Civil II	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Processual Civil III	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Processual Civil IV	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Processual Constitucional	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Processual do Trabalho	60	**	**	**	**	**	60
Direito Processual Penal I	60	**	**	**	**	**	60	
Direito Processual Penal II	60	**	**	**	**	**	60	
Direito Processual Penal III	60	**	**	**	**	**	60	

	Direito Processual Penal IV	60	**	**	**	**	**	60
	Disciplina Optativa	60	**	**	**	**	**	60
	Ética e Legislação Profissional	60	**	**	**	**	**	60
	Hermenêutica e Argumentação Jurídica	60	**	**	**	**	**	60
	Instituições Democráticas e Ordens Constitucionais	60	**	**	**	**	**	60
	Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem	60	**	**	**	**	**	60
	Teoria e Fundamentos da Constituição	60	**	**	**	**	**	60
	Teoria Geral do Direito	60	**	**	**	**	**	60
	Teoria Geral do Processo	60	**	**	**	**	**	60
			2460	60	0	0	0	0
FORMAÇÃO PRÁTICO-PROFISSIONAL	Projeto Integrador I	20		**	**	60	**	80
	Projeto Integrador II	20	**	**	**	60	**	80
	Projeto Integrador III	20	**	**	**	60	**	80
	Projeto Integrador IV	20	**	**	**	60	**	80
	Projeto Integrador V	20	**	**	**	60	**	80
	Estágio Supervisionado I	**	**	**	80	**	**	80
	Estágio Supervisionado II	**	**	**	80	**	**	80
	Estágio Supervisionado III	**	**	**	100	**	**	100
	Estágio Supervisionado IV	**	**	**	100	**	**	100
	Prática Forense Civil	**	**	20	**	40	**	60
	Prática Forense de Família, Sucessões e Empresas	**	**	20	**	40	**	60
	Prática Forense Penal	**	**	20	**	40	**	60
	Prática Forense Trabalhista e Tributária	**	**	20	**	40	**	60
	Trabalho de Conclusão de Curso I	60	**	**	**	**	**	60
	Trabalho de Conclusão de Curso II	60	**	**	**	**	**	60
	Atividades Complementares I	**	**	**	**	**	40	40
	Atividades Complementares II	**	**	**	**	**	40	40
	Atividades Complementares III	**	**	**	**	**	40	40
	Atividades Complementares IV	**	**	**	**	**	40	40
	Atividades Complementares V	**	**	**	**	**	40	40
		220	0	240	360	300	200	1320
DISCIPLINAS OPTATIVAS	Criminologia	60	**	**	**	**	**	60
	Direito Aduaneiro e Comércio Exterior	60	**	**	**	**	**	60
	Direito da Criança, do Adolescente e do Idoso	60	**	**	**	**	**	60

Direito do Agronegócio	60	**	**	**	**	**	60
Direito do Terceiro Setor	60	**	**	**	**	**	60
Direito Esportivo	60	**	**	**	**	**	60
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60	**	**	**	**	**	60
Tópicos Avançados I	60	**	**	**	**	**	60
Tópicos Avançados II	60	**	**	**	**	**	60

Fonte: FAMA (2023)

3.9.3 Ementas e Bibliografia

Os Conteúdos Curriculares do Curso de Graduação em Direito estão apresentados em ementário que, por sua vez, se distribuem por disciplina segundo a carga horária e as bibliografias, seguindo o critério a seguir: três títulos para a bibliografia básica e cinco títulos para a bibliografia complementar. Para cada disciplina são descritos, detalhadamente, os conteúdos a serem abordados na ementa (ANEXO 01).

3.10 METODOLOGIA DE ENSINO

A metodologia de ensino do Curso de Direito da FAMA atende ao desenvolvimento de conteúdo, às estratégias de aprendizagem, ao contínuo acompanhamento das atividades, à acessibilidade metodológica e à autonomia do discente, relacionando estes com as práticas pedagógicas que devem estimular a ação discente em uma relação teórico-prática a partir de aspectos inovadores e embasado em recursos que proporcionam aprendizagens diferenciadas dentro das áreas de cada curso da FAMA.

A metodologia utilizada pelo Curso de Direito da FAMA é inovadora, pioneira, ativa e diferenciada à medida em que articula e considera a formação por competência propiciando a construção de um indivíduo inovador e crítico, trazendo uma nova perspectiva de preparação dos estudantes para o mercado de trabalho, aplicando seu aprendizado a situações reais e colocando em prática todo o conhecimento construído desde o início do curso.

Aliar a teoria à prática torna-se fundamental em mercado competitivo como o atual. Compreender a complexidade das organizações e do mercado é vital. Assim, é

importante que haja a diversidade metodológica que possibilite a ampliação da visão e, conseqüentemente, a promoção da reflexão de forma sistêmica.

No Curso de Direito da FAMA são desenvolvidas diversas atividades respeitando a concepção do curso, bem como o que está preconizado em suas DCN e o que a IES, ao ouvir do Colegiado do Curso, Núcleo Docente Estruturante – NDE e coordenador de curso entende como importante para favorecer o aprendizado do aluno, como: estágio, monitoria, atividades práticas nos laboratórios de uso geral e específicos, clínica escola especializada, desenvolvimento de projeto interdisciplinar, atuação em semana acadêmica, promoção de eventos científicos e organizacionais, exercícios, estudos de caso, simulações e outras atividades educacionais. A diversidade de atividades amplia a visão do discente e o torna um profissional mais reflexivo.

A integração resultante do envolvimento nas atividades citadas é outro fator que promove a aprendizagem de forma efetiva, o que contribui com o processo ensino aprendizagem e o torna mais eficiente e eficaz. Participar das atividades desperta no discente o senso de que há diversos caminhos a seguir, as dificuldades podem ser superadas se bem administradas, o trabalho em equipe envolve habilidades, mas pode trazer resultados melhores e a compreensão de mundo de forma ampliada, que promove a melhoria do desempenho profissional.

As metodologias são estabelecidas em cada atividade e considerando a etapa de aprendizagem que o discente está, mas sempre de forma diversificada e com a aplicação de metodologias compatíveis com as atividades. Em vários Componentes Curriculares os discentes participam de diversos tipos de atividades com o uso de recursos tecnológicos: os docentes utilizam o laboratório de informática para desenvolver atividades diversas para a promoção do processo ensino-aprendizagem, envolvendo processo de tomada de decisão, registro de dados nas organizações e jogos pedagógicos, além do uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem–AVA que diversifica as diferentes atuações no mundo digital e outras fontes de recursos tecnológicos próprios de cada curso.

Os Componentes Curriculares do Curso de Direito são desenvolvidos de forma integrada e primam sempre pelo alinhamento entre a teoria e a prática com o uso de metodologias ativas. O centro é o discente e o processo ensino-aprendizagem parte

dos conhecimentos prévios e experiências, promove-se o debate do conteúdo e atividades diversas com metodologia diversificada que facilita a compreensão e assimilação do conteúdo.

A metodologia definida pela FAMA para desenvolver as atividades dos cursos de graduação está comprometida com a interdisciplinaridade e a contextualização, com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos. O processo de ensino e aprendizagem fundamenta-se nos princípios da pedagogia interativa, de natureza democrática e pluralista, com um eixo metodológico firmemente estabelecido e que prioriza metodologias ativas que estimulam a autonomia intelectual e que buscam a efetiva participação do aluno nesse processo.

As práticas metodológicas do Curso de Direito da FAMA estão fundamentadas na interação professor/aluno, mediada pelo conhecimento científico e pela realidade social. Esta postura implica em duas funções básicas: a função incentivadora e a função orientadora. Incentivadora garantindo situações que estimulem a participação ativa do aluno no ato de aprender, e orientadora em relação ao processo de aprendizagem do aluno, orientando-o para que possa construir seu próprio conhecimento.

A pedagogia interativa busca promover um processo de aprendizado mais ativo, capaz de estimular a troca de informações entre professores e alunos e entre os próprios alunos, estimulando a criatividade e levando-os a desenvolver a habilidade de reagir às novas situações que, de maneira concreta, serão impostas pela prática profissional. Supera, com vantagens, a pedagogia da transmissão passiva de conhecimentos utilizada nos métodos tradicionais de ensino, possibilitando o aperfeiçoamento contínuo de atitudes, conhecimentos e habilidades dos estudantes.

Os componentes curriculares do Curso de Direito apresentam diferentes atividades pedagógicas para trabalhar os conteúdos e atingir os objetivos. Assim, a metodologia do trabalho pedagógico com os conteúdos apresenta grande diversidade, variando de acordo com as necessidades dos estudantes, o perfil do grupo/classe, as especificidades da disciplina, o trabalho do professor, dentre outras variáveis. Pode envolver aulas expositivas dialogadas, com apresentação de slides, explicação dos conteúdos, exploração dos procedimentos, demonstrações, leitura programada de textos, análise de situações-problema, esclarecimento de dúvidas e realização de

atividades individuais, em grupo ou coletivas, aulas práticas em laboratório, projetos, pesquisas, trabalhos, seminários, debates, painéis de discussão, estudos de campo, estudos dirigidos, tarefas, orientação individualizada, dentre outras.

Além disso, está prevista a utilização de recursos tecnológicos de informação e comunicação (TIC's), tais como: gravação de áudio e vídeo, sistemas multimídias, redes sociais, fóruns eletrônicos, blogs, chats, softwares, suportes eletrônicos, tudo isso sincronizado entre o sistema acadêmico institucional e o Ambiente Virtual de Aprendizagem do Aluno (AVA). A cada semestre, o professor planeja o desenvolvimento da disciplina, organizando a metodologia de cada aula/conteúdo, de acordo com as especificidades do plano de ensino.

Os Projetos Integradores, por exemplo, possuem como fundamento a metodologia da problematização, inicia-se ao incitar o aluno a observar a realidade de modo crítico, possibilitando que o mesmo possa relacionar esta realidade com a temática que está estudando. Esta observação mais atenta permitirá que o estudante perceba por si só os aspectos interessantes, que mais o intrigue.

Deste modo é necessário assegurar a adoção de uma perspectiva crítico-social dos conteúdos que aborda não somente o que aprender, mas questionar o que, como, quando e porque aprender em uma dada realidade. Esta opção pedagógica põe em evidência os principais problemas postos pela prática social do meio ambiente e em consequência, conhecimentos e práticas necessárias para dominar uma efetiva intervenção nesta realidade.

As práticas pedagógicas que são empregadas no Curso de Graduação em Direito estão apoiadas em cinco concepções de ensino-aprendizagem: aprendizagem baseada em problemas ou casos; aprendizagem em pequenos grupos de monitoria; aprendizagem orientada para a comunidade e aprendizagem ativa, conforme consta abaixo.

3.10.1 Aprendizagem Baseada em Problemas ou Casos

Na aprendizagem baseada em problemas ou casos, o caso é utilizado como estímulo à aquisição de conhecimento e compreensão de conceitos. Nesta metodologia deve-se buscar:

- I. Aclarar o problema oferecido, explorando os dados apresentados e refletindo se existe alguma pergunta sobre a descrição do problema que possa ser formulada para melhor explicá-lo;
- II. Resumir os dados oferecidos no problema, especificando: o que é o problema? Do que trata o problema?
- III. Identificar os pontos importantes do problema, definindo quais são as áreas de conhecimento relevantes;
- IV. Identificar o conhecimento atual relevante ao problema, frente aos objetivos de aprendizagem propostos;
- V. Desenvolver hipóteses, a partir da explicação dos dados apresentados no problema;
- VI. Identificar o conhecimento adicional requerido para melhorar a compreensão do problema, baseado nas necessidades de aprendizagem individual e/ou grupal;
- VII. Identificar os recursos de aprendizagem apropriados, dentre uma diversidade: livros, periódicos, base de dados local ou remota, programas interativos multimídia, entrevistas com professores; profissionais ou usuários, vídeos, laboratórios, comunidade, isto é, quais são as fontes de recursos mais apropriadas à exploração deste problema?
- VIII. Procurar novos conhecimentos, utilizando recursos de aprendizagem apropriados, o que implica em ampliar os horizontes de busca além dos limites institucionais (outras bibliotecas, outros acervos, outros locais passíveis de utilização no processo ativo de ensino-aprendizagem);
- IX. Sintetizar os conhecimentos prévios e novos em relação ao problema, isto é, baseado em sólidas evidências científicas, como pode explicar o problema agora?
- X. Repetir alguns ou todos os passos anteriores, se necessário;
- XI. Reconhecer o que foi identificado como uma necessidade de aprendizagem, mas que não foi adequadamente explorado, para incursões complementares;
- XII. Sintetizar os conhecimentos auferidos e, se possível, testar a compreensão do conhecimento adquirido por sua aplicação em outro caso ou problema.

Neste sentido, os discentes podem vivenciar situações práticas em sala de aula e em visitas técnicas conduzidas e orientadas por professores responsáveis por disciplinas específicas.

3.10.2 Aprendizagem em Pequenos Grupos de Monitoria

A aprendizagem baseada em problemas pode ocorrer tanto de maneira individual como em pequenos grupos. Porém, é no grupo de monitoria que o pensamento crítico pode ser encorajado e argumentos levantados, ideias podem ser construídas de maneira criativa, novos caminhos podem ser estabelecidos, permitindo a análise coletiva de problemas que espelhem a prática profissional futura.

O aluno deve desenvolver competências para tornar-se um integrante ativo, com contribuições para o grupo, seja este um grupo de aprendizagem, de pesquisa ou de trabalho formado por profissionais.

O grupo de monitoria representa, portanto, um laboratório para aprendizagem sobre a integração humana, onde alunos podem desenvolver habilidades de comunicação, relacionamento interpessoal e a consciência de suas próprias reações no trabalho coletivo, constituindo uma oportunidade para aprender a ouvir, a receber e assimilar críticas, e por sua vez, oferecer análises e contribuições produtivas ao grupo.

É um fórum onde os recursos dos membros do grupo são mais efetivos que a somatória das atividades individuais.

O grupo de monitoria promove a oportunidade para a auto avaliação, na qual o aluno pode analisar seu próprio progresso, seus pontos fortes e as áreas que requerem atenção.

Os grupos de monitoria são compostos por alunos e suas atividades orientadas pelo professor titular da disciplina.

3.10.3 Aprendizagem Orientada para a Comunidade

Processos educacionais orientados à comunidade consistem em proporcionar atividades de ensino-aprendizagem que utilizam extensivamente a comunidade como ambiente/situação de aprendizagem.

A interação com a comunidade é desenvolvida continuamente em todos os semestres do curso. Está inserida numa filosofia educacional baseada na comunidade, com trabalho em equipe multiprofissional e interdisciplinar. Esta comunidade inclui grupos sociais, empresas, escolas e instituições sociais, entre outras.

A interação comunitária permite ao aluno trabalhar com membros da comunidade, não se restringindo somente à temática das Ciências Jurídicas estritas, mas estendendo-se em outros setores relacionados aos problemas existentes ou potenciais identificados. Os alunos conduzem, em equipes, pesquisas e atendimentos diversos na comunidade, desenvolvendo experiências em análise e solução de problemas.

A meta da interação comunitária é proporcionar aos alunos, por meio de um trabalho contínuo durante todo o curso de graduação, conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias à prática profissional. Esta meta é alcançada a partir do desenvolvimento de atividades de extensão em comunidades-alvo.

3.10.4 Aprendizagem Ativa

O sistema educacional é muito dinâmico e requer uma avaliação constante nos modelos metodológicos utilizados, sobretudo quando o foco está na aprendizagem e diante de tamanho desafio devem ser conjugadas todas as ferramentas consideradas necessárias, para que a mesma não desvie o seu curso, considerando assim o elevado padrão de eficiência em que deve estar colocado, conferindo como garantia a eficácia do processo.

Dentro de um panorama contínuo, constata-se que a civilização em seu tempo, sempre buscou estruturar-se dentro de um código de ética, para que o mesmo fosse norteador de todos os avanços pretendidos pela humanidade, não obstante considerar que a cada época e segundo os próprios momentos vivenciados, estes códigos poderiam se tornar mais exigentes e respaldados assim pelo elevado estigma da praticidade.

Com a pós-modernidade, os procedimentos não sofreram mudanças radicais no que concerne às premissas convergentes das relações pertinentes à própria

cidadania, mas sim, este conjunto plasmado sob a égide do código de ética, amplia o seu cenário passando a compartilhar dos pressupostos do código de ética, logo estas relações tornam-se mais amplas e respaldadas por um princípio elevado de praticidade.

Na operacionalidade do sistema educacional, vale destacar que as necessidades individuais e as oportunidades sociais se integram, favorecendo a concepção de um bloco dinâmico, que por força de sua conjugação, uma grande atmosfera faz por estabelecer dentro da aprendizagem, considerando assim os mais elevados meios de sustentação da ordem operacional do conhecimento.

Com o advento da aprendizagem ativa, estrutura-se uma concepção no processo do ensino-aprendizagem, no qual o professor deixa de exercer o seu costumeiro papel de personagem ativo na transmissão do conhecimento e de igual forma o aluno perde o seu papel de personagem passivo na absorção do conhecimento.

Para garantia de êxito, na aprendizagem ativa a figura emblemática do professor passa a ocupar uma função pertinente a “curatela do conhecimento”, dando ênfase a todos os predicados gerados por força da criatividade, para assim oferecer aos estudantes um circuito próprio para integração de valores pertinentes não só a expansão do conhecimento, mas também ao desenvolvimento e ao aprimoramento de suas competências e habilidades, logo cada estudante torna-se detentor de um papel fundamental no processo: conhecer as suas potencialidades.

Os avanços assegurados pela própria tecnologia da informação conferem grande parceria para o sistema educacional e, sobretudo diante da aprendizagem ativa, pois a estruturação do conhecimento passa inevitavelmente pelas bases circunstanciais da informação, seja diante de fundamentos gerais ou diante de fundamentos específicos.

No portal “Aprendizagem Ativa” existe um encaminhamento circunstancial para o tema: *“Com a assimilação estabelecida, na aprendizagem ativa o professor parte das habilidades que pretende desenvolver em seus estudantes, mais do que no conteúdo a ser transmitido. Isso não significa que a centralidade do processo sai do professor e passa para o estudante, mais do que isto, ela passa a ser compartilhada. Caberá ao professor desenvolver atividades nas quais seus estudantes possam tanto*

ter contato com os conhecimentos necessários, quanto possam executar ações voltadas ao desenvolvimento de suas competências.”

3.10.5 Aprendizagem Mediada por Tecnologia

A FAMA entende que as tecnologias interativas se tornaram imprescindíveis para o processo educativo, requerendo a utilização de ambientes, espaços virtuais e metodologias de ensino-aprendizagem não presenciais. Estamos vivendo um novo momento e essa atualização é vital para o alcance dos resultados almejados pelos cursos de graduação.

Neste sentido, visando a adoção da aprendizagem mediada por tecnologia nos cursos presenciais da Instituição, foram estabelecidas seguintes diretrizes:

- I. Adoção de estratégias didático-pedagógicas centrada no estudante, visando o desenvolvimento de atitudes empreendedoras, autônomas e diversificadas para sua formação no âmbito pessoal, profissional e de construção da cidadania.
- II. Conjugação do uso de tecnologias da informação e da comunicação configurada a partir de um sistema acadêmico-administrativo integrado, que atenda às necessidades dos planos de ensino, promovendo o desenvolvimento habilidades cognitivas e uma relação personalizada entre os envolvidos no processo educativo.
- III. Qualificação técnico-pedagógica continuada dos professores para que as práticas de ensino presencial e virtual integrem os projetos pedagógicos, o planejamento acadêmico e um sistema de avaliação compatível com a proposta pedagógica institucional e em conformidade com a legislação vigente.
- IV. Processo de ensino-aprendizagem semipresencial compreendido como um conjunto de atividades didáticas de ensino-aprendizagem centradas na autoaprendizagem, utilizando-se de tecnologias de comunicação remota, na qual o estudante constrói conhecimentos, desenvolve competências, adquire habilidades e promove atitudes, a qualquer tempo e lugar, conforme sua conveniência.

Na FAMA a operacionalização curricular dos cursos atende às normas fixadas pelo MEC, contidas nas diretrizes curriculares gerais e específicas, sem perder de vista as constantes e necessárias adaptações requeridas pelo mundo do trabalho e a sociedade em continua mudança. A integralização da carga horária de cada curso ocorre por meio de atividades de ensino, iniciação científica e de extensão. Desta forma, a utilização de ambientes, espaços virtuais e metodologias de ensino-aprendizagem não presenciais configuram-se como estratégias competitivas inovadoras no desenvolvimento dos componentes curriculares.

O embasamento legal para essa prática é a Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019 que permite às FAMA oferta carga horária na modalidade de EaD de seus cursos de graduação presenciais, até o limite de 40% da carga horária total do curso.

O atendimento à essa prerrogativa está alicerçado em um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), comumente conhecido como sala de aula virtual onde as atividades das disciplinas são realizadas. Este ambiente conta com ferramentas tecnológicas que possibilitam o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem e promove as interações necessárias entre os atores (estudante/professor responsável).

A FAMA utiliza a plataforma Moodle. Essa plataforma é flexível (permite inúmeros tipos de configurações e personalizações) e possui acesso móvel, além de garantir disponibilidade a qualquer momento graças a sua hospedagem em nuvem. Vale destacar que dispõe de alguns recursos de acessibilidade, contribuindo, também, para uma educação inclusiva.

No AVA, são disponibilizados os materiais didáticos, livro texto, materiais complementares, atividades virtuais, videoaulas, etc. As formas de comunicação/interação é um elemento fundamental em qualquer ambiente educacional e em quaisquer processos de ensino e aprendizagem. Conta ainda com Chat: ferramenta de comunicação síncrona e pública; Pager: ferramenta de comunicação assíncrona que permite interações particulares e Fóruns de discussões.

As disciplinas são organizadas, normalmente em módulos, e subdividem-se em unidades de ensino e aprendizagem, possibilitando que o processo de avaliação também seja realizado por unidade. Com essa subdivisão é possível verificar o

cumprimento, por parte dos estudantes, dos objetivos traçados na unidade (avaliação formativa) além de poder recuperá-lo a tempo, não prejudicando a continuidade de seus estudos. A avaliação permite, também, detectar e identificar deficiências na forma de ensinar, auxiliando professores na reformulação de seus trabalhos didáticos visando à melhoria contínua.

Além das atividades avaliativas virtuais desenvolvidas ao longo de um semestre letivo, são, também, aplicadas algumas atividades avaliativas processuais durante os encontros presenciais. As atividades avaliativas presenciais, assim como as virtuais, consideram o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes buscando articular os seus estudos com o exercício futuro da prática, em diferentes propostas, a considerar a natureza e objetivos da disciplina.

O desenvolvimento de atividades está vinculado ao sistema de frequência. É determinado que os estudantes tenham que obter minimamente 75% de frequência. Nessas disciplinas mediadas por tecnologia essa frequência é medida pela quantidade de atividades realizadas. O acesso ao conteúdo para os estudos e pesquisas se dá também na biblioteca virtual, Minha Biblioteca. A disponibilização deste virtual possibilita o acesso aos títulos das bibliografias constantes nos Planos de Ensino, bem como de outros materiais, por qualquer aluno, independentemente de sua localização geográfica. O acesso se dá pelo AVA de acordo as bibliografias definidas por cada disciplina do curso.

Especificamente, no curso de Direito os componentes a serem mediados por tecnologia são: Fundamentos da Economia; Língua Portuguesa; Psicologia e Comportamento Organizacional; Filosofia, Ética e Direitos Humanos; Metodologia Científica; Filosofia do Direito; Sociologia, Antropologia e Relações Étnico-Racial; Responsabilidade Social e Meio Ambiente; Sociologia do Direito; Direito Digital; e, Psicologia do Direito totalizando 550 Horas/Relógio o que representa 14,47% da carga horária total do curso.

3.11 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

A FAMA por meio do Estágio Supervisionado no Curso de Direito, possui como objetivo construir um meio eficaz para a consecução de atividades práticas que possibilite, simultaneamente:

- I. Avaliar o aluno em relação aos conhecimentos adquiridos em sala de aula;
- II. Ajudar os acadêmicos na aplicação e fixação dos conteúdos teóricos;
- III. Capacitar os acadêmicos para o futuro exercício da profissão;
- IV. Materializar a iniciação científica e as práticas de extensão por meio de atendimento continuado à população, fazendo com que o FAMA cumpra com sua função social;
- V. Respeitar os critérios legais de excelência acadêmica.

Os estágios curriculares do Curso de Graduação em Direito são conjuntos de atividades de formação, programados e diretamente supervisionados por membros do corpo docente da instituição onde procuram assegurar a consolidação e a articulação das competências estabelecidas.

Neste sentido os estágios supervisionados visam assegurar o contato do aluno com situações, contextos e instituições, permitindo que os conhecimentos, habilidades e atitudes aprendidos em sua formação se concretizem em ações profissionais. A partir da prática profissional, são utilizadas estratégias onde o aluno possa vivenciar o ensino ao seu mundo real de trabalho, objetivando: apreender e refletir sobre tal realidade; propor e participar de todo processo relacionado ao exercício profissional; articular a perspectiva do currículo com a realidade, utilizando-se das teorias existentes como possibilitadoras da reflexão e da ação no campo profissional e de formação humana.

De acordo com a Resolução CNE/CES Nº 5, de 17 de dezembro de 2018, em seu artigo 6º, que a “prática jurídica é um componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando (...)”. A prática profissional supervisionada tem como objetivo criar momentos que proporcionem condições curriculares que possibilitem ao aluno o contato com as atividades profissionais. Cabe ainda à prática profissional o desenvolvimento de valores e princípios de formação plena do homem e conhecimento teórico da atividade realizada.

A prática profissional deve ser considerada a atividade que permita ao aluno um contato com a realidade do campo profissional, objetivando: apreender e refletir sobre tal realidade; propor e participar de todo processo relacionado ao exercício profissional; articular a perspectiva do currículo com a realidade, utilizando-se das

teorias existentes como possibilitadoras da reflexão e da ação no campo profissional e de formação humana.

O aluno do Curso de Graduação em Direito da FAMA, a partir das atividades do estágio supervisionado, deve empreender um olhar crítico a fim de caracterizar a realidade, tendo nas situações-problema as perspectivas de suas ações, as quais, certamente, necessitarão de teorias para solucioná-las. É na busca da superação das dificuldades que se encontrará a ampliação da formação acadêmica do profissional, seja ele qual for.

Assim sendo, os estágios propostos deverão constituir parte, em graus variados, dos programas de aprendizagem desenvolvidos no curso em decorrência da aquisição gradual de uma sequência de complexidade (aproximação das condições reais do trabalho).

O estágio é uma atividade curricular obrigatória no Curso de Graduação em Direito da FAMA, regulamentada a partir de documento próprio, contempla uma carga horária total de 300 Horas/Relógio e estão divididos do 7º ao 10º semestre do curso, ou seja, acontece nos dois últimos anos do curso. As horas destinadas são obrigatórias para a conclusão do curso e fazem parte da carga horária total do curso.

As atividades de estágio, independentemente de sua natureza, são desenvolvidas, preferencialmente, ao abrigo de termos de compromisso celebrados, resguardados os direitos dos alunos quanto à segurança e à integridade e impedido o desvio de objetivos e finalidades.

A formação do graduado em Direito deve proporcionar ao egresso uma formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capacitando-o a absorver e desenvolver novas tecnologias, estimulando-o a sua atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento a demanda da sociedade.

Em virtude deste fato, os estágios supervisionados do Curso de Graduação em Direito são realizados no Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ próprio da FAMA, bem como, sob sua coordenação, em departamentos jurídicos de empresas públicas e privadas, nos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública,

das Procuradorias e demais departamentos jurídicos oficiais, além de escritórios e serviços de advocacia e consultorias jurídicas conveniados a Instituição.

Quando os estágios são realizados em instituições conveniadas, é apresentado ao supervisor a descrição das atividades realizadas, cronograma, sistema de acompanhamento e avaliação da instituição. O supervisor acompanha as atividades desenvolvidas, bem como planeja contatos com a instituição para acompanhamento do estágio realizado.

A supervisão do estágio conta com um (01) docente por área de estágio, que será responsável pelo acompanhamento dos grupos de alunos, conforme exigência da instituição.

A avaliação do Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Direito é feita pelo professor supervisor baseado nas atividades propostas por este e avaliação dos relatórios por meio de notas de 0 a 10, sendo obrigatória a frequência mínima de 75% da carga horária total estabelecida no campo de estágio.

Assim sendo, os estágios propostos deverão constituir parte, em graus variados, dos programas de aprendizagem desenvolvidos no curso em decorrência da aquisição gradual de uma sequência de complexidade (aproximação das condições reais do trabalho).

3.12 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

A disciplina de Atividades Complementares é um instrumento de desenvolvimento das competências e habilidades prescritas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, onde o aluno é destacado como corresponsável pelo processo de aprendizagem, devendo dedicação e participação ao mesmo, de forma responsável. A proposta dessa disciplina interage com os princípios de melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem, pois prioriza a elaboração de trabalhos e a participação em atividades formacionais de incentivo à busca do autoaprendizado, com responsabilidade pessoal, social e intelectual. Conduz o aluno ao cumprimento da proposta educacional da instituição, em conformidade com os princípios dos respectivos projetos pedagógicos dos seus cursos de graduação, direcionados à realização do Projeto de Vida do aluno.

As Atividades Complementares (AC) são componentes curriculares obrigatórios que possibilitam o desenvolvimento de conhecimento e competências do aluno, adquiridas dentro ou fora do ambiente institucional, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, de caráter interdisciplinar, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

As AC são práticas acadêmicas que enriquecem a formação do aluno do Curso de Graduação em Direito da FAMA em seus eixos de formação específicas e a sua realização depende exclusivamente da iniciativa dos alunos, embora a IES ofereça oportunidades de aprendizado contemplando essas horas.

Caberá ao aluno participar de AC que privilegiem a construção de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais. Tais atividades são adicionais às demais atividades acadêmicas e devem contemplar os grupos de atividades descritos em Regulamento próprio.

As AC possibilitam o aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo aluno em atividades curriculares e extracurriculares, de interesse tanto para sua formação profissional e pessoal como forma de instrumento para promoção do enriquecimento do seu perfil como egresso.

As AC do Curso de Graduação de Direito da FAMA têm como objetivo ampliar a formação e a vivência acadêmica dos estudantes favorecendo práticas de autoaprendizagem. Elas privilegiam:

- I. A autonomia profissional e intelectual;
- II. Conhecimentos teórico-práticos por meio de atividades de pesquisa e extensão;
- III. Conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente da IES, bem como experiências profissionalizantes julgadas relevantes para a área de formação dos alunos de cada curso;
- IV. Aprimorar a formação integral dos alunos, possibilitando o desenvolvimento de competências, enriquecimento curricular, diversificação temática, aprofundamento interdisciplinar e aquisição de experiências e/ou conhecimentos não contemplados pelas disciplinas do curso e outros componentes curriculares, tornando o curso mais dinâmico, estimulando a

capacidade criativa dos alunos e sua corresponsabilidade no processo formativo;

- V. Permitir um contato, já desde o início do curso, por parte do estudante, com as atividades e situações inerentes à carreira do egresso;
- VI. Qualificar o aluno, desenvolvendo de forma complementar aos demais componentes curriculares, competências procuradas pelo mercado, tais como perfil empreendedor, iniciativa, liderança, autoconhecimento, perseverança e habilidade em lidar com obstáculos, mudanças e transformações;
- VII. Proporcionar a vivência prática e situações que contribuam para seu crescimento pessoal e profissional, bem como contribuir para o atendimento das necessidades da comunidade, participando de ações que sejam um incentivo ao exercício da cidadania;
- VIII. Dar visibilidade ao aluno e à Instituição.

O acompanhamento e o controle das AC são de responsabilidade da coordenação de curso que deve:

- Reforçar as datas de entrega final de atividades complementares previstas em Calendário Acadêmico Institucional publicado semestralmente;
- Validar a entrega das atividades encaminhadas via Portal do Aluno para organização e lançamento em sistema acadêmico via secretaria;
- Informar ao aluno a não convalidação de horas e devolver-lhe com informações pertinentes para adequação e novo prazo de entrega, quando for o caso;
- Manter atualizados e organizados os registros dos comprovantes das atividades desenvolvidos pelos estudantes no Portal do Aluno;

Ao estudante compete:

- Cumprir o regulamento das Atividades Complementares;
- Receber orientação, quando necessário;
- Cumprir os prazos estabelecidos para a comprovação das ACs;
- Manter atitude ético-profissional no cumprimento e comprovação das ACs.

As atividades previstas podem ser cumpridas individualmente e/ou por grupos de alunos, desde que seja assegurada a participação efetiva de cada integrante mediante documentação comprobatória. Para convalidar as AC previstas em

determinado semestre da matriz curricular é necessário que o estudante esteja regularmente matriculado no curso.

A entrega da documentação das atividades cumpridas deve ocorrer nos períodos especificados em calendário acadêmico vigente e aprovado pela Secretaria Acadêmica respeitando a dinâmica do curso. Excepcionalmente, o aluno poderá entregar todas as atividades cumpridas no último semestre do curso, mediante justificativa direcionada ao coordenador de curso. Para cada AC não cumprida da matriz curricular do curso, o estudante deverá:

- I. Entregar os documentos necessários para comprovar a realização de atividades com a carga horária exigida, no semestre a que se refere;
- II. Arcar com os ônus dos custos decorrentes da solicitação de convalidação fora de prazo;

No processo de avaliação, do desempenho do estudante, deve ser considerado: O seu compromisso na execução das AC e os comprovantes apresentados para a convalidação das AC.

Os documentos devem ser encaminhados via Portal do Aluno, que procede a avaliação dos pedidos de convalidação pela Coordenação de Curso, expressando seu parecer e definindo o total de horas convalidadas em fluxo previsto no sistema. Após avaliação, será atribuído às AC em questão o conceito SUFICIENTE ou INSUFICIENTE. A Secretaria Acadêmica é responsável pela publicação do resultado no sistema acadêmico.

Os alunos que ingressarem no curso por meio de transferência, também ficam sujeitos ao cumprimento da carga horária das AC, podendo solicitar à coordenação o aproveitamento da carga horária executada na instituição de origem, desde que sejam equivalentes ao estabelecido no Regulamento próprio das AC. Alunos Portadores de Diploma, poderão solicitar na coordenação do curso o aproveitamento de disciplinas como parte das AC.

No curso de Direito da FAMA, as Atividades Complementares estão previstas do 1º ao 5º período com carga horária total de 167 Horas/relógio, sendo 40 horas por semestre letivo, o que representa 4,38% da carga horária total do curso.

Tabela 09. Interdisciplinaridade x Inovação x Atividades Complementares

INTERDISCIPLINARIDADE X INOVAÇÃO X ATIVIDADES COMPLEMENTARES			
<p>Atividades Complementares são atividades práticas e/ou teóricas, relacionadas ao contexto do curso que contribuem na formação profissional, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem e privilegiando a complementação da formação social e profissional. Serão consideradas Atividades Complementares, em princípio, toda e qualquer atividade, desenvolvida pelo estudante após o ingresso no Curso, desde que guarde correlação ou conexão com a área de conhecimento do curso do aluno. Em função disso, cabe ao estudante, ao longo de seu curso, procurar participar de uma gama variada de Atividades Complementares até atingir a carga horária prevista no seu currículo.</p>			
DISCIPLINA	PERÍODO	CH TEÓRICA	CH TOTAL
Atividades Complementares I	1º	40	40
Atividades Complementares II	2º	40	40
Atividades Complementares III	3º	40	40
Atividades Complementares IV	4º	40	40
Atividades Complementares V	5º	40	40
CARGA HORÁRIA TOTAL			200
<p>Temas de Formação Geral. Formação Técnico-jurídico e Formação Prático Profissional interdisciplinares e inovadores correlacionados a área do Direito e outras áreas para a prática das Atividades Complementares – ac</p>			
Formação Geral	Ciência Política e Teoria do Estado Filosofia, Ética e Direitos humanos Fundamentos da Economia Língua Portuguesa Metodologia Científica Psicologia e Comportamento organizacional Responsabilidade Social e Meio Ambiente Sociologia, Antropologia e Relações Étnico-Racial		
Formação Técnico-jurídicas	Direito Administrativo I Direito Administrativo II Direito Ambiental Direito Civil I Direito Civil II Direito Civil III Direito Civil IV Direito Civil V Direito Civil VI Direito Digital Direito do Consumidor Direito do Trabalho I Direito do Trabalho II Direito Eleitoral Direito Empresarial I Direito Empresarial II Direito Financeiro e Tributário I Direito Financeiro e Tributário II Direito Internacional Público e Privado Direito Penal I Direito Penal II Direito Penal III Direito Penal IV Direito Previdenciário e Seguridade Social Direito Processual Civil I Direito Processual Civil II Direito Processual Civil III Direito Processual Civil IV		

	Direito Processual Constitucional Direito Processual do Trabalho Direito Processual Penal I Direito Processual Penal II Direito Processual Penal III Direito Processual Penal IV Entes Federativos e Seus Poderes Ética e Legislação Profissional Filosofia do Direito Hermenêutica e Argumentação Jurídica Instituições Democráticas e Ordens Constitucionais Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem Psicologia do Direito Sociologia do Direito Teoria e Fundamentos da Constituição Teoria Geral do Direito Teoria Geral do Processo
Formação Prático-profissional	Prática Forense Civil Prática Forense de Família, Sucessões e Empresas Prática Forense Penal Prática Forense Trabalhista e Tributária Estágio Supervisionado

Fonte: FAMA (2023)

3.13 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Curso de Graduação em Direito da FAMA possui a missão de formar profissionais com conhecimentos especializados, flexibilidade intelectual, capacidade analítica para interpretar informações, competência para o trabalho em equipe e para a tomada de decisões no campo da atuação, com responsabilidade e comprometimento social.

Visando as competências apresentadas, o projeto de formação acadêmica proporciona dispositivos específicos de pesquisa, onde o futuro profissional possa, de forma sistematizada, construir conhecimento, analisar e sintetizar a realidade que o cerca, de forma crítica, colaborando assim, para a melhoria do atual estágio de desenvolvimento das ciências que envolvem o conhecimento e suas relações com a sociedade.

O objetivo do TCC do Curso de Graduação em Direito é possibilitar ao estudante a experiência na iniciação científica como atividade cotidiana através do desenvolvimento de um trabalho de pesquisa sobre tema de livre escolha do acadêmico, desde que relacionado ao curso.

O TCC visa propiciar aos acadêmicos:

- I. a ocasião de demonstrar o grau de habilitação adquirido;
- II. o aprofundamento temático;
- III. o estímulo à produção científica e à consulta de bibliografia especializada;
- IV. o aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica de seu objeto de estudo;
- V. a discussão e uso de conceitos pertinentes ao quadro teórico escolhido, acompanhados ou não de uma pesquisa empírica.

O TCC objetiva atingir a proposta apresentada pelos Art. 3º e 4º, da Resolução CNE/CES N° 5, de 17 de dezembro de 2018 do MEC, ou seja, o Curso de Graduação em Direito da FAMA demonstra claramente como o conjunto das atividades previstas garantirá o perfil desejado de seu egresso e o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas. Assim, faz-se necessário, utilizar algumas ferramentas para solidificar todo o conhecimento adquirido pelo acadêmico, sendo uma destas ferramentas o trabalho de conclusão de curso.

A disciplina de TCC é componente curricular obrigatório para os alunos do Curso de Graduação em Direito desenvolvido na modalidade de projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centrados em áreas teórico-práticas e de formação profissional relacionadas com o curso. O TCC é uma atividade institucionalizada a partir de regulamentação própria, aprovada pelo Conselho Superior Acadêmico, a qual contém todos os critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas à sua elaboração.

Os conteúdos para o desenvolvimento do TCC englobam:

- I. Regras de redação técnico científica;
- II. Elaboração do projeto para o TCC;
- III. Desenvolvimento do TCC;
- IV. Entrega do Relatório Parcial de desenvolvimento do aluno;
- V. Defesa do TCC.

Trata-se de uma atividade transversal e integrada ao currículo, sendo iniciada obrigatoriamente no 9º período com a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I e concluído no 10º período com Trabalho de Conclusão de Curso II, com carga horária de 60 Horas/aula cada.

O docente responsável pela disciplina de TCC, ou coordenador de TCC, é designado pelo coordenador de curso e é quem programa as atividades obrigatórias para os acadêmicos em fase de elaboração do TCC, desde o número de sessões de orientação, critérios para orientador e orientando e os critérios e cronograma de apresentação do projeto de pesquisa, coleta dos dados e relatório final, onde a defesa pública que ocorre no final do último semestre do curso, definido em calendário próprio.

Também é de responsabilidade desse professor identificar problemas e tomar providências relacionadas ao orientador (a) e ou orientando (a), além de definir os critérios para registro das avaliações do desenvolvimento do TCC e para uso da banca examinadora. A data e local da defesa pública do TCC serão divulgadas com antecedência pelo professor (a) de TCC e em caso de situações não previstas, as mesmas serão decididas junto ao Colegiado de Curso, NDE e coordenações de curso para as medidas cabíveis.

O (a) orientador (a) do TCC é uma escolha do estudante, e seu aceite é registrado em formulário próprio junto à coordenação do curso. A orientação deve ser conduzida por professora/professor que compõe o quadro permanente do Curso de Graduação em Direito.

Em relação ao (à) estudante, a frequência das atividades de orientação agendada, pesquisa, reuniões e seminários são obrigatórios. Todas estas informações e a entrega da versão final e prazos estão detalhadas no regulamento próprio para o TCC, o qual é atualizado anualmente.

A carga horária das atividades de pesquisa será utilizada na construção e realização de seminários de pesquisa orientada, palestras sobre temas relacionados com os projetos a serem desenvolvidos e participação de eventos externos.

Em se tratando do TCC, a avaliação do (a) estudante ocorre a partir da frequência às atividades programadas pelo coordenador do TCC; pela análise dos trabalhos científicos no final de cada semestre e pelo desempenho na apresentação da banca de defesa pública do TCC, conforme as regras definidas pelo Colegiado do Curso e que deverá constar nas normas de elaboração do TCC.

Os TCC's além de estarem expostos na biblioteca (repositório institucional próprio) e ser uma ferramenta de incentivo a pesquisa, também possibilita o aluno a

publicar sua produção acadêmica através do Caderno de Pesquisa da IES ou de outro meio (Anais, revistas, congressos, entre outros).

3.14 ATIVIDADES DE EXTENSÃO

A extensão universitária, como componente do processo educativo, fundamenta-se em uma abordagem de totalidade, mediante o debate, o estudo, a pesquisa, a elaboração e implementação de planos e propostas de interesse público, nas demais instituições sociais, situando o homem, historicamente, na sociedade, na política, na economia, cultura e no meio ambiente.

Os programas institucionais de extensão enriquecem o diálogo da Faculdade com a sociedade civil, o Estado e o mundo do trabalho, viabilizando seu compromisso social com o desenvolvimento regional. Esse diálogo é referenciado em metodologias de trabalho voltadas para a inclusão social. A FAMA mantém programas institucionais de extensão nas seguintes áreas temáticas: Educação, Cultura e Tecnologia; Meio Ambiente; Saúde; e, Gestão de Negócios e Empreendedorismo.

Metodologicamente, a Extensão desenvolve-se, inscrita nos processos educativos e formativos, nos cursos e áreas de conhecimento, envolvendo professores, alunos, funcionários e a sociedade, consolidando-se como práxis social inserida na realidade. Na FAMA, as atividades de extensão são direcionadas de acordo com as necessidades observadas junto à comunidade, sendo assim atualizadas semestralmente. O levantamento desta demanda bem como o planejamento, desenvolvimento e execução das atividades de extensão são feitos pelos coordenadores de curso juntamente com seu corpo docente.

As atividades de extensão oferecidas pela FAMA são, portanto, indissociáveis do processo ensino-aprendizagem, objetivando a superação e a distinção das perspectivas que limitam a Extensão à mera prestação de serviços, à transferência de conhecimentos e à difusão cultural. Com efeito, para realçar essa distinção, desenvolvem-se nos programas de extensão a investigação e a produção de conhecimento, voltados para a qualificação do ensino e da pesquisa e como exigência do próprio sentido, razão e finalidade da instituição de ensino.

A extensão se configura como uma forma de intervenção que favorece uma visão abrangente e integradora da sociedade, constituindo-se em espaço privilegiado no processo de formação profissional. Suas ações se voltam para o atendimento de demandas sociais colhidas no confronto direto com a realidade próxima, contribuindo, significativamente, na produção do conhecimento para a superação das desigualdades sociais existentes

Visando à produção de conhecimento, a Extensão Universitária sustenta-se principalmente em metodologias participativas, que priorizam métodos de análise inovadores, a participação dos atores sociais e o diálogo.

Apenas ações extensionistas com esses formatos permitem aos atores nelas envolvidos a apreensão de saberes e práticas ainda não sistematizados e a aproximação aos valores e princípios que orientam as comunidades.

Para que esses atores possam contribuir para a transformação social em direção à justiça, solidariedade e democracia, é preciso que eles tenham clareza dos problemas sociais sobre os quais pretendem atuar, do sentido e dos fins dessa atuação, do 'arsenal' analítico, teórico e conceitual a ser utilizado, das atividades a serem desenvolvidas e, por fim, da metodologia de avaliação dos resultados (ou produtos) da ação e, sempre que possível, de seus impactos sociais (FORPROEX, 2012).

Essa importante forma de produção/sistematização do conhecimento/saberes - a Extensão Universitária, nesse sentido, a estrutura curricular já está adequada nos termos da Resolução CNE/CES nº 7/2018.

- I. **Pontos de partida:** Indissociabilidade (teoria e prática como processo uno de formação; princípio orientador da produção acadêmica); e, Impacto e transformação social. Componente curricular estratégico que promove a integração de disciplinas de um determinado semestre (ou de semestres anteriores), em torno de um eixo temático, na elaboração de atividades de pesquisa e extensão a partir dos conteúdos trabalhados em sala de aula, com socialização e discussão dos resultados.
- II. **Objetivos:**
 - a) Garantir percentual mínimo de 10% da carga horária de todos os

- b) cursos de graduação em atividades curriculares de extensão, a ser implantado no prazo determinado pela legislação (meta 12);
 - c) Potencializar o impacto na formação e no protagonismo dos acadêmicos;
 - d) Promover a interação dialógica com os territórios de inserção da IES, por meio de seus cursos de graduação;
 - e) Promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
 - f) Garantir o desenvolvimento de atividades de extensão de forma orgânica, permanente e articulada, como proposta prevista no PPC e PDI;
 - g) Ampliar (e avaliar) os impactos social e acadêmico dos cursos.
- III. **Passo a Passo:** Determinado (s) o (s) eixo/linha (s) de trabalho do curso/área, mãos à obra:
- a) Delimitar os objetivos de aprendizagem e as competências relacionadas (conhecimentos, habilidades, atitudes e valores);
 - b) Definir a “ementa”/abordagens temáticas do programa/projeto
 - c) (conteúdos programáticos relacionados);
 - d) Definir os objetivos comunitários a serem alcançados (resolutividade de problemas, demandas, necessidades verificadas);
 - e) Esboçar o processo avaliativo e respectivos roteiros/instrumentos.
- IV. **Metodologia Aprendizagem por projetos:**
- ETAPA 1 – Diagnóstico Situacional e Referencial Teórico (visita in loco, identificação de públicos e demandas, priorização de questões-problemas/temáticas do projeto, justificativa do projeto, delimitação de objetivos de aprendizagem e comunitários, referencial teórico);
 - ETAPA 2 – PLANO DE AÇÃO (definição da metodologia de trabalho, ações a serem desenvolvidas, papéis e atribuições - inclusive a participação dos públicos no desenvolvimento e avaliação das ações, cronograma de trabalho, equipe/parcerias, recursos);
 - ETAPA FINAL – RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS E ANÁLISE DE RESULTADOS (Relato do Grupo de Trabalho e Relato Individual): As atividades de extensão devem ter sua proposta, desenvolvimento e conclusão, devidamente registrados, documentados e analisados, de forma

que seja possível organizar os planos de trabalho, as metodologias, os instrumentos e os conhecimentos gerados.

As atividades de extensão devem ser sistematizadas e acompanhadas, com o adequado assentamento, além de registradas, fomentadas e avaliadas por instâncias administrativas institucionais, devidamente estabelecidas, em regimento próprio.

O Curso de Graduação em Direito permite o desenvolvimento de ações se voltam para o atendimento de demandas sociais colhidas no confronto direto com a realidade próxima, contribuindo, significativamente, na produção do conhecimento. As atividades de extensão são planejadas envolvendo docentes, discentes, corpo técnico-administrativo e comunidade, utilizando a infraestrutura específica do curso, além de ambientes fora da Instituição ou outras instituições parceiras.

A FAMA desenvolve, também, atividades da extensão voltadas ao tratamento de questões e temáticas que dizem respeito à Educação das Relações Étnico-Raciais, afrodescendentes e indígenas (Parecer CNE/CP nº 03/2004), Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP nº 01/2012) e Educação Ambiental e Sustentabilidade (Lei nº 9.795/1999 e Resolução CNE/CES nº 02/2012), bem como a Lei Federal 12.764/2012 que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Autismo e regulamentações decorrentes.

3.15 APOIO AO DISCENTE

A FAMA possui procedimentos definidos de apoio aos discentes tanto na esfera acadêmica quanto no aspecto profissional. O apoio ao discente no Curso de Direito da FAMA contempla ações de acolhimento e permanência, acessibilidade metodológica e instrumental, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, apoio psicopedagógico, participação em atléticas e centros acadêmicos, além de ações do cotidiano acadêmico. A FAMA entende ser o aluno a razão da sua existência. Nesse sentido, toda e qualquer ação facilitadora do processo ensino-aprendizagem, bem como ações que possam garantir o bem-estar na vida acadêmica do aluno, serão de grande valia.

A coordenação do curso de Direito é um meio pelo qual os acadêmicos conhecem todas as possibilidades de apoio e também pode ser considerada uma

forma de auxílio para o mesmo. O Curso de Direito possui um Coordenador de Curso e uma Coordenação Adjunta em atendimento constante, promovendo visitas às salas de aulas e realizando atendimentos individualizados ou grupais, quando solicitado por meio de agendamento. Os horários de atendimento das Coordenações dos cursos são divulgados a cada semestre e os alunos podem realizar atendimento dos diversos assuntos, sendo os mais procurados: orientações e solicitações em relação aos docentes, avaliações, metodologias, estágio, plano de estudos, trabalho de conclusão de curso ou outras necessidades que impactem no desempenho acadêmico e profissional do discente

Em relação às questões acadêmicas, o discente pode procurar a Secretaria Acadêmica, para resoluções de problemas rotineiros, como: registro acadêmico, solicitações de recuperações, formalização de bolsas de estudos, assuntos financeiros, entre outros.

Além das formas acima de atendimento ao discente, a FAMA também disponibiliza outros meios de atendimentos pela: Diretoria, Coordenador Acadêmico, Procurador Institucional, Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP) e Ouvidoria.

3.15.1 Programa de Integração Acadêmica

Para se obter uma melhor adaptação e acolhimento dos ingressantes no Curso de Direito, é realizado todo início do semestre atividades de boas-vindas para os novos alunos, intitulados nas IES, como “calouros”. As atividades de Integração Acadêmica aos Calouros são realizadas durante a primeira semana de aula com diversas ações, como:

- I. Apresentação das informações inerentes ao curso: o coordenador apresenta através da projeção de slides todos os processos e informações do curso, como por exemplo: matriz, horário, diretrizes curriculares, atividades complementares, programas institucionais, estágios, trabalho de conclusão de curso, e demais informações que possam proporcionar uma visão ampla do curso.
- II. Apresentação da coordenação de curso: neste momento o coordenador vai até a sala para se apresentar informando para todos, sua vida acadêmica e profissional, encontro este, que estreitam os laços entre coordenador e aluno.

- III. Apresentação do estabelecimento acadêmico: os alunos são levados pelo coordenador ou um professor do período para conhecer todos os ambientes da FAMA, com o intuito do aluno poder se locomover sozinho dentro da instituição e para conhecer em quais departamentos ou locais são realizadas determinadas atividades. Ele terá oportunidade de conhecer por exemplo: a biblioteca, a lanchonete, os laboratórios, a coordenação, os sanitários e outros.
- IV. Trote solidário: visando interação dos alunos ingressantes entre si e também com os alunos “veteranos” as coordenações de cursos realizam algumas ações como: trote solidário com arrecadação de alimentos ou roupas, ação social voltadas para o ambiente escolar e não escolar. Esta ação também possibilita já no início da vida acadêmica um pensar diferenciado sobre várias questões a respeito da responsabilidade social.
- V. Aula inaugural: o coordenador junto com os alunos “veteranos” realiza palestra com todos os alunos do curso a respeito de uma temática importante para a profissão, visando assim, o despertar do interesse de todos a respeito de sua futura profissão.

Para os veteranos, a primeira semana de aulas do semestre letivo também possui uma programação especial na perspectiva de permanência e atualização do aluno na Instituição. É realizado todo início do semestre uma programação de boas-vindas para levar ao estudante ao contexto educacional, como apresentação do semestre letivo, calendário acadêmico, Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), entre outros e também com a realização de palestras com temáticas atualizadas do âmbito profissional para o início das atividades letivas.

3.15.2 Programa de Acessibilidade Metodológica, Instrumental, Comunicacional e Digital

Em se tratando da acessibilidade metodológica, entende-se como sendo a ausência de barreiras nos aspectos metodológico e teórico. Neste sentido, a coordenação do Curso de Direito e seus docentes possuem um papel fundamental a partir do momento que são responsáveis pelo surgimento ou não destas barreiras.

Com o intuito de proporcionar facilidades de conhecimentos o Curso de Direito através de seus docentes utiliza-se de ferramentas ou técnicas que diversificam os conteúdos curriculares, e flexibilizam os recursos para que o processo de ensino e aprendizagem flua de forma adequada para todos os acadêmicos, principalmente para as pessoas com deficiência. Neste caso, os professores do curso recorrem a formas diferentes de apresentação do conteúdo como exposição de slides com tamanho de letra maior, leituras de textos, textos e provas com tamanho de letra ampliado, permissão para gravar suas falas nas aulas e outras alternativas necessárias para o adequado aprendizado. Ou seja, a FAMA possui como prioridade o aprendizado do aluno através dos diversos métodos, técnicas, ou teorias utilizadas.

Já, a acessibilidade instrumental se refere a superação das barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de trabalho, de estudo, de lazer e de vida diária através da aquisição de recursos de tecnologia assistiva.

Neste sentido, a FAMA busca promover uma comunicação interpessoal adequada que permita a transmissão de conhecimento através de laboratórios de informática, software específico, quando necessário.

Estabelecer meios para os quais o acadêmico com deficiência possa obter acesso digital e comunicacional é de suma importância para o processo de ensino e aprendizagem. Em relação a acessibilidade digital compreendida pela ausência de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de tecnologias assistivas o Curso de Graduação em Direito disponibiliza ações, caso necessário, que visam facilitar a compreensão do conteúdo apresentado em sala de aula ou em outros momentos de aprendizagem, tendo como meio a disponibilização de colaboradores e docentes aptos para serem interpretes de LIBRAS.

As ações apresentadas proporcionarão a inclusão educacional através da diversificação curricular metodológica, a flexibilização do tempo e de recursos favorecendo assim a aprendizagem dos acadêmicos com deficiência, sendo todas as atividades desenvolvidas e acompanhadas, quando existirem, pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico da FAMA e pelas coordenações dos cursos.

Todas as propostas de inclusão das pessoas com deficiências realizadas pela FAMA, estão de acordo com as normativas previstas:

- Acessibilidade Física, Pedagógica, Atitudinal e das Comunicações;
- Adaptabilidade para Pessoas com Mobilidade Reduzida;
- Adaptabilidade para Portadores de Deficiência Visual;
- Adaptabilidade para Portadores de Deficiência Auditiva;
- Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

3.15.3 Programa de Monitoria

Os alunos do Curso de Graduação em Direito da participam do Programa de Monitoria – ProMon. A atividade de monitoria tem como objetivo possibilitar ao aluno oportunidade de desenvolver suas habilidades para a carreira docente, nas funções de ensino, pesquisa e extensão; assegurar cooperação didática ao corpo docente e discente nas funções universitárias; propiciar ao aluno oportunidades de preparação e pré-capacitação profissional, nas várias áreas de interesse, visando o seu treinamento em serviço, exploração de aptidões intelectuais e descobertas de vocações.

O Programa de Monitoria da FAMA está implantado e formalizado na Instituição, por meio de regulamento próprio, o edital de chamamento é publicado semestralmente, sendo o número de vagas, quantidades de bolsas, das normas pertinentes ao provimento das vagas e outras informações, encontrada e descritas no Edital de Monitoria.

Os monitores aprovados no edital auxiliam o corpo docente na execução de tarefas didático-científicas, inclusive na preparação de aulas; de trabalhos didáticos e atendimento a alunos; de atividades de pesquisa e extensão e de trabalhos práticos e experimentais.

Ao corpo discente, os monitores auxiliarão, sob a supervisão docente, na orientação em trabalhos de laboratório, de biblioteca, de campo e outros compatíveis com seu grau de conhecimento e experiência.

3.15.4 Programa de Nivelamento

Nivelamento é o termo adotado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) para identificar as ações de revisão dos conteúdos do ensino médio, ou de

instrumentação, que a IES oferece aos alunos ingressantes para lhes possibilitar um bom desempenho nas disciplinas do curso.

A política de Nivelamento vem se consolidando na busca de atender a diversidade presente na realidade discente da instituição; visando o preceito da igualdade de condições de acesso à informação e ao conhecimento; ao desejo de propiciar bases sólidas para a efetivação do processo de ensino e aprendizagem na instituição. Deste modo, a IES se mostra como uma fonte geradora de oportunidade para o melhor desenvolvimento do discente, recém-ingresso nos seus cursos de graduação.

Reconhece-se que muitos estudantes têm um volume altíssimo de informações sem que estas sejam transformadas em conhecimento ordenado, logicamente encadeado e construído. Os dados estatísticos do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) reforçam a necessidade de investir em instrumentos que possam ampliar habilidades e competências dos acadêmicos ingressantes, proporcionando um melhor aproveitamento dos mesmos no transcorrer de sua vida acadêmica. Os resultados do Processo Seletivo, vestibular, também servem como parâmetro de diagnóstico para que possamos traçar plano de ação a fim de recuperar as deficiências dos ingressantes.

No curso de Direito da FAMA, semestralmente é ofertado, em datas fixadas no calendário acadêmico, o Nivelamento de modo a auxiliar os alunos a compreender os elementos básicos da Língua Portuguesa e os processos básicos da Matemática para conseguir prosseguir com sua vida acadêmica.

Além dessas atividades, o NAP, junto com as Coordenações de Curso, NDE e Colegiado dos Cursos elaboram um programa de conteúdo que atendam às especificidades do curso, a partir da identificação das necessidades dos alunos. Os professores trabalham os conteúdos em que os estudantes apresentem mais dificuldades, por meio da resolução de exercícios, revisão teórica e orientação para o estudo, sendo estas dificuldades levantadas por meio de diagnóstico.

Os principais objetivos do programa são:

- I. Proporcionar um aumento qualitativo no conhecimento do aluno em relação ao ensino básico da Língua Portuguesa e da Matemática.

- II. Desenvolver as habilidades em leitura, interpretação de texto e operações matemáticas.
- III. Ampliar o prazer pela leitura e pela matemática.
- IV. Apreciar diversos tipos de textos por meio de um trabalho integrado e interdisciplinar.
- V. Provocar uma modificação da atitude do aluno em relação ao processo de ensino e aprendizagem, isto é, a autoaprendizagem.
- VI. Proporcionar interatividade entre docentes e alunos nesse processo de ensino e aprendizagem.
- VII. Estimular os alunos com relação ao raciocínio lógico; e,
- VIII. Desenvolver a capacidade de análise de problemas e de sua resolução por meio de estudo de caso.

3.15.5 Programa de Estágios Não Obrigatórios

O estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estudantes. O estágio integra o itinerário formativo do estudante e faz parte do projeto pedagógico do curso, sendo ele um aprendizado de competências próprias da atividade profissional e com o objetivo de desenvolver o educando para a vida cidadã e para o trabalho.

O programa de estágio é dividido em duas modalidades: Estágio Obrigatório e o Estágio não obrigatório. O estágio obrigatório é aquele definido como no projeto pedagógico do curso e constante nas diretrizes curriculares com carga horária regular e obrigatória para o cumprimento da matriz curricular sendo requisito para aprovação e obtenção do diploma. O estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade voluntária do aluno com objetivo de enriquecer sua formação acadêmica e profissional.

A FAMA possui o Programa Integra, que divulga as vagas de Estágio das empresas conveniadas para a comunidade interna em murais e nas redes sociais. O estágio não obrigatório na FAMA fica a critério de cada aluno em relação a realização deste aprendizado. Por meio da Coordenação de Estágios, a FAMA fica responsável por promover convênios com instituições especializadas em estágios extracurriculares

remunerados ou não remunerados. Ao final do estágio o acadêmico deve apresentar declaração com carga horária executada e poderá realizar validação em Atividades Complementares.

O estágio não obrigatório segue o que está estabelecido na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes. Algumas características são semelhantes a modalidade do estágio curricular, como a duração do estágio como tendo seu tempo máximo dois anos e a carga horária até seis horas por dia, informações estas, estabelecidas de forma clara no contrato de estágio não obrigatório. Mesmo não sendo obrigatório, esta modalidade de estágio é bastante indicada na instituição, já que proporciona ao acadêmico realizar atividades mais simples e de compreender a complexidade e a prática de sua futura profissão. Também, possibilitará a instituição concedente conhecer o perfil do acadêmico influenciando assim, sua futura contratação.

3.15.6 Núcleo de Apoio Psicopedagógico – NAP

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico – NAP integra o discente e o docente na ação proativa de aperfeiçoar as ações e recursos acadêmicos e administrativos da Faculdade. O referido serviço tem como meta global organizar um sistema de ajuda para a superação de problemas de ordem pessoal, acadêmica e institucional, que podem influenciar no rendimento do aluno e na conduta profissional do professor.

É também de responsabilidade do NAP o acompanhamento estatístico de frequência e desempenho dos estudantes durante o semestre letivo. Tal acompanhamento permite a correção de distorções antes do término do período letivo, permitindo a recuperação do aluno em tempo hábil.

Além da ação preventiva em benefício do aluno, o NAP também visa o atendimento de colaboradores da FAMA com dificuldades de aprendizagem em sua área de atuação na IES. Todos estes acompanhamentos e orientações psicopedagógicas são realizadas por um profissional com formação na área e experiência na função.

Também compete a esse setor o desenvolvimento dos projetos de extensão junto as coordenações de curso, atividades essas que colocam alunos e professores

em contato com a prática, cumprindo a função de experimentar através dos eventos como funciona a realidade da futura profissão, além de provocar no aluno o senso de responsabilidade em relação as temáticas sociais, culturais, políticas e econômicas que permearão associadas a todo o exercício da sua carreira profissional.

3.15.7 Programa de Incentivo para Participação em Centros Acadêmicos, Atléticas e Ligas Acadêmicas

3.15.7.1 Centros Acadêmicos – CA

Centro Acadêmico é uma entidade de base do movimento estudantil que representa os alunos de um determinado curso de nível superior, podendo representar estudantes de diversos cursos de uma mesma faculdade. Assim, na FAMA, os estudantes podem se organizar para abertura de C.A que podem exercer funções como: a organização de atividades acadêmicas extracurriculares como debates, discussões, palestras, semanas temáticas, recepção de calouros e realização de projetos de extensão; encaminhamento, mobilização e organização de reivindicações e ações políticas dos estudantes; mediação de negociações e conflitos individuais e coletivos entre estudantes e a faculdade; realização de atividades culturais como feiras de livros, festivais diversos, entre outros.

Os centros acadêmicos são formados, de maneira geral, a partir da associação de estudantes, o que faz com que possam ser classificados, do ponto de vista jurídico, como associações civis. A relação que o Centro Acadêmico estabelece com as instâncias burocráticas da instituição é de forma direta, sendo esta parte desta estrutura.

3.15.7.2 Associações Atléticas Estudantis – AAE

A FAMA apoia e dá o amparo necessário as Associações Atléticas Estudantis – AAE da Instituição que são as entidades responsáveis em promover e coordenar a parte esportiva e recreativa, organizando treinos e campeonatos externos e internos na IES em diversas modalidades esportivas, além de atividades de cunho social.

Esta entidade também é responsável pela integração dos alunos através da organização de eventos culturais, trotes solidários, além da confecção e comercialização de produtos do seu curso (canecas, camisetas, etc), mediante aprovação prévia da IES. Para que os eventos aconteçam, os alunos que fazem parte da associação se dividem de modo semelhante à uma empresa, assim como acontece em um Centro Acadêmico, ou seja, deve existir um sistema hierárquico instituído composto por diretor presidente, diretor vice-presidente, Diretor de Gestão e Planejamento, Secretário Geral, Diretor Financeiro, Tesoureiro. Tal hierarquia é de grande relevância no processo de preparação profissional do discente, adequando-os para o mercado profissional.

3.15.7.3 Ligas Acadêmicas Estudantis – LAE

Outra atividade que está se desencadeando e crescendo bastante na Instituição são as ligas acadêmicas. Essa associação estudantil é originada a partir de entidades sem fins lucrativos constituídas por estudantes que se propõem a vivenciar oportunidades de ensino, pesquisa e extensão universitária relacionadas a uma área de conhecimento, sob orientação docente. Atuam na promoção de atividades teórico-práticas de caráter curricular não obrigatório, que corroboram de forma complementar na formação acadêmica de seus participantes.

Essas associações estudantis possuem fins educacionais e têm como objetivo o desenvolvimento de ações que atuem transversalmente no tripé da formação universitária (ensino, pesquisa e extensão): seja pela promoção de práticas, aulas, grupos de estudo, projetos de iniciação científica e de extensão universitária, além do incentivo na participação de eventos, congressos e demais outras atividades complementares associadas a temas pertencentes a uma determinada área de conhecimento.

Cada liga possui um estatuto — documento que regulamenta sua criação e normatiza as regras fundamentais para o seu funcionamento, tal como a definição do professor orientador e colaboradores, número de discentes participantes, campos de prática e os métodos para a seleção de novos ligantes. Para fazer parte de uma liga, deve-se ficar atento quanto a publicação do edital de processo seletivo da liga em interesse. Nele, haverá todas as informações acerca do processo seletivo: período de

inscrição, quantidade de vagas, conteúdos que serão abordados, método de seleção, critérios de desempate, dentre outros.

3.15.8 Programa de Intercâmbios Nacionais e Internacionais

A FAMA possui Políticas de Internacionalização fundamentadas nas finalidades da Educação Superior previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), também observados os referenciais de qualidade preconizados no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e disposto no Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e à Distância.

Nas últimas duas décadas, ações de internacionalização incorporaram o universo acadêmico, com claras e objetivas pretensões de aprimorar a realidade da educação formal superior. Com o passar dos anos desenvolve-se a internacionalização das universidades, contemporânea ao evento da globalização, com fortes impactos sociais, políticos, culturais e econômicos para as IES. Assim, segundo a UNESCO (2014), no contexto de transformação do mundo contemporâneo, de busca de universalidade das relações, criam-se novas políticas e práticas para as universidades, como tentativa de, ao aprimorar e difundir o conhecimento, responder às exigências da sociedade e do mercado.

O Programa de Internacionalização atua como o conjunto de ações de mobilidade acadêmica, intercâmbio bilateral, oferta de idiomas, disciplinas em língua estrangeira e cursos gerais, desenvolvimento de pesquisa, cooperação institucional, projetos internacionais, adesão a editais de programas de financiamento, oferta e participação em eventos internacionais, participação em projetos em rede internacional, formação de docentes e técnicos, entre muitas outras—que visam à consolidação e expansão da universidade, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, a favor do desenvolvimento e diálogo entre as culturas, da construção de uma sociedade mais justa e para a sustentabilidade das nações e do planeta.

A FAMA acredita que a cooperação internacional, entendida como um instrumento de qualidade e excelência, amplia a capacidade de produção científica e de intercâmbio cultural, acadêmico e administrativo, bem como a divulgação do

conhecimento, as fontes de financiamento e a empregabilidade dos egressos. Por isso, fomenta um conjunto de ações internacionalizadas com o objetivo não só de cumprir tais metas, mas de, ao firmar programas de parcerias e convênios institucionais obter inserção efetiva no cenário mundial, contribuindo para a cultura e para a sustentabilidade da vida, em geral.

O objetivo dessas políticas é de potencializar, promover e ampliar as ações de internacionalização da FAMA e, com isso, o vínculo com instituições parceiras, em prol da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão e do fomento ao desenvolvimento acadêmico e profissional dos jovens estudantes, professores e colaboradores técnicos-administrativos.

3.15.9 Programa de Acompanhamento de Egressos

A Política Institucional de acompanhamento dos egressos da FAMA, fundamenta-se a partir de dois eixos por meio dos quais se articulam à Diretoria, à Comissão Própria de Avaliação (CPA) e às Coordenações dos Cursos. São eles: Eixo 1: Formação continuada e Eixo 2: Mercado de trabalho.

No eixo de formação continuada, a FAMA oferece cursos de pequena duração, cursos de pós-graduação e eventos (seminários, congressos, semanas científicas, etc).

Visando promover um diálogo permanente da Faculdade com o egresso, a FAMA objetiva desenvolver diversas ações, oferecendo serviços que promovam a comunicação e o aperfeiçoamento profissional, como os cursos de extensão e de especialização oferecidos pela FAMA. Além disso, a Instituição oferece uma política de descontos sobre mensalidades nos cursos de Pós-graduação, Educação permanente e reingresso em cursos de graduação como forma de incentivo à formação continuada.

As capacitações disponíveis no eixo I são oferecidas a valores acessíveis, sempre com bolsas para egressos. Em ambos os eixos a FAMA faz um acompanhamento periódico do egresso por meio do seu portal.

No eixo Mercado de Trabalho a IES disponibiliza via grupos no WhatsApp ou Instagram banco de vagas com possibilidades de acesso às empresas parceiras da FAMA, entre outros.

Além dessas ações, os cursos de graduação também deverão realizar encontros de Egressos, possibilitando um momento de confraternização e integração entre egressos e alunos e a troca de experiências e informações sobre o mercado de trabalho, as oportunidades e as exigências da profissão.

Estas ações permitem delinear o perfil na prática do egresso, articulado ao Projeto Pedagógico dos Cursos.

3.15.10 Programa de Bolsas

No que se refere à concessão de bolsas, a FAMA tem como política, oferecer apoio social direto aos estudantes economicamente mais carentes, cujos agregados familiares não consigam, por si só, fazer face aos encargos inerentes à frequência nos cursos pretendidos. As bolsas, portanto, visam propiciar ao estudante condições básicas para a continuidade do custeio da vida acadêmica. O critério de concessão da bolsa consiste na análise da situação socioeconômica e de desempenho acadêmico do aluno.

São diretrizes principais do programa de bolsas:

- I. Viabilizar o acesso e a permanência do discente como forma de democratizar o ensino de graduação e atender às disposições legais pertinentes;
- II. Estimular a participação discente nos programas de pesquisa e extensão;
- III. Contribuir para a elevação e manutenção dos padrões institucionais de qualidade almejados pelos processos de Autoavaliação e de Avaliação Externa;
- IV. Desenvolver os programas de bolsas, que poderão ser das seguintes modalidades:
 - A. **Bolsa Acadêmica:** A Bolsa Acadêmica tem o objetivo incentivar a participação dos alunos nas atividades acadêmicas, como atividades de pesquisa, que visa o despertar a vocação científica, atividades de monitoria que tem o objetivo de dar suporte nos processos de ensino aprendizagem

e programas de extensão com vistas à formação cidadã e à transformação social.

- B. **Bolsa Convênio:** As Bolsas Convênio são concedidas por meio de convênios com instituições parceiras da FAMA (Órgãos Públicos, autarquias, empresas privadas, associações, colégios, sindicatos etc.) como forma de estimular os estudos de funcionários.
- C. **Bolsa Egresso:** A Bolsa Egresso é um estímulo à educação continuada, e a FAMA oferece bolsas para alunos, que concluírem o Curso Superior ofertados por ela.
- D. **Bolsa Enem:** As Bolsas ENEM têm o objetivo de incentivar o ingresso de alunos que participaram do ENEM e não foram contemplados pelo Programa Universidade para Todos (ProUni).
- E. **Bolsa Esporte:** A Bolsa Esporte tem por objetivo incentivar os estudantes a incrementarem seu desempenho desportivo e acadêmico, mediante atuação destacadas no Esporte.
- F. **Bolsa Família:** A Bolsa Família visa estimular à participação de familiares dos funcionários e alunos nos Cursos ofertados pela FAMA.
- G. **Bolsa Funcionário:** A Bolsa Funcionário tem como objetivo de atender a dispositivos legais e incentivar o desenvolvimento do pessoal dos funcionários da Instituição.
- H. **Bolsa Ingresso:** As Bolsas Ingresso são ofertadas em campanhas de Vestibular, através da efetivação de estratégias de captação e segundo as necessidades e interesses da instituição.
- I. **Bolsa Social:** As Bolsas Sociais têm o objetivo de atender àqueles alunos que, pela situação financeira particular, não tenham condições de arcar com as mensalidades escolares.
- J. **ProBem:** A Bolsa ProBem são destinados para os alunos selecionados por programa específico da Organização das Voluntárias de Goiás – OVG, patrocinada pelo Governo de Goiás, do qual mantemos convênio.
- K. **ProUni:** A Bolsa PROUNI são destinados para alunos selecionados pelo Programa Universidade para Todos, específico do Governo Federal, com o qual mantemos convênio.

Além do Programa de Bolsas, a FAMA possui as seguintes propostas para pagamento de mensalidades por programa de créditos universitários:

I. Créditos do FIES: É um programa criado pelo Governo Federal em 1999 e promovido em parceria com o Ministério da Educação (MEC). O FIES nada mais é do que um fundo de financiamento estudantil com condições de pagamento diferenciadas para estudantes de baixa renda. O FIES cobre os valores das mensalidades em uma instituição de ensino privada e recebe de volta todo o investimento após a formação do estudante. De forma simplificada, o programa é um empréstimo estudantil que flexibiliza o pagamento e chega a oferecer juros zero, o que não acontece quando o processo é realizado em bancos privados.

II. Crédito Universitário Pra Valer: é o maior programa de crédito universitário privado do país. O objetivo principal é ajudar os alunos a parcelarem o valor da mensalidade de uma faculdade de forma mais fácil.

3.15.11 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), tem como objetivo inserir o discente para o universo da pesquisa científica, sendo este programa institucionalizado por meio de Regulamento e Editais institucionais. Conforme previsto no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, a FAMA propicia ajuda de custo para o estímulo à produção científica, técnica, pedagógica e cultural e incentiva os discentes da instituição a desenvolver pesquisas a respeito de diversos temas relacionados à sua área de abrangência, tendo como propósito despertar o senso crítico, reflexivo e o prazer de se fazer pesquisa.

O valor da Bolsa (PIBIC) é de 20% (vinte por cento) para os acadêmicos matriculados na Instituição, descontados do valor principal da mensalidade do curso, podendo ser interrompida por solicitação do professor-orientador, pelo estudante-pesquisador, pela coordenação de curso ou pela Diretoria da Instituição.

Busca também proporcionar ao acadêmico o domínio do pensamento científico preparando-o para futuros Programas de Pós-graduações, aumentando assim, as produções acadêmicas tanto dos discentes quanto dos docentes. Incentiva

os discentes da instituição a desenvolver pesquisas a respeito de diversos temas relacionados a sua área de abrangência tendo como propósito despertar o senso crítico, reflexivo e o prazer de se fazer pesquisa.

Sendo assim, o PIBIC visa melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem por meio da busca contínua de novos conhecimentos, agregando valor aos futuros profissionais e também a capacitação dos docentes.

3.15.12 Programas de Extensão Universitária

O Programa de extensão, no âmbito da FAMA, é tido como um processo educativo, cultural e científico, articulado ao ensino e à pesquisa de forma indissociável. Busca ampliar a relação transformadora da Instituição em diversos segmentos sociais, promovendo o desenvolvimento local e regional, a socialização da cultura e do conhecimento técnico-científico, sendo sua operacionalização através por meio de editais semestrais.

A extensão passa a ser compreendida como um espaço de articulação entre o conhecimento e a realidade socioeconômica, cultural e ambiental da região, em que educação, ciência e tecnologia transitam entre si numa perspectiva de desenvolvimento local e regional, proporcionando assim, riquezas de conhecimentos para a comunidade acadêmica. Essas atividades aprofundam os vínculos existentes entre a Instituição de Ensino e a sociedade, alcançando novas alternativas de transformação da realidade, com a construção e o fortalecimento da cidadania, num contexto político democrático e de justiça social, através de diretrizes voltadas ao atendimento de demandas oriundas das diferentes políticas públicas de alcance social.

Portanto, as ações de extensão promovidas pela FAMA têm por objetivo a disponibilização dos saberes e experiências produzidas no ambiente acadêmico, otimizando o uso direto e indireto por diversos segmentos sociais.

Visando atingir os objetivos propostos acima, as atividades de extensão da FAMA possuem diversos níveis de articulação e integração, de maneira a ofertar visibilidade para todos os segmentos sociais, tanto frente ao seu público-alvo acadêmico, em seu universo cultural, das artes, quanto na ampliação de formas

diferenciadas de educação e pesquisa para a sociedade integrando-a ao mundo do trabalho e da produção.

Enfim, estas ações de extensão buscam atender os princípios de cidadania, de equidade, de justiça, de respeito e de dignidade, em construção com a ética nas relações institucionais e interpessoais, agregando responsabilidade institucional e social.

São modalidades de atividades de extensão realizadas pela FAMA: Projetos (sociais, culturais, artísticos e esportivos); Eventos (palestras, seminários, semana científica, Etc); Cursos e minicursos; Projetos sociais, culturais, artísticos e esportivos;

A definição de Extensão na Educação Superior Brasileira remete a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. Dessa forma, deve atender os pontos de atenção abaixo:

- I. São atividades que devem compor, no mínimo, 10% do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação.
- II. São consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante.
- III. Toda a atividade de extensão deve ser sistematizada, registrada e avaliada por instâncias administrativas institucionais, tudo conforme regimento próprio, estendidas às disposições para a documentação dos estudantes, como forma do reconhecimento formativo.
- IV. Nos projetos políticos pedagógicos dos cursos as atividades de extensão se inserem nas seguintes modalidades: programas; projetos; cursos e oficinas; eventos; e, prestação de serviços.

As modalidades, previstas acima, incluem, além dos programas institucionais, eventualmente também as de natureza governamental, que atendam às políticas municipais, estaduais, distrital e nacional.

3.16 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

Com o intuito de formar um profissional consciente de seu papel na sociedade, responsável ética e socialmente, o sistema de gestão e avaliação implantado no Curso de Graduação em Direito da FAMA, origina-se a partir da necessidade de avaliar a competência institucional, o processo de ensino e produção do conhecimento, bem como a responsabilidade social do curso, sendo este um fator de extrema preocupação para os seus gestores, principalmente no que tange à busca pela qualidade do ensino ministrado na IES.

3.16.1 Gestão do Curso

Se tratando dos processos de avaliação e o desenvolvimento do ensino, a gestão do Curso de Direito da FAMA é aplicada inicialmente a partir da Coordenação de Curso que é o responsável por supervisionar o bom funcionamento do curso através de análises sobre o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, assim como os trabalhos executados pelos docentes. No curso de Direito a coordenação de curso é constituída por um coordenador de curso titular, coordenador de curso adjunto e uma secretária de curso.

Junto a coordenação está integrado o Núcleo Docente Estruturante (NDE) que tem função de atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso; conduzir os trabalhos de reestruturação curricular para aprovação no Colegiado do Curso, sempre que necessário; analisar e avaliar os planos de ensino dos componentes curriculares e bibliografias; entre outras atividades integradas ao curso. Além destes, tem-se ainda a Coordenação Acadêmica e o Colegiado do Curso que juntos aprimoram e desenvolvem de forma contínua a qualidade de ensino do curso.

3.16.2 Autoavaliação institucional

A gestão do curso é norteadada considerando as informações da autoavaliação institucional e os resultados das avaliações externas, que proporcionam insumos para

o aprimoramento contínuo de todos os aspectos referentes a qualidade de ensino do curso.

A autoavaliação institucional tem como objetivo produzir conhecimentos, refletir sobre as atividades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos seus problemas, aperfeiçoar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, além de prestar contas à sociedade.

Como forma de proporcionar informações para o desenvolvimento contínuo do curso e da própria instituição, a FAMA, possui uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), em sua estrutura; demonstrando assim, que segue as recomendações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), e que objetiva, para os seus Cursos de Graduação, a melhoria contínua de seu desempenho em todos os critérios propostos nas formas dos instrumentos regulatórios.

Institucionalmente, a CPA é orientada por um Regimento Próprio com base nas normas supracitadas e concebida por ato da Diretoria Geral por meio de Portaria, que trata dos objetivos da Comissão, a sua composição e quais as dimensões avaliadas periodicamente que servem de subsídio para elaboração e reformulação do Instrumento Interno de Avaliação.

O sistema de autoavaliação do Curso de Graduação em Direito da FAMA ocorre dentro de um Programa de Avaliação Institucional (PAI) conduzido pela CPA. A autoavaliação da FAMA é realizada semestralmente junto à comunidade acadêmica e neste sentido a IES, compreende a necessidade de promover suas atividades educacionais com qualidade, com respaldo acadêmico e administrativo.

A CPA, a cada dois anos, cumpre com as 10 (dez) dimensões estabelecidas no SINAES e que são distribuidoras em 05 (cinco) eixos. Ou seja, a CPA em 03 (três) anos consegue avaliar todas as 10 dimensões estabelecidas em lei.

As pesquisas referentes as avaliações, envolvem toda a comunidade acadêmica num esforço de diagnosticar as possíveis falhas ou os pontos de qualidade dos aspectos pedagógicos, administrativos e de infraestrutura. Este diagnóstico subsidia um Plano de Melhorias para cada período letivo e é assumido como meta executiva por todos os segmentos institucionais, considerando suas especificidades.

Ao final de cada período de vigência do Plano, este é submetido a um exame de sua execução, alcance de seus objetivos e melhorias efetivadas a partir dele.

Esse programa, também, contempla a avaliação do PPC, e sua execução. O sistema de Avaliação do Projeto Pedagógico acompanha a implementação dos cursos da forma prevista em seus respectivos projetos, objetiva identificar a necessidade de ajustes e realização de correções imediatas, além de viabilizar avaliações periódicas. Para tal, o monitoramento feito pela CPA acompanha a implantação e a operacionalização desde o início do desenvolvimento do curso, monitora todo o processo de execução do PPC e subsidia o desenvolvimento pedagógico dando apoio para uma ação mais efetiva. O monitoramento e a avaliação identificam processos e resultados, comparam dados de desempenho e propõe ajustes ao projeto sempre que necessário. Ou seja, a avaliação contínua e sistemática contribuiu e vem contribuindo para o fortalecimento dos cursos.

Para a Faculdade, qualidade em educação deve ser entendida em sua dimensão política, existindo em função de objetivos definidos, no espaço mais amplo da instituição e resultante do esforço conjunto de professores, alunos e funcionários. É a qualidade referenciada por um projeto institucional claro, consciente e preocupado em formar o indivíduo para desenvolver o seu projeto de vida, como cidadão e como profissional. É o entendimento de que o desenvolvimento da pessoa, através da educação, é uma prioridade humana, pois é ela que, potencialmente, possibilita o crescimento social, econômico e político do país.

Desta forma, a avaliação aqui concebida vai além de um mero procedimento burocrático de listagem de erros e acertos. Este processo pressupõe buscar um melhoramento contínuo nos resultados do processo de formação de profissionais dos cursos oferecidos pela FAMA, comprometidos no aprendizado social das organizações envolvidas nas áreas de atuação profissional dos cursos, além de apoiar a gestão dos cursos e sistematizar dados que contribuem para o seu aprimoramento.

A organização da CPA, dimensionada como instrumento operacional para diagnóstico e estudo das avaliações, orienta e fomenta todas as ações de melhoria e aperfeiçoamento dos serviços e atividades de ensino. Estas ações enfatizam a preocupação da instituição para com a sociedade atual e futura e demonstram o compromisso e responsabilidade em se tratando do aprendizado do alunado.

Em resumo, a sistemática da avaliação institucional, com vistas à melhoria da qualidade, está firmada nos seguintes princípios básicos:

- I. Conscientização da necessidade de avaliação por todos os segmentos envolvidos;
- II. Reconhecimento da legitimidade e pertinência dos princípios norteadores e dos critérios a serem adotados; e,
- III. Envolvimento direto de todos os segmentos da comunidade acadêmica na sua exceção e na implementação de medidas para melhoria do desempenho institucional.

Além dos procedimentos formais de avaliação realizados pela CPA, cada curso de graduação goza de autonomia para a realização de avaliações suplementares que se baseiam em análises realizadas pela coordenação de curso e discentes em reuniões periódicas por turma.

Ressalta-se que essas avaliações propostas visam aferir o desenvolvimento das habilidades e competências dos alunos ao longo do curso, de acordo com os conteúdos das disciplinas já cursadas numa perspectiva interdisciplinar. Os resultados dessas avaliações são discutidos entre os professores envolvidos, no sentido de definir as ações para a condução do Projeto Pedagógico.

Os dados obtidos dos resultados das avaliações são inicialmente coletados e sistematizados pela CPA, que após a sua consolidação são transmitidas as coordenadorias de curso, onde são utilizados como indicadores para elaboração de metas com vistas ao desenvolvimento do Planejamento Estratégico. Os dados são discutidos entre os membros do Colegiado do Curso, NDE, no sentido de subsidiar as modificações que foram e vêm sendo feitas nos Projetos Pedagógicos dos cursos.

3.16.3 Avaliação Institucional Externa

Em se tratando da avaliação externa, a partir de indicadores de qualidade e os processos de avaliação de curso exigidos pelo Inep – Enade, pelo Censo da educação superior e pelos atos avaliativos in loco é possível que haja um controle de qualidade do processo educacional, averiguação de tendências e ainda um direcionamento das políticas públicas de educação.

A FAMA tem o cuidado de estar constantemente realizando ações de melhorias da qualidade do ensino, preocupando-se assim, em preparar o egresso para o mercado de trabalho. Para que tais ações apresentem resultados positivos, a CPA, juntamente com o corpo diretivo e coordenadores da instituição fazem análise dos dados publicados afim de identificar as deficiências no processo e em seguida apresentar planos de melhorias para o mesmo.

A análise do Enade acontece a partir das publicações das notas e busca-se sempre um resultado superior a nota 3. Para isto, a FAMA tem desenvolvido alguns meios para a melhoria da qualidade do ensino, preparando o aluno para enfrentar a realidade do mercado de trabalho através de conteúdos atuais que contemplem as diretrizes curriculares do curso aplicando provas contextualizadas e realizando aulas extracurriculares com conteúdo que contribuam para o aprofundamento geral e profissional. Tais medidas têm gerado um resultado satisfatório no processo de ensino e aprendizagem, tendo como consequência egressos preparados para o mercado de trabalho.

As informações coletadas no decorrer do processo de ensino e aprendizagem na instituição servem como dados para as estatísticas do Censo da Educação estabelecido pelo Ministério da Educação que é realizado anualmente pelo Inep. De acordo com o Censo da Educação, este instrumento visa oferecer à comunidade acadêmica e a sociedade informações sobre a situação e as tendências das instituições educacionais, em se tratando de graduação e cursos sequenciais, presenciais ou a distância.

Além de contribuir para uma análise dos resultados por parte da instituição em relação aos dados coletados, o Censo também oferece informações importantes já que subsidia o planejamento e a avaliação de políticas públicas, além de contribuir no cálculo de indicadores de qualidade como o Cálculo Preliminar de Curso (CPC) e Índice Geral de Cursos (IGC). Ou seja, estas informações contribuem de maneira ímpar com o desenvolvimento do curso já que é um indicador para as avaliações da CPA.

Os atos avaliativos in loco, que têm como proposta a avaliação dos cursos em três dimensões quanto adequação ao projeto proposto: a organização didático-pedagógica; o corpo docente e técnico-administrativo e as instalações físicas.

Durante esses processos a faculdade FAMA tem obtido resultados muito favoráveis, principalmente no que diz respeito ao corpo docente e projeto pedagógico. A análise desses indicadores é feita a partir da leitura dos relatórios enviados pelo Inep e um planejamento que visa diminuir os pontos apresentados como negativos ou falhos.

Outra forma de avaliação externa que a FAMA pode se basear para realizar constantes análises a respeito de seu desempenho enquanto instituição educacional se refere ao Guia do Estudante que possibilita a população conhecer os resultados das avaliações em todos os níveis da educação através da publicação de diversas informações como por exemplo, Enade, autorizações e qualidade de ensino.

Portanto, a FAMA possui diversos indicadores para mensurar a qualidade de ensino e proporcionar dados de suma importância para sua constante atualização e melhorias.

3.17 ATIVIDADES DE TUTORIA

A Educação a Distância – EAD é uma modalidade de ensino que enfatiza a autoaprendizagem, a flexibilização dos tempos e espaços de estudos e a autonomia do estudante com mediação de professores e de tutores, utilizando recursos didáticos, sistematicamente organizados, apresentados com o suporte das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC.

A oferta de disciplinas nesta modalidade em cursos de graduação presenciais contribui para a formação dos alunos, de forma mais específica, nos aspectos tecnológicos assim como no desenvolvimento de habilidades quanto ao uso das ferramentas utilizadas no ambiente virtual, o que contribui, também, para o incentivo a formação continuada, uma vez que a maioria dos cursos de formação continuada são ofertados de forma parcial ou integral nesta modalidade.

O Curso de Direito da FAMA atende a Portaria nº 2.117, de 06 de dezembro de 2019 que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância – EaD em cursos de graduação presenciais. Neste contexto o curso oferta 550 Horas/relógio de disciplinas nesta modalidade, que corresponde à 14,47% da carga horária total da matriz curricular.

A oferta de disciplinas EaD possui como objetivo dinamizar as formas de aprendizado do aluno, garantindo a eles acesso a metodologias inovadoras e tecnológicas, que se revelem como oportunidade pedagógica para construção de aprendizagens em ambiente virtual, garantido a possibilidade de acompanhamento do conteúdo a partir de qualquer lugar com acesso à internet.

As atividades de tutoria realizadas no Curso de Graduação em Direito da FAMA atendem às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular, compreendendo a mediação pedagógica junto aos discentes, sendo as disciplinas da tabela abaixo ofertadas nesta modalidade na instituição.

Tabela 10. Matriz de Oferta das Disciplinas e suas Respectivas Modalidades

DISCIPLINAS POR PERÍODO LETIVO	MODALIDADE	
	PRESENCIAL	EAD
1º PERÍODO		
Ciência Política e Teoria do Estado	X	
Fundamentos da Economia		X
Língua Portuguesa		X
Projeto Integrador I	X	
Psicologia e Comportamento organizacional		X
Teoria e Fundamentos da Constituição	X	
Teoria Geral do Direito	X	
2º PERÍODO		
Direito Civil I	X	
Direito Penal I	X	
Entes Federativos e Seus Poderes	X	
Filosofia, Ética e Direitos humanos		X
Hermenêutica e Argumentação Jurídica	X	
Metodologia Científica		X
Projeto Integrador II	X	
3º PERÍODO		
Direito Civil II	X	
Direito Penal II	X	
Filosofia do Direito		X
Instituições Democráticas e Ordens Constitucionais	X	
Projeto Integrador III	X	
Sociologia, Antropologia e Relações Étnico-Racial		X
Teoria Geral do Processo	X	
4º PERÍODO		
Direito Civil III	X	
Direito Eleitoral	X	
Direito Penal III	X	
Direito Processual Civil I	X	
Projeto Integrador IV	X	

Responsabilidade Social e Meio Ambiente		X
Sociologia do Direito		X
5º PERÍODO		PRESENCIAL EAD
Direito Civil IV	X	
Direito Empresarial I	X	
Direito Penal IV	X	
Direito Processual Civil II	X	
Direito Processual Penal I	X	
Projeto Integrador V		
6º PERÍODO		PRESENCIAL EAD
Direito Civil V	X	
Direito Empresarial II	X	
Direito Processual Civil III	X	
Direito Processual Penal II	X	
Direito Digital		X
Psicologia do Direito		X
7º PERÍODO		PRESENCIAL EAD
Direito Civil VI	X	
Direito do Trabalho I	X	
Direito Processual Civil IV	X	
Direito Processual Penal III	X	
Disciplina Optativa	X	
8º PERÍODO		PRESENCIAL EAD
Direito Administrativo I	X	
Direito do Trabalho II	X	
Direito Processual Constitucional	X	
Direito Processual Penal IV	X	
Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem	X	
9º PERÍODO		PRESENCIAL EAD
Direito Administrativo II	X	
Direito Ambiental	X	
Direito Processual do Trabalho	X	
Direito Financeiro e Tributário I	X	
Ética e Legislação profissional	X	
Trabalho de Conclusão de Curso I	X	
10º PERÍODO		PRESENCIAL EAD
Direito do Consumidor	X	
Direito Internacional Público e Privado	X	
Direito Previdenciário e Seguridade Social	X	
Direito Financeiro e Tributário II	X	
Trabalho de Conclusão de Curso II	X	

Fonte: FAMA (2023)

As atividades de tutoria são voltadas para atender às demandas didáticas-pedagógicas da estrutura curricular do Curso de Graduação em Direito da FAMA,

compreendendo a mediação pedagógica junto ao discente, inclusive em momentos presenciais, o domínio de conteúdo, de recursos e dos materiais didáticos e o acompanhamento dos discentes no processo formativo, que são avaliados periodicamente por estudantes e pela Equipe Multidisciplinar, embasando ações corretivas e de aperfeiçoamento para o planejamento de atividades futuras, sendo que as atividades são regulamentadas em documento próprio e validadas pelo NDE dentro da estrutura curricular do curso.

3.17.1 Professor/Tutor

Os professores/tutores do Curso de Direito são responsáveis pela coordenação das atividades acadêmicas de ensino, a pesquisa e a extensão da disciplina nas modalidades presenciais e distância. Compete ao professor/tutor assegurar o processo de interação dos processos de ensino e aprendizagem de forma permanente e dinâmica por meio da rede comunicacional viabilizada pela Internet no ambiente virtual de ensino e aprendizagem e outros meios de comunicação que permitirão aos alunos, independentemente, de suas condições de acesso ao centro tecnológico, contar com apoio e informações relativas ao curso.

O professor/tutor atua junto aos acadêmicos do curso de Direito sob a orientação e supervisão da coordenação de curso e com auxílio do Tutor Operacional do AVA. O tutor mediador das disciplinas EAD do Curso de Direito da FAMA atua em regime de trabalho parcial ou integral. Esse modelo de tutoria virtual possibilita acompanhamento contínuo e efetivo da aprendizagem dos discentes.

São Funções do Professor/Tutor:

- I. Escolher o material didático da disciplina conforme plataforma com empresa terceirizada disponibilizada pela Instituição;
- II. Interagir com o tutor operacional para utilização dos recursos disponíveis;
- III. Adequar conteúdos, materiais didáticos, mídias e bibliografia utilizadas para o desenvolvimento do curso à linguagem da modalidade à distância;
- IV. Conduzir a disciplina, estimulando a interdisciplinaridade e as finalidades do NEAD;
- V. Discutir e sugerir elementos para a disciplina;

- VI. Fazer o planejamento da ação pedagógica;
- VII. Interagir e orientar os alunos nos momentos programados nos horários de aula fixados semestralmente;
- VIII. Informar o aluno sobre os diversos aspectos que compõem o sistema de educação a distância, possibilitando a integração e a identificação do aluno com o sistema;
- IX. Familiarizar o aluno com a metodologia, as ferramentas e os materiais dispostos para o estudo;
- X. Informar aos alunos, os objetivos e Conteúdos dos cursos ou das matérias, destacando a relevância do conhecimento;
- XI. Conduzir as produções e correções das atividades conforme cronograma institucional;
- XII. Acompanhar o desenvolvimento das atividades pelos alunos de acordo com o cronograma estabelecido para cada unidade curricular (tempo de execução das tarefas, cumprimento das atividades, dúvidas, etc);
- XIII. Elaborar as avaliações do aluno e o cronograma das atividades da disciplina de acordo ao calendário acadêmico da Instituição;
- XIV. Efetuar as correções das avaliações e realizar vista de prova junto aos alunos;
- XV. Organizar e participar dos fóruns e chats, quando solicitado;
- XVI. Acompanhar a integração de notas dos alunos do AVA para o sistema acadêmico, observando os prazos do calendário acadêmico vigente no semestre letivo;
- XVII. Participar das atividades de formação dos docentes tutores para a atuação nas disciplinas específicas, nas formações voltadas para o aprimoramento das ações em educação a distância, em especial aquelas relacionadas ao uso das tecnologias da informação e da comunicação;
- XVIII. Encaminhar para o tutor operacional da instituição, alunos que apresentem dificuldades no acesso e realização das atividades, quando estas estiverem relacionadas ao funcionamento de softwares, bem como dificuldades com senhas, e-mail, ou quaisquer outras questões que necessitem de auxílio relacionado ao suporte de tecnologia na instituição;

- XIX. Mediar a comunicação de conteúdos com os grupos de estudantes sob sua responsabilidade;
- XX. Auxiliar os alunos a colocarem suas atividades no ambiente, caso haja necessidade, procurar o tutor operacional para maiores informações quanto ao uso das ferramentas;
- XXI. Encaminhar mensagem aos alunos que não estiverem participando ou que estiverem atrasados na entrega das atividades;
- XXII. Manter regularidade de acesso ao ambiente virtual de aprendizagem (AVA) e dar retorno às solicitações do estudante até 48 horas úteis, exceto finais de semana;
- XXIII. Estabelecer contato permanente com os estudantes e mediar as atividades discentes, seja via plataforma, bem como e-mail, considerando que todos os alunos, tem em seu cadastro, um e-mail para eventuais contatos, via extra plataforma.

São Funções do Tutor Operacional:

- I. Participar das atividades de formação para a atuação nas disciplinas específicas voltadas para o aprimoramento das ações em educação a distância, em especial aquelas relacionadas ao uso das tecnologias da informação e da comunicação;
- II. Cadastrar os alunos em suas respectivas disciplinas, orientando-os quanto a criação do perfil e alteração de senha, na primeira semana de aula;
- III. Capacitar os educandos quanto ao uso das ferramentas utilizadas na plataforma, conforme o cronograma apresentado pelo coordenador da modalidade (presencialmente e/ou via tutoriais);
- IV. Capacitar professores e tutores quanto ao uso de ferramentas do ambiente virtual sempre que necessário;
- V. Padronizar os materiais de cada módulo do curso (agendas, materiais de apoio, apostilas, etc) de acordo com um design pré-estabelecido pela equipe;
- VI. Atender prontamente aos professores, tutores e demais membros da equipe quando solicitado;
- VII. Atender prontamente aos alunos na ausência dos tutores;

VIII. Capacitar novos professores na medida em que forem contratados.

O domínio do conteúdo, de recursos e dos materiais didáticos e o acompanhamento dos discentes no processo formativo são avaliados periodicamente por estudantes e equipe pedagógica do curso, embasando ações corretivas e de aperfeiçoamento para o planejamento de atividades futuras.

Assim que definido pela coordenação de curso e validado pelo NDE, o professor/tutor deve escolher as unidades no catálogo de disciplinas pela plataforma contratada (SAGAH). Cada disciplina é composta por 12 (doze) Unidade de Aprendizagem (UA), sendo 06 UA para o primeiro bimestre e 06 UA para o segundo bimestre. Em cada bimestre, o professor tutor produzirá 02 atividades avaliativas (fórum, questionário, entrega de trabalho, etc.).

O professor/tutor deverá anexar a plataforma, antes do início das aulas do semestre letivo as seguintes atividades e avaliações:

- I. Atividade Avaliativa referente ao conteúdo previsto na 1ª V.A;
- II. Verificação de Aprendizagem – Prova referente às unidades previstas na 1ª V.A;
- III. Segunda Chamada – Prova referente às unidades previstas na 1ª V.A;
- IV. Atividade Avaliativa referente ao conteúdo previsto na 1ª V.A;
- V. Verificação de Aprendizagem – Prova referente às unidades previstas na 1ª V.A;
- VI. Segunda Chamada – Prova referente às unidades previstas na 1ª V.A;
- VII. Avaliação Substitutiva da disciplina.

No Ambiente Virtual de Aprendizagem, o professor tutor estrutura a disciplina com os seguintes tópicos:

- I. Apresentação do Professor Tutor da disciplina;
- II. Plano de Ensino de acordo ao modelo Institucional;
- III. Funções do Professor/Tutor;
- IV. Funções do Tutor Operacional.

Ao final do semestre letivo o Professor/tutor deve entregar o diário de notas e frequência retirado do sistema acadêmico da instituição, junto com um relatório de acessos ao AVA das disciplinas que ministrou durante o semestre letivo. As datas para entrega de diários obedecem aos prazos previstos no calendário acadêmico.

A avaliação do desempenho do estudante para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados dar-se-á no processo, mediante: cumprimento das atividades programadas; e realização de avaliação no AVA. O aluno é considerado aprovado na disciplina, no período letivo, quando obtiver média final igual ou superior a 6,0 (seis inteiros). As Verificações de Aprendizagem (1º VA e 2º VA) de cada bimestre devem ser constituídas por um padrão de 10 questões, sendo questões objetivas a partir de questões anteriores do ENADE e de Concursos Públicos.

Assim, o aluno pode definir os seus melhores horários de estudo, realizando-os em qualquer lugar, independentemente da sala de aula. Isso evidencia que a flexibilidade e a necessidade de disciplina na realização dos seus estudos são características importantes para a realização deste curso. No intuito de permitir ao aluno uma absorção efetiva dos conteúdos ministrados, são adotados materiais didáticos e recursos tecnológicos que viabilizarão o seu processo de aprendizagem.

Os conhecimentos, habilidade e atitudes dos professores/tutores do Curso de Direito da FAMA são adequados para a realização de suas atividades, às demandas comunicacionais e às tecnologias adotadas no curso. Ao final de cada período letivo, o NDE do Curso de Direito valida as atividades dos professores/tutores por meio de relatório onde são analisados os seguintes aspectos dentro de cada curso:

- I. Distribuição de horas realizada e o número de vagas anuais previstas no curso;
- II. Perfil do egresso e a formação acadêmica;
- III. Titulação, formação e atuação dos Professores/Tutores no curso.

O Professor/Tutor tem como função tanto dinamizar a interação entre os alunos quanto otimizar a experiência de aprendizagem planejada para as disciplinas. Sob essa ótica, são muito mais do que meros animadores ou facilitadores do processo de aprendizagem.

Para realizar com sucesso suas tarefas, é solicitado que o acesso do professor/tutor ocorra a cada 48 horas, no máximo, e no dia da aula divulgado no horário para o aluno, o mesmo esteja online e disponível para contatar os alunos – exceção feita aos feriados nacionais e aos finais de semana.

Todas as comunicações realizadas entre o Professor/Tutor e os alunos devem se dar por meio da sala de aula, seja por chats ou mensagens particulares, conforme o assunto. Os tutores terão até 48 horas para responder eventuais dúvidas e postar suas considerações a respeito das discussões.

Os professores/tutores bem como as disciplinas EaD do Curso de Direito da FAMA são avaliados semestralmente pelo Programa de Avaliação Institucional – PAI junto a Comissão Própria de Avaliação – CPA. O Objetivo da avaliação é de identificar aspectos de melhoria no AVA ou as necessidades de capacitação ou de troca dos professores/tutores responsáveis pelas disciplinas. Os conhecimentos, habilidade e atitudes dos professores/tutores dos Cursos da FAMA são adequados para a realização de suas atividades, às demandas comunicacionais e às tecnologias adotadas nos cursos.

3.18 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA

O ensino em um ambiente virtual possui características específicas, como as variações do espaço de ensino que pode ser em qualquer lugar ou em qualquer horário, possuindo então o tutor um papel extremamente importante no EaD. As funções devem ser pedagógicas, sociais, administrativas e técnicas.

Tutor e aluno encontram-se em condições de igualdade na comunicação, tendo o aluno um atendimento individual, tempo para entrar em sala de aula a qualquer momento, maior uso de multimídia e tecnologia na construção do conhecimento. Nesse contexto, o papel do tutor deve ser de um integrador, colega, facilitador, inspirador de confiança e uma pessoa que ajuda o aluno na construção do conhecimento.

3.18.1 Exercício da Tutoria

As disciplinas EaD do Curso de Direito da FAMA são orientação e supervisão pela coordenação de curso e com auxílio do Tutor Operacional do AVA e do tutor mediador das disciplinas que atua de forma virtual possibilitando um acompanhamento contínuo e efetivo da aprendizagem dos discentes.

O Tutor Operacional possui atividade administrativa, está à disposição dos discentes e docentes na IES, de segunda a sexta-feira das 08 às 18 horas, no atendimento presencial ou pelo WhatsApp institucional. Toda a programação de sua disponibilidade para acolher e tirar dúvidas dos alunos e docentes/tutores é entregue ao discente em formato digital e fica disponível no Portal do Aluno e no AVA. O principal objetivo do tutor operacional é promover a interação do discente com as ferramentas do AVA-Moodle previstas no planejamento de cada disciplina.

O Professor/Tutor tem o objetivo de mediar o processo pedagógico junto aos estudantes de forma virtual. Também compete ao professor/tutor o domínio do conteúdo específico das disciplinas sob sua responsabilidade, a fim de auxiliar os estudantes no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo, fomentando o hábito da pesquisa, esclarecendo dúvidas em relação a conteúdo específicos.

O professor/tutor atua como mediador na preparação dos alunos para pensar, sendo assim, devem estimular as capacidades investigadoras dos discentes. O Professor/Tutor virtual participa do processo de avaliação do material didático da FAMA a cada final de disciplina, objetivando contribuir com o aperfeiçoamento de todo o material. No exercício da Tutoria virtual, é importante destacar que os Professores/Tutores podem utilizar o AVA de forma remota, ou utilizar as instalações da FAMA, as quais possuem equipamentos disponíveis e acesso à internet banda larga.

3.18.2 Habilitações e Experiência dos Tutores

Os tutores do Curso de Direito da FAMA possuem habilidades para interagir com os estudantes, podendo orientá-los sobre o conteúdo acadêmico e pedagógico e

atendê-los nas suas dúvidas e problemas. Para tanto, são requisitos de titulação e experiência profissional para atuação no corpo de tutores:

- I. **Requisitos de formação:** ter formação na área específica da disciplina ou em áreas correlatas. A escolha dos tutores depende da análise em conjunto da Coordenação de Curso e da Coordenação Acadêmica;
- II. **Experiência profissional:** experiência de, no mínimo, 1 ano em educação a distância como técnico, tutor ou professor.

Os tutores passam por capacitações que os habilitam a atuarem nas atividades de tutoria. As capacitações, com o objetivo de preparar os tutores, proporcionam o aperfeiçoamento dos conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais necessários para atuação no ensino a distância e no ambiente virtual de aprendizagem. O NDE do Curso de Direito valida a formação e as atividades dos professores/tutores por meio de relatório semestral.

3.18.3 Atividades Exercidas pelos Tutores

O Professor/Tutor é visto como o orientador do aluno no EaD, tendo como principal função a de acompanhar a vida acadêmica dos estudantes, apontando caminhos e encontrando soluções para determinados problemas. O tutor é o elemento de transição e ligação na relação entre professor e aluno. Entre as suas atribuições, as suas principais atividades exercidas são:

- I. Informar o aluno sobre os diversos aspectos que compõem o EaD, possibilitando a integração e a identificação do aluno com o sistema;
- II. Familiarizar o aluno com a metodologia, as ferramentas e os materiais dispostos para o estudo;
- III. Informar aos alunos, os objetivos e conteúdo dos cursos ou das matérias, destacando a relevância do conhecimento;
- IV. Auxiliar os alunos na realização das atividades, responder as dúvidas através das tecnologias disponíveis de comunicação;
- V. Avaliar as atividades realizadas pelos alunos e fornecer *feedback*;
- VI. Conhecer e avaliar os materiais de estudo, possibilitando a melhoria destes;

- VII. Formatar questões de provas;
- VIII. Elaborar o gabarito de provas;
- IX. Acompanhar fórum e chat do AVA;
- X. Elaborar relatórios de desempenho dos alunos nas disciplinas;
- XI. Estimular a interação entre os alunos, favorecendo a comunicação entre eles;
- XII. Controlar a participação dos estudantes, mediante monitoramento no AVA;
- XIII. Realizar interface com o aluno, afim de criar uma relação pedagógica que favoreça o ensino a distância;
- XIV. Incentivar o uso de bibliotecas, a busca de material de apoio, estimulando a pesquisa, e outras formas de trabalho intelectual;
- XV. Acompanhar o desempenho dos alunos nas atividades didáticas, auxiliando-os a identificar e solucionar possíveis problemas na sua formação e no seu desempenho;
- XVI. Enviar aos alunos, materiais complementares que preencham possíveis lacunas das disciplinas, de acordo com definição e orientação do coordenador;
- XVII. Incentivar os alunos para que participem de todas as atividades relacionadas ao ensino, iniciação científica e extensão;
- XVIII. Orientar os alunos e prestar apoio na busca de informações sobre sua profissão, mercado de trabalho, estágios, legislação e outras atividades;
- XIX. Prestar orientação aos alunos sobre o projeto pedagógico do curso e a matriz curricular;
- XX. Apoiar a coordenação e ou direção nas atividades do setor.

Os conhecimentos, habilidades e atitudes da equipe de tutoria do Curso de Graduação em Direito são adequados para a realização de suas atividades, e suas ações estão em conformidade com que se atribui à função de tutoria já descritas nesse PPC, às demandas comunicacionais e às tecnologias adotadas no curso, são realizadas avaliações periódicas para identificar necessidade de capacitação dos tutores frente às necessidades apontadas pela própria equipe e pelos discentes e há

apoio institucional para adoção de práticas criativas e inovadoras para a permanência e êxito dos discentes.

3.19 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

As Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC's adotadas no processo de ensino–aprendizagem permitem a execução do projeto pedagógico do Curso de Graduação em Direito da FAMA, garantindo a acessibilidade digital por meio dos laboratórios de informática e computadores disponíveis para acesso na biblioteca. Esta forma de acesso promove a interatividade entre docentes e discentes, assegurando o acesso ao material ou recurso didático a qualquer hora e lugar e possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.

A acessibilidade digital se dá a partir da disponibilidade de comunicação, acesso físico, tecnologias assistivas com equipamentos de informática modernos e programas adequados de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

As TIC's vêm crescendo rapidamente em todo o mundo. Incentivados pelas diversas possibilidades decorrentes destas Tecnologias, cada vez mais cidadãos e organizações enxergam nessa forma de abordagem educacional um meio de democratizar o acesso ao conhecimento e de expandir oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.

As TIC's podem ser definidas como um conjunto de recursos tecnológicos, utilizados de forma integrada, com um objetivo comum. Podem ser utilizadas das mais diversas formas, na indústria (no processo de automação), no comércio (no gerenciamento, nas diversas formas de publicidade), no setor de investimentos (informação simultânea, comunicação imediata) e na educação (no processo de ensino aprendizagem).

O desenvolvimento de hardwares e softwares tem garantido a operacionalização da comunicação e dos processos decorrentes em meios virtuais. No entanto, foi à popularização da internet que potencializou o uso das TIC's em diversos campos.

Por meio da internet, novos sistemas de comunicação e informação foram criados, formando uma verdadeira rede. Criações como o e-mail, o chat, os fóruns, a agenda de grupo online, comunidades virtuais, webcam, entre outros, revolucionaram os relacionamentos humanos.

Novas formas de integração das TIC's são criadas. Uma das áreas mais favorecidas com as TIC's é a educacional. No caso do Curso de Graduação em Direito da FAMA, as TIC's são vistas como potencializadoras dos processos de ensino – aprendizagem. Além disso, a tecnologia traz a possibilidade de maior desenvolvimento – aprendizagem – comunicação entre as pessoas com necessidades educacionais especiais. O desafio é equipar essas tecnologias efetivamente de forma a atender aos interesses dos aprendizes e da grande comunidade de ensino e aprendizagem.

Acredita-se que as TIC's podem contribuir com o acesso universal da educação, a equidade na educação, a qualidade de ensino e aprendizagem, o desenvolvimento profissional de professores, bem como melhorar a gestão, a governança e a administração educacional ao fornecer a mistura certa e organizada de políticas, tecnologias e capacidades.

No Curso de Graduação em Direito na FAMA, de maneira geral, as TIC's são utilizadas para:

- I. Capacitação e aconselhamento de políticas para o uso de tecnologias na educação, particularmente nos domínios emergentes como a aprendizagem móvel;
- II. Garantia de que professores tenham as habilidades necessárias para usar as TIC's em todos os aspectos da prática de sua profissão;
- III. Apoio do uso de recursos e sites educacionais e da área da saúde, que sejam disponíveis para uso e reuso como resultado de licenças abertas.
- IV. Promoção de TIC para educação inclusiva, que inclua pessoas com deficiências e proporcione a igualdade de gênero;
- V. Coleta de dados estatísticos e desenvolvimento de indicadores sobre o uso de TIC na educação; e,
- VI. Provisão de apoio às políticas que garantem que o potencial de TIC seja aplicado efetivamente por todo o sistema educacional.

Neste sentido, a FAMA utiliza-se dos seguintes itens no que diz respeito às TIC's:

- I. Integração com políticas, diretrizes e padrões de qualidade definidos para o Curso de Graduação em Direito como um todo e para o curso específico;
- II. Utilização de plataformas de banco de dados (pesquisa) que possuem artigos etc, que proporcionam melhoria na qualidade do ensino, pesquisa e extensão;
- III. Capacitação do corpo docente em ferramentas que utilizam as TIC's;
- IV. Capacitação do corpo discente em ferramentas que utilizam as TIC's, principalmente para inserção prematura no mercado de trabalho;
- V. Utilização das TIC's na avaliação do curso e da IES, tendo em vista o processo de qualidade contínua e abrangente;
- VI. Constituição de Convênios e parcerias;
- VII. Utilização do portal do aluno/professor para a melhoria da comunicação/interatividade entre professor e aluno;
- VIII. Avaliação de biblioteca virtual, como forma de democratizar o acesso da informação;
- IX. Promoção de TIC para educação inclusiva, que inclua pessoas com deficiências e proporcione a igualdade de gênero;
- X. Coleta de dados estatísticos e desenvolvimento de indicadores sobre o uso de TIC.
- XI. Internet sem fio (WiFi), cujo acesso é disponibilizado à comunidade acadêmica, viabilizando o processo ensino-aprendizagem;
- XII. Atualização dos equipamentos de laboratórios específicos também obedece às necessidades especificadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, sendo adquiridos e/ou substituídos periodicamente os equipamentos necessários ao bom funcionamento do curso.
- XIII. Implantação do sistema integrado de gestão acadêmico-administrativo possibilitou o acesso às informações em tempo real, tendo em vista que todos os procedimentos realizados no sistema se dão via intranet e;
- XIV. Acesso a notas e frequência, acompanhamento da situação financeira, emissão de boletos, solicitação de serviços via protocolo eletrônico, grupos de

discussão, acesso à matriz curricular e planos de ensino e acesso aos materiais disponibilizados pelos professores.

XV. Uso das redes sociais e suas ferramentas como recurso didático.

3.20 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é utilizado para referenciar o uso da tecnologia como ferramenta de mediação entre professores e alunos, ou seja, um facilitador do processo de ensino-aprendizagem, tanto na modalidade presencial (como suporte), quanto de Educação à Distância. As ferramentas nele disponibilizadas foram elaboradas e/ou adaptadas de outros mecanismos para fins exclusivamente educativos. A familiarização com o AVA não só é importante para a leitura e compreensão de boa parte deste manual, como, principalmente, para o bom desenvolvimento do curso, pois suas ferramentas são utilizadas frequentemente pelo aluno, existindo, inclusive, atividades do curso que devem ser obrigatoriamente realizadas através do AVA.

Ao realizar sua matrícula, as disciplinas integradas para uso do aluno no AVA são automaticamente integradas a partir do sistema acadêmico institucional. Em seu primeiro acesso, o aluno pode conhecer detalhadamente todas as ferramentas disponíveis e ter acesso ao material didático das disciplinas nas modalidades EaD e, quando requerido, como auxílio nas disciplinas presencial.

O AVA é os lócus de convergência de estratégias e meios de aprendizagem, sendo projetado com interface amigável, intuitiva e de fácil navegação para favorecer a aprendizagem. No AVA os materiais didáticos se articulam numa arquitetura pedagógica previamente planejada.

O desenvolvimento das disciplinas conta com atividades para serem realizadas pelo aluno em cada disciplina, utilizando as ferramentas fórum, entrega de trabalho ou exercícios e acompanhamento de conclusão de atividades.

O AVA utilizado pela FAMA é pela plataforma Moodle, um software gratuito com facilidade de uso e utilizado em muitas instituições de ensino superior devido à sua flexibilidade pedagógica, amplitude de funções e características intuitivas, para aprendizado à distância e apoio ao ensino presencial. O Moodle foi estruturado de forma a proporcionar ao estudante autonomia e responsabilidade. Autonomia para

decidir qual o melhor momento para estudar – uma vez que se trata de um ambiente *online*, que pode ser acessado de qualquer lugar e a qualquer momento -, o que implica em liberdade, mas também em responsabilidade. Liberdade para escolher o melhor horário e responsabilidade para escolher este horário e aproveitá-lo produtivamente.

O aplicativo Moodle oferece:

- I. **Atividades coletivas à distância:** podemos compreender como atividade coletiva a distância a participação e colaboração nas atividades propostas dentro do ambiente virtual. Responder, argumentar, contra-argumentar, pesquisar e intervir nos processos de troca coletiva são comportamentos orientados aos alunos em busca do seu crescente envolvimento nas discussões e atividades;
- II. **Ferramentas:** para atingir os objetivos propostos, a FAMA disponibiliza os seguintes instrumentos: e-book, acesso na plataforma; Fóruns; Exercícios de fixação; Videoaulas; Biblioteca virtual; Sala de aula virtual; Mural Virtual; Cronograma da disciplina; Exercícios de Fixação. São autoavaliações que os alunos realizam ao longo da disciplina. Essas tarefas são constituídas de questões objetivas devidamente gabaritadas. O objetivo é possibilitar que o aluno verifique até que ponto apreendeu o conteúdo tratado no período;
- III. **Fóruns:** atividades predeterminadas, visando a participação dos alunos nos debates que são realizados *online*;
- IV. **Videoaulas:** é uma das ferramentas pedagógicas utilizadas no processo de ensino e aprendizagem. As videoaulas possibilitam ao professor explorar inúmeros recursos dialógicos e midiáticos, no desenvolvimento dos conteúdos programáticos e no processo de ensino e aprendizagem;
- V. **Biblioteca virtual:** essa área funciona como um centro de recursos multimídia. Nesse espaço fica à disposição dos alunos os livros digitais. O acesso é realizado em acesso pelo AVA/Moodle;
- VI. **Sala de aula virtual:** espaço interativo em que os alunos podem desenvolver estudos em equipe, interagir com os demais participantes da turma e receber um atendimento personalizado do Professor/Tutor. A sala de aula virtual possibilita uma interação individual e coletiva, pois, por esse meio, os alunos

fazem perguntas diretamente ao Professor/Tutor, que é acionado por e-mail e por mensagem privada via chat da plataforma, comunicando uma nova mensagem na sala de aula. O registro de perguntas e respostas fica dentro da sala de aula, podendo ser consultado por todos os alunos. Essa ferramenta também permite a colaboração de artigos, textos e materiais de toda a turma através de anexos e links, garantindo, assim, o registro de pesquisas sugeridas pelo Professor/Tutor ou mesmo coletivização de trabalhos desenvolvidos pelos alunos. É também característica da ferramenta permitir a colaboração dos colegas para as publicações por meio de comentários feitos nas publicações específicas. O chat é utilizado quando os alunos necessitarem interagir com o professor de forma privada, o envio de mensagens serve para estimular constantemente o aluno a participar das aulas e discussões, de modo a contribuir para a sua aprendizagem, bem como fazer comunicações relevantes entre colegas, Professor/Tutor e atendentes no decorrer do curso;

- VII. **Mural:** o ambiente possui um mural destinado a cada turma para publicações de pequenos avisos feitos pelo Professor/Tutor ou pela equipe de acompanhamento. Tais materiais, recursos e tecnologias específicas da plataforma permitem desenvolver a cooperação entre tutores, discentes e docentes, além da indispensável reflexão sobre o conteúdo das disciplinas teóricas. A plataforma está adaptada às necessidades advindas da acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional, possuindo recursos que permitem a interação com os dispositivos eletrônicos dos usuários para soluções adaptativas de acordo com a necessidade apresentada;
- VIII. **Simulados:** questões de múltipla escolha, nas quais os alunos podem testar os conhecimentos adquiridos em cada unidade de estudo;
- IX. **Atividades:** espaço para envio de atividades avaliativas, sendo permitido o envio de arquivos e campo específico para inserção de comentários. Este espaço pode ser configurado com datas para envio das atividades, sendo desabilitado automaticamente após o prazo definido para envio;
- X. **Calendário:** espaço dedicado a exibição de atividades que devem ser cumpridas pelo aluno, com alerta sobre prazos de vencimento das atividades;

- XI. **Ajuda:** espaço para envio de mensagens contendo dúvidas referentes ao AVA, como funcionalidades, indicação de erro, dificuldade de acesso, crítica ou alguma sugestão.

3.21 MATERIAL DIDÁTICO

O material didático do Curso de Graduação em Direito da FAMA compõe-se do acervo físico e digital da Biblioteca, bem como os conteúdos adquiridos de empresa parceira conteudista para as disciplinas que são ofertadas na modalidade EaD.

O acervo físico está patrimoniado, informatizado e registrados em nome da IES. Para garantia de acesso e serviço para o acervo virtual, as assinaturas estão contingenciadas por plano específico.

As bibliografias básicas e complementares das disciplinas que compõem as matrizes curriculares dos cursos são estudadas e discutidas, primeiramente, pelo NDE e pelo corpo docente do curso.

Para as disciplinas ofertadas na modalidade EaD, o material didático é adquirido da SAGAH Soluções Educacionais – Grupo A, entidade parceira da FAMA para a elaboração dos conteúdos das disciplinas, e as unidades de aprendizagem – UAs são selecionadas conforme as matrizes curriculares, PPCs dos cursos e realidade acadêmica, e igualmente conferidos pelo corpo docente e o NDE dos cursos.

Em consonância com as aulas em vídeo e todo o material didático fornecido, a equipe docente das disciplinas ofertadas na modalidade EaD, juntamente com a coordenação acadêmica, elabora atividades referentes aos conteúdos em estudo nas disciplinas e as disponibiliza no AVA. O material didático da empresa parceira é avaliado e apresenta-se com foco na autoaprendizagem, organizado de maneira a facilitar sua apreensão, apresentando conteúdo específico e orientando o estudante na trajetória de cada disciplina e no curso como um todo.

O avanço no uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDICs, impulsionado, no Brasil, pelos cursos à distância, possibilitou o seu uso pedagógico e as interfaces tecnológicas passam a ser, então, recursos didático-pedagógicos passíveis de emprego em diferentes contextos e níveis educacionais.

Em conformidade com a Portaria Nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, a FAMA está atento à qualidade necessária do material didático nesta organização pedagógica e curricular, bem como à observância das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos.

É estimulado o uso, entre os docentes, de ferramentas informatizadas que permitam o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas, como material complementar.

3.22 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Os procedimentos de acompanhamento e de avaliação, utilizados nos processos de ensino-aprendizagem, atendem à concepção do curso de Direito da FAMA, permitindo o desenvolvimento e a autonomia do discente de forma contínua e efetiva.

A avaliação pedagógica praticada na FAMA institui a necessidade de se realizar práticas avaliativas condizentes com o perfil do egresso desejado, o que reflete a importância de enfrentar o desafio. Assim, para romper com o processo de seleção excludente e controlador, o desafio está em identificar os critérios a serem adotados, seus fins e a relação desses com o perfil do egresso.

Portanto, a avaliação é um processo que repensa as aproximações e os distanciamentos na concretização do perfil do egresso. O sistema de avaliação não deve incidir sobre elementos a serem memorizados, mas na verificação da capacidade de refletir sobre o conhecimento, de questioná-lo e de reconstruí-lo dos pontos de vista científico, metodológico e político. O que se pretende avaliar não é só o conhecimento adquirido, mas a capacidade de acioná-lo e de buscar outros para realizar o que é proposto.

Avaliar competências e habilidades dos alunos significa verificar não apenas se adquiriram os conhecimentos necessários, mas também se, quando e como fazem uso deles para resolver situações problema (reais ou simuladas) relacionadas, de alguma forma, com o exercício da profissão. Dessa forma, a avaliação é realizada mediante critérios explícitos, compartilhados com os alunos, uma vez que o que é objeto de avaliação e representa uma referência importante para quem é avaliado,

tanto para a orientação dos estudos como para a identificação dos aspectos considerados mais relevantes para a formação em cada momento do curso.

O Sistema de avaliação é coerente com a concepção do Curso de Direito na medida em que busca aferir continuamente o processo tendo por elementos norteadores como os objetivos e a consolidação do perfil do egresso. Conforme estabelecido no Regimento Institucional, é possível mensurar o processo de ensino-aprendizagem por meio de avaliações, que podem se configurar de diversas formas:

- I. Avaliação escrita e individual;
- II. Trabalhos de campo, individual ou em grupo;
- III. Trabalhos em classe, individual ou em grupo; e,
- IV. Trabalhos de pesquisa, extraclasse, individual ou em grupo.

A média final será obtida por meio da média aritmética ponderada das médias das avaliações parciais oficiais realizadas nas várias etapas do período letivo, das respectivas disciplinas. As médias parciais oficiais poderão levar em conta outros trabalhos escritos, orais, seminários de avaliação e outros instrumentos de medida do aprendizado, realizados pelos professores ao longo dos períodos letivos parciais.

Os pesos utilizados na ponderação para os cálculos das médias anuais, bem como os critérios para as outras formas de avaliação realizadas ao longo do período letivo, serão fixados em norma específica aprovada pelo Conselho Pedagógico. É dado tratamento excepcional para alunos amparados por legislação específica, convocações externas de imperiosa necessidade, no caso de dependências e adaptações ou gestação, sendo-lhes atribuídos nesses casos, como compensação das ausências às aulas, exercícios domiciliares supervisionados, com acompanhamento docente, segundo normas estabelecidas pelo Conselho Pedagógico.

As disciplinas práticas, de projetos ou de caráter experimental e laboratorial ou de outra periodicidade, em função da não aplicabilidade de provas escritas ou tradicionais, terão sua forma de avaliação definida em norma específica aprovada pelo Conselho Pedagógico. Os alunos reprovados poderão cursar as disciplinas em regime de dependência ou pelo Sistema de Recuperação de Aprendizagem, podendo ser

promovidos para a série subsequente, nos termos das normas próprias aprovadas pelo Conselho Pedagógico.

A Instituição poderá oferecer cursos, disciplinas ou atividades programadas em horários especiais, com metodologia adequada para os alunos reprovados ou em adaptação, ou para alunos em dependência, como forma de recuperá-los, na forma que se compatibilizem com as suas atividades regulares, nos termos das normas aprovadas pelo Conselho Pedagógico.

3.22.1 Sistema de Avaliação do Processo de Ensino-aprendizagem Institucional

O desempenho acadêmico, nas disciplinas propostas na matriz curricular do Curso de Graduação em Direito da FAMA é acompanhado por meio da Verificação de Aprendizagem (VA) e do Sistema de Recuperação de Aprendizagem (SRA).

Além das Verificações de Aprendizagem (VA), exigidas pela Instituição e organizadas em calendário acadêmico, o professor poderá compor as notas dos alunos por meio de outras formas de avaliação como os trabalhos ou outros definidos pelo docente, como por exemplo: seminários, visitas técnicas, estudos de caso, atividades práticas, entre outros.

A cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota expressa em grau numérico de ZERO a DEZ, com variação de 0,1 (um décimo). Atendida a exigência do mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência às aulas e demais atividades programadas exigidas, o aluno é considerado aprovado na disciplina, no período letivo, quando obtiver média final igual ou superior a 6,0 (seis inteiros).

A média final será obtida por meio da média aritmética ponderada das médias das avaliações parciais oficiais realizadas nas várias etapas do período letivo, das respectivas disciplinas. As médias parciais oficiais poderão levar em conta outros trabalhos escritos, orais, seminários de avaliação e outros instrumentos de medida do aprendizado, realizados pelos professores ao longo dos períodos letivos parciais.

Os pesos utilizados na ponderação para os cálculos das médias anuais, bem como os critérios para as outras formas de avaliação realizadas ao longo do período letivo, são descritos abaixo:

- I. Para o primeiro bimestre do período letivo que corresponde as atividades da 1^o Verificação de Aprendizagem prevista em calendário acadêmico, a nota final terá peso 4.
- II. Para o segundo bimestre do período letivo que corresponde as atividades da 2^o Verificação de Aprendizagem prevista em calendário acadêmico, a nota final terá peso 6.

As disciplinas práticas, de projetos ou de caráter experimental e laboratorial ou de outra periodicidade, em função da não aplicabilidade de provas escritas ou tradicionais, terão sua forma de avaliação definida em consenso pelo Núcleo Docente Estruturante de cada curso, Coordenador de curso e docentes.

Os alunos reprovados poderão cursar as disciplinas em regime de dependência ou pelo Sistema de Recuperação de Aprendizagem, podendo ser promovidos para a série subsequente, nos termos das normas próprias aprovadas pelo Conselho Pedagógico.

A Instituição poderá oferecer cursos, disciplinas ou atividades programadas em horários especiais, com metodologia adequada para os alunos reprovados ou em adaptação, ou para alunos em dependência, como forma de recuperá-los, na forma que se compatibilizem com as suas atividades regulares, nos termos das normas aprovadas pelo Conselho Pedagógico.

3.22.2 Avaliações de Aprendizagem

O sistema de avaliação da aprendizagem da FAMA apresenta 03 modalidades:

- 1^o Verificação de Aprendizagem (1^o VA);
- 2^o Verificação de Aprendizagem (2^o VA) e
- Prova Substitutiva.

A cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota expressa em grau numérico de ZERO a DEZ, com variação de 0,1 (um décimo). Atendida a exigência do mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência às aulas e demais atividades programadas exigidas, o aluno é considerado aprovado na disciplina, no período letivo, quando obtiver média final igual ou superior a 6,0 (seis inteiros). Os pesos atribuídos para as VAs são:

- ✓ Para o primeiro bimestre do período letivo que corresponde as atividades da 1ª Verificação de Aprendizagem prevista em calendário acadêmico, a nota final terá peso 4.
- ✓ Para o segundo bimestre do período letivo que corresponde as atividades da 2ª Verificação de Aprendizagem prevista em calendário acadêmico, a nota final terá peso 6.

Além das Verificações de Aprendizagem (VAs), exigidas pela Instituição e organizadas em calendário acadêmico, o professor poderá compor as notas dos alunos por meio de outras formas de avaliação: seminários, visitas técnicas, estudos de caso, atividades práticas, entre outros. As disciplinas práticas, de projetos ou de caráter experimental e laboratorial ou de outra periodicidade, em função da não aplicabilidade de provas escritas ou tradicionais, terão sua forma de avaliação definida em consenso pelo Núcleo Docente Estruturante de cada curso, Coordenador de curso e docentes. Outras metodologias sugeridas:

- Trabalhos de campo, individual ou em grupo;
- Trabalhos em classe, individual ou em grupo;
- Trabalhos de pesquisa, extraclasse, individual ou em grupo;
- Outros que o docente julgar adequado para desenvolver as habilidades e competências previstas nas disciplinas.

Os componentes curriculares apresentam diferentes atividades pedagógicas para trabalhar os conteúdos e atingir os objetivos. Assim, a metodologia do trabalho pedagógico com os conteúdos apresenta grande diversidade, variando de acordo com as necessidades dos estudantes, o perfil do grupo/classe, as especificidades da disciplina, o trabalho do professor, dentre outras variáveis. Sugere-se que a metodologia possa contemplar:

- Aulas expositivas dialogadas, com apresentação de slides, explicação dos conteúdos, exploração dos procedimentos, demonstrações, leitura programada de textos, análise de situações-problema, esclarecimento de dúvidas e realização de atividades individuais, em grupo ou coletivas;

- Aulas práticas em laboratório, projetos, pesquisas, trabalhos, seminários, debates, painéis de discussão, estudos de campo, estudos dirigidos, tarefas, orientação individualizada.

A cada semestre, o professor planeja o desenvolvimento da disciplina, organizando a metodologia de cada aula/conteúdo, de acordo com as especificidades do plano de ensino.

3.23 NÚMERO DE VAGAS

O número de vagas para o Curso de Graduação em Direito da FAMA, está fundamentado em estudos periódicos, quantitativos e qualitativos, e em pesquisas com a comunidade acadêmica que comprovam sua adequação à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura físicas e tecnológicas para o ensino e pesquisa com dados da dinâmica do mercado do ensino superior regional.

Os estudos qualitativos e quantitativos são inicialmente gerados por empresa terceirizada, que apresenta dados como o mercado educacional em números, mostrando o crescimento do número de matrículas e ingressos na instituição e nas instituições concorrentes, bem como dados de curso em aspecto qualitativo. Outros dados que são utilizados para essa análise estão dentro do Programa de Avaliação Institucional – PAI, que apresenta dados quali e quanti na visão da sociedade interna e externa.

Levando-se em conta as atuais exigências do mercado de trabalho, em sua problematização no meio social, o que se verifica é a colisão de princípios, observa-se claramente que no sistema de relação ensino-aprendizagem, em face da dinamicidade, da velocidade, das mudanças e dos movimentos sociais, impõe-se a necessidade de um grande compromisso na ação pedagógica, para assim evidenciar a correlação dessa ação com o avanço científico e tecnológico.

Diante de incontestável situação, o Curso de Direito da FAMA não oferece apenas conteúdo, na estrutura dogmática ou mesmo através dos conteúdos onde o pragmatismo é o grande aliado, mas está alerta para torna-se evidente as características de funcionamento e de flexibilidade, de maneira que os acadêmicos recebam também os conhecimentos que os tornem aptos a interpretar aquela

explosão de escala, sobre a qual preleciona Boaventura de Sousa Santos, numa educação significativa para seu mundo e suas origens.

A grande diversidade na linha do conhecimento torna obrigatório aos profissionais em tempos de pós-modernidade um maior esmero no plano da qualificação profissional, logo os diferentes segmentos da sociedade são levados à adoção de um processo contínuo que assegure a assistência em diferentes níveis do saber do Direito.

Logo a FAMA tem a forte convicção de que o Curso de Graduação em Direito constitui como um meio efetivo de inserção de novos e qualificados profissionais no mercado de trabalho interno, atendendo assim as demandas local e regional.

Reconhecidamente Anápolis/GO é também um polo que fomenta o desenvolvimento econômico na região por ser a maior cidade com evidências populacionais. Para atender às demandas local e regional, a FAMA oferta 180 vagas anuais para o Curso de Direito, atendendo de maneira excelente, às dimensões propostas pelo Instrumento de Avaliação de Cursos, diante dos seguintes aspectos:

- I. **Corpo Docente:** o corpo docente do curso de Direito da FAMA atua na análise dos conteúdos proposto nos componentes curriculares, abordando a sua relevância para atuação profissional e acadêmica do futuro agrônomo, relacionando os objetivos propostos no perfil do egresso as disciplinas, além do estímulo para produção de conhecimento, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa e da publicação;
- II. **Professor/tutor:** todos os professores/tutores do curso são graduados na área da disciplina pelas quais são responsáveis e a maioria possui titulação obtida em pós-graduação *stricto sensu*. Além disso são analisados a experiência em educação a distância do professor/tutor que permite identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares e elaborar atividades específicas, para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades em uma mediação e articulação entre professores/tutores, coordenadores de curso e equipe multidisciplinar;
- III. **Infraestrutura Física:** o Curso de Direito da FAMA possui infraestrutura adequada as demandas do curso, constituída por biblioteca, auditório, área de

convivência, xerografia, Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ, laboratórios e salas de aula, equipadas com carteiras, mesa e cadeira para professor, material multimídia disponibilizado através de solicitação, em espaço iluminado naturalmente e por lâmpadas fluorescentes, é bem arejado e ventilado. Todas as instalações da Faculdade apresentam dimensão e condições excelentes para as práticas pedagógicas. Os Laboratórios Didáticos de formação básica e específica atendem às necessidades do curso, de acordo com o PPC e com as respectivas normas de funcionamento, apresentam conforto térmico, manutenção periódica, serviços de apoio técnico e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas, e possuem quantidade de insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos e o número de vagas.

- IV. **Infraestrutura Tecnológica:** As Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC's adotadas no processo de ensino – aprendizagem permitem a execução do projeto pedagógico do curso, garantindo a acessibilidade digital por meio dos laboratórios de informática e computadores disponíveis para acesso na biblioteca. Esta forma de acesso promove a interatividade entre docentes e discentes, assegurando o acesso ao material ou recurso didático a qualquer hora e lugar e possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso. Os Laboratórios de Informática da Instituição atendem às necessidades institucionais e do curso, com mais de 90 computadores disponíveis para utilização pelos discentes da Instituição. A instituição possui 03 laboratórios para atendimento a demanda com estrutura com conforto térmico e luminoso, oferece a seus professores e alunos infraestrutura tecnológica de acesso direto e contínuo à Internet a partir das estações de trabalho instaladas em todos os laboratórios de informática, na biblioteca e na área administrativa. Encontra-se, também, disponível aos usuários, nas dependências das unidades o serviço de acesso à rede sem fio (Wireless).

Frente a todos os dados apresentados, sabemos que o curso de Direito da FAMA, com o número de vagas disponíveis, beneficia e contribui com o desenvolvimento da instituição na cidade de Anápolis e na região. A pluralidade e a

diversidade estão garantidas tanto no ambiente interno quanto no ambiente externo da instituição que tem como objetivo oferecer aos seus educandos uma sólida base de conhecimentos, conceitos, posturas e práticas profissionais, de maneira a capacitar os estudantes no desenvolvimento das habilidades e competências demandadas.

4 CORPO DOCENTE E TUTORIAL

Tabela 11. Composição do Corpo Docente e de Tutores do Curso de Direito

PROFESSOR	CPF	MAIOR TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	TIPO
Alecssandro Regal Dutra	508.330.066-49	Doutor	Horista	Professor
Anna Caroline Queiroz Dias	042.952.021-26	Mestre	Horista	Professor
Aquila Raimundo Pinheiro Lima	026.737.241-84	Doutor	Parcial	Professor
Elaine Ferreira de Oliveira	716.622.781-87	Mestre	Integral	Professor/ Tutor
Emerson Adriano Sill	828.577.689-15	Doutor	Parcial	Professor/ Tutor
Fabricio Nascimento Silva	008.709.961-69	Doutor	Parcial	Professor/ Tutor
Frederico Gustavo Fleischeir	890.337.011-20	Mestre	Parcial	Professor/ Tutor
Gabriel José da Silva Neto	040.006.221-61	Mestre	Horista	Professor
Guilherme de Moraes Bittar	941.936.901-30	Mestre	Horista	Professor
Hermindo Elizeu da Silva	039.453.791-21	Mestre	Parcial	Professor/ Tutor
Jessica Dafico Moreira da Costa Gomes	732.566.331-53	Mestre	Parcial	Professor
José Vicente de Paula Barreto	630.726.882-49	Especialista	Parcial	Professor
Kaline Oliveira da Cunha Pessoa	032.968.671-20	Mestre	Integral	Professor/ Tutor
Louise Ramiro da Costa	704.109.332-87	Mestre	Integral	Professor
Luana Bispo de Assis	005.484.311-16	Mestre	Horista	Professor
Márcia Beatriz Dias dos Santos	016.880.711-48	Mestre	Horista	Professor
Nathalia Lima Bragança	043.530.431-37	Especialista	Horista	Professor
Pedro Wilson Oliveira Pereira Bizinoto	024.184.401-09	Especialista	Parcial	Professor
Priscila Peclat Gonçalves	036.798.931-08	Especialista	Horista	Professor
Rafael Batista Ferreira	011.624.951-03	Doutor	Integral	Professor/ Tutor
Samuel Santos e Silva	019.788.151-31	Especialista	Integral	Professor
Tarcísio Pereira Caroca	014.868.721-07	Especialista	Parcial	Professor
Theberge Ramos Pimentel	306.975.731-68	Especialista	Integral	Professor
Thiago Pereira Caroca	016.744.811-01	Mestre	Parcial	Professor

Fonte: FAMA (2023)

4.1 PERFIL DO CORPO DOCENTE

O corpo docente e de tutores do Curso de Direito da FAMA, é parte integrante da gestão do curso e tem como principal função analisar os conteúdos dos componentes curriculares, abordando a sua relevância para atuação profissional e acadêmica do discente. Ele é o responsável por promover um raciocínio crítico com base na literatura proposta pela Instituição e incentivar a produção do conhecimento. O seu regime de trabalho é considerado a partir da sua dedicação à docência, onde inicia-se a partir do planejamento didático e na preparação da aprendizagem e

considera-se o atendimento aos discentes e outras solicitações requeridas pela coordenação de curso ou diretoria da instituição.

Os docentes do Curso de Direito têm a titulação mínima obtida em programa de pós-graduação *lato sensu*, sendo que a maioria possui titulação em programas de pós-graduação *stricto sensu*. Em relação ao grau de experiência profissional, os docentes do curso de Direito têm larga experiência educacional e profissional.

A FAMA oferece aos seus discentes do Curso de Direito profissionais experientes, que apresentam em sala de aula relatos de suas experiências e situações reais do contexto organizacional, o que promove a melhor formação discente. Os docentes atuam como gerentes, consultores, instrutores, supervisores, assessores na sua área de formação, sendo no processo seletivo, estes requisitos, titulação e experiência profissional, levados em consideração.

4.1.1 Critérios de Seleção e Contratação dos Professores e Tutores

A FAMA adota para o corpo docente as categorias funcionais Assistente, Adjunto e Titular, tendo como pré-requisitos a titulação de Especialista, Mestre e Doutor, respectivamente. Quanto ao regime de trabalho, a instituição considera o que é estabelecido pela legislação educacional brasileira.

Além das categorias funcionais, é estabelecido um sistema de referência, sob a forma de níveis salariais, para premiar o bom desempenho e incentivar o desenvolvimento e a produção intelectual dos docentes, conforme detalhado no Regulamento do Plano de Carreira Docente. No curso de Direito da FAMA procura-se manter professores com experiência docente compatível com a necessidade de uma formação adequada ao acadêmico. Neste sentido, é considerado tal critério na seleção e contratação de professores no curso.

A experiência profissional não acadêmica tem sido bastante valorizada ultimamente, principalmente tendo em vista a formação mais voltada para o mercado de trabalho. A FAMA também leva em consideração tal critério na seleção e contratação de professores na IES, estimulando, ainda, a manutenção do vínculo profissional (não acadêmico) para manter as relações institucionais com os campos de atuação profissional no graduando.

A seleção de docentes do curso de Direito na FAMA é composta por um processo administrativo desencadeado a partir da Coordenação do Curso. O processo se inicia com a definição da necessidade de contratação pelo coordenador, cuja solicitação com a referida descrição é encaminhada a direção da instituição que irá abrir edital semestral para processo seletivo de professores que é composto por três etapas eliminatórias e classificatórias:

1. Etapa: pré-seleção por análise curricular (classificatória);
2. Etapa: aula-teste (eliminatória e classificatória) – participam como membros da comissão avaliadora pelo menos três membros, professores da instituição, inclusive o Coordenador, que preside a banca;
3. Etapa: entrevista com o Coordenador do Curso da IES (eliminatória e classificatória);
4. Etapa: comprovação das informações (eliminatória).

O candidato selecionado é, então, contratado em plena conformidade com a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, Convenção Coletiva da categoria e demais disposições legais pertinentes ao cargo.

4.1.2 Políticas de Qualificação e Plano de Carreira do Corpo Docente e de Tutores

O Plano de Carreira Docente considera docente, na forma estabelecida em instrumento próprio, o profissional que tiver como atribuição ministrar aulas ou preleções, teóricas ou práticas, de orientação ou atendimento a alunos, de planejamento, supervisão, elaboração, participação, avaliação e execução de projetos ou programas das áreas de ensino, pesquisa e/ou extensão.

Para ingresso no quadro docente e exercício das funções de magistério são considerados a habilitação legal, a competência didática, científica e intelectual, os títulos acadêmicos, a experiência profissional e os valores éticos e morais do candidato.

A remuneração do Corpo Docente é definida em política salarial específica e atualizada periodicamente, de acordo com os níveis salariais praticados pelo mercado e com a legislação em vigor, de modo a assegurar coerência interna e competitividade

externa. A remuneração de horas-aula ministradas em cursos de pós-graduação ou extensão universitária, em caráter eventual ou por período determinado, é fixada em cada caso, em função das características do evento ou atividade e da titulação do professor, não gerando direito de continuidade.

Todas as políticas descritas são apresentadas no Regulamento do Plano de Carreira Docente, devidamente aprovado pelo Conselho Pedagógico da IES.

4.1.3 Corpo Docente: Titulação

Agindo de forma diligente, o Curso de Graduação em Direito da FAMA tem buscado identificar professores que disponham de sólida formação acadêmica, com referenciais para a área de conhecimento que se evidencia em cada curso e ainda as especialidades adquiridas através dos Cursos de Pós-graduação do regime “*lato sensu*” e do regime “*stricto sensu*”.

Neste contexto, o Curso de Graduação em Direito dispõe de Corpo Docente de alto nível, constituído por especialistas, mestres e doutores, todos com sólida experiência profissional e na docência, conjugando-se ao fato de em quase sua totalidade, estes docentes estão com enquadramento nos regimes de Tempo Integral, Tempo Parcial e Horista.

Como já se afirmou anteriormente, a titulação do docente é um dos primeiros requisitos a ser observado, haja vista figurar como primeiro critério para a avaliação do processo de contratação, a análise do *Currículo Lattes*. Através desta análise é possível estabelecer uma identidade com o patamar de titulação acadêmica na qual o candidato se encontra, uma vez que os instrumentos avaliativos apenas pontuam os especialistas, os mestres e os doutores, desde que os mesmos sejam portadores de diplomas oriundos de IES credenciadas pelo MEC e CAPES para a promoção do ensino de pós-graduação, tanto no regime “*lato sensu*”, como no regime “*stricto sensu*”.

O engajamento da FAMA no processo de qualificação profissional dos acadêmicos se configura como seu grande compromisso para a boa formação de profissionais, agentes multiplicadores e promotores de transformações político-

sociais, visando à equidade dos benefícios gerados pelo avanço tecnológico, a qualidade de vida e o acesso democrático aos meios de produção do saber.

Um alvo sempre perseguido pela FAMA se direciona para a criação de condições objetivando a interlocução e a sua mais efetiva participação na elaboração, implementação e avaliação de projetos voltados ao atendimento de necessidades sociais emergentes.

Em uma região onde o agronegócio, a indústria e a prestação de serviços se desenvolve em larga escala, não se pode pensar em um ensino que esteja apenas dentro de perspectivas teóricas, com docentes apenas qualificados dentro do cenário acadêmico, antes deve estreitar as relações da teoria com a prática, razão pela busca não apenas pelo professor profissional, mas também pelo profissional professor.

Nessa linha de concepção é possível constatar que o Corpo Docente do Curso de Direito da FAMA se constitui de professores que partilham o saber da carreira profissional, com o saber acadêmico assegurando uma feliz junção na construção do conhecimento, que conta com um forte ingrediente em seu processo original: a experiência.

Dentro de uma concepção de extrema identidade com as necessidades regionais, o Curso de Direito da FAMA projeta uma atmosfera de valorização aos fundamentos da interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, como instrumentos para melhorar a formação geral e profissional dos acadêmicos, buscando incentivar a formação de pesquisadores e dando condições para a educação permanente, eficazmente capaz de superar as dicotomias entre o ensino e a pesquisa, procurando, ainda, incentivar a compreensão das relações professor e aluno, professor e professor, dos conteúdos metodológicos, dos objetivos da avaliação, do ensino, da aprendizagem e da estrutura organizacional.

Por derradeiro acentue-se, que a função institucional do ensino, da pesquisa e da extensão se constitui por um processo de socialização do conhecimento historicamente produzido pela humanidade, na atividade de investigação e de produção do conhecimento. O ensino precisa ser visto numa perspectiva dinâmica do processo estrutural de construção do conhecimento e não numa visão estática – e dogmática – de transmissão passiva de conteúdos de disciplinas isoladas, marcadas pela divisão das ciências da epistemologia positivista.

4.1.4 Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso

O regime de trabalho do corpo docente do Curso de Graduação em Direito da FAMA, é considerado a partir da sua dedicação à docência, onde inicia-se a partir do planejamento didático e na preparação da aprendizagem e considera-se o atendimento aos discentes e outras solicitações requeridas pela coordenação de curso ou diretoria da instituição.

A FAMA prioriza nas contratações do corpo docente o estabelecimento de carga horária que permita atingir regime de trabalho em tempo parcial ou integral. Desta maneira, utiliza-se da política de retenção do docente, incentivando-o a permanecer com maior carga horária por meio das diversas possibilidades de atividades acadêmicas ou de gestão.

O quadro de docentes tendo a maioria regime de trabalho parcial e integral, possibilita uma dedicação maior para os discentes, participação nas reuniões de colegiado, atividades extraclasse, planejamento didático e planejamento de aulas. Estas atividades são realizadas em sua grande maioria em salas de atendimento ao discentes reservadas para os docentes, e são registradas suas aulas na área restrita do docente.

O regime de trabalho do corpo docente previsto possibilita o atendimento integral da demanda, considerando a dedicação à docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem. A partir de reuniões periódicas e atendimentos padronizados a partir de documentação descritiva o Curso de Direito da FAMA busca sempre uma gestão de melhoria contínua.

4.1.5 Experiência Profissional do Docente

A experiência profissional do corpo docente do Curso de Graduação em Direito possui relação com o mundo do trabalho, que permite ao professor apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional,

atualizando-se com relação à interação conteúdo e prática, promovendo compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral e analisando as competências previstas no PPC considerando o conteúdo abordado e a profissão.

4.1.6 Experiência no Exercício da Docência Superior

O corpo docente do Curso de Graduação em Direito possui experiência na docência superior que são capazes de atribuir para promover ações que permitem identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentando exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, e elaborando atividades específicas para a promoção da aprendizagem de discentes com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período, exercendo liderança e reconhecimento pela sua produção.

O Curso de Direito da FAMA oferece aos seus discentes profissionais experientes, que apresentam em sala de aula relatos de suas experiências e situações reais do contexto educacional superior abordando assim os conteúdos dos componentes curriculares com a possibilidade de um raciocínio crítico e com base na literatura atual.

Sendo assim, através do corpo docente que possui experiência no ensino superior proporciona uma bagagem que o leve a ter facilidade na identificação das dificuldades ou necessidades dos discente, na exposição do conteúdo em sala de aula e que possibilite ao alunos visualizar estes conhecimentos na prática, através dos exemplos expressos em sala de aula, assim como fazer relação com os diversos saberes na sociedade e no mundo do trabalho.

4.1.7 Experiência no Exercício da Docência na Educação à Distância

Os docentes do Curso de Graduação em Direito da FAMA que atuam com disciplinas na modalidade EAD, possuem formação na área das disciplinas que atual e são professores doutores, mestres e especialistas. Estes professores têm função de nortear as práticas de ensino-aprendizagem por meio das ferramentas tecnológicas

de informação e comunicação, capazes de facilitar a aquisição do conhecimento e a aprendizagem do aluno.

Para cumprir tal função, os docentes utilizam os diversos recursos do AVA, tais como: fóruns, chats, compartilhamento e troca de documentos, acesso a bases de dados, dentre outros. Neste ambiente virtual os professores organizam e disponibilizam materiais com os conteúdos das disciplinas, elaboram e enviam trabalhos e avaliações e interagem com os acadêmicos. A metodologia utilizada para os encontros a distância são variadas e atendem as especificidades dos alunos: problemas reais contextualizados são trazidos como forma de reflexão e análise; materiais extras são indicados como forma de complementar os estudos; exercício de fixação ajudam na aprendizagem e compreensão do conteúdo.

A instituição, preocupada com a qualificação de seus professores, oferece formações que subsidiam a prática docente no EaD. A Coordenação Acadêmica e as Coordenações de Curso auxiliam o docente em suas práticas com objetivo de orientar os professores na identificação de alunos com problemas de aprendizagem, bem como sugerir e auxiliar nas adaptações de materiais para estudantes com deficiência.

4.1.8 Experiência, Titulação e Formação no Exercício da Tutoria na Educação à Distância

O corpo tutorial do Curso de Graduação em Direito da FAMA que atuam nas disciplinas EaD, são formados por tutores graduados na área das disciplinas pelas quais são responsáveis e a maioria possui titulação obtida em pós-graduação *stricto sensu*, possui experiência em educação à distância que permitem identificar as dificuldades do discentes a partir do Ambiente Virtual de Aprendizagem e ao auxílio nos processos de ensino aprendizagem.

São ofertados para todos os docentes e tutores cursos de formação, para que a mediação pedagógica junto aos discentes seja efetiva e de qualidade.

4.2 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE.

O Núcleo Docente Estruturante – NDE constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

O NDE do Curso de Graduação em Direito da FAMA é constituído por 05 (cinco) docentes com titulação acadêmica *stricto sensu*, são membros do corpo docente do curso, que exercem liderança acadêmica no âmbito do mesmo, possuem regime de trabalho em tempo integral ou parcial, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuam sobre o desenvolvimento do curso.

O coordenador do curso é membro integrante, e atua diretamente na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem dos estudantes e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho.

4.2.1 Atribuições e Competências do NDE

O NDE do Curso de Direito da FAMA tem como marca o acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso. No curso de Direito, o NDE é indicação da coordenação de curso, com designação em Portaria, expedida pela Direção Geral.

A principal função do NDE é auxiliar a Coordenação de Curso em suas necessidades pedagógicas, exercendo juntamente com o coordenador, as seguintes funções:

- I. Elaborar o Projeto Pedagógico do Curso, sua implantação e atualização;
- II. Planejar as atividades acadêmicas que efetivem o cumprimento do PPC, assegurando os aspectos do processo formativo e a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- III. Zelar pela integralização curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino previstas no currículo;

- IV. Avaliar o processo de implementação do PPC, identificando aspectos positivos, assim como as fragilidades, encaminhando os resultados da avaliação ao colegiado de professores, para discussão e elaboração de propostas de melhorias;
- V. Discutir e aprovar no colegiado as propostas de alteração da matriz curricular, zelando por sua coerência com as Diretrizes Curriculares do Curso, e encaminhá-las à Diretoria, para análise e posterior aprovação;
- VI. Incentivar e definir normas e critérios para as diferentes atividades do curso e supervisionar seu desenvolvimento: Monitoria; Iniciação Científica; Atividades de Extensão; Trabalhos de Conclusão; Estágios Supervisionados e não supervisionados e Atividades Complementares;
- VII. Submeter todas as propostas de normas e regulamentos à aprovação do colegiado do curso, anexando-as ao PPC;
- VIII. Deliberar sobre assuntos referentes à vida acadêmica dos alunos, em conformidade com a legislação educacional e com as normas e princípios institucionais;
- IX. Acompanhar a Avaliação Institucional do Curso, a elaboração do plano de melhorias, bem como a sua implementação.

O NDE deve, ainda, participar do planejamento e organização das atividades de acolhimento e orientação dos alunos ingressantes, das atividades de nivelamento, assim como participar do planejamento das atividades com os alunos concluintes, disponibilizando informações e orientando-os na inserção na vida.

4.2.2 Composição e Titulação do NDE

O NDE do Curso de Graduação em Direito é integrado pelos professores responsáveis pela formulação da proposta pedagógica, pela implementação e desenvolvimento do curso, os quais estão vinculados às atividades essenciais do curso, entre elas: docência, orientação de pesquisa e extensão, atualização do próprio Projeto Pedagógico, dentre outras.

Em sua composição, o NDE conta com Coordenador do Curso e mais quatro (04) professores, sendo que todos eles participam da implementação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso.

Dos docentes do NDE do Curso de Graduação em Direito, 80% possuem titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*, sendo que destes 40% são doutores e 100% deles possuem regime de trabalho como Parcial ou Integral.

Tabela 12. Composição do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Direito

NOME DO PROFESSOR	CARGO	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Aquila Raimundo Pinheiro Lima	Professor	Doutor	Parcial
Emerson Adriano Sill	Professor	Doutor	Parcial
Louise Ramiro da Costa	Professor	Mestre	Integral
Samuel Santos e Silva	Coordenador	Especialista	Integral
Elaine Ferreira de Oliveira	Professor	Mestre	Integral

Fonte: FAMA (2023)

4.3 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

O Curso de Graduação em Direito na FAMA adota métodos e práticas de ensino aprendizagem que incorporem o uso integrado de Tecnologias de Informação Computadorizada (TIC's) para a realização dos objetivos pedagógicos, bem como prevê atividades de tutoria para as disciplinas ofertadas na modalidade EaD.

Tais práticas são orientadas e conduzidas por docentes qualificados em nível compatível ao previsto no projeto pedagógico do curso, com carga horária específica. A composição do corpo de docentes e tutoria oportuniza aos discentes olhares variados. Para auxiliar nas demandas das TIC's, a FAMA possui equipe multidisciplinar, composta por um conjunto de especialistas em diversas áreas de atuação do ensino superior, sendo responsáveis pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e os recursos educacionais para as disciplinas ofertadas na modalidade EaD no Curso de Graduação em Direito.

A FAMA terceiriza equipe para elaborar o material didático que é disponibilizado no AVA. O Grupo Sagah é o fornecedor parceiro para as disciplinas EaD constantes dentro das matrizes dos cursos presenciais. Conforme contrato estabelecido entre as

partes, a equipe de professores e tutores se incumbe de avaliar a qualidade do material, observando se o ementário, os conteúdos programáticos bem como todo o material disponibilizado para o aluno estão de acordo com o que é pretendido no curso.

O Professor/tutor responsável por cada conteúdo disciplinar que lhe corresponde, tem como suporte a equipe multidisciplinar composta por profissionais das áreas de educação e técnica, atuando diretamente e/ou indiretamente no atendimento dos referenciais de qualidade na educação presencial e à distância, conforme legislação vigente.

O objetivo da referida equipe é proporcionar a disseminação das tecnologias, das metodologias e dos recursos educacionais no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência, relevância social e ética.

A equipe Multidisciplinar da FAMA é responsável por preparar professores/tutores para atuar na modalidade de Ensino à Distância por meio de oficinas, treinamentos e cursos de atualização. Bem como assistir os discentes em suas necessidades ao longo de toda a experiência no ensino a distância e prover condições adequadas para que a operação das disciplinas ofertadas na modalidade EaD transcorra de maneira adequada.

Tabela 13. Integrantes da Equipe Multidisciplinar

INTEGRANTES	CARGO
Alessandro Lima dos Santos	Gerente de Tecnologia da Informação
Douglas Henrique Pereira Lima	Diretor Administrativo
Elaine Ferreira de Oliveira	Coordenadora de Estágios
Hélio Almeida de Paula	Coordenador de Curso
Igor Alves Rezende	Tutor Operacional
Lívia Mourão Esmeraldo	Analista de Sistemas
Luísa Sahium	Gerente de Marketing
Paula Letícia de Melo Souza	Professor/ Tutor
Reinan de Oliveira da Cruz	Procurador Institucional
Wallace Nascimento Portilho de Faria	Diretor de Relacionamento

Fonte: FAMA (2023)

4.4 COORDENAÇÃO DO CURSO

O Coordenador Titular do Curso de Direito da FAMA, está sob a responsabilidade do Prof. Samuel Santos e Silva, que se enquadra plenamente no perfil requerido de um profissional que tem diante de si a responsabilidade de atuar como gestor de um curso de graduação.

O Coordenador é graduado em Direito (2009); Pós-Graduado em Direito Civil e Processo Civil pelo Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica e Direito Tributário na Faculdade Anhanguera/Uniderp; Advogado Sócio do Escritório Naves & Advogados Associados, atuando nas áreas de Direito Empresarial, Direito Tributário, Direito Civil, Direito Bancário e Direito do Consumidor. Atualmente é Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Presidente da Comissão de Direito Empresarial da OAB/GO. LLM em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (cursando). Professor Universitário.

O curso conta também com Coordenação de Curso Adjunto que auxilia nas atividades administrativas junto aos alunos. A Profa. Louise Ramiro da Costa é possui mestrado em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás. Especialização em Direito Digital e Compliance na Faculdade de Direito Prof. Damásio de Jesus. Especialização em Docência do Ensino Superior pela FABEC. Especialização em Direito das Relações Econômicas e Empresariais pela UniEvangélica. Graduada em Direito na UniEvangélica. Atua como Advogada associada ao Escritório Naves e Advogados. Professora de Direito da Faculdade Metropolitana de Anápolis. Coordenadora Adjunta do Curso de Direito da Faculdade Metropolitana de Anápolis. Membro do Instituto Goiano de Direito Digital. Consultora Jurídica da CDL Anápolis. DPO da CDL Anápolis em Lei Geral de Proteção de Dados. Vice-presidente da CDL Jovem de Anápolis. Membro do Rotary DAIA - Distrito Agroindustrial de Anápolis. Possui experiência em diversas áreas do Direito, com ênfase em Direito Público e Privado, atua principalmente nos seguintes temas: Direito, Lei Geral de Proteção de Dados, Banco de Dados, Comunicação Digital, Cidadania, Representações Sociais, e Mídia.

4.4.1 Atuação e Competências do Coordenador

Para os cargos de coordenação de cursos da FAMA é realizado processo seletivo para vaga e o contrato é feito no Regime da Legislação Trabalhista (CLT). O perfil para o cargo é de um profissional da área do curso, preferencialmente com experiência no ensino superior, que atende as demandas existentes considerando a gestão do curso, a relação com os docentes e discentes, com tutores e equipe multidisciplinar e a representatividade nos colegiados superiores. Semestralmente é pautado em um plano de ação que dispõe de indicadores de desempenho da coordenação disponíveis e públicos e administra a potencialidade do corpo docente, favorecendo a integração e a melhoria contínua da qualidade do ensino.

Os coordenadores de curso da Instituição recebem treinamento das atividades relacionados a sua função e atualizações da área frequentemente e são pautadas as tarefas a partir de um plano de ação, que dispõe das seguintes atividades:

Tabela 14. Plano de Ação do Coordenador de Curso

PLANO DE AÇÃO DO COORDENADOR DE CURSO			
ATRIBUIÇÕES	PERÍODO DE EXECUÇÃO (SEMESTRE)		EVIDÊNCIAS
	INÍCIO	FIM	
Promover a articulação dos professores e disciplinas do curso com apoio da Diretoria da FAMA.	X	X	<ul style="list-style-type: none"> Atas de reuniões docentes, NDE, colegiado do curso e líderes de turma. Horários de aulas.
Participar das reuniões acadêmicas da Faculdade, representando os interesses dos professores e do curso	X	X	<ul style="list-style-type: none"> Atas de reuniões docentes, NDE, colegiado do curso e líderes de turma.
Organizar, acompanhar, avaliar e controlar o desenvolvimento da programação curricular das disciplinas do curso.	X	X	<ul style="list-style-type: none"> Atas de reuniões docentes, NDE, colegiado do curso e líderes de turma. Ações e projetos do curso.
Analisar os planos de ensino das disciplinas do curso, visando a integração vertical (entre séries) e na horizontal (nas séries) dos componentes curriculares;	X	X	<ul style="list-style-type: none"> Atas de reuniões docentes, NDE, colegiado do curso e líderes de turma. Planos de ensino. Ações e projetos do curso.
Assegurar a execução da política de ação definida no PDI da FAMA, dando conhecimento a todos os professores do curso, das normas estabelecidas para o Curso Superior de Graduação em Direito e do Calendário Escolar	X	X	<ul style="list-style-type: none"> Atas de reuniões docentes, NDE, colegiado do curso e líderes de turma. Calendário acadêmico.
Transmitir para o corpo docente e discente, os dados relativos ao mercado de trabalho, campo de	X	X	<ul style="list-style-type: none"> Atas de reuniões docentes, NDE, colegiado do curso e líderes de turma.

estágio e outras informações que permitam contribuir para uma melhor formação ocupacional e profissional.			<ul style="list-style-type: none"> • Convênios de estágio e outras parcerias.
Mantém relacionamento com empresas, faculdades, universidades, entidades de classe e outras, visando obter subsídios necessários para adequar a programação curricular às necessidades do mercado de trabalho e as exigências estabelecidas pelo MEC	X	X	<ul style="list-style-type: none"> • Atas de reuniões docentes, NDE, colegiado do curso e líderes de turma. • Convênios de estágio, parcerias com RH de empresas, conselhos de classe e outras parcerias.
Encaminhar a Diretoria da Faculdade, relatórios das atividades promovidas pela Coordenadoria e Professores do curso	X	X	<ul style="list-style-type: none"> • Atas de reuniões docentes, NDE, colegiado do curso e líderes de turma. • Ações e projetos do curso.
Planejar, coordenar e avaliar as reuniões pedagógicas levadas a efeito durante o ano	X	X	<ul style="list-style-type: none"> • Atas de reuniões docentes, NDE, colegiado do curso e líderes de turma.
Incentivar e coordenar atividades (palestras, workshops, seminários etc.), com o intuito de aprimorar as técnicas e conhecimentos do corpo docente e discente do curso	X	X	<ul style="list-style-type: none"> • Atas de reuniões docentes, NDE, colegiado do curso e líderes de turma. • Ações e projetos do curso.
Participa do processo de recrutamento e seleção e/ou demissão, em conformidade com a Diretoria, dos professores que atuarão no curso	X	X	<ul style="list-style-type: none"> • Atas de reuniões docentes, NDE, colegiado do curso e líderes de turma. • Documentação docente do processo seletivo. • Editais de processos seletivos.
Coordenar as atividades de elaboração do Plano de Ensino nos aspectos referentes às proposições curriculares e atividades específicas, no que tange ao curso	X	X	<ul style="list-style-type: none"> • Atas de reuniões docentes, NDE, colegiado do curso e líderes de turma. • Semana Pedagógica.

Fonte: FAMA (2023)

4.4.2 Regime de Trabalho do Coordenador de Curso

Dentro do preceito vigente que norteia o funcionamento do ensino superior, a função do coordenador é de singular importância, uma vez que sobre o mesmo recai toda a responsabilidade na condução de um curso, cujos pilares de sustentação estão firmados nos alicerces da mais elevada qualificação, tal como preconiza as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs.

Este entendimento tem servido como instrumento norteador para a vida da FAMA que tem direcionado para os cursos ofertados, uma cultura com acompanhamento sistemático por parte do titular de cada coordenação, para que assim, o planejamento estratégico elaborado e contido no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI seja não apenas correspondido, mas um instrumento que promova singular repercussão na própria vida acadêmica da IES.

Ao coordenador de curso é atribuída uma tríplice função, a saber, função docente, função de gestão e função diretiva. Com a função docente, o coordenador se insere na atividade do ensino, uma alternativa para que o mesmo não fique fora do principal cenário da atividade em fim, qual seja a de ser um facilitador no processo do ensino/aprendizagem. Na função de gestor, compete ao coordenador identificar o seu curso como uma unidade de negócio, razão pela qual de forma indissociável a sua relação se faz notória com os membros do Corpo Docente e do Corpo Discente, primando por assegurar uma perfeita harmonia dentro do processo de desempenho educacional, através dos diferentes aspectos e circunstâncias. Pela função diretiva, o coordenador é membro nato e presidente do Conselho de Curso, órgão responsável pela supervisão das atividades acadêmicas pertinentes ao curso, uma vez que faz parte da estrutura organizacional da IES e também do Núcleo Docente Estruturante – NDE, órgão responsável pela implementação do Projeto Pedagógico do Curso – PPC em todas as suas dimensões.

Baseado nestas premissas, o Curso de Graduação em Direito da FAMA segue essa filosofia de trabalho, fato que além de assegurar uma conduta homogênea na gestão geral, permite um bom desempenho aos diferentes departamentos que estão vinculados a estrutura do curso.

Pela existência da disposição e compromisso para um desafio desta ordem é que foi indicado para a Coordenação do Curso de Graduação em Direito, o Prof. Samuel Santos e Silva como Coordenador Titular e a Profa. Louise Ramiro da Costa como Coordenadora Adjunta, que conjugam a qualificação para a docência e gestão.

A contratação do Coordenador de Curso Titular é em Regime de Tempo Integral – TI de 40 (quarenta) horas semanais, e da Coordenação de Curso Adjunto Parcial, que atendem bem os processos de gestão e condução do Curso de Graduação em Direito.

Os novos paradigmas instituídos sob a epígrafe de governança fazem por requerer das instituições de ensino superior amplas mudanças, as quais alcançam também os cursos através da coordenação, que tem sobre si a responsabilidade de promover a condução e a funcionalidade da unidade acadêmica sob sua responsabilidade.

A conjugação dos elementos pertinentes à condução e a coordenação são suficientes para construir um binômio capaz de assegurar a sustentabilidade esperada, em termos de cumprimento de metas e o alcance do desenvolvimento por todos esperado.

No ambiente acadêmico, o que se espera de um coordenador é que antes de tudo ele seja um gestor de uma unidade de negócio, que em sua complexidade envolve conhecimento e sustentabilidade. Logo, a interação do coordenador perante a gestão universitária não é apenas importante, ela é imprescindível para a efetividade do processo em sua totalidade.

Dentro deste contexto a FAMA conjuga todos os esforços possíveis para que a sua gestão seja ágil e eficiente, pois os padrões exigidos da nova geração de estudantes permeiam cenários ousados e desafiadores, logo a inovação e a criatividade deverão estreitar suas relações para a consumação dos projetos evidenciados.

4.5 COLEGIADO DE CURSO

O Curso de Graduação em Direito da FAMA é composto pelo Colegiado de Curso, para as funções deliberativas e normativas, na implementação e consolidação das políticas institucionais e do projeto pedagógico de curso. Regimentalmente é competência do Colegiado de Curso a função básica de planejamento, acompanhamento e avaliação do ensino, associado à pesquisa e à extensão.

O Colegiado do Curso de Graduação em Direito é constituído:

- I. pelo(a) Coordenador (a) do Curso, que o preside;
- II. pelos representantes docentes ativos no período letivo do Curso;
- III. por 1 (um) representante discente eleito por seus pares.

O colegiado de Curso possui representatividade dos segmentos e prevê:

- Reunir-se com periodicidade para efeito de realização do planejamento didático-pedagógico e de avaliação do desempenho do curso, sendo todas as reuniões e decisões registradas em ata padrão;
- O Colegiado de Curso reunir-se-á, para suas funções, ordinariamente 02 (duas) vezes por semestre, cuja convocação são feitas pela Coordenação de Curso, com antecedência mínima de 08 (oito) dias, com ordem do dia indicada;
- As competências do Colegiado de Curso também estão previstas no Regimento da IES.

A integração entre gestão administrativa, órgãos colegiados e cursos dá-se da seguinte maneira:

- O Colegiado de Curso auxilia na coordenação dos trabalhos da gestão administrativa, analisando pautas e encaminhamentos, opinando na organização de prioridades e formas de resolução de problemas;
- Participa na elaboração de planos de ensino, cronograma de aulas, programas institucionais, entre outros;
- A integração dá-se também pela prática de pensar conjuntamente formas de melhoria para o ensino e para a administração acadêmica.

São competências do Colegiado de Curso:

- I. propor medidas para aperfeiçoar o corpo docente e o perfil de formação profissional de cada curso, em função de suas características profissionais e sociais;
- II. analisar e propor, para aprovação do Conselho de Ensino, Iniciação Científica e Extensão, cursos extraordinários, seminários ou conferências, julgados necessários ou úteis à formação profissional dos alunos;
- III. propor medidas para o aperfeiçoamento do Ensino, da Investigação Científica e da Extensão estruturando orçamento específico;
- IV. exercer as demais funções previstas no Regimento Interno ou que lhe sejam delegadas.

4.6 INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADORES DE CURSO

O AVA é o espaço de convergência de estratégias e meios de aprendizagem, sendo projetado com interface amigável, intuitiva e de fácil navegação para favorecer aprendizagem. Assim, a interação entre os diversos membros envolvidos no processo ensino aprendizagem se dá através deste ambiente na FAMA. Para efetivar essa interlocução, são utilizados os seguintes recursos:

- I. AVA: com recursos de fórum, chat, caixa de mensagens, agenda, repositório de tarefas, planos de ensino, planos de aula, recursos de acompanhamento e controle do desenvolvimento discente;
- II. Atendimento do Tutor Operacional pelo HandChat (WhatsApp) ou presencialmente na secretaria acadêmica da Instituição;
- III. Por e-mail via recebimento e responsabilidade do Tutor Operacional;

O AVA foi concebido e é operacionalizado de forma a proporcionar aos usuários da plataforma vários tipos de interatividade, dentre eles:

- **Interação de apoio:** Nos materiais de estudo, hipermídia de cada disciplina, existem links que permitem aos discentes esclarecer eventuais dúvidas de compreensão. O ambiente virtual oferece, também, para cada disciplina o fórum de sala de aula (coletivo);
- **Interação de transmissão:** todos os exercícios dos módulos oferecem automaticamente ao discente um feedback sobre suas respostas. Em muitos casos, tais feedbacks permitem ao discente esclarecer fatos, conceitos, procedimentos e princípios contidos nos materiais de estudo.
- **Interatividade Discente/Docente:** Consiste na interação entre o discente, tutor e docente. É considerada essencial por muitos educadores e é altamente desejada por muitos discentes. Por meio dessa interação, os docentes estimulam o estudo a distância dos discentes, esclarecem dúvidas, desenvolvem tarefas de avaliação, mantêm a motivação e o interesse do discente no curso, estimulam a autonomia e fornecem orientação, apoio pessoal e coletivo, e até mesmo o encorajamento para superação de problemas pessoais. Acontecem nos momentos síncronos e assíncronos.

- **Docente/Tutor:** o principal objetivo dos tutores é de promover a interação presencial entre os discentes e coordenar as atividades previstas para os encontros presenciais e planejamento de cada disciplina, sejam elas teóricas ou práticas. Entre suas responsabilidades, está a moderação dos Fóruns de Discussão, proporcionando a interação entre os próprios discentes e entre discente e tutor.

Com base nos princípios metodológicos expostos, os docentes-tutores são responsáveis por toda a mediação do processo de ensino-aprendizagem que acontecerá no AVA, dentre outras atribuições. Nos Fóruns, os discentes poderão emitir suas opiniões, construir argumentos, dirimir dúvidas relacionadas ao conteúdo disponibilizado e revisar conceitos. Os temas dos Fóruns são predefinidos pelo docente responsável pela disciplina. É preciso lembrar que na FAMA adotou-se o modelo em que professor e tutor representa o mesmo ator.

Os tutores tem até 48 horas para responder eventuais dúvidas e postar suas considerações a respeito das discussões. Os temas dos Fóruns serão predefinidos pelo docente responsável pela disciplina.

Os docentes-tutores estão sempre em contato com os demais colegas, professores, Coordenação de Curso e discentes, seja por telefone, e-mails, mensagens de texto, videoconferência etc., pois dentro da FAMA o trabalho em equipe faz parte do desenvolvimento do ensino-aprendizagem em busca da excelência na formação acadêmica de seus discentes, e no acompanhamento de seus egressos.

4.7 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

O professor tem a função de mediar o processo de ensino aprendizagem, incentivando a pesquisa e a produção de novos conhecimentos. Para isso, o docente deve realizar e socializar suas pesquisas, juntamente com os acadêmicos, o que irá refletir em sua produção e conseqüentemente na melhoria da qualidade do ensino.

Produção científica é toda a produção documental, independentemente do suporte, sobre um determinado assunto de interesse de uma comunidade científica específica, que contribua para o desenvolvimento da ciência e para a abertura de

novos horizontes de pesquisa. O desenvolvimento da iniciação científica com os alunos do Curso de Direito contribui para a geração de informações e conhecimentos pelos docentes e discentes na instituição que possuem como objeto de avaliação o número de produções científicas.

Com periodicidade semestral, a FAMA publica o Caderno de Pesquisa que realiza publicações online de trabalhos originais, inéditos, com mérito científico, que contribuam para o estudo das diversas áreas do conhecimento associado às atividades de pesquisa desenvolvidas por professores e estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pela instituição. O objetivo é possibilitar a integração acadêmica e o intercâmbio científico e institucional.

Os Cadernos de Pesquisa adotam a versão online, em sistema de publicação continuada de artigos completos, resumos expandidos e resumos simples. Recomendamos aos autores a leitura atenta das Diretrizes antes de submeterem seus trabalhos aos Cadernos de Pesquisa.

Também de frequência semestral, a FAMA possui em seu calendário institucional a Semana Científica, que oferece espaço para os docentes apresentarem trabalho, publicarem, uma vez que os trabalhos apresentados são publicados no Caderno de Pesquisa institucional. Os professores, igualmente, são convidados a participar das bancas de avaliação de trabalho. Sem falar nas palestras e demais atividades promovidas durante a semana.

5 INFRAESTRUTURA

A Faculdade Metropolitana de Anápolis – FAMA está localizada na Avenida Fernando Costa, nº 49, Vila Jaiara, CEP 75.064-760, Anápolis-GO. As instalações prediais da IES foram projetadas para atender às finalidades educacionais e às especificações técnicas quanto às dimensões, à iluminação, à ventilação e acústica, que se encontra em excelente estado de conservação.

As instalações físicas acadêmicas e administrativas da FAMA são adequadas ao número de usuários atuais e futuros e para o ramo de atividade que trabalha. Todas as salas de aula, biblioteca e demais espaços e dependências de utilização acadêmica possuem sistema de ventilação, mobiliário e iluminação adequada, isolamento de ruídos, equipamentos de prevenção de incêndio e boa higiene. Além destas características, as instalações atendem aos requisitos de acessibilidade para portadores de necessidades especiais.

As instalações da FAMA estão em constante expansão, dentre elas destaca-se a construção de novos ambientes como salas de aula, clínicas e laboratórios, expansão e organização do centro de convivência, etc. que estão previstos no processo de reestruturação organizacional de acordo ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A manutenção predial, elétrica, hidráulica, conservação e limpeza, segurança, suprimentos e compras estão sempre com cronogramas diários de ação atualizados, o que garante a perfeita usabilidade dos locais seja para a prática acadêmica, administrativa ou para uso pela comunidade interna e externa.

5.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

A FAMA possui salas para professores de tempo integral para atender a demanda do Curso de Graduação em Direito, com espaços de trabalho que viabilizam ações acadêmicas, como planejamento didático-pedagógico, atendendo às necessidades institucionais.

Todas as salas são equipadas com recursos de tecnologias da informação e comunicação como computador ou notebook, acesso à internet e sistema operacional acadêmico, garantem privacidade para uso dos recursos em acesso com senha

individual privada, garante a privacidade para o atendimento a discentes e orientandos em cabines de atendimento individual, e possui armários com chave para a guarda de material e equipamentos pessoais.

5.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR

O Coordenador do Curso de Direito da FAMA possui espaço específico para o seu trabalho com mobiliário adequado para a realização das atividades de planejamento, preparação de material e para o exercício efetivo da gestão do curso.

A sala da coordenação possui cerca de 6 m², suficiente para atendimento de discente, docente e pessoal técnico-administrativo. As salas de coordenação de curso da FAMA são individuais com divisórias de fórmica, equipadas com mesa de trabalho, computador, telefone, cadeira para o coordenador, duas cadeiras de interlocutor e arquivo, além de iluminação adequada e piso em cerâmica. Todas as salas estão em local de fácil acesso, permitindo tanto a realização dos atendimentos, quanto o desenvolvimento das atividades de gestão dos cursos.

O espaço de trabalho para o coordenador viabiliza as ações acadêmicas e administrativas, com equipamentos adequados, atendendo às necessidades institucionais, permitindo o atendimento de indivíduos ou grupos com privacidade e dispõe de infraestrutura tecnológica, que possibilita formas distintas de trabalho.

5.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES

Há na instituição sala de professores e de tutores com recursos de tecnologia de Informação, tais como: computadores, telefone, internet banda larga via cabo e sem fio, acesso ao sistema acadêmico TOTVS, intranet, portal, Ambiente Virtual de Aprendizagem e a biblioteca online, o que viabiliza o trabalho.

Os docentes e tutores contam com uma sala devidamente mobiliada com mesas para reuniões, mesas de computadores, sofás, geladeira, micro-ondas, sanduicheira, lanche diário, quadro de avisos, apropriados ao quantitativo de pessoal, permite assim o acolhimento, descanso e atividades de lazer e integração. O espaço é climatizado, possui ótima acústica, conservação e comodidade necessária à

atividade desenvolvida. Além disso, ofertam-se armários individuais e atendimento técnico administrativo de um auxiliar de supervisão operacional.

A sala dos professores da FAMA está estruturada para que eles possam realizar suas atividades de planejamento e relacionamento com os demais docentes da instituição. Há uma sala climatizada de 114,32m² metros quadrados com capacidade para 30 professores, armário com escaninho, banheiros masculino e feminino, mesa de reunião, material de apoio didático e mural informativo e ponto de acesso WI-FI.

5.3.1 Sala de Apoio aos professores

A sala de apoio aos professores corresponde a um ambiente responsável pelo atendimento as diversas solicitações dos docentes e onde são realizados os agendamentos e controle de material multimídia necessário para uso na IES.

As instalações apresentam boas condições de uso e de salubridade, como espaço, iluminação, ventilação e acústica adequada. Está equipada com mesa de trabalho, computador, telefone, cadeira para trabalho interno, armário de arquivo e armário de armazenamento de equipamentos e materiais de escritórios, além de um balcão de atendimento.

5.4 SALAS DE AULA

A FAMA possui em suas instalações 68 salas de aulas disponíveis para os cursos da instituição. As salas de aula possuem tamanho adequado ao número de usuários, são climatizadas, com iluminação adequada, boa acústica, mobiliário e segurança amoldada aos padrões da qualidade e ABNT.

No que tange a relação quantidade de alunos x dimensão da sala, têm-se: salas de 40 m² com capacidade para até 40 alunos à salas de 120 m² com capacidade para até 100 alunos. Essas salas de aula são reservadas na semana de planejamento no início de cada semestre de acordo com a necessidade dos cursos.

O processo de reserva de salas de aula na FAMA é realizado em colaboração entre a Secretaria Acadêmica e as Coordenações de Curso no sistema educacional TOTVS.

O prédio é dotado de estrutura e rampas que permitem o acesso a cadeirantes atendendo as necessidades institucionais, leis de acessibilidade e exigências do MEC. Tais espaços são equipados com tomadas de energia e internet para o registro de frequência e conteúdos eletrônicos simultâneos a aula. Além disso disponibilizamos ao professor computadores, data show e sistema de som. Toda a Instituição está coberta com sinal de internet banda larga para uso durante a realização das aulas e acesso ao sistema de registro acadêmico e ambiente virtual de aprendizagem.

Nossos acadêmicos dispõem de cadeiras universitária, mesas, espaço e quadro de avisos do curso que possibilitam flexibilidade relacionada às configurações espaciais. Há ainda orientação para postura acadêmica intitulada de ergonomia cognitiva, isto é, como ter postura correta ao sentar-se, visando a participação ativa no processo de aprendizagem.

A unidade dispõe também de uma sala de Metodologias Ativas com recursos de tecnologia da informação, na qual, pode ser utilizada como ferramenta para prática de metodologia ativa tornando o acadêmico agente participativo no processo de ensino aprendizagem, conforme orientação do projeto pedagógico de curso. A manutenção nesses ambientes é realizada de forma periódica pela equipe administrava através de apontadores de demandas de modo preventivo.

5.5 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Os Laboratórios de Informática da Instituição atendem às necessidades institucionais e do curso, com mais de 90 computadores disponíveis para utilização pelos discentes da Instituição.

A instituição possui 03 laboratórios para atendimento a demanda com estrutura com conforto térmico e luminoso, oferece a seus professores e alunos infraestrutura tecnológica de acesso direto e contínuo à Internet a partir das estações de trabalho instaladas em todos os laboratórios de informática, na biblioteca e na área administrativa. Encontra-se, também, disponível aos usuários, nas dependências das unidades o serviço de acesso à rede sem fio (Wireless).

Considerando o laboratório de informática, ou outro meio de acesso a equipamentos de informática, este atende às necessidades institucionais e do curso em relação à disponibilidade de equipamentos, ao conforto, à estabilidade e

velocidade de acesso à internet, à rede sem fio e à adequação do espaço físico, possui hardware e software atualizados e passa por avaliação periódica de sua adequação, qualidade e pertinência.

Além destes, a biblioteca da FAMA dispõe de 18 cabines para a pesquisa em computadores e de salas de leitura próprias, onde a consulta dos documentos é livre, bem como a circulação pelos espaços. Todas as salas têm acesso à rede Wireless, bem como condições adequadas ao estudo e realização de trabalhos. É permitida a consulta livre, às revistas e os jornais que se encontram próximos às cabines.

5.6 BIBLIOTECA

A biblioteca da FAMA é de uso comum para discentes e docentes dos cursos, com dimensão de aproximadamente 662,55 m² e mais cinco salas de estudos em grupos de 14,56 m². Possui um grande acervo literário, conta com funcionários capacitados para o trabalho e o acesso à Internet é realizado por computadores individuais.

O espaço físico da biblioteca é adequado para a realização das atividades de consulta e estudos individuais e grupais. A Bibliotecária e os Auxiliares de Biblioteca oferecem apoio aos usuários, orientando quanto às obras existentes no acervo, formas de utilização, empréstimo, renovação de empréstimo pelo portal ou presencial e devolução. Para facilitar a orientação dos usuários foi adotado o programa de treinamento de usuários. O treinamento ocorre no início de cada nova turma de graduação em um dia reservado para treinamento e visita a biblioteca. O treinamento é também oferecido pessoalmente para novos colaboradores e docentes.

5.6.1 Serviços e Acervo

A biblioteca é o local onde se encontra o acervo de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Com isso, tem-se consciência da importância da IES como centro disseminador da informação, não só para comunidade acadêmica, mas a toda sociedade que necessita da informação para seu desenvolvimento.

A missão da FAMA é disponibilizar a quantidade necessária de acervo documental existente e a produção de conhecimentos gerados pela Instituição facilitando o acesso e o suporte as atividades de ensino.

Os empréstimos de bibliografias estão liberados para usuários com vínculo com a Instituição (docentes, discentes, colaboradores, tutores da IES e pela comunidade externa, neste último caso, somente para uso local).

Todas as informações referentes à existência de títulos da biblioteca da FAMA podem ser consultadas em terminais de consulta na própria Biblioteca, onde o usuário possui acesso à base de dados da Biblioteca por meio do sistema interno TOTVS com interface específica para essa finalidade.

Além do acervo físico, a FAMA conta com acervo virtual através da biblioteca virtual Minha Biblioteca. A disponibilização deste virtual possibilita o acesso aos títulos das bibliografias constantes nos Planos de Ensino, bem como de outros materiais, por qualquer aluno, independentemente de sua localização geográfica. Outra vantagem da biblioteca virtual é a disponibilidade imediata de qualquer livro, sem a necessidade de reserva ou espera, além da possibilidade de acesso em qualquer lugar ou momento, bastando apenas acesso à Internet.

5.6.2 Bibliografias Básicas e Complementares

O acervo da bibliografia básica e complementares do Curso de Graduação em Direito é adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e está atualizado, considerando a natureza das disciplinas. O acervo possui exemplares, ou assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados gratuitos que suplementam o conteúdo administrado nas disciplinas e é gerenciado pela bibliotecária de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso de acordo as necessidades citadas pela coordenação de curso, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço.

O acervo físico está tombado e informatizado e estão registrados em nome da IES. Além do acervo físico temos disponível para o aluno do Curso de Direito da FAMA a Biblioteca virtual, essa área funciona como um centro de recursos multimídia.

Nesse espaço fica à disposição dos alunos os livros digitais. O acesso se dá pelo AVA de acordo as bibliografias definidas por cada disciplina do curso.

Os livros da bibliografia básica e complementar são definidos pelo colegiado do curso e referendado pelo NDE como forma de promover o processo ensino-aprendizagem a partir de fundamentos teóricos importantes que permitam aliar teoria e prática fundamentais para a promoção do conhecimento.

A bibliografia básica é composta de no mínimo três obras para cada componente curricular, atuais e clássicas, e sua atualização é avaliada a cada período. A bibliografia complementar é composta de no mínimo cinco obras para cada componente curricular, atuais e clássicas e sua atualização, como da bibliográfica básica, é avaliada a cada período letivo e, quando necessário, é atualizada. A bibliografia complementar é estruturada com o objetivo de possibilitar o aprofundamento do estudo acerca de certos aspectos do conteúdo, o que torna muito importante.

5.6.3 Periódicos Especializados

Os periódicos especializados do Curso de Graduação em Direito da FAMA, são estabelecidos pelo Colegiado do curso na busca dos melhores resultados no processo ensino-aprendizagem. São materiais de estudo complementar para o processo ensino-aprendizagem, sendo mais uma fonte de pesquisa teórico-prática relativa aos assuntos abordados no componente curricular.

Por compreender a sua importância para a formação do discente a FAMA possui acesso a periódicos necessários para a promoção do conhecimento e um adequado processo de ensino e aprendizagem. Os periódicos recebem o mesmo tratamento que as obras da bibliografia básica e da complementar, tanto em relação à definição quanto ao controle e atualização.

Os periódicos fazem parte do acervo virtual da Biblioteca, em que o discente pode acessar uma relação de periódicos especializados na área, devidamente organizado e disponível no portal da IES com acesso livre aos alunos por qualquer dispositivo eletrônico.

5.6.4 Biblioteca Virtual

Os discentes e docentes do Curso de Graduação em Direito da FAMA possuem acesso a Biblioteca Virtual. Trata-se de um site, cujo conteúdo é composto por livros digitalizados, os conhecidos e-books, aplicáveis aos cursos oferecidos pela FAMA. Esses e-books estão previstos na bibliografia do curso também. A Biblioteca Virtual utilizada para o Curso de Direito da FAMA são “Minha Biblioteca” e a “Biblioteca A” que possuem mais de 10.000 mil títulos com acesso online.

5.7 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS

Considerando os laboratórios para o Curso de Direito, a FAMA possui infraestrutura de laboratórios didáticos que atendem às necessidades do curso, de acordo com o PPC e com as respectivas normas de funcionamento.

A IES dispõe de laboratórios para as diversas atividades de ensino, munidos com equipamentos e materiais necessários ao treinamento prático dos discentes acerca dos conteúdos abordados na sala de aula.

Os laboratórios possuem normas de utilização e segurança, apresentam conforto, manutenção periódica, serviços de apoio técnico e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas. São realizados nos laboratórios avaliações periódicas quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade, sendo os resultados utilizados pela gestão acadêmica para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas.

Os laboratórios da FAMA e demais dependências de suporte laboratorial tem sua organização administrativa e seu funcionamento disciplinados pelo Regimento Interno, pelos Regimentos e Regulamentos específicos, Normas da Instituição e Procedimento Operacional Padrão (POP) elaborados em acordo com a legislação pertinente à Vigilância Sanitária.

Nos laboratórios encontra-se os técnicos que ficam responsáveis pelas atividades de planejamento das aulas a partir de protocolos encaminhados pelos

professores, além de permitir o funcionamento das atividades de acordo aos horários de aulas previstos e para as atividades de pesquisa e extensão.

A disponibilidade de insumos, materiais e equipamentos são realizados de acordo a planejamento semestral, administrado pelo coordenador junto ao corpo docente do curso, assim como a reposição de suplementos, a manutenção de equipamentos e aparelhos, que são realizados semestralmente, ou quando necessário, de acordo com os protocolos de aula prática, e o controle de estoque dos laboratórios.

5.7.1 Laboratórios Didáticos de Formação Básica

Os ambientes de práticas laboratoriais de formação básica previstos para o Curso de Direito da FAMA foram estruturados em:

- a) Laboratório de Informática; e,
- b) Sala de Metodologias Ativas.

5.7.1.1 Laboratórios de Informática

Os laboratórios de Informática são salas multidisciplinares, de forma a permitir sua utilização por todos os cursos da instituição. É composto por computadores modernos, periodicamente revisados e avaliados, sendo que sempre que necessário são realizadas manutenções e/ou substituição de peças e equipamentos. São distribuídos em três amplos laboratórios climatizados, com acessibilidade, acesso à internet e dispõem de infraestrutura de equipamentos, serviços e softwares que permitem além das aulas práticas, o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos e pesquisas.

Dentre os programas mais utilizados citam-se o AutoCAD, Revit, SketchUp, CorelDRAW, Adobe Photoshop, Pacote Office, Dev-C++, dentre outros, o que possibilita o preparo, atualização e inclusão do discente na realidade que encontrará no mercado de trabalho.

Cada laboratório contém 07 bancadas com 04 computadores cada, sendo um total de 28 microcomputadores, mesa para o professor com cadeira. A utilização do projetor de imagens, quando necessário é solicitada ao apoio acadêmico. O

computador de uso do professor fica no apoio ao docente onde são encaminhados a partir da reserva e uso de cada aula.

O espaço atende à demanda institucional com espaço adequado, acessível e ventilado, possui normas de segurança e de conduta para discentes, técnicos e docentes, é periodicamente avaliado para fins de manutenção preventiva e, quando necessário, passa por adequações e/ou intervenções físicas e tecnológicas a fim de manter a qualidade das operações ali desenvolvidas. Os docentes e discentes ainda possuem acesso à *Wi-Fi*, o que possibilita uma maior interatividade com a prática vista na aula em questão. Os espaços estão divididos em:

- Laboratório de Informática I – 66,23 m²
- Laboratório de Informática II – 66,80 m²
- Laboratório de Informática III – 66,90 m²

5.7.1.2 Sala de Metodologias Ativas

A Sala de Metodologias Ativas da FAMA possui Hardware, 30 notebooks Intel Core I5 de 8ª geração, 1.60GHz, 8GB de memória RAM, Disco Rígido de 240 SSD, monitores de vídeo 17". Software, com Sistema Operacional Microsoft Windows 10 Pro, com acesso à internet, ferramentas Microsoft office 2016, Gimp, Adobe Reader. Possui área de 111,20 m² capacidade atual para 30 alunos com potencial de extensão sob demanda.

Visando o maior apoio possível aos alunos oferecendo um ambiente favorável para realizações de seus trabalhos e pesquisas, todos os computadores possuem acesso à internet com uma velocidade máxima de 200Mb dedicados (99% uptime) de banda larga, rede WiFi disponibilizada através de equipamentos UNIFI que operam na rede 5,8Ghz cobrindo todo o perímetro da IES.

5.7.2 Laboratórios Didáticos de Formação Específica

Considerando a matriz curricular do curso de Direito da FAMA e o perfil profissional do egresso, a FAMA possui infraestrutura de laboratórios didáticos de

formação específica que atendem às necessidades do curso, de acordo as respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança.

A IES dispõe de laboratórios de formação específica para as diversas áreas previstas no curso, equipados com os materiais necessários ao treinamento prático dos discentes acerca dos conteúdos abordados na sala de aula.

Os ambientes de práticas laboratoriais de formação específica do curso de Direito da FAMA foram estruturados em:

- a) Núcleo de Prática Jurídica;
- b) Auditório de Júri Simulado;
- c) Sala de Audiências Cíveis Simulada.

5.7.2.1 Núcleo de Prática Jurídica

O Núcleo de Prática Jurídica – NPJ da FAMA ao Curso de Graduação em Direito, destina-se a coordenar, supervisionar e executar as atividades do estágio supervisionado obrigatório e não obrigatório do próprio curso, e das atividades de Práticas Jurídicas, mediante prestação de serviços de consultoria, assessoria e assistência jurídica às pessoas carentes, defesa dos direitos humanos fundamentais e apoio a projetos comunitários.

O NPJ está instalado na sede da FAMA, com facilidade de acesso, em área satisfatória, ocupando o Piso Térreo, com a configuração seguinte: Recepção; Coordenação do NPJ; Produção de Peças; Atendimento; Secretaria; Sala de Audiência; Sala de Mediação/Conciliação; Auditório; e, Lavatórios.

Com objetivo de assegurar uma maior identidade com os modernos institutos de solução de conflitos, a FAMA pretende celebrar convênios que além de dar efetivo suporte à formação acadêmica dos seus alunos do Curso de Graduação em Direito, também atenda às comunidades local e regional com órgãos jurídicos da área.

Essas práticas vinculadas aos convênios, contribuem para a efetividade do exercício do ensino/aprendizado por parte do NPJ, vinculado ao Curso de Graduação em Direito a ser ofertado pela FAMA, uma vez que terá sobre si uma grande carga de processos em andamento e com tendências sempre crescentes.

Todos os alunos do Curso de Graduação em Direito, a partir do 7º Semestre do curso jurídico vivenciam as práticas jurídicas neste ambiente, procedimento por

demais salutar para os estágios curricular e extracurricular que têm por desenvolver. Logo uma precípua finalidade deve ser destacada: o aprimoramento prático dos conteúdos estudados.

5.8 NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS: ATIVIDADES BÁSICAS E ARBITRAGEM, NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ATIVIDADES JURÍDICAS REAIS

A prática jurídica prevista ao discente do Curso de Graduação em Direito da FAMA, permite ao aluno vivenciar experiências que lhe serão imprescindíveis na atuação profissional, assim em cada uma das disciplinas ministradas, os alunos tem o direcionamento para atividades práticas, incluindo-se a simulação de situações reais, sempre sob a orientação e controle do Núcleo de Prática Jurídica – NPJ, que conta com a coordenação de um docente.

No elenco das atividades está incluído obrigatoriamente, o comparecimento do aluno aos atos processuais, com assistência às audiências e sessões de julgamento de colegiados judiciais e administrativos, além de atos considerados assemelhados, assegurando assim uma plena harmonização entre a teoria e a prática.

Também está a cargo dos estudantes, a redação de peças judiciais e extrajudiciais, necessárias ao desempenho da atividade, além do aprendizado de rotinas processuais, procedimentos cartorários, conhecimento de técnicas de mediação, negociação coletiva, arbitragem e conciliação, além de outras compatíveis com o conteúdo das disciplinas que compõem a Matriz Curricular do Curso de Direito da FAMA.

Desta forma torna-se fácil perceber a preocupação da FAMA pelo envolvimento do aluno com o Curso de Graduação em Direito, superando a ultrapassada posição passiva de ouvinte para tornar-se sujeito ativo do processo ensino-aprendizagem, sendo-lhe exigidas, inclusive, escolhas e decisões na complementação de sua formação acadêmica, permitindo-lhe, ainda, desenvolver espírito de autoconfiança nas vivências simuladas e reais, preparando-se então, para intervir no processo de transformações sociais no meio social em que estará inserido.

O Núcleo de Prática Jurídica – NPJ da FAMA ao Curso de Graduação em Direito, destina-se a coordenar, supervisionar e executar as atividades do estágio

supervisionado obrigatório e não obrigatório do próprio curso, e das atividades de Práticas Jurídicas, mediante prestação de serviços de consultoria, assessoria e assistência jurídica às pessoas carentes, defesa dos direitos humanos fundamentais e apoio a projetos comunitários.

Dentro do aspecto conjuntural, são objetivos específicos do NPJ da FAMA:

- I. Proporcionar aos alunos de graduação a visão crítica do direito, a partir de múltiplas práticas relacionadas à sua área de formação acadêmica, assegurando a abordagem multidisciplinar;
- II. Qualificar o aluno do Curso de Graduação em Direito para o exercício profissional, propiciando-lhe o aprendizado das práticas jurídicas e da ética;
- III. Desenvolver atividades, junto à comunidade, de orientação para o exercício da cidadania e educação para os direitos humanos;
- IV. Exercer a mediação, a conciliação e a arbitragem como técnicas de resolução de conflitos;
- V. Atender às demandas coletivas, propiciando o surgimento e fortalecimento dos sujeitos coletivos de direitos;
- VI. Relacionar-se com entes públicos, privados e profissionais liberais de nível superior, facilitando convênios e parcerias que possam trazer benefício à comunidade em qualquer das perspectivas de atuação do Núcleo de Prática Jurídica – NPJ.

Com objetivo de assegurar uma maior identidade com os modernos institutos de solução de conflitos, a FAMA pretende celebrar convênios que além de dar efetivo suporte à formação acadêmica dos seus alunos do Curso de Graduação em Direito, também atenda às comunidades local e regional com órgãos jurídicos da área.

Essas práticas vinculadas aos convênios, contribuem para a efetividade do exercício do ensino/aprendizado por parte do NPJ, vinculado ao Curso de Graduação em Direito a ser ofertado pela FAMA, uma vez que terá sobre si uma grande carga de processos em andamento e com tendências sempre crescentes.

Todos os alunos do Curso de Graduação em Direito, a partir do 7º Semestre do curso jurídico vivenciam as práticas jurídicas neste ambiente, procedimento por demais salutar para os estágios curricular e extracurricular que têm por desenvolver.

Logo uma precípua finalidade deve ser destacada: o aprimoramento prático dos conteúdos estudados.

A prática é extensiva para os demais semestres, a saber, 8º Semestre, 9º Semestre e 10º Semestre, aprofundando-se ainda mais na concepção da importância e operacionalidade da Corte de Arbitragem, Negociação e Mediação, com quem o Núcleo de Prática Jurídica – NPJ mantém afinidade plena, para assegurar ao egresso não apenas a capacitação, como também o seu envolvimento com os novos padrões de efetividade da própria justiça.

Para melhor contextualizar as práticas educativas, também aos docentes que atuam como orientadores no NPJ tem sido assegurado um permanente processo de capacitação e atualização, para que estes não apenas atuem como difusores, mas antes de tudo como agentes de uma nova sistemática para a solução de conflitos.

Desta forma as atividades de arbitragem, negociação e mediação, supervisionadas pelo Curso de Graduação em Direito da FAMA na instrumentalidade do NPJ são obrigatórias e devem ter procedimentos diversificados, para treinamento das atividades profissionais da advocacia, ministério público, magistratura e demais profissões jurídicas, bem como para atendimento ao público. Essas atividades, simuladas e reais, devem, no sentido prático, capacitar os discentes para um mercado que exige mais agilidade de pensamento, criatividade, motivação e humanização.

O Núcleo realiza o atendimento na sede da Faculdade Metropolitana de Anápolis – FAMA, sito à Av. Fernando Costa, nº 49, Vila Jaiara, em Anápolis/GO, de segunda à sexta-feira, das 13h00m às 17h00m.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** (LDB – Lei Federal nº 9394/1996). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

_____. **SINAES** (Lei Federal nº 10.861/2004). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm.

_____. Lei nº 11.645, de 10/03/2008. Obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm.

_____. Decreto nº 5.626/2005. Ensino da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm.

_____. Ministério da Educação. Decreto nº 5.296/2004. Condições de acesso para portadores de necessidades especiais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm.

_____. Ministério da Educação. Decreto nº 4.281, de 25/06/2002. Educação ambiental e Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Direito. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104111-rces005-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 2, de 19 de abril de 2021**. Altera o art. 5º da Resolução CNE/CES nº5/2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Direito. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=181301-rces002-21&category_slug=abril-2021-pdf&Itemid=30192.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº2, de 18 de junho de 2007**. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Parecer CNE/CP 3/2004, homologação publicada no DOU 19/05/2004, Seção 1, p. 19. Resolução CNE/CP 1/2004, publicada no DOU 22/06/2004, Seção 1, p. 11. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf.

_____. Ministério da Educação. Parecer CES/CNE nº 55/2004, de 18/02/2004. Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2004/ces0055_2004.pdf.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 01, de 17/06/2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>.

ANEXO 01 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA

- **1º Período**

1º	Disciplina	Ativ. Comp.	Prática	Total
	ATIVIDADES COMPLEMENTARES I	40	--	40
Ementa: Atividades práticas e/ou teóricas, relacionadas ao contexto do curso que contribuem na formação profissional, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem e privilegiando a complementação da formação social e profissional. Serão consideradas Atividades Complementares, em princípio, toda e qualquer atividade, desenvolvida pelo estudante após o ingresso no Curso, desde que guarde correlação ou conexão com a área de conhecimento do curso do aluno. Em função disso, cabe ao estudante, ao longo de seu curso, procurar participar de uma gama variada de Atividades Complementares até atingir a carga horária prevista no seu currículo.				
Bibliografia Básica				
Não há bibliografias para esta disciplina				
Bibliografia Complementar				
Não há bibliografias para esta disciplina				

1º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA DO ESTADO	60	--	60
Ementa: Ciência Política: epistemologia, origem e desenvolvimento. Evolução histórica do pensamento político. Conceitos: Sociedade Civil e Sociedade Política. Origem da Sociedade: teorias. Poder Político. Revolução e Golpe de Estado. Origem e evolução do Estado. Regimes de Governo e Democracia. Formas e Sistemas de Governo. Partidos Políticos e Sistemas Partidários. Função social do Estado Contemporâneo. Constitucionalismo moderno. Estudo da natureza e finalidade atual Estado. O Direito como instrumento privilegiado de exercício para a justiça. A Terceira Via.				
Bibliografia Básica				
1	PAULA, Jônatas Luiz Moreira. Ciência Política: Estado e Justiça. São Paulo: JH Mizuno, 2007.			
2	DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 2013.			
3	BOBBIO, Norberto A. Estudos por uma teoria geral do direito. São Paulo: Manole, 2015.			
Bibliografia Complementar				
1	BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: fragmentos de um dicionário político. 20.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.			
2	BITTAR, Eduardo C. B. Teoria do estado: filosofia política e teoria da democracia. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2016.			
3	WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2016.			
4	FILOMENO, José Geraldo Brito A. Teoria geral do estado e da constituição. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.			
5	RANIERI, Nina A. Teoria do estado: do estado de direito ao estado democrático de direito. São Paulo: Manole, 2013.			

1º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	FUNDAMENTOS DA ECONOMIA	60	--	60

Ementa: Conceito de Ciência Econômica: método, alcance e limitações. Conceitos de escassez e custo de oportunidade. Sistemas econômicos e sua evolução no ocidente. Falhas de mercado, política econômica e relação desta com o ordenamento jurídico. Conceito de Direito Econômico. O papel do Estado no desenvolvimento econômico brasileiro. Conceitos microeconômicos de oferta e demanda e regimes de mercado; Conceitos macroeconômicos, déficit público e crescimento econômico. Noções históricas e de política monetária.

Bibliografia Básica

1	ALBERGONI, Leide. Introdução à economia: aplicações no cotidiano. São Paulo: Atlas, 2015.
2	LANZANA, Antônio Evaristo Teixeira. Economia brasileira- Fundamentos e atualidade. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.
3	CARDOSO, Elisabeth. O BRASIL REPUBLICANO: estrutura de poder e economia (1889-1930). 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. Vol.8. 462 p.

Bibliografia Complementar

1	FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. Lições de Direito Econômico. 9.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
2	HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem: do feudalismo ao século XXI. 22.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.
3	MARX, Karl. O capital. 3.ed. São Paulo: EDIPRO, 2017.
4	CARVALHO, Fernando J. Cardim de. ... [et. al.]. Economia monetária e financeira: teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus, 2007.
5	CAVALLI, Cássio A. Empresa, Direito e Economia. Rio de Janeiro: Forense, 2013. I

	Disciplina	Teoria	Prática	Total
1º	LÍNGUA PORTUGUESA	60	--	60

Ementa: Leitura, interpretação e compreensão de texto. Noções de sintaxe aplicadas à comunicação escrita e oral. Desenvolvimento das habilidades de comunicação escrita em língua portuguesa padrão: condições de textualidade, argumentação, seleção e adequação vocabular.

Bibliografia Básica

1	FIORIN, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação. 17.ed. São Paulo: Ática, 2010. ISBN 978-85-08-10866-4.
2	BOLOGNESI, J. Português na Prática. São Paulo: Ática, 2007.
3	GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 26. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006. ISBN 85-225-0296- X.

Bibliografia Complementar

1	ALMEIDA, A.F. ALMEIDA, V.S.R. Português Básico: gramática, redação, texto. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2008. ISBN 978-85-224-3668-2.
2	CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua portuguesa. 48. ed. São Paulo: Nacional, 2008.
3	Do texto ao Texto. 6.ed. São Paulo: Scipione, 2007. ISBN 978-85-262-334-30.
4	Compreensão e produção de textos. 14.ed. Petrópolis: Vozes, 2008. ISBN 978-85-32614902.
5	Português Instrumental: de acordo com as normas da ABNT. 29.ed. São Paulo: Atlas, 2010-2017.

	Disciplina	Teoria	Extensão	Total
1º	PROJETO INTEGRADOR I	20	60	80

Ementa: Os Estudos interdisciplinares oportunizarão projetos de extensão acadêmica por meio de aprofundamentos temáticos, estímulo a prática e a investigação científica, consultas de bibliografias

especializadas e o aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica de conhecimentos gerais e específicos, contribuindo para a formação pessoal, social e cidadã dos alunos. O conhecimento produzido será compartilhado com a comunidade do entorno. Estará dimensionado nos projetos de extensão, cabendo à Coordenação/NDE estabelecer seu planejamento e critérios de avaliação, bem como, sua participação na composição da nota.

A finalidade é promover a aprendizagem construtivista e dar significância prática aos conteúdos teóricos, ampliando a capacidade dos estudantes para selecionarem, organizarem, priorizarem, analisarem e sintetizarem temas e abordagens relevantes à sua formação pessoal, profissional e cidadã, de forma a estimular o senso de curiosidade e a compreensão da realidade e das tendências da área de atuação pertinente ao curso. A metodologia priorizará: o contexto globalizado das relações entre fontes de informação e os procedimentos para compreendê-las e utilizá-las pelos professores e estudantes, a partir de um enfoque multidisciplinar, via metodologias, na qual o processo de reflexão e interpretação seja significativo para o estudante, na relação entre o aprender e o objeto de estudo para que se desenvolva a autonomia discente e a aprendizagem significativa; bem como as mudanças na organização dos conhecimentos acadêmicos, tomando como ponto de partida os conteúdos abordados em sala de aula, indo além desse espaço, na medida em que os estudantes assimilem e compartilhem o que se aprendeu, em uma perspectiva extensionista, trabalhando diferentes possibilidades e interesses, favorecendo a conectividade e o alcance de significados para sua formação acadêmica.

Bibliografia Básica - Bibliografia Complementar

De acordo com o conteúdo programático

1º	Disciplina	Teoria	Extensão	Total
	PSICOLOGIA E COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL	60	--	60

Ementa: Psicologia Comportamental Organizacional. Contextualização da Gestão de Pessoas: Evolução e Estágio atual. Processos da Gestão de Pessoas (dimensões funcionais da Gestão de Pessoas). A função da gestão de pessoas e dos processos. Gestão de administração: objetivos, políticas e estratégia. O comportamento do indivíduo nas organizações: valores e atitudes. Motivação e Satisfação com o Trabalho e comprometimento com a Organização. Emoções e Afetos no Trabalho. Processos Organizacionais: grupos e equipes de trabalho, Comunicação e Cultura organizacional. Liderança e poder. Qualidade de vida no trabalho.

Bibliografia Básica

1	ROTHMANN, Ian. Fundamentos de Psicologia Organizacional e do Trabalho. 017.
2	Ana Cristina Limongi França. Comportamento Organizacional: Conceitos e Práticas. Ed. Saraiva. 2005.
3	SHAFFER, D. R.; KIPP, K. Psicologia do Desenvolvimento: Infância e Adolescência. São Paulo: Thomson Pioneira, 2011.

Bibliografia Complementar

1	JOHANN, Sílvio Luiz. Comportamento Organizacional - Teoria e prática. Ed. Saraiva. 2013.
2	FIORELLI, José Osmir. Psicologia para Administradores - Razão e Emoção no Comportamento Organizacional. Grupo GEN, 10 ed. 2018.
3	CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas - O Novo Papel da Gestão do Talento Humano. Grupo GEN. 2020.
4	BOCK, A. M. B; FURTADO, O; TEIXEIRA, M. L. Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: Saraiva, 2008.
5	DAVIDOFF, L. Introdução a Psicologia. 3º ed. São Paulo: Pearson Makron books, 2001.

1º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	TEORIA E FUNDAMENTOS DA CONSTITUIÇÃO	60	--	60
Ementa: Constitucionalismo. Direito Constitucional. Constituição. Teoria do Poder Constituinte. Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. Evolução histórica do Constitucionalismo brasileiro. Interpretação das normas constitucionais. Princípios Constitucionais Fundamentais.				
Bibliografia Básica				
1	BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2018.			
2	SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 41.ed. São Paulo: Malheiros, 2018.			
3	BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 32. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2017.			
Bibliografia Complementar				
1	MENDES, Gilmar Ferreira. Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade - Estudos de Direito Constitucional, 4ª edição. São Paulo: Saraiva, 2011.			
2	MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 30.ed. São Paulo: Atlas, 2014.			
3	PAULO, Vicente A.; ALEXANDRINO, Marcelo. Direito constitucional descomplicado. 16.ed. São Paulo: Método, 2017.			
4	PIRES, Antônio Fernando. Manual de direito constitucional. 3º ed. São Paulo: Método, 2018.			
5	QUEIROZ, Ari Ferreira de. Direito constitucional. 16 ed. Campinas: Jh Mizuno, 2015.			

1º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	TEORIA GERAL DO DIREITO	60	--	60
Ementa: Evolução histórica do Direito. Teoria das fontes do Direito. Dimensões das normas jurídicas: justiça, validade e eficácia. Relação jurídica. Doutrinas do positivismo jurídico e seus problemas. Teoria do Ordenamento Jurídico. Pluralismo jurídico e Direito alternativo. Direito Moderno e Crise do Direito.				
Bibliografia Básica				
1	DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução à ciência do direito: Introdução à teoria geral do direito, à filosofia do direito, à sociologia jurídica, à lógica jurídica, à norma jurídica e aplicação do direito. 26.ed. São Paulo: Saraiva, 2018.			
2	FERRAZ JR., Tercio Sampaio. Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão e dominação. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.			
3	GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Introdução ao estudo do direito: Teoria geral do direito didática e diferenciada. 5 ed. São Paulo: Método, 2017.			
Bibliografia Complementar				
1	BOBBIO, Norberto. Estudos por uma teoria geral do direito. São Paulo: Manole, 2015.			
2	GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa (org.). Introdução ao estudo do direito: teoria geral do direito. 5.ed. São Paulo: Método, 2017.			
3	REALE, Miguel. Lições preliminares de Direito. São Paulo: Saraiva, 2018.			
4	PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de direito civil. Introdução ao direito civil e teoria geral do direito civil. 31ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.			
5	JACQUES, Paulino. Curso de introdução ao estudo do direito. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.			

- **2º Período**

2º	Disciplina	Ativ. Comp.	Prática	Total
		ATIVIDADES COMPLEMENTARES II	40	--
<p>Ementa: Atividades práticas e/ou teóricas, relacionadas ao contexto do curso que contribuem na formação profissional, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem e privilegiando a complementação da formação social e profissional. Serão consideradas Atividades Complementares, em princípio, toda e qualquer atividade, desenvolvida pelo estudante após o ingresso no Curso, desde que guarde correlação ou conexão com a área de conhecimento do curso do aluno. Em função disso, cabe ao estudante, ao longo de seu curso, procurar participar de uma gama variada de Atividades Complementares até atingir a carga horária prevista no seu currículo.</p>				
Bibliografia Básica				
Não há bibliografias para esta disciplina				
Bibliografia Complementar				
Não há bibliografias para esta disciplina				

2º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
		DIREITO CIVIL I	60	--
<p>Ementa: Histórico e Introdução ao Direito Civil. Direito Civil: fontes, princípios e conceitos fundamentais. Direito Civil Constitucional. Fundamentos históricos e constitucionais. Sujeitos de direitos: personalidade jurídica. Pessoas naturais: estado e capacidade. Emancipação. Registro civil de pessoas naturais. Morte e ausência. Direitos da personalidade. Pessoas jurídicas: conceito e classificação. Limites e desconsideração da personalidade jurídica. Registro civil das pessoas jurídicas. Objeto de direitos: os bens e suas classificações. Atos e fatos jurídicos. Negócio jurídico. Prescrição e decadência.</p>				
Bibliografia Básica				
1.	TARTUCE, Flávio A. Direito Civil: Lei de Introdução e Parte Geral. 14.ed. Vol. I. Rio de Janeiro: Forense, 2018.			
2.	VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: Parte Geral. 18.ed. São Paulo: Atlas, 2018. Vol.1.			
3	GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Parte Geral 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2018. v. 1.			
Bibliografia Complementar				
1.	PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil: introdução ao direito civil: teoria geral do direito civil. 31.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. Vol.1.			
2.	TEPEDINO, Gustavo. Fundamentos do Direito Civil - Teoria Geral do Direito Civil - Vol. 1. Rio de Janeiro: Forense, 2020.			
3.	AMARAL, Francisco. Direito Civil Introdução. São Paulo: Saraiva, 2017.			
4	DINIZ, Maria Helena. Código Civil anotado . 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.			
5	SILVA, Caio Mario da Silva. Instituições de direito civil . Introdução ao direito civil.31 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. v. 1.			

2º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
		DIREITO PENAL I	60	--
<p>Ementa: Histórico e Evolução do Direito Penal. Fontes do Direito Penal. Sistema Penal Brasileiro. Aplicação da Lei Penal. Teoria Geral do Crime.</p>				
Bibliografia Básica				

1	NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de direito penal: Parte Geral Arts.1º a 120 do código penal. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. Vol.1.
2	PACELLI, Eugênio A.; CALLEGARI, André. Manual de direito penal: parte geral. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2018.
3	PEDROSO, Fernando Almeida. Direito penal: parte geral. 5 ed. Campinas: Jh Mizuno, 2017.
Bibliografia Complementar	
1	PRADO, Luiz Regis. Comentários ao código penal: jurisprudência e conexões lógicas com os vários ramos de direito. 11.ed. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2017.
2	GRECO, Rogério. Curso de direito penal: Parte geral, volume I. 20.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2018. Vol.1.
3	MARTINELLI, João Paulo Orsini. Lições fundamentais de direito penal: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2018.
4	MACHADO, Costa. Código penal interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. 8º ed. São Paulo: Manole, 2018.
5	NUCCI, Guilherme de Souza. Código penal comentado.18 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

2º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	ENTES FEDERATIVOS E SEUS PODERES	60	--	60
Ementa: Histórico sobre a Organização do Estado. Estrutura e organização do Estado brasileiro. Organização político-administrativa da Federação. Repartição de competências. Intervenção. Administração Pública. Organização dos Poderes e dos órgãos autônomos. Poder Executivo. Poder Legislativo. Processo Legislativo. Tribunal de Contas. Poder Judiciário. Ministério Público. Outras funções essenciais à Justiça.				
Bibliografia Básica				
1	SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 41.ed. São Paulo: Malheiros, 2018.			
2	BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 32.ed. São Paulo: Malheiros, 2017.			
3	PAULO, Vicente, ALEXANDRINO, Marcelo. Direito constitucional descomplicado. 16 ed São Paulo: Mavp, 2017.			
Bibliografia Complementar				
1	FILOMENO, José Geraldo Brito. Teoria Geral do Estado e da Constituição. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.			
2	PINHO, Rodrigo César Rebello. Direito constitucional: da organização do Estado, dos poderes e histórico das constituições. São Paulo: Saraiva, 2018.			
3	HADDAD, José Ricardo et al. Poder Judiciário e Carreiras Jurídicas. São Paulo: Atlas, 2020.			
4	PAULO, Vicente, ALEXANDRINO, Marcelo. Resumo de direito constitucional descomplicado. 11 ed São Paulo: Mavp, 2017.			
5	PIRES, Antônio Fernando. Manual de direito constitucional. 1 ed. São Paulo: Método, 2016.			

2º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	FILOSOFIA, ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	60	--	60
Ementa: Filosofia, origem e desenvolvimento. Filosofia para o conhecimento humano. O que é ética; Ética e sociedade, cultura, gênero, etnia, raça e desigualdade sociais. Respeito e valorização das diferenças culturais, sociais e individuais. Cidadania: concepções, garantias e práticas. Estado Democrático de Direito. E Direitos Humanos. O que é Direitos Humanos. Violações, promoção e garantias.				
Bibliografia Básica				

1	ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. <i>Filosofando - Introdução à Filosofia</i> . 2º ed. São Paulo: Ed. Moderna, 2000.
2	CHAUÍ, Marilena. <i>Convite à filosofia</i> . 13. ed. São Paulo: Ática. 2010.
3	VALLS, Álvaro L.M. <i>O que é ética</i> . São Paulo: Brasiliense. 2006.
Bibliografia Complementar	
1	BRASIL. <i>Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990</i> . Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.
2	CANAU, Vera Maria. <i>Multiculturalismo e Direitos humanos</i> . In: REDE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. <i>Construindo a Cidadania: Desafios para o Século XXI. Capacitação em Rede</i> . Recife: RBDH, 2001.
3	MORIN, Edgar. <i>Os sete saberes necessários à educação do futuro</i> . 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2011.
4	NASH, Laura L. <i>Ética nas Empresas – Boas Intenções à Parte</i> . São Paulo: Ed. Makron Books, 1993.
5	NOVAES, Adauto. <i>Ética</i> . São Paulo: Companhia das letras, 2003.

2º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	HERMENÊUTICA E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA	60	--	60
Ementa: Hermenêutica jurídica: conceito. Direito Romano. Lei da Boa Razão. Escolas hermenêuticas. Interpretação jurídica: conceito, princípios, espécies e métodos de interpretação da norma. Hermenêutica constitucional. Hermenêutica filosófica de Gadamer. Teoria da argumentação jurídica: conceito e características. Teoria de Robert Alexy: espécies de argumentos. Aplicação do Direito: conceito e características; lacunas e métodos de integração do Direito; antinomias e sua superação.				
Bibliografia Básica				
1	MAXIMILIANO, Carlos A. <i>Hermenêutica e aplicações do direito</i> . 21.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.			
2	ALEXY, Robert. <i>Teoria da argumentação jurídica: A teoria do Discurso Racional como teoria da fundamentação jurídica</i> . 4.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.			
3	STRECK, Lenio Luiz. <i>Hermenêutica e jurisprudência no NCPC: Coerência e Integridade</i> . São Paulo: Saraiva, 2016.			
Bibliografia Complementar				
1	CADEMARTORI, Luiz Henrique Urquhart; DUARTE, Francisco Carlos. <i>Hermenêutica e argumentação neoconstitucional</i> . São Paulo: Atlas, 2009.			
2	GÜNTHER, Klaus A. <i>Teoria da argumentação no direito e na moral: justificação e aplicação</i> . 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.			
3	ATIENZA, Manuel A. <i>As razões do direito: teoria da argumentação jurídica</i> . 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.			
4	URQUHART, Luiz Henrique. <i>Hermenêutica e Argumentação Neoconstitucional</i> . 1 ed. São Paulo: Atlas, 2011.			
5	TRUBILHANDO, Fabio. <i>Linguagem Jurídica e Argumentação – Teoria e Prática</i> . 4 ed. São Paulo: Atlas, 2017.			

2º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	METODOLOGIA CIENTÍFICA	60	--	60
Ementa: Análise crítica e reflexiva do conhecimento científico e do método científico. Técnicas para estudo e pesquisa acadêmica. Trabalho acadêmico. Apresentação oral e escrita. Normas da ABNT. Principais técnicas de coleta de dados, revisão bibliográfica e pesquisa em base de dados. Linguagem técnico-científica e sua normatização, com vistas à redação, análise crítica e interpretação de textos científicos.				

Bibliografia Básica	
1	ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
2	GONSALVES, Elisa Pereira. Iniciação à Pesquisa Científica. 4 ed. Campinas: Editora Alínea, 2007.
3	SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
Bibliografia Complementar	
1	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.
2	BARROS, A. de J. de; LEHFELD, N.A. Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica. 3. ed. Ampl. São Paulo: Makron Books, 2007.
3	CERVO, A. L; BERVIAN, A. P.; DA SILVA. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2006.
4	GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2008.
5	MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos da Metodologia Científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

2º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	PROJETO INTEGRADOR II	20	60	80

Ementa: Os Estudos interdisciplinares oportunizarão projetos de extensão acadêmica por meio de aprofundamentos temáticos, estímulo a prática e a investigação científica, consultas de bibliografias especializadas e o aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica de conhecimentos gerais e específicos, contribuindo para a formação pessoal, social e cidadã dos alunos. O conhecimento produzido será compartilhado com a comunidade do entorno. Estará dimensionado nos projetos de extensão, cabendo à Coordenação/NDE estabelecer seu planejamento e critérios de avaliação, bem como, sua participação na composição da nota.

A finalidade é promover a aprendizagem construtivista e dar significância prática aos conteúdos teóricos, ampliando a capacidade dos estudantes para selecionarem, organizarem, priorizarem, analisarem e sintetizarem temas e abordagens relevantes à sua formação pessoal, profissional e cidadã, de forma a estimular o senso de curiosidade e a compreensão da realidade e das tendências da área de atuação pertinente ao curso. A metodologia priorizará: o contexto globalizado das relações entre fontes de informação e os procedimentos para compreendê-las e utilizá-las pelos professores e estudantes, a partir de um enfoque multidisciplinar, via metodologias, na qual o processo de reflexão e interpretação seja significativo para o estudante, na relação entre o aprender e o objeto de estudo para que se desenvolva a autonomia discente e a aprendizagem significativa; bem como as mudanças na organização dos conhecimentos acadêmicos, tomando como ponto de partida os conteúdos abordados em sala de aula, indo além desse espaço, na medida em que os estudantes assimilem e compartilhem o que se aprendeu, em uma perspectiva extensionista, trabalhando diferentes possibilidades e interesses, favorecendo a conectividade e o alcance de significados para sua formação acadêmica.

Bibliografia Básica - Bibliografia Complementar

De acordo com o conteúdo programático

3º Período

3º	Disciplina	Ativ. Comp.	Prática	Total
	ATIVIDADES COMPLEMENTARES III	40	--	40

Ementa: Atividades práticas e/ou teóricas, relacionadas ao contexto do curso que contribuem na formação profissional, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem e privilegiando a

complementação da formação social e profissional. Serão consideradas Atividades Complementares, em princípio, toda e qualquer atividade, desenvolvida pelo estudante após o ingresso no Curso, desde que guarde correlação ou conexão com a área de conhecimento do curso do aluno. Em função disso, cabe ao estudante, ao longo de seu curso, procurar participar de uma gama variada de Atividades Complementares até atingir a carga horária prevista no seu currículo.
Bibliografia Básica
Não há bibliografias para esta disciplina
Bibliografia Complementar
Não há bibliografias para esta disciplina

3º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	DIREITO CIVIL II	60	--	60
Ementa: Histórico e Introdução ao Direito das Obrigações. Distinção entre direitos obrigacionais e reais. Obrigações naturais. Princípios do direito das obrigações. Fontes das obrigações. Atos unilaterais. Classificação das obrigações. Transmissão da obrigação. Cumprimento da obrigação. Adimplemento substancial. Modos extraordinários de cumprimento da obrigação. Cumprimento indevido e enriquecimento sem causa. Insolvência do devedor. Inadimplemento das obrigações. Perdas e danos. Responsabilidade Civil.				
Bibliografia Básica				
1	VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil. Obrigações e Responsabilidade Civil. 18.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. Vol.2.			
2	TARTUCE, Flávio. Direito Civil: Direito das Obrigações. 13.ed. Vol. II. Rio de Janeiro: Forense, 2018.			
3	GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Teoria Geral – Obrigações. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2018. v. 2.			
Bibliografia Complementar				
1	SILVA, Caio Mario da. Instituições de Direito Civil. Teoria geral das obrigações. 30 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. v.2.			
2	DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado. 18.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.			
3	MELO, Marco Aurélio Bezerra de. Direito Civil: Responsabilidade Civil. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.			
4	PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil: introdução ao direito civil: teoria geral do direito civil. 31.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. Vol.1.			
5	OLIVEIRA, Jose Maria Leoni Lopes de. Direito Civil- Obrigações. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.			

3º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	DIREITO PENAL II	60	--	60
Ementa: Histórico das penas. Conceito de pena. Finalidades. Teorias da criminologia. Sistemas Prisionais. Princípios Constitucionais e Penais. Penas em espécie. Cominação, Dosimetria e Aplicação da Pena. Crimes de menor potencial ofensivo e contravenções penais. Concurso de crimes. Suspensão Condicional da Pena. Livramento Condicional. Efeitos da Condenação. Reabilitação. Execução Penal. Medidas de Segurança. Erros Acidentais. Ação Penal. Extinção da Punibilidade. Prescrição.				
Bibliografia Básica				
1	NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de direito penal: Parte geral Arts.1º a 120 do código penal. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. Vol.1.			

2	PACELLI, Eugênio A.; CALLEGARI, André. Manual de direito penal: parte geral. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2018.
3	MASSON, Cleber. Direito penal: parte especial. 11 ed. São Paulo: Método, 2018. v.2.
Bibliografia Complementar	
1	PRADO, Luiz Regis. Comentários ao código penal: jurisprudência e conexões lógicas com os vários ramos de direito. 11.ed. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2017.
2	GRECO, Rogério. Curso de direito penal: Parte geral, volume I. 20.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2018. Vol.1.
3	MARTINELLI, João Paulo Orsini. Lições fundamentais de direito penal: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2018.
4	MACHADO, Costa. Código penal interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. 8º ed. São Paulo: Manole, 2018.
5	PEDROSO, Fernando Almeida. Direito Penal: parte especial. 2 ed. Campinas: Jh Mizuno, 2017.

3º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	FILOSOFIA DO DIREITO	60	-	60
Ementa: Uma abordagem histórico-filosófica dos problemas do conhecer, do ser e do valor e sua relevância para a compreensão dos fundamentos do Direito e do Estado. Os grandes problemas da Filosofia e sua articulação com o Direito. Novas tendências da Filosofia do Direito. Noções de Filosofia: objeto, método e divisões. Relações da Filosofia com as ciências. Filosofia, Ciência do Direito e Filosofia do Direito. História da Filosofia e sua relação com as teorias e fundamentos do fenômeno jurídico. Ser humano, sociedade, ciência, ética, política, cultura e justiça. Tendências atuais em Filosofia do Direito.				
Bibliografia Básica				
1	BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. Curso de filosofia do Direito. 13.ed. São Paulo: Atlas, 2018.			
2	NADER, Paulo. Filosofia do direito. 25.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018.			
3	TOBIAS, Jose Antônio. Iniciação a filosofia. Campinas: Jh Mizuno, 2015.			
Bibliografia Complementar				
1	REALE, Miguel. Filosofia do direito. 20.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.			
2	LAFER, Celso. Filosofia e teoria geral do direito: um percurso no direito no século XXI. São Paulo: Atlas, 2015. Vol.3.			
3	NUNES, Rizzatto. Manual de filosofia do direito. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2015.			
4	ROCHA, Jose Manuel de Sacadura. Fundamentos de filosofia do direito. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2014			
5	TOBIAS, Jose Antônio. Filosofia do direito. E ed. Campinas: Jh Mizuno, 2016.			

3º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS E ORDENS CONSTITUCIONAIS	60	--	60
Ementa: Histórico da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Sistema Tributário Nacional. Finanças Públicas. Ordem Econômica e Financeira. Ordem Social. Princípio da máxima efetividade e controle do STF. Disposições Constitucionais Gerais. Disposições Constitucionais Transitórias. Controle de Constitucionalidade.				
Bibliografia Básica				

1	NUNES JÚNIOR, Flavio Martins Alves. Curso de direito constitucional. 2.ed. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2018.
2	MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 30.ed. São Paulo: Atlas, 2014.
3	LENZA, Pedro A. Direito constitucional esquematizado. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
Bibliografia Complementar	
1	MIRANDA, Jorge. Direito constitucional e democracia. Curitiba: Juruá, 2013.
2	PAULO, Vicente A.; ALEXANDRINO, Marcelo. Direito constitucional descomplicado. 16.ed. São Paulo: Método, 2017.
3	MENDES, Gilmar Ferreira. Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade - Estudos de Direito Constitucional, 4ª edição. São Paulo: Saraiva, 2011.
4	DIMOULIS, Dimitri. Curso de processo constitucional. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2016.
5	PIRES, Antônio Fernando. Manual de direito constitucional. 2º ed. São Paulo: Método, 2016.

3º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	PROJETO INTEGRADOR III	20	60	80
<p>Ementa: Os Estudos interdisciplinares oportunizarão projetos de extensão acadêmica por meio de aprofundamentos temáticos, estímulo a prática e a investigação científica, consultas de bibliografias especializadas e o aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica de conhecimentos gerais e específicos, contribuindo para a formação pessoal, social e cidadã dos alunos. O conhecimento produzido será compartilhado com a comunidade do entorno. Estará dimensionado nos projetos de extensão, cabendo à Coordenação/NDE estabelecer seu planejamento e critérios de avaliação, bem como, sua participação na composição da nota.</p> <p>A finalidade é promover a aprendizagem construtivista e dar significância prática aos conteúdos teóricos, ampliando a capacidade dos estudantes para selecionarem, organizarem, priorizarem, analisarem e sintetizarem temas e abordagens relevantes à sua formação pessoal, profissional e cidadã, de forma a estimular o senso de curiosidade e a compreensão da realidade e das tendências da área de atuação pertinente ao curso. A metodologia priorizará: o contexto globalizado das relações entre fontes de informação e os procedimentos para compreendê-las e utilizá-las pelos professores e estudantes, a partir de um enfoque multidisciplinar, via metodologias, na qual o processo de reflexão e interpretação seja significativo para o estudante, na relação entre o aprender e o objeto de estudo para que se desenvolva a autonomia discente e a aprendizagem significativa; bem como as mudanças na organização dos conhecimentos acadêmicos, tomando como ponto de partida os conteúdos abordados em sala de aula, indo além desse espaço, na medida em que os estudantes assimilem e compartilhem o que se aprendeu, em uma perspectiva extensionista, trabalhando diferentes possibilidades e interesses, favorecendo a conectividade e o alcance de significados para sua formação acadêmica.</p>				
Bibliografia Básica - Bibliografia Complementar				
De acordo com o conteúdo programático				

3º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	SOCIOLOGIA, ANTROPOLOGIA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	60	--	60
<p>Ementa: A formação da sociedade. Surgimento da sociologia entre as ciências sociais e as questões sociais. Sociedade e Estado. Análise conceitual das concepções de indivíduo e sociedade. Fundamentos da Antropologia Geral. O que é antropologia: o exótico e o familiar. Diversidade cultural e formas de pensar. Globalização cultural e democracia. Homem, Cultura e Sociedade. Identificar e</p>				

comparar os aspectos culturais relevantes da cultura afro-brasileira e indígena na formação da cultura brasileira, evidenciando a diversidade cultural.

Bibliografia Básica

1	CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.
2	MARTINS, C. B. O que é Sociologia. São Paulo: Brasiliense, 2006.
3	ROUSSEAU, Jean Jacques. Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens. Porto Alegre: L&PM Editores, 2008.

Bibliografia Complementar

1	COSTA, Cristina. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. 2ª Ed. São Paulo: Moderna, 1997.
2	DEMO, Pedro. Introdução à Sociologia. São Paulo: Atlas, 2010.
3	LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Sociologia Geral. 7ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
4	LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2003.
5	PREZIA, B; HOORNAERT, Eduardo. Brasil Indígena: 500 anos de Resistência. São Paulo: FDT, 2000.

3º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	TEORIA GERAL DO PROCESSO	60	--	60

Ementa: Propedêutica e Morfologia Processual. Noções históricas do processo. Lide e formas de solução de conflitos. Princiologia do Processo Civil e a Constituição Federal. Estrutura do Poder Judiciário. Noções gerais de competência. Relação processual: jurisdição-ação-processo. Procedimentos. Interpretação e aplicação da norma processual. Sujeitos processuais. Atos processuais. Sentença e Coisa julgada.

Bibliografia Básica

1	ALVIM, J.E. Carreira. Teoria geral do processo. 21.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. 371 p.
2	THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. 59.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. Vol.1.
3	CAMARA, Alexandre Freitas. Novo processo civil brasileiro. 4 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018.

Bibliografia Complementar

1	ROCHA, José de Albuquerque. Teoria Geral do Processo, 10ª edição. São Paulo: Atlas, 2013.
2	MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Teoria Geral do Processo. Rio de Janeiro: Forense, 2018.
3	BERMUDES, Sergio. Introdução ao Processo Civil, 6ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2018.
4	ARAUJO JUNIOR, Gediel Claudino de. Prática no processo civil. 22º ed. São Paulo: Atlas, 2018.
5	MARINONI, Luiz Guilherme. Curso de processo civil. 3º ed. São Paulo: Rt, 2017. v.1,2,3.

• 4º Período

4º	Disciplina	Ativ. Comp.	Prática	Total
	ATIVIDADES COMPLEMENTARES IV	40	--	40

Ementa: Atividades práticas e/ou teóricas, relacionadas ao contexto do curso que contribuem na formação profissional, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem e privilegiando a complementação da formação social e profissional. Serão consideradas Atividades Complementares, em princípio, toda e qualquer atividade, desenvolvida pelo estudante após o

ingresso no Curso, desde que guarde correlação ou conexão com a área de conhecimento do curso do aluno. Em função disso, cabe ao estudante, ao longo de seu curso, procurar participar de uma gama variada de Atividades Complementares até atingir a carga horária prevista no seu currículo.

Bibliografia Básica

Não há bibliografias para esta disciplina

Bibliografia Complementar

Não há bibliografias para esta disciplina

4º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	DIREITO CIVIL III	60	--	60
Ementa: Teoria Geral dos Contratos: Conceito. Natureza jurídica. Aspectos históricos. Elementos. Formação. Princiologia. Interpretação. Classificação. Efeitos. Extinção. Contratos em espécie.				
Bibliografia Básica				
1	GONÇALVES, Carlos Robert. Direito civil brasileiro: contratos e atos unilaterais. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2018. Vol.3.			
2	TARTUCE, Flávio. Direito civil 3: teoria geral dos contratos e contratos em espécie. 13.ed. Vol. III. Rio de Janeiro: Forense, 2018.			
3	VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: contratos. 18.ed. São Paulo: Atlas, 2018.			
Bibliografia Complementar				
1	SILVA, Caio Mario da. Instituições de direito civil- Contratos. 22 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.			
2	GAGLIANO, Pablo Stolze A.; FILHO, Rodolfo Pamplona A. Novo curso de direito civil: contratos: teoria geral. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. Vol.4 Tomo I.			
3	MELO, Marco Aurélio Bezerra de A. Direito civil: contratos. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018.			
4	NERY JR, Nelson. Instituições de direito civil: contratos. São Paulo: Rt, 2016. v.3.			
5	PAMPLONA FILHO, Rodolfo, GAGLIANO, Pbro Stolze. Novo Curso de Direito Civil - Contratos Teoria Geral - Vol. 4 - Tomo I - 13ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.			

4º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	DIREITO ELEITORAL	60	--	60
Ementa: Evolução histórica da democracia, dos direitos políticos e da cidadania. Controle do Estado e participação política. Democracia e representação política. Perda e suspensão dos direitos políticos. Direito Eleitoral e Justiça Eleitoral. Amplitude do controle da autenticidade do sistema representativo partidário. Instituições do Direito Eleitoral. Sufrágio. O voto. A qualificação e a inscrição. A representação política. As eleições. Os partidos políticos. O processo eleitoral. Elegibilidades e inelegibilidades. Propaganda eleitoral.				
Bibliografia Básica				
1	TENÓRIO, Rodrigo A. Direito Eleitoral. São Paulo: Editora método, 2014.			
2	MACHADO, Raquel Cavalcante Ramos. Direito Eleitoral. São Paulo: Atlas, 2016.			
3	FREITAS, Luciana Fernandes de. Direito Eleitoral. (Coleção Método Essencial). Rio de Janeiro: Método, 2022.			
Bibliografia Complementar				
1	MACHADO, Raquel Cavalcanti Ramos. Manual de Direito Eleitoral, 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2018.			

2	CÂNDIDO, Joel J. A. Direito Eleitoral Brasileiro. 16.ed. São Paulo: EDIPRO, 2016.
3	BUCCI, Daniela. Direito Eleitoral e Liberdade de Expressão. São Paulo: Almedina, 2018.
4	KIMURA, Alexandre Issa. Manual de Direito Eleitoral, 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
5	GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral Essencial. Rio de Janeiro: Método, 2018.

4º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	DIREITO PENAL III	60	--	60

Ementa: Classificação dos crimes. Crimes contra a pessoa. Crimes contra a liberdade individual. Crimes contra o patrimônio. Código de Trânsito Brasileiro. Lei Maria da Penha. Lei de Drogas. Lei de Contravenções Penais. Estatuto do Desarmamento.

Bibliografia Básica

1	NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de direito penal: Parte especial Arts.121 a 212 do código penal. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. Vol.2.
2	MASSON, Cleber. Direito penal: parte especial Arts. 121 a 212. 11.ed. São Paulo: Método, 2018. Vol.2.
3	BUSATO, Paulo César. Direito penal: parte especial Arts. 121 a 134-C do código penal. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2017. Vol. 2.

Bibliografia Complementar

1	BARROS, Francisco Dirceu. Direito penal interpretado pelo STF e STJ e comentado pela doutrina. 2 ed. Campinas: Jh Mizuno, 2016.
2	GRECO, Rogério. Curso de direito penal: Parte especial, volume II. 15.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2018. Vol.2.
3	PRADO, Luiz Regis. Comentários ao código penal: jurisprudência e conexões lógicas com os vários ramos de direito. 11.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.
4	NUCCI, Guilherme de Souza. Leis penais comentadas. 14 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.
5	BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal 4-parte especial-dos crimes contra dignidade sexual até dos crimes contra a pública. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

4º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	60	--	60

Ementa: Histórico do Processo Civil. Normas processuais civis e os seus princípios. Função Jurisdicional. Processo. Competência. Sujeitos processuais. Partes e procuradores. Pluralidade de partes. Intervenção de terceiros. Órgãos jurisdicionais. Juiz. Ministério Público. Órgãos auxiliares da justiça. Atos processuais. Formação, suspensão e extinção do processo.

Bibliografia Básica

1	THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. 59.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. Vol.1.
2	DIDIER JR., Fredie A. Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo do conhecimento. 20.ed. Salvador: Editora juspodivm, 2018. Vol.1.
3	CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. Novo código de processo civil- anotado e comparado. 2º ed. São Paulo: Método, 2017.

Bibliografia Complementar

1	MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil: de acordo com o novo CPC. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 1146 p.
2	GRECO, Leonardo A. Instituições de processo civil, vol.1: Introdução ao direito processual civil. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

3	DINAMARCO, Cândido Rangel A. Instituições de direito processual civil. 9.ed. São Paulo: Malheiros, 2017. Vol.1.
4	DIDIER JR., Fredie. Curso de direito processual civil: introdução ao Direito Processual Civil e processo de conhecimento. Vol. 1. 20 ed. Salvador: Juspodivm, 2018.
5	CRAMER, Ronaldo. Comentários ao novo código de processo civil. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

	Disciplina	Teoria	Prática	Total
4º	PROJETO INTEGRADOR IV	20	60	80

Ementa: Os Estudos interdisciplinares oportunizarão projetos de extensão acadêmica por meio de aprofundamentos temáticos, estímulo a prática e a investigação científica, consultas de bibliografias especializadas e o aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica de conhecimentos gerais e específicos, contribuindo para a formação pessoal, social e cidadã dos alunos. O conhecimento produzido será compartilhado com a comunidade do entorno. Estará dimensionado nos projetos de extensão, cabendo à Coordenação/NDE estabelecer seu planejamento e critérios de avaliação, bem como, sua participação na composição da nota.

A finalidade é promover a aprendizagem construtivista e dar significância prática aos conteúdos teóricos, ampliando a capacidade dos estudantes para selecionarem, organizarem, priorizarem, analisarem e sintetizarem temas e abordagens relevantes à sua formação pessoal, profissional e cidadã, de forma a estimular o senso de curiosidade e a compreensão da realidade e das tendências da área de atuação pertinente ao curso. A metodologia priorizará: o contexto globalizado das relações entre fontes de informação e os procedimentos para compreendê-las e utilizá-las pelos professores e estudantes, a partir de um enfoque multidisciplinar, via metodologias, na qual o processo de reflexão e interpretação seja significativo para o estudante, na relação entre o aprender e o objeto de estudo para que se desenvolva a autonomia discente e a aprendizagem significativa; bem como as mudanças na organização dos conhecimentos acadêmicos, tomando como ponto de partida os conteúdos abordados em sala de aula, indo além desse espaço, na medida em que os estudantes assimilem e compartilhem o que se aprendeu, em uma perspectiva extensionista, trabalhando diferentes possibilidades e interesses, favorecendo a conectividade e o alcance de significados para sua formação acadêmica.

Bibliografia Básica - Bibliografia Complementar

De acordo com o conteúdo programático

	Disciplina	Teoria	Prática	Total
4º	RESPONSABILIDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE	60	--	60

Ementa: Conceito de responsabilidade social corporativa. Ética empresarial. Conceito de responsabilidade social na história. Aplicação da responsabilidade social à realidade brasileira. Modelos de responsabilidade social. Responsabilidade social dirigido ao tema do meio ambiente. Crise ambiental. Conceito de crescimento sustentável. Sustentabilidade Empresarial. Estratégias de conservação ambiental.

Bibliografia Básica

1	ROSA, A. H. - Meio ambiente e sustentabilidade. Porto Alegre-RS: Bookman .2012
2	LEMONS, Patrícia Faga Iglecias. Direito ambiental: Responsabilidade Civil e Proteção no Meio Ambiente. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.
3	TACHIZAWA, T. Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa. 8. ed São Paulo: Atlas, 2017.

Bibliografia Complementar

1	ALBUQUERQUE, J.L. Gestão Ambiental e Responsabilidade Social - Conceitos, ferramentas e aplicações São Paulo: Atlas. 2009.
---	--

2	ALMEIDA, F. Responsabilidade social e meio ambiente. Rio de Janeiro: Campus. 2009.
3	ASHEY, P. A. Ética e Responsabilidade Social nos Negócios. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
4	DIAS, Reinaldo. Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2017.
5	LUZZI, Daniel. Educação e Meio Ambiente. São Paulo: Manole, 2012.

4º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	SOCIOLOGIA DO DIREITO		60	--
<p>Ementa: O surgimento da Sociologia; Principais pensadores: Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber; A Sociologia do Direito como ciência social; Transformações sociais e o Direito; Aparelhos ideológicos do Estado; Anomia e regras sociais; Direito e Controle da Sociedade; O Direito como propulsor e obstáculo da mudança social; O Direito como fator de consenso social e legitimidade; Pluralismo jurídico; Acesso à justiça; Participação popular; Conflitos sociais; Prisão, punição, disciplina e o Panóptico de Foucault; Os juristas, seus ritos e símbolos.</p>				
Bibliografia Básica				
1.	IAMUNDO, Eduardo. Sociologia e antropologia do direito. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.			
2.	SPAGNOL. Antônio Sergio. Sociologia jurídica. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.			
3	KUMPEL, Vitor Frederico. Manual de antropologia jurídica. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.			
Bibliografia Complementar				
1	SABADELL, Ana Lucia. Manual de sociologia jurídica. 7 ed. São Paulo: Rt, 2017.			
2	FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão. Petrópolis: Vozes, 2015.			
3	OLIVEIRA, Dalton. Sociologia jurídica. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.			
4	CARNIO. Henrique Garbellini. Direito e antropologia. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.			
5	PRESOTTO, Zélia Maria Neves. Antropologia. 7 Ed. São Paulo: Atlas, 2011.			

- **5º Período**

5º	Disciplina	Ativ. Comp.	Prática	Total
	ATIVIDADES COMPLEMENTARES V		40	--
<p>Ementa: Atividades práticas e/ou teóricas, relacionadas ao contexto do curso que contribuem na formação profissional, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem e privilegiando a complementação da formação social e profissional. Serão consideradas Atividades Complementares, em princípio, toda e qualquer atividade, desenvolvida pelo estudante após o ingresso no Curso, desde que guarde correlação ou conexão com a área de conhecimento do curso do aluno. Em função disso, cabe ao estudante, ao longo de seu curso, procurar participar de uma gama variada de Atividades Complementares até atingir a carga horária prevista no seu currículo.</p>				
Bibliografia Básica				
Não há bibliografias para esta disciplina				
Bibliografia Complementar				
Não há bibliografias para esta disciplina				

5º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
		DIREITO CIVIL IV	60	-
Ementa: Direitos reais: conceito e fundamentos históricos. Direitos reais e pessoais. Distinção entre posse e propriedade. Teorias da posse. Posse: conceito, formas de aquisição e perda. Efeitos e proteção possessória. Detenção. Propriedade em geral: conceito, elementos constitutivos, função social e limitações ao exercício do direito de propriedade. Descoberta. Aquisição e perda da propriedade. Defesa da propriedade. Direito de Vizinhança. Condomínio. Propriedade resolúvel. Alienação fiduciária. O direito do promitente comprador. Direitos reais sobre coisas alheias: servidões; superfície; usufruto; uso; habitação; penhor; hipoteca; anticrese; laje.				
Bibliografia Básica				
1	VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil - Direitos Reais - Vol. 4. São Paulo: Atlas, 2021.			
2	STOLZE, Pablo; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil – Direitos Reais. São Paulo: Saraiva Jur, 2021.			
3	GIACOMELLI, Cinthia L. Ferreira; USTARROZ, Daniel; ZAFFARI, Eduardo Kucker et al. Direito Civil VI: Direitos Reais. Porto Alegre: SAGAH, 2021.			
Bibliografia Complementar				
1	PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil - Vol. IV - Direitos Reais, 27ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2019.			
2	TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil - Vol. Único. São Paulo: Método, 2019.			
3	Carlos Roberto Gonçalves. Direito civil brasileiro v 5 - direito das coisas. São Paulo: Saraiva Jur, 2020.			
4	GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro - Volume 5. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.			
5	GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Mario Veiga Pamplona. Novo Curso de Direito Civil - Direitos Reais - Vol. 5. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.			

5º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
		DIREITO EMPRESARIAL I	60	--
Ementa: Histórico da empresa e princípios da atividade econômica. Atividade empresarial. Empresário individual: capacidade; registro. Obrigações empresariais. Escrituração empresarial. Estabelecimento. Nome empresarial. Sociedades empresárias. Classificação. Espécies: sociedade por cotas de responsabilidade limitada; sociedade em nome coletivo; sociedade anônima; sociedade em comandita simples e por ações; sociedade em cota de participação. Transformações societárias.				
Bibliografia Básica				
1	VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Empresarial. São Paulo: Atlas, 2020.			
2	Tarcísio Teixeira. Direito empresarial sistematizado: doutrina, jurisprudência e prática. São Paulo: saraiva, 2018.			
3	VIDO, Elisabete. Curso de direito empresarial. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.			
Bibliografia Complementar				
1	FINKELSTEN, M.E. Manual de direito empresarial. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2016.			
2	MAMEDE, Gladston. Direito Empresarial Brasileiro - Direito Societário. São Paulo: Atlas, 2021.			
3	FINKELSTEIN, Maria Eugênia. Manual de Direito Empresarial, 8ª edição. São Paulo: Atlas, 2016.			
4	SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Manual de Direito Empresarial. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.			

5	TOMAZETTE, Marlon. Curso de direito empresarial, vol. 2: Títulos de crédito. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.
---	--

5º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	DIREITO PENAL IV	60	-	60
Ementa: Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra os sentimentos religiosos e contra o respeito aos mortos. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a saúde pública. Crimes contra a Paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Lei do Abuso de Autoridade. Lei dos Crimes de Tortura. Lei do Crime Organizado. Lei dos Crimes de Preconceito. Lei dos Crimes Ambientais. Lei dos Crimes Hediondos.				
Bibliografia Básica				
1	BUSATO, Paulo César. Direito penal: parte especial arts. 235 a 361 do código penal. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2017. Vol.3.			
2	GRECO, Rogério. Curso de direito penal: Parte especial, volume III. 15.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2018. Vol.3.			
3	ESTEFAM, André; GONCALVES, Victor Eduardo Rios. Direito Penal: Parte Geral. (Coleção Esquemático®). São Paulo: Saraiva Jur, 2023.			
Bibliografia Complementar				
1	MASSON, Cleber. Direito penal: parte especial arts. 213 a 359-H. 8.ed. São Paulo: Método, 2018. Vol.3.			
2	Ricardo Antonio Andreucci. Legislação Penal Especial. São Paulo: Saraiva Jur, 2021.			
3	NUCCI, Guilherme de Souza. Código penal comentado. 18.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.			
4	BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte especial. Crimes contra a pessoa (arts. 121 a 154-B). v.2. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.			
5	GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Curso de direito penal: parte especial. v.2. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.			

5º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	DIREITO PROCESSUAL CIVIL II	60	-	60
Ementa: Procedimento Comum: Fase postulatória, tutelas provisórias, fase saneadora, das provas, fase instrutória e decisória. Sentença. Coisa Julgada.				
Bibliografia Básica				
1	THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. 59.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. Vol.1.			
2	DIDIER JR., Fredie A. Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo do conhecimento. 20.ed. Salvador: Editora juspodivm, 2018. Vol.1.			
3	THAMAY, Rennan Faria Krüger. Manual de direito processual civil. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.			
Bibliografia Complementar				
1	MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil: de acordo com o novo CPC. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 1146 p.			
2	GRECO, Leonardo. Instituições de Processo Civil - Introdução ao Direito Processual Civil - Vol. I, 5ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2015.			
3	DINAMARCO, Cândido Rangel A. Instituições de direito processual civil. 9.ed. São Paulo: Malheiros, 2017. Vol.1.			
4	BUENO, Cassio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil: procedimento comum, processos nos tribunais e recursos. v.2. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.			

5	AZEVEDO, Gustavo. Coleção-Processo Civil Contemporâneo-Reclamação Const. no Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2018.
---	--

5º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	DIREITO PROCESSUAL PENAL I	60	--	60
Ementa: Conteúdo. Objeto. Nomenclatura. Evolução Histórica do Processo Penal. Da Norma Processual. Princípios Processuais. Persecução Penal. Notícia do Crime. Polícia. Investigação. Inquérito Policial. Ação Penal. Ação Penal Pública. Ação Penal Privada. Jurisdição Penal. Competência. Processo. Pressupostos Processuais. Relação Jurídica Processual. Sujeitos Processuais.				
Bibliografia Básica				
1	PACELLI, Eugênio. Curso de Processo Penal. São Paulo: Atlas, 2020.			
2	BRITO, Alexis Couto de; FABRETTI, Humberto Barrionuevo; LIMA, Marco Antônio Ferreira. Processo Penal Brasileiro, 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2019.			
3	NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Processual Penal. Rio de Janeiro: Forense, 2022.			
Bibliografia Complementar				
1	CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2020.			
2	GIACOMOLLI, Nereu José. O Devido Processo Penal, 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2016.			
3	NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Processual Penal. Rio de Janeiro: Forense, 2023.			
4	PIEDADE, Antonio Sergio Cordeiro; GOMES, Ana Carolina Dal Ponte Aidar. Direito Processual Penal. (Coleção Método Essencial). Rio de Janeiro: Método, 2022.			
5	CARVALHO, Alexandre Reis de; COSTA, Amauri da Fonseca. Direito Processual Penal Militar. (Coleção Método Essencial). Rio de Janeiro: Método, 2022.			

5º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	PROJETO INTEGRADOR V	20	60	80
Ementa: Os Estudos interdisciplinares oportunizarão projetos de extensão acadêmica por meio de aprofundamentos temáticos, estímulo a prática e a investigação científica, consultas de bibliografias especializadas e o aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica de conhecimentos gerais e específicos, contribuindo para a formação pessoal, social e cidadã dos alunos. O conhecimento produzido será compartilhado com a comunidade do entorno. Estará dimensionado nos projetos de extensão, cabendo à Coordenação/NDE estabelecer seu planejamento e critérios de avaliação, bem como, sua participação na composição da nota. A finalidade é promover a aprendizagem construtivista e dar significância prática aos conteúdos teóricos, ampliando a capacidade dos estudantes para selecionarem, organizarem, priorizarem, analisarem e sintetizarem temas e abordagens relevantes à sua formação pessoal, profissional e cidadã, de forma a estimular o senso de curiosidade e a compreensão da realidade e das tendências da área de atuação pertinente ao curso. A metodologia priorizará: o contexto globalizado das relações entre fontes de informação e os procedimentos para compreendê-las e utilizá-las pelos professores e estudantes, a partir de um enfoque multidisciplinar, via metodologias, na qual o processo de reflexão e interpretação seja significativo para o estudante, na relação entre o aprender e o objeto de estudo para que se desenvolva a autonomia discente e a aprendizagem significativa; bem como as mudanças na organização dos conhecimentos acadêmicos, tomando como ponto de partida os conteúdos abordados em sala de aula, indo além desse espaço, na medida em que os estudantes assimilem e compartilhem o que se aprendeu, em uma perspectiva extensionista, trabalhando diferentes possibilidades e interesses, favorecendo a conectividade e o alcance de significados para sua formação acadêmica.				
Bibliografia Básica - Bibliografia Complementar				

De acordo com o conteúdo programático

- **6º Período**

6º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	DIREITO CIVIL V	60	--	60
Ementa: Histórico e introdução ao Direito de Família. Conceito de família. Casamento. União estável. Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Guarda. Direito de visita. Relações de Parentesco (filiação, adoção, poder familiar). Regime de bens. Alimentos. Bem de família. Tutela e curatela.				
Bibliografia Básica				
1	VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil - Família e Sucessões - Vol. 5. São Paulo: Atlas, 2020.			
2	GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro v. 6 - Direito de Família. São Paulo: Saraiva, 2020.			
3	LÔBO, Paulo Luiz Neto. Direito Civil Volume 5 - Famílias. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.			
Bibliografia Complementar				
1	STOLZE, Pablo; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil 6 – Direito de Família São Paulo: Saraiva, 2021.			
2	NEGRÃO, Theotônio. Código Civil e Legislação Civil em Vigor. São Paulo: Saraiva, 2021.			
3	MADALENO, Rolf. Direito de Família. Rio de Janeiro: Forense, 2019.			
4	GONÇALVES, Carlos Roberto; LENZA, Pedro. Esquematizado - Direito Civil 3 - Responsabilidade Civil - Direito de Família - Direito das Sucessões. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.			
5	RAMOS, Patrícia Pimentel de Oliveira Chambers. Poder familiar e a guarda compartilhada: novos paradigmas do direito de família. São Paulo: Saraiva Jur, 2016.			

6º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	DIREITO EMPRESARIAL II	60	--	60
Ementa: Generalidades do Direito Empresarial. Histórico de falência. Direito Falimentar. Recuperação Judicial. Recuperação Extrajudicial. Falência. Assembleia de Credores. Ordem de Credores. Administrador Judicial. Crimes Falimentares. Processo Falimentar. Títulos de Crédito: conceito, histórico, princípios, atributos. Constituição do crédito cambiário. Classificação: título ao portador, à ordem, nominativos. Tipos: Letra de câmbio: legislação e requisitos; Nota promissória: legislação e requisitos; Duplicata: legislação e requisitos; Cheque: legislação e requisitos.				
Bibliografia Básica				
1	VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Empresarial. São Paulo: Atlas, 2020.			
2	SALOMÃO, Luis Felipe. Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência - Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Forense, 2020.			
3	SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Comentários à lei de recuperação de empresas e falência. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.			
Bibliografia Complementar				
1	TOMAZETTE, Marlon. Curso de direito empresarial: falência e recuperação de empresas. v.3. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.			
2	ALMEIDA, Amado Paes de. Teoria e Prática dos Títulos de Crédito. São Paulo: Saraiva, 2017.			

3	CARVALHOSA, Modesto; EIZIRIK, Nelson. Estudos de Direito Empresarial, 1ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010.
4	NEGRÃO, Ricardo. Curso de direito comercial e de empresa: recuperação de empresas, falência e procedimentos concursais administrativos. v.3. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.
5	CAMPINHO, Sérgio. Curso de direito comercia: falência e recuperação de empresa. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.

6º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	DIREITO PROCESSUAL CIVIL III	60	--	60
Ementa: Juizados Especiais Cíveis. Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa. Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária. Procedimentos previstos em leis extravagantes. Usucapião e Ações Possessórias. Cumprimento de sentença. Processo de execução. Espécies de execução. Formas de defesa na execução. Suspensão e extinção do processo de execução.				
Bibliografia Básica				
1	THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil - Vol. III. Rio de Janeiro: Forense, 2019.			
2	CÂMARA, Alexandre Freitas. O Novo Processo Civil Brasileiro. São Paulo: Atlas, 2020.			
3	GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Curso de Direito Processual Civil - Vol.3. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.			
Bibliografia Complementar				
1	ROCHA, Felipe Borring. Manual dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais - Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2019.			
2	THEODORO JÚNIOR, Humberto. Novo Código de Processo Civil Anotado. 21.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.			
3	MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Novo curso de processo civil: Tutela dos direitos mediante procedimento diferenciados, volume 3. 3.ed. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2017.			
4	ROCHA, Felipe Borring. Manual dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Atlas, 2022.			
5	SANTOS, Marisa Ferreira dos; CHIMENTI, Ricardo Cunha. Sinopses Jurídicas v 35 - juizados especiais cíveis e criminais - federais e estaduais. São Paulo: Saraiva Jur, 2019.			

6º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	DIREITO PROCESSUAL PENAL II	60	--	60
Ementa: Histórico da Prisão e seus Princípios. Da Instrução Criminal. Da Prova. Do ônus. Das Provas em Espécie. Das Justificações. Dos Atos Ordenatórios e Decisórios. Das Medidas Assecuratórias. Do Processo Cautelar. Das Medidas Cautelares em Espécies. Procedimentos. Sentença. Incidentes. Coisa Julgada.				
Bibliografia Básica				
1	PACELLI, Eugênio. Curso de Processo Penal. São Paulo: Atlas, 2020.			
2	BRITO, Alexis Couto de; FABRETTI, Humberto Barrionuevo; LIMA, Marco Antônio Ferreira. Processo Penal Brasileiro, 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2019.			
3	DELMANTO, Roberto. Liberdade e prisão no processo penal - as modalidades de prisão provisória e seu prazo de duração. São Paulo: Saraiva Jur, 2019.			
Bibliografia Complementar				
1	CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2020.			
2	GIACOMOLLI, Nereu José. O Devido Processo Penal, 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2016.			
3	NUCCI, Guilherme de Souza. Processo Penal e Execução Penal - Esquemas & Sistemas, 5ª edição. São Paulo: Método, 2019.			

4	MESSA, Ana Flávia. Prisão e Liberdade. São Paulo: Almedina Brasil, 2020.
5	JR., Aury Lopes. Direito processual penal. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.

6º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
		DIREITO DIGITAL	60	-
Ementa: Direito, sociedade e novas tecnologias. Introdução ao Direito Digital. Direitos fundamentais na era da informática. Regulação e novas tecnologias. Tributação 4.0. Proteção de dados pessoais. Inteligência artificial e Poder Judiciário. Processo eletrônico. Responsabilidade civil dos provedores a partir do Marco Civil da Internet. Contratos eletrônicos. Governo digital. Crimes digitais.				
Bibliografia Básica				
1	PINHEIRO, Patrícia Peck. Direito Digital. São Paulo: Saraiva, 2021.			
2	TEIXEIRA, Tarcísio. Direito Digital e Processo Eletrônico. São Paulo: Saraiva, 2020.			
3	WOLFGANG, Hoffmann-Riem. Teoria Geral do Direito Digital. Rio de Janeiro: Forense, 2021.			
Bibliografia Complementar				
1	HOFFMANN-RIEM, Wolfgang. Teoria Geral do Direito Digital. Rio de Janeiro: Forense, 2020.			
2	REBOUÇAS, Rodrigo Fernandes. Contratos Eletrônicos: Formação e Validade Aplicações Práticas 2ª Edição Revista e Ampliada. Grupo Almedina, 2018.			
3	LEITE, George Salomão; LEMOS, Ronaldo (Coord.). Marco Civil da Internet. São Paulo: Atlas, 2014.			
4	SILVA, Louise S. H. Thomaz da; SOUTO, Fernanda R.; OLIVEIRA, Karoline F. et al. Direito Digital. Porto Alegre: SAGAH, 2021.			
5	PINHEIRO, Patrícia Peck. Direito Digital. São Paulo: Saraiva Jur, 2021.			

6º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
		PSICOLOGIA DO DIREITO	60	-
Ementa: Definição, origem, histórico e desenvolvimento da Psicologia Jurídica no Brasil; Relação entre Psicologia e Direito. Responsabilização e reparação; Temas específicos de Psicologia nos tribunais. Atuação do psicólogo nas diversas Varas da Justiça.				
Bibliografia Básica				
1	PINHEIRO, Carla. Manual de Psicologia Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2018.			
2	PUTHIN, Sarah Reis; AMARAL, Luciana Rydz Pires; Sabine Heumann do; RODRIGUES, Paulo Roberto Grangeiro. Psicologia Jurídica. SER – SAGAH, 2018.			
3	Matthew T. Huss. Psicologia Forense: Pesquisa, Prática Clínica e Aplicações. Editora Artmed, 2011.			
Bibliografia Complementar				
1	Lilian M. Stein. Falsas memórias: Fundamentos científicos e suas aplicações clínicas e jurídicas. ArtMed, 2011.			
2	FIORELLI, J. O. Psicologia Jurídica. São Paulo: Atlas, 2021.			
3	Claudio Simon Hutz. Avaliação Psicológica no Contexto Forense. Editora ArtMed, 2019.			
4	Antônio de Pádua Serafim; Fabiana Saffi. Neuropsicologia Forense. ArtMed, 2015.			

5	Verônica A. da Motta Cezar-Ferreira; Rosa Maria Stefanini de Macedo. Guarda Compartilhada: Uma Visão Psicojurídica. ArtMed, 2016.
---	---

- **7º Período**

7º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	DIREITO CIVIL VI	60	-	60
Ementa: Introdução e Evolução Histórica. Sucessões em geral. Momento e lugar da abertura da sucessão. Capacidade para suceder. Herança. Aceitação e renúncia da herança. Herança jacente e herança vacante. Sucessão Legítima. Direito de representação. Sucessão Testamentária. Capacidade para testar. Modalidades de testamento. Direito de acrescer. Substituições.				
Bibliografia Básica				
1	VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil - Vol. 6 - Direito das Sucessões, 18ª edição. São Paulo: Atlas, 2018.			
2	GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro v 7 - direito das sucessões. São Paulo: Saraiva, 2020.			
3	GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo curso de direito civil: direito das sucessões. v.7. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.			
Bibliografia Complementar				
1	Lôbo, Paulo. Direito Civil: Sucessões Volume 6. São Paulo: Saraiva, 2021.			
2	DONIZETTI, Elpídio. Curso de Direito Civil. São Paulo: Atlas, 2020.			
3	GOMES, Orlando. Sucessões. Rio de Janeiro: Forense, 2019.			
4	GONÇALVES, Carlos Roberto; LENZA, Pedro. Esquematizado - Direito Civil 3 - Responsabilidade Civil - Direito de Família - Direito das Sucessões. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.			
5	DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: direito das sucessões. v.6. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.			

7º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	DIREITO DO TRABALHO I	60	-	60
Ementa: Conceito, história e evolução do Direito do Trabalho. Direito Constitucional do Trabalho. Fontes e Princípios. Empregado e Empregador. Contrato Individual de Trabalho: formação e alteração. Duração do Trabalho. Suspensão e Interrupção do Contrato de Trabalho. Remuneração. Igualdade Salarial. Empregado doméstico. Trabalhador rural. Proteção do trabalho da mulher e do menor.				
Bibliografia Básica				
1	MARTINS, Sergio Pinto. Direito do trabalho. 29 ed. São Paulo: Atlas, 2013.			
2	MANUS, Pedro Paulo. Direito do trabalho - Aplicação da norma trabalhista, dinâmica do contrato de trabalho, trabalho da mulher e do menor, negociação em conflitos coletivos, salários.			
3	QUINTAS, Paula; QUINTAS, Hélder. Manual de Direito do Trabalho e de Processos do Trabalho. São Paulo: Almedina Brasil, 2018.			
Bibliografia Complementar				
1	ALMEIDA, Amador Paes de. CLT comentada, 9ª edição. São Paulo: Saraiva, 2015.			
2	MARQUES, Fabíola; Abud, Cláudia José. Direito do trabalho, 8ª edição. São Paulo: Atlas, 2013.			

3	RESENDE, Ricardo. Direito do Trabalho. São Paulo: Método, 2020.
4	GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Curso de direito do trabalho. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.
5	MARTINS, Sergio Pinto. Direito do trabalho. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.

7º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV	60	--	60

Ementa: Processos nos Tribunais e meios de impugnação das decisões. Ações Rescisórias. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Recursos. Teoria Geral dos Recursos. Recursos em espécie.

Bibliografia Básica

1	THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil - Vol. III. Rio de Janeiro: Forense, 2019.
2	SANTOS, Ernani Fidélis dos. Manual de Direito Processual Civil v. 3 - 15ª edição. São Paulo: Saraiva, 2017.
3	GRECO, Leonardo. Instituições de Processo Civil - Recursos e Processos da Competência Originária dos Tribunais - Vol. III. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

Bibliografia Complementar

1	GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Curso de Direito Processual Civil, v. 3 – Execução, Processos nos Tribunais e Meios de Impugnação das Decisões. São Paulo: Saraiva, 2019.
2	CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil (V. 3), 21ª edição. São Paulo: Atlas, 2014.
3	LUNARDI, Fabricio Castagna. Série IDP - Curso de direito processual civil. São Paulo: Saraiva, 2019.
4	CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. O Novo Processo Civil Brasileiro: Exposição Sistemática do Processo: de Conhecimento; nos Tribunais; de Execução; da Tutela Provisória. Rio de Janeiro: Forense, 2022.
5	GONCALVES, Marcus Vinicius Rios. Curso de Direito Processual Civil: Execução, Processos nos Tribunais e Meios de Impugnação das Decisões. v.3. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.

7º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	DIREITO PROCESSUAL PENAL III	60	--	60

Ementa: Noções introdutórias, históricas e doutrinárias. Análise de temas relativos ao processo e aos procedimentos codificados e não codificados. Princiologia. Pressupostos, aplicabilidade e importância na equação dos casos penais e aplicação de cada rito, em todos os graus jurisdicionais.

Bibliografia Básica

1	PACELLI, Eugênio. Curso de Processo Penal. São Paulo: Atlas, 2020.
2	BRITO, Alexis Couto de; FABRETTI, Humberto Barrionuevo; LIMA, Marco Antônio Ferreira. Processo Penal Brasileiro, 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2019.
3	PIEIDADE, Antonio Sergio Cordeiro; GOMES, Ana Carolina Dal Ponte Aidar. Direito Processual Penal. (Coleção Método Essencial). Rio de Janeiro: Método, 2022.

Bibliografia Complementar

1	CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2020.
2	GIACOMOLLI, Nereu José. O Devido Processo Penal, 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2016.
3	NUCCI, Guilherme de Souza. Processo Penal e Execução Penal - Esquemas & Sistemas, 5ª edição. São Paulo: Método, 2019.

4	NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Processual Penal. Rio de Janeiro: Forense, 2022.
5	RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. Rio de Janeiro: Atlas, 2023.

7º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I		--	80
Ementa: Compreende a efetivação do processo, sob o ponto de vista formal, proporcionando ao aluno experiência prática com a rotina forense, abrangendo desde a petição inicial, incluindo sentenças, recursos, ações autônomas e processo de execução, com ênfase aos aspectos práticos, visita técnica a instituições da área jurídica de operacionalidade, incluindo assistência jurídica, simulação de audiências e assistência de audiências reais.				
Bibliografia Básica				
Todas as bibliografias utilizadas no curso				
Bibliografia Complementar				
Todas as bibliografias utilizadas no curso				

7º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	PRÁTICA FORENSE CIVIL		--	60
Ementa: As atividades simuladas na área Cível constituem-se de estudo e discussão de casos e de processos judiciais reais; elaboração de peças processuais; trabalhos simulados de prática jurídica Cível sob orientação de professor. Conhecimento sobre o exercício profissional dos diversos operadores jurídicos, na área específica.				
Bibliografia Básica				
1	CHACON, Luis Fernando Rabelo. Manual de Prática Forense Civil. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.			
2	ROQUE, Nathaly Campitelli. Prática Civil. Rio de Janeiro: Método, 2022.			
3	BARROSO, Darlan; JUNIOR, Marco Antonio Araujo. Coleção Prática Forense - Prática Civil. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.			
Bibliografia Complementar				
1	VALLES, Edgar. Prática Processual Civil. Grupo Almedina, 2020.			
2	FONSECA, João Franciso N. da. Comentários ao CPC, v. IX, 1ª edição. São Paulo: Saraiva, 2017.			
3	TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luiz. Manual de Prática Civil. Rio de Janeiro: Método, 2022.			
4	AGUIRRE, João Ricardo Brandão; SÁ, Renato Montans de. Prática Civil. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.			
5	VICTALINO, Ana Carolina; PAULINO, Conrado; BARROSO, Darlan et al. Prática Civil. (Coleção Prática Forense). São Paulo: Saraiva Jur, 2023.			

- **8º Período**

8º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	DIREITO ADMINISTRATIVO I		60	--

Ementa: O Estado moderno e o Direito Administrativo. Regime Jurídico-Administrativo. Princípios da Administração Pública. Poderes-deveres da Administração Pública. Ato Administrativo. Administração Direta e Indireta. Serviços Públicos. Intervenção do Estado no domínio econômico.

Bibliografia Básica

1	DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 2020.
2	FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Atlas, 2023.
3	OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Método, 2023.

Bibliografia Complementar

1	CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo: revista, ampliada e atualizada até 31-12-2013. 27.ed. São Paulo: Atlas, 2014.
2	ARAGÃO, Alexandre Santos de. Direito dos Serviços Públicos, 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2013.
3	MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2021.
4	PESSOA, Erick Alves. Direito Administrativo. (Coleção Método Essencial). Rio de Janeiro: Método, 2022.
5	MEIRELLES, Dalmo de Azevedo. Direito Administrativo Decifrado. (Coleção Decifrado). Rio de Janeiro: Método, 2023.

8º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	DIREITO DO TRABALHO II	60	-	60

Ementa: Férias. Extinção do Contrato de Trabalho. Verbas Trabalhistas. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Estabilidade. Segurança e Medicina do Trabalho. Direito Coletivo: histórico, princípios, conceito, custeio, convenção coletiva, acordo coletivo, greve.

Bibliografia Básica

1	MARTINS, Sergio Pinto. Direito do Trabalho. 29 ed. São Paulo: Atlas, 2013.
2	DELGADO, Maurício Godinho. Direito coletivo do trabalho. 4.ed. São Paulo: Ltr, 2011.
3	NETO, Francisco Ferreira Jorge; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. Manual de Direito do Trabalho, 4ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.

Bibliografia Complementar

1	ALMEIDA, Amador Paes de. CLT comentada, 9ª edição. São Paulo: Saraiva, 2015.
2	MARQUES, Fabíola; Abud, Cláudia José. Direito do trabalho, 8ª edição. São Paulo: Atlas, 2013.
3	CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa (org.). Direito coletivo do trabalho em debate. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
4	NETO, Francisco Ferreira Jorge; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. Direito do Trabalho, 9ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2018.
5	FREDIANI, Yone. Direito do Trabalho. Barueri: Manole, 2011.

8º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL	60	-	60

Ementa: Direito Processual Constitucional. Constituição e Processo. O Supremo Tribunal Federal. Jurisdição constitucional: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, ação popular, mandado de injunção e ação civil pública. Outros instrumentos constitucionais de garantia dos direitos fundamentais. Controle de constitucionalidade das leis e atos normativos. Ações do

Controle de Constitucionalidade concentrado: Ação Direta de Inconstitucionalidade; Ação Declaratória de Constitucionalidade, Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.	
Bibliografia Básica	
1	PACELLI, Eugênio. Curso de Processo Constitucional - Controle de Constitucionalidade e Remédios Constitucionais, 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2020.
2	NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano; SCIORILLI, Marcelo. Manual de Processo Constitucional: Mandado De Segurança - Ação Civil Pública Ação Popular Habeas Data - Mandado De Injunção ADIN. Grupo Almedina, 2021.
3	JÚNIOR, Paulo Hamilton Siqueira. Direito processual constitucional. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.
Bibliografia Complementar	
	AGRA, Walber de Moura; BONAVIDES, Paulo; MIRANDA, Jorge. Comentários à Constituição Federal de 1988. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
2	MORAES, Alexandre (Org.). Constituição da República Federativa do Brasil - De 5 de Outubro de 1988. São Paulo: Atlas, 2021.
3	LUNARDI, Soraya. Teoria do processo constitucional: análise de sua autonomia, natureza e elementos. Rio de Janeiro: Atlas, 2013.
4	JÚNIOR, Vidal Serrano Nunes; SCIORILLI, Marcelo. Manual de Processo Constitucional: Mandado De Segurança - Ação Civil Pública Ação Popular Habeas Data - Mandado De Injunção ADIN. São Paulo: Almedina Brasil, 2021.
5	VALE, André Rufino do; QUINTAS, Fábio Lima; ABOUD, Georges. Processo Constitucional Brasileiro: propostas para a reforma. (Coleção IDP). São Paulo: Grupo Almedina, 2022.

8º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	DIREITO PROCESSUAL PENAL IV	60	-	60

Ementa: Das Nulidades. Recursos. Ação de Impugnação. Das relações jurisdicionais com as autoridades estrangeiras. Disposições Gerais do Direito Processual Penal.

Bibliografia Básica	
1	PACELLI, Eugênio. Curso de Processo Penal. São Paulo: Atlas, 2020.
2	BRITO, Alexis Couto de; FABRETTI, Humberto Barrionuevo; LIMA, Marco Antônio Ferreira. Processo Penal Brasileiro, 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2019.
3	NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Processual Penal. Rio de Janeiro: Forense, 2022.
Bibliografia Complementar	
1	CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2020.
2	GIACOMOLLI, Nereu José. O Devido Processo Penal, 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2016.
3	NUCCI, Guilherme de Souza. Processo Penal e Execução Penal - Esquemas & Sistemas, 5ª edição. São Paulo: Método, 2019.
4	NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Processual Penal. Rio de Janeiro: Forense, 2023
5	BRITO, Alexis Couto de; FABRETTI, Humberto Barrionuevo; LIMA, Marco Antônio Ferreira. Processo Penal Brasileiro, 4ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2019.

8º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	-	80	80

Ementa: Compreende a efetivação do processo, sob o ponto de vista formal, proporcionando ao aluno experiência prática com a rotina forense, abrangendo desde a petição inicial, incluindo

sentenças, recursos, ações autônomas e processo de execução, com ênfase aos aspectos práticos, visita técnica a instituições da área jurídica de operacionalidade, incluindo assistência jurídica, simulação de audiências e assistência de audiências reais.
Bibliografia Básica
Não há bibliografias para esta disciplina
Bibliografia Complementar
Não há bibliografias para esta disciplina

8º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	NEGOCIAÇÃO, MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM	60	-	60
Ementa: Conflito. Métodos extrajudiciais de resolução de conflitos. Negociação. Conciliação. Mediação. Arbitragem. Mudança de paradigma. Princípios da Mediação. Atitudes do Mediador. Aplicabilidade da mediação. Habilidades na comunicação. Técnicas à entrevista. Técnicas utilizadas em mediação: comunicação e negociação. Técnicas de negociação. Estratégias utilizadas em negociação. Processo de Mediação. A Mediação Familiar.				
Bibliografia Básica				
1	SALLES, Carlos Alberto de. Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem. Rio de Janeiro: Forense, 2019.			
2	SCAVONE Jr., Luiz Antônio. Arbitragem - Mediação, Conciliação e Negociação. Rio de Janeiro: Forense, 2020.			
3	SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da. Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem. Rio de Janeiro: Forense, 2021			
Bibliografia Complementar				
1	VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas. Método, 2020.			
2	ROCHA, Caio Cesar Vieira; SALOMÃO, Luis Felipe (coords.). Arbitragem e Mediação - A Reforma da Legislação Brasileira, 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2017.			
3	Humberto Dalla Bernardina de Pinho; Marcelo Mazzola. Manual de Mediação e Arbitragem. São Paulo: Saraiva, 2021.			
4	SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da. Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem: Curso de Métodos Adequados de Solução de Controvérsias. Rio de Janeiro: Forense, 2023.			
5	JR., Luiz Antonio Scavone. Arbitragem - Mediação, Conciliação e Negociação. Rio de Janeiro: Forense, 2020.			

8º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	PRÁTICA FORENSE PENAL	-	60	60
Ementa: As atividades simuladas na área Penal constituem-se de estudo e discussão de casos e de processos judiciais reais; elaboração de peças processuais; trabalhos simulados de prática jurídica processual penal sob orientação de professor. Conhecimento sobre o exercício profissional dos diversos operadores jurídicos, na área específica.				
Bibliografia Básica				
1	NUCCI, Guilherme de Souza. Prática Forense Penal. Rio de Janeiro: Forense, 2022.			
2	NOVAES, Felipe; BELLO, Rodrigo. Manual de Prática Penal. Rio de Janeiro: Método, 2021.			
3	KNIPPEL, Edson Luz. Prática - Prática Penal, 8ª edição. Rio de Janeiro: Método, 2019			

Bibliografia Complementar	
1	CALDEIRA, Sandro; PAIVA, Rafael; ARAÚJO JÚNIOR, Marco Antônio; TASOKO, Marcelle; MARQUES, Fernando. Col. Prática Forense Penal. São Paulo: Saraiva, 2020.
2	MARQUES, Fernando; BARROSO, Darlan. Coleção Prática Forense – Prática Penal. São Paulo: Saraiva, 2021.
3	MESSA, Ana Flávia. Prática Penal para Exame da OAB. São Paulo: Saraiva, 2020.
4	MASSON, Cleber; JR., Ernani Vilhena. Prática Penal, Civil e Tutela Coletiva: Ministério Público. Rio de Janeiro: Método, 2022.
5	MESSA, Ana Flávia. Prática penal para exame da OAB. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.

- **9º Período**

9º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	DIREITO ADMINISTRATIVO II	60	-	60
Ementa: Licitação. Contrato Administrativo. Convênios e Consórcios. Domínio Público. Agentes Públicos. Responsabilidade do Estado. Controle da Administração Pública.				
Bibliografia Básica				
1	DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 2020.			
2	MEIRELLES, Hely Lopes; ALEIXO, Délcio Balestero; BURLE FILHO, José Emmanuel. Direito administrativo brasileiro. 39.ed. São Paulo: Malheiros, 2013.			
3	MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.			
Bibliografia Complementar				
1	CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo: revista, ampliada e atualizada até 31-12-2013. 27.ed. São Paulo: Atlas, 2014.			
2	ARAGÃO, Alexandre Santos de. Direito dos Serviços Públicos, 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2013.			
3	MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2021.			
4	BITTENCOURT, Sidney. Contratando sem Licitação: Contratação Direta por Dispensa ou Inexigibilidade - Lei Nº 14.133, De 1º De Abril De 2021 – Nova Lei De Licitações - Lei Nº 13.303, De 30 De Junho De 2016 – Lei Das Estatais. São Paulo: Almedina Brasil, 2021.			
5	FRANÇA, Phillip Gil. Controle da administração pública. São Paulo: Saraiva Jur, 2016.			

9º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	DIREITO AMBIENTAL	60	-	60
Ementa: Direito Ambiental: Conceito, evolução histórica e Conferências Ambientais Internacionais. Fontes do Direito Ambiental e a sua multidisciplinaridade. Proteção constitucional do meio ambiente. Competências dos entes federativos em matéria ambiental. Princípios. Responsabilidades penal, civil e administrativa decorrentes de violação as normas de proteção ambiental. Licenciamento ambiental e Estudo de Impacto Ambiental. Espaços especialmente protegidos. Áreas de preservação permanente: florestas e fauna. Recursos hídricos. Poluição Atmosférica. Poluição por Resíduos Sólidos. Crimes ambientais. Infrações administrativas. Meios processuais para a defesa ambiental.				
Bibliografia Básica				
1	ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. 21ª edição. São Paulo: Atlas, 2020.			
2	SARLET, INGO Wolfgang. Curso de Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Forense, 2021.			

3	LEITE, José Rubens Morato. Manual do direito ambiental. São Paulo: Saraiva Jur, 2015.
Bibliografia Complementar	
1	FIORILLO, Celso. Curso de direito ambiental brasileiro. São Paulo: saraiva, 2021.
2	SOUZA, Motauri Ciochetti de. Interesses difusos em espécie: direito ambiental, direito do consumidor e probidade administrativa, 3ª Edição. São Paulo: saraiva, 2013.
3	RODRIGUES, Marcelo Abelha. Esquematizado - Direito ambiental. São Paulo: Saraiva, 2020.
4	BORGES, Leonardo Estrela. As obrigações de prevenção no direito ambiental internacional. (Série IDP. Linha direito comparado). São Paulo: Saraiva Jur, 2017.
5	PINHEIRO, Carla. Direito ambiental. (Coleção direito vivo). São Paulo: Saraiva Jur, 2017

9º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	60	-	60
Ementa: Direito Processual do Trabalho: histórico, conceito e fundamentos. Fontes e Princípios. Interpretação e aplicação das normas trabalhistas. Justiça do Trabalho: organização e competências. Processo trabalhista: Prazos processuais. Partes e Procuradores. Procedimentos. Ingresso em juízo, petição inicial e resposta do réu. Revelia. Ônus e meios de prova. Audiência. Sentença. Recursos. Execução. Dissídio coletivo.				
Bibliografia Básica				
1	ALMEIDA, Amador Paes de. Curso prático de processo do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2018.			
2	IMARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. Manual esquemático de direito e processo do trabalho São Paulo: saraiva, 2018.			
3	ROCHA, Afonso de Paula Pinheiro; HIRATA, Carolina Marzola; FELISBINO, Rafael Camargo. Direito Processual do Trabalho. (Coleção Método Essencial). Rio de Janeiro: Método, 2022.			
Bibliografia Complementar				
1	CASSAR, Vólia Bomfim. CLT Organizada - Consolidação das Leis do Trabalho. Método, 2020.			
2	CISNEIROS, Gustavo. Processo do Trabalho Sintetizado, 2ª edição. Método, 2018.			
3	Diniz, José Janguê Bezerra. Recursos no Processo Trabalhista: Teoria, Prática e Jurisprudência, 5ª edição. São Paulo: atlas, 2015.			
4	FILHO, Rodolfo Pamplona; SOUZA, Tercio Roberto Peixoto. Curso de direito processual do trabalho. São Paulo: Expressa, 2022.			
5	PINHEIRO, Paulo Sousa. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Almedina, 2020.			

9º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO I	60	-	60
Ementa: Direito Tributário: conceito, objeto e elementos históricos. Fontes. Espécies tributárias. Repartição de competências tributárias. Legislação tributária. Obrigação tributária. Sujeitos da obrigação tributária. Crédito tributário. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Extinção do crédito tributário. Pagamento indevido. Competência exonerativa. Garantias, privilégios e preferências do crédito tributário. Administração do crédito tributário. Processo administrativo tributário. Atividade financeira do Estado. Conceito e objeto do Direito Financeiro. Despesa pública e receita pública. Crédito público. Orçamento público. Princípios de Direito financeiro. Noções de orçamento público. Plano plurianual. Diretrizes orçamentárias. Orçamento anual. Introdução à responsabilidade fiscal.				
Bibliografia Básica				

1	QUINTANILHA, Gabriel Sant Anna. Manual de Direito Tributário - Volume Único. Método, 2021.
2	HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário. Rio de Janeiro: Atlas, 2021.
3	JARDIM, Eduardo Marcial Ferreira. Manual de Direito Financeiro e Tributário. São Paulo: Saraiva Jur, 2020.
Bibliografia Complementar	
1	MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2021.
2	COSTA, Regina Helena. Curso de Direito Tributário – Constituição e Código Tributário Nacional. São Paulo: Saraiva, 2021.
3	MARTINS, Ives Gandra da Silva. Tratado de Direito Financeiro, Volume 1, 1ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2013.
4	MARTINS, Ives Gandra da Silva; PASIN, João Bosco Coelho. Direito financeiro e tributário comparado: estudos em homenagem a Eusébio Gonzáles García. São Paulo: Saraiva Jur, 2014.
5	MORAES, Guaracy do Nascimento; ELTZ, Magnum; FERREIRA, Gabriel Bonesi et al. Direito Financeiro. Porto Alegre: SAGAH, 2022.

9º	Disciplina	Teoria	Estágio	Total
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	-	100	100
Ementa: Compreende a efetivação do processo, sob o ponto de vista formal, proporcionando ao aluno experiência prática com a rotina forense, abrangendo desde a petição inicial, incluindo sentenças, recursos, ações autônomas e processo de execução, com ênfase aos aspectos práticos, visita técnica a instituições da área jurídica de operacionalidade, incluindo assistência jurídica, simulação de audiências e assistência de audiências reais.				
Bibliografia Básica				
Não há bibliografias para esta disciplina				
Bibliografia Complementar				
Não há bibliografias para esta disciplina				

9º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	ÉTICA E LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL	60	-	60
Ementa: Conceitos básicos de Ética, Moral e Direito. O comportamento ético do indivíduo como cidadão e a relação da ética com o Direito. Ética profissional do advogado: Estatuto da Advocacia e Ordem dos Advogados do Brasil, do Código de Ética e Disciplina da OAB e Regulamento Geral da Ordem dos Advogados do Brasil. Ética do magistrado. Ética dos membros do Ministério Público.				
Bibliografia Básica				
1	BITTAR, Eduardo C. B. Curso de ética jurídica: ética geral e profissional. São Paulo: Saraiva, 2017.			
2	PAULO ROBERTO DE GOUVEA MEDINA. Comentários ao Código de Ética e Disciplina na OAB Rio de Janeiro: Forense, 2016.			
3	RODRIGUES, Willian G.; SALVI, Taísa L.; SOUTO, Fernanda R. et al. Ética geral e jurídica. Porto Alegre: SAGAH, 2018.			
Bibliografia Complementar				
1	Equipe Atlas. Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, 28ª edição. São Paulo: Atlas, 2015.			
2	ALMEIDA, Guilherme Assis de; CHRISTMANM, Martha Ochsenhofer. Ética e Direito: Uma Perspectiva Integrada, 2ª edição. Grupo GEN, 2009.			
3	GONZAGA, Álvaro Azevedo. Ética Profissional. São Paulo: Primeira Impressão Editora, 2007.			

4	ARBEX, Sergei Cobra; ZAKKA, Rogério Marcus. Estatuto da advocacia: prerrogativas e ética. Barueri: Manole, 2012.
5	BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. Curso de ética geral e profissional. São Paulo: Saraiva Jur, 2019.

9º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
		PRÁTICA FORENSE DE FAMÍLIA, SUCESSÕES E EMPRESAS	-	60
Ementa: As atividades simuladas na área Cível de Família, Sucessões e Empresas constituem-se de estudo e discussão de casos e de processos judiciais reais; elaboração de peças processuais; trabalhos simulados de prática jurídica processual sob orientação de professor. Conhecimento sobre o exercício profissional dos diversos operadores jurídicos, na área específica.				
Bibliografia Básica				
1	ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. Prática no Direito de Família. São Paulo: Atlas, 2019.			
2	SANCHEZ, Alessandro; BARROSO, Darlan; ARAÚJO JUNIOR, Marco Antônio; GABRIEL, Sérgio. Col. Prática Forense Empresarial. São Paulo: Saraiva, 2020			
3				
Bibliografia Complementar				
1	CHACON, Luís Fernando Rabelo. Manual de Prática Forense Civil. São Paulo: Saraiva, 2021.			
2	TARTUCE, Fernanda. Processo Civil no Direito de Família - Teoria e Prática, 4ª edição. Método, 2019.			
3	VIDO, Elisabete. Prática Jurídica – Empresarial. São Paulo: Saraiva, 2020.			
4	BARROSO, Darlan; JUNIOR, Marco Antonio Araujo. Coleção Prática Forense - Prática Empresarial. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.			
5	GABRIEL, Sérgio. Prática Empresarial. (Coleção Prática Forense). São Paulo: Saraiva Jur, 2023.			

9º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
		TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	20	40
Ementa: Pesquisa e investigação. Socialização de conhecimentos pedagógicos. Produção de monografia.				
Bibliografia Básica				
1	ALMEIDA, M. Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese. São Paulo: Atlas, 2014.			
2	PINHEIRO, J. M. S. Da iniciação científica ao TCC. Rio de Janeiro: Ciencia Moderna, 2010.			
3	SANTOS, C. R. Trabalho de conclusão de curso. São Paulo: Cengage, 2012.			
Bibliografia Complementar				
1	ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2006.			
2	CORREIA, Wilson. TCC não é um bicho de sete cabeças. 9.ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009.			
3	GIL, A.G. Como elaborar projetos de pesquisa. 6.ed. São Paulo: Editora ATLAS, 2017.			
4	LAKATOS, E.M; MARCONI, M.A. Metodologia do trabalho científico. 8.ed. São Paulo: Editora ATLAS, 2017.			
5	SEVERINO, A . J. Metodologia do trabalho científico. 23.ed. São Paulo: Editora CORTEZ, 2007.			

- **10º Período**

10º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
		DIREITO DO CONSUMIDOR	60	-
Ementa: A História do Direito do Consumidor do Mundo e no Brasil. O Conceito de Consumidor. A Abrangência das normas do Código de Defesa do Consumidor frente ao Consumidor por Equiparação. O Conceito de Fornecedor. A Relação Jurídica de Consumo: Direitos e Deveres Desconsideração da Pessoa Jurídica. Práticas Abusivas. Qualidade e Segurança dos Produtos e Serviços. Responsabilidade pelo Fato do Produto e do Serviço: Vício e Defeito. Decadência e Prescrição. Oferta. Publicidade. Bancos de Dados e Cadastros. Proteção contratual: do contrato de adesão e das cláusulas abusivas. Compras feitas fora do estabelecimento comercial: o prazo de reflexão e arrependimento. Defesa do Consumidor em Juízo: o caráter coletivo da proteção processual do CDC.				
Bibliografia Básica				
1	FILOMENO, José Geraldo Brito. Direitos do Consumidor, 15ª edição. São Paulo: Atlas, 2018.			
2	TARTUCE, Flávio. Manual de Direito do Consumidor - Direito Material e Processual - Volume Único. Método, 2021.			
3	ALMEIDA, João Batista de. Manual de direito do consumidor. São Paulo: Saraiva Jur, 2015.			
Bibliografia Complementar				
1	SANTANNA, Gustavo. Direito do Consumidor. Grupo A, 2018.			
2	CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de Direito do Consumidor. São Paulo: Atlas, 2019.			
3	ALMEIDA, Fabricio Bolzan de. Esquematizado – Direito do Consumidor. São Paulo: Saraiva, 2021.			
4	PINTO, Cristiano Vieira Sobral; NOGUEIRA, Gustavo Santana. Direito do consumidor para concursos: de acordo com o novo CPC. São Paulo: Saraiva Jur, 2016.			
5	KHOURI, Paulo R. Roque A.. Direito do Consumidor na Sociedade da Informação. São Paulo: Grupo Almedina, 2022.			

10º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
		DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO	60	-
Ementa: Aspectos históricos do Direito Internacional. Direito Internacional Público. Direitos, deveres e responsabilidades dos Estados. Organização das Nações Unidas. Organização dos Estados Americanos. Organização Internacional do Trabalho. Direito interno e internacional. Direito dos Tratados. Sistema internacional e interamericano de direitos humanos. Solução pacífica e não pacífica de conflitos. Condição jurídica do estrangeiro. Direito Internacional Privado. Considerações acerca da pessoa humana nas relações internacionais. Caracterização das organizações internacionais de justiça e o Direito Penal internacional. Compreensão do princípio da Dignidade da Pessoa Humana no Pós-Guerra.				
Bibliografia Básica				
1	DEL'OLMO, Florisbal de Souza; JR., Augusto Jaeger. Curso de Direito Internacional Privado, 12ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2016.			
2	NASSER, Salem H. Direito internacional público. Grupo GEN, 2013.			
3	MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Curso de Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Forense, 2021.			
Bibliografia Complementar				

1	AMARAL JÚNIOR, Alberto do. Curso de Direito Internacional Público, 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2015.
2	MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Curso de Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Forense, 2023.
3	MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público. Rio de Janeiro: Forense, 2023.
4	DOLINGER, Jacob; TIBURCIO, Carmem. Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Forense, 2019.
5	MALHEIRO, Emerson. Direito Internacional Privado. (Coleção Método Essencial). Rio de Janeiro: Método, 2022.

	Disciplina	Teoria	Prática	Total
10º	DIREITO PREVIDENCIÁRIO E SEGURIDADE SOCIAL	60	-	60

Ementa: O histórico da seguridade social. A seguridade social como gênero: saúde, assistência e previdência social. Direito Previdenciário: conceito, objeto, princípios e normas. Custeio da Seguridade Social. Contribuintes e Segurados. Benefícios Previdenciários. Assistência Social. Saúde.

Bibliografia Básica

1	CASTRO, Carlos Alberto Pereira de. Manual de Direito Previdenciário. Rio de Janeiro: Forense, 2019.
2	GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Curso de direito previdenciário: seguridade social. São Paulo: Saraiva Jur, 2023
3	VIANNA, João Ernesto Aragonés. Direito Previdenciário. Rio de Janeiro: Atlas, 2022.

Bibliografia Complementar

1	CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Direito Previdenciário. Rio de Janeiro: Método, 2023.
2	LEITÃO, André Studart. Manual de Direito Previdenciário. São Paulo: Saraiva, 2018.
3	MARTINS, Sergio Pinto. Direito da seguridade social: direito previdenciário. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.
4	LEITE, Anna L. B. A.; DORETO, Daniella T.; NAKAMURA, Fernanda de C. et al. Direito previdenciário. Porto Alegre: SAGAH, 2022.
5	JÚNIOR, Miguel Horvath. Direito Previdenciário. Barueri: Manole, 2011.

	Disciplina	Teoria	Prática	Total
10º	DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO II	60	-	60

Ementa: Impostos sobre a circulação de bens e consumo. Imposto sobre o patrimônio. Imposto sobre a renda e proventos. Impostos sobre o comércio exterior. Noções gerais sobre contribuições especiais. Ilícito tributário. Leis orçamentárias na Constituição Federal: limitações constitucionais, elaboração e tramitação do projeto. Execução do orçamento (em especial, da despesa pública). Receita pública. Contingenciamento e crédito adicional. Controle e fiscalização da execução orçamentária. Conceito e classificação da dívida pública. As limitações da Lei de Responsabilidade Fiscal. Crime de responsabilidade fiscal. Crimes contra as finanças públicas. Crimes tributários. Execução fiscal do crédito tributário e não tributário.

Bibliografia Básica

1	QUINTANILHA, Gabriel Sant Anna. Manual de Direito Tributário - Volume Único. Método, 2021.
2	HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário. São Paulo: Atlas, 2021.

3	BUENO, Júlio Anderson Alves. Manual de direito tributário. (Coleção ícones do direito). São Paulo: Saraiva Jur, 2014.
Bibliografia Complementar	
1	MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2021.
2	COSTA, Regina Helena. Curso de Direito Tributário – Constituição e Código Tributário Nacional. São Paulo: Saraiva, 2021.
3	MARTINS, Ives Gandra da Silva. Tratado de Direito Financeiro, Volume 2, 2ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2013.
4	MARTINS, Ives Gandra da Silva; PASIN, João Bosco Coelho. Direito financeiro e tributário comparado: estudos em homenagem a Eusébio Gonzáles García. São Paulo: Saraiva Jur, 2014.
5	FILHO, Carlos Alberto de Moraes Ramos. Direito financeiro e econômico (Coleção Esquemático®). São Paulo: Saraiva Jur, 2022.

10º	Disciplina	Teoria	Estágio	Total
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	-	100	100
Ementa: Compreende a efetivação do processo, sob o ponto de vista formal, proporcionando ao aluno experiência prática com a rotina forense, abrangendo desde a petição inicial, incluindo sentenças, recursos, ações autônomas e processo de execução, com ênfase aos aspectos práticos, visita técnica a instituições da área jurídica de operacionalidade, incluindo assistência jurídica, simulação de audiências e assistência de audiências reais.				
Bibliografia Básica				
Não há bibliografias para esta disciplina				
Bibliografia Complementar				
Não há bibliografias para esta disciplina				

10º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	PRÁTICA FORENSE TRABALHISTA E TRIBUTÁRIA	-	60	60
Ementa: As atividades simuladas nas áreas Trabalhista e Tributária constituem-se de estudo e discussão de casos e de processos judiciais reais; elaboração de peças processuais; trabalhos simulados de prática jurídica processual sob orientação de professor. Conhecimento sobre o exercício profissional dos diversos operadores jurídicos, na área específica.				
Bibliografia Básica				
1	MAZZA, Alexandre. Tributário #naprática. São Paulo: saraiva, 2019.			
2	PEREIRA, Leone. Prática Jurídica – Trabalhista. São Paulo: saraiva, 2020.			
3	CISNEIROS, Gustavo. Manual de Audiência e Prática Trabalhista - Indicado para Advogados. Rio de Janeiro: Método, 2019.			
Bibliografia Complementar				
1	OLIVEIRA, Aristeu de. Manual de Prática Trabalhista. São Paulo: Atlas, 2019.			
2	BARTINE, Caio. Manual de Prática Tributária. Método, 2019.			
3	HINZ, Henrique Macedo. Audiência trabalhista na prática. São Paulo: Saraiva, 2018.			

4	CISNEIROS, Gustavo. Manual de Prática Trabalhista, 2ª edição. Rio de Janeiro: Método, 2018.
5	STUCHI, Victor Hugo Nazario. Prática Trabalhista. Rio de Janeiro: Método, 2021

10º	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	20	40	60
Ementa: Pesquisa e investigação. Socialização de conhecimentos pedagógicos. Produção de monografia e apresentação final em banca avaliadora.				
Bibliografia Básica				
1	ALMEIDA, M. Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese. São Paulo: Atlas, 2014.			
2	MORAES, I. F.; Almeida, E. O. C. Guia para preparação de trabalho de conclusão de curso. Rio de Janeiro: Revinter, 2008.			
3	SANTOS, Clovis Roberto dos. Trabalho de Conclusão de Curso. São Paulo: Cengage, 2010			
Bibliografia Complementar				
1	ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2009.			
2	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.			
3	CORREIA, Wilson. TCC não é um bicho de sete cabeças. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009			
4	FONSECA, Curso de metodologia na elaboração de trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009			
5	PINHEIRO, Jose Mauricio dos Santos. Da iniciação científica ao TCC. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010			

5.9 Conteúdos Curriculares Optativos

As disciplinas optativas compõem o currículo do aluno de forma a atender uma formação mais personalizada do profissional que está sendo construído. No Curso de Direito da FAMA, para integralização do currículo, o aluno deve cursar 01 (uma) disciplina optativa no 8º período.

A FAMA por meio do seu Programa de Extensão oferta a disciplina de LIBRAS, atendendo ao Decreto 5.626/2005 como componente opcional para os alunos matriculados regularmente nos cursos de graduação.

Além destas, também são ofertadas como disciplinas optativas para o Curso de Direito disciplinas específicas para o profissional da área, podendo assim construir um perfil de formação mais específico aos alunos. As disciplinas são listadas e apresentadas com sua ementa e bibliografia abaixo.

01	Disciplina	Teoria	Prática	Total
----	------------	--------	---------	-------

	CRIMINOLOGIA	60	-	60
<p>Ementa: A disciplina enfoca o estudo da criminologia como ciência, dos seus métodos e objetivos, bem como da sua relação com o Direito Penal. Trata do crime como fenômeno individual, da biocriminologia, da sociologia criminal e da psicologia criminal. Enfoca também o estudo do criminoso e da criminogênese, da patologia e do crime, da patologia social, da saúde mental, bem como da psicanálise vinculada ao crime. Aborda também o estudo da estatística e da terapêutica criminal, da profilaxia, da vitimologia e da relação entre genética e criminologia, além de focar as causas da criminalidade e Sistema Penitenciário Brasileiro e suas formas e métodos de ressocialização do preso.</p>				
Bibliografia Básica				
1	GOMES, Christiano Gonzaga. Manual de Criminologia. São Paulo: Saraiva, 2020.			
2	PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. Manual Esquemático de Criminologia. São Paulo: Saraiva, 2019.			
3	GONZAGA, Christiano. Manual de Criminologia. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.			
Bibliografia Complementar				
1	CARVALHO, Salo de. Antimanual de criminologia, 6ª edição. São Paulo: Saraiva, 2014.			
2	AUGUSTO DE SÁ, Alvino. Col. Saberes Críticos - Criminologia clínica e execução penal: proposta de um modelo de terceira geração, 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2014.			
3	MACHADO, Maíra Rocha; GARCIA, Margarida; DUBÉ, Richard. A racionalidade penal moderna: reflexões teóricas e explorações empíricas. Grupo Almedina, 2020.			
4	VEIGA, Marcelo. Criminologia. (Coleção Método Essencial). Rio de Janeiro: Método, 2022.			
5	ANDRADE, Anezio Rosa de; MEDEIROS, Diogo Bastos. Criminologia decifrada. (Coleção decifrada). Rio de Janeiro: Método, 2023.			

02	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	DIREITO ADUANEIRO E COMÉRCIO EXTERIOR	60	-	60
<p>Ementa: Fundamentos do direito aduaneiro. Atividade aduaneira. Natureza das normas aduaneiras. Conceito de importação. Conceito de nacionalização. Tributos aduaneiros. Política brasileira de comércio exterior. Tratados, convenções e outros atos internacionais. Medidas restritivas às práticas comerciais internacionais. Franquias territoriais. Sujeição passiva dos impostos de importação e de exportação. O contencioso aduaneiro. Infrações, fraudes e delitos aduaneiros. O contrabando e o descaminho. Análise de problemas aduaneiros. Operações de importação e exportação - panorâmica tributária, documental e operacional. Despacho aduaneiro de mercadorias. Classificação fiscal de produtos. Regimes aduaneiros especiais e atípicos.</p>				
Bibliografia Básica				
1	SEHN, Solon. Curso de Direito Aduaneiro. Rio de Janeiro: Forense, 2021.			
2	MOTTA, Andrea Limani Boisson. Curso Introdutório de Direito Internacional do Comércio. Manole, 2010.			
3	MEIRA, Liziane Angelotti.. Série IDP – Linha pesquisa acadêmica - Tributos sobre o comércio exterior, 1ª Edição.. São Paulo: Saraiva, 2012.			
Bibliografia Complementar				
1	FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. Direito Econômico. Rio de Janeiro: Forense, 2021.			
2	STEFANO, Marcelle Silbiger de. Fraude no Comércio Exterior. Grupo Almedina, 2020.			
3	SEGRE, German (org.). Manual Prático de Comércio Exterior, 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2018.			

4	SPITZCOVSKY, Celso. Esquematizado - Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.
5	GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. Improbidade administrativa. São Paulo: Saraiva Jur, 2014

03	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	DIREITO DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO	60	-	60

Ementa: Histórico da proteção da infante-adolescência. A criança e o adolescente na Constituição Federal. Direitos fundamentais da população infante-juvenil. A proteção dos menores de 18 anos na normativa internacional. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e a doutrina jurídica da proteção integral. Direito fundamental à convivência familiar e comunitária. Poder familiar: suspensão e destituição. Colocação familiar: princípios e procedimentos. Guarda e tutela: hipóteses e procedimentos. Adoção. Adoção internacional. Direito fundamental à educação e cultura. Lei de Diretrizes e Bases e legislação complementar. Garantias processuais. Prática de ato infracional. Medidas socioeducativas. Medidas de proteção Educação profissional e profissionalização. Conselhos de Direitos e Fundo da Criança e do Adolescente. Conselhos Tutelares. Justiça da Infância e Juventude: equipe interprofissional. Ministério Público. Defensoria Pública e o Advogado; Prevenção geral e prevenção especial; Crimes contra criança e adolescente. Políticas públicas de proteção ao idoso. Estatuto do Idoso.

Bibliografia Básica

1	MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade; CARNEIRO, Rosa Maria Xavier Gomes; AMIN, Andréa Rodrigues. Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos. São Paulo: Saraiva, 2019.
2	MARTINS, Alessandra Negrão Elias. Mediação Familiar para Idosos em Situação de Risco. São Paulo: Editora Blucher, 2017.
3	JR., Gediel Claudino de Araújo. Prática no Estatuto da Criança e do Adolescente, 3ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2018.

Bibliografia Complementar

1	ZAPATER, Maíra. Direito da criança e do Adolescente. São Paulo: Saraiva, 2019.
2	ROSSATO, Luciano Alves. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei n. 8.069/90 – Comentado Artigo por Artigo. São Paulo: Saraiva, 2019.
3	BRAGA, Pérola Melissa Vianna. Curso de direito do idoso. Rio de Janeiro: Atlas, 2011.
4	FREIRE, Muniz. Estatuto da Criança e do Adolescente. (Coleção Método Essencial). Rio de Janeiro: Método, 2022.
5	JR., Gediel Claudino de Araújo. Prática no Estatuto da Criança e do Adolescente, 3ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2018.

04	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	DIREITO DO AGRONEGÓCIO	60	-	60

Ementa: Introdução à questão fundiária e ao Direito do Agronegócio. Intervenção do Estado e o direito de propriedade. Questão fundiária no Brasil e no mundo. Bases constitucionais e normativas para o agronegócio. Reforma agrária: desapropriação e reintegração. Contratos agrários: típicos e atípicos. Aspectos jurídicos e econômicos do mercado do agronegócio. Realidade brasileira e o agronegócio. Cenário internacional do agronegócio.

Bibliografia Básica

1	BURANELLO, Renato. Manual do direito do agronegócio. São Paulo: Saraiva Jur, 2018.
2	PEREIRA, Luiz Fernando; BARBOSA JÚNIOR, Mauro Ribeiro. Direito Aplicado ao Agronegócio. Grupo A, 2018.
3	BUENO, Francisco de Godoy. Contratos Agrários Agroindustriais: Análise à Luz da Teoria dos Contratos Atípicos. São Paulo: Almedina Brasil, 2017

Bibliografia Complementar	
1	RIZZARDO, Arnaldo. Direito do Agronegócio. Rio de Janeiro: Forense, 2021.
2	MARQUES, Benedito Ferreira; MARQUES, Carla Regina Silva. Direito Agrário Brasileiro, 12ª edição São Paulo: Atlas, 2016.
3	BUENO, Francisco de Godoy. Contratos Agrários Agroindustriais: Análise à Luz da Teoria dos Contratos Atípicos. Grupo Almedina, 2017.
4	TAVARES, Maria Flávia de Figueiredo. Introdução à gestão do agronegócio. Porto Alegre: SAGAH, 2018.
5	NETO, Antônio José de Mattos. Curso de direito agroambiental brasileiro. São Paulo: Saraiva Jur, 2018.

05	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	DIREITO DO TERCEIRO SETOR	60	-	60

Ementa: A disciplina engloba as organizações sociais, bem como o terceiro setor e o desenvolvimento sustentável. Abrange os tipos de entidades filantrópicas e organizações não governamentais (ONGs). Mostra o compromisso social das empresas. Por fim, destaca a organização da Sociedade Civil, principalmente quanto a Legislação Brasileira, estrutura e funcionamento.

Bibliografia Básica	
1	OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Organização Administrativa, 4ª edição. Método, 2018.
2	PAES, José Eduardo Sabo. Fundações, Associações e Entidades de Interesse Social. Rio de Janeiro: Forense, 2019.
3	PAES, Jose Eduardo Sabo. Terceiro Setor e Tributação - Vol. 7. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
Bibliografia Complementar	
1	KISIL, Rosana. Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil. 3.ed. São Paulo: Global, 2004.
2	ALMEIDA, Fernando. Responsabilidade social e meio ambiente. Rio de Janeiro: Campus, 2009.
3	LEITE, Carlos. Cidades sustentáveis cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano. Porto Alegre: #N/D, 2012.
4	PAES, José Eduardo Sabo; MAGALHÃES, Juliana A.. Terceiro Setor e Tributação - Vol. 6. Rio de Janeiro: Forense, 2013
5	WEDY, Gabriel. Desenvolvimento sustentável na era das mudanças climáticas: um direito fundamental. São Paulo: Saraiva Jur, 2018.

06	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	60		60

Ementa: Aspectos da Língua de Sinais e sua importância: cultura e história. Identidade surda. Introdução aos aspectos linguísticos na Língua Brasileira de Sinais: fonologia, morfologia, sintaxe. Noções básicas de escrita de sinais. Processo de aquisição da Língua de Sinais observando as diferenças e similaridades existentes entre esta e a língua Portuguesa.

Bibliografia Básica	
1	GESSER, Andrei. Libras? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.
2	HONORA, Márcia. Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. Colaboração de Mary Lopes Esteves Frizanco. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

3	FERREIRA, Lucinda. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2010.
Bibliografia Complementar	
1	QUADROS, Ronice Muller de. O tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Brasília: MEC, 2004.
2	FELIPE, Tânia A. Libras em contexto: curso básico. 8. ed. Rio de Janeiro: Walprint, 2007.
3	KOJIMA, Catarina Kiguti: Libras: Língua brasileira de sinais: a imagem do pensamento Colaboração de Sueli Ramalho Segala. São Paulo: Livros Escalas, 2011.
4	CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário Enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS) baseado em lingüística e neurociências cognitivas. 3. Ed. São Paulo: Edusp, 2013. 2 vols.
5	LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Interprete de Libras. São Paulo: Mediação, 2011.

07	Disciplina	Teoria	Prática	Total
	DIREITO ESPORTIVO	60	-	60
Ementa: Estudo do Direito Esportivo e suas interações com os demais ramos do direito. Organismos internacionais do Esporte. Direito Esportivo Trabalhista. Direitos decorrentes do vínculo esportivo. Reflexos do Direito Esportivo no âmbito empresarial. Direito Esportivo Disciplinar e respectivos tribunais. Estatuto do torcedor				
Bibliografia Básica				
1	CAÚS, Cristiana; GÓES, Marcelo. Direito aplicado a gestão do esporte, 1ª edição. São Paulo: Trevisan Editora, 2013.			
2	NASCIMENTO, Antonio Rodrigues do. Futebol & Relação de Consumo. Barueri: Minha Editora, 2013.			
3	CARDIA, Wesley. Marketing Esportivo e Administração de Arenas. Rio de Janeiro: Atlas, 2014.			
Bibliografia Complementar				
1	PEREIRA, Emmanoel. Direitos sociais trabalhistas: responsabilidade, flexibilização, sindicabilidade judicial e as relações negociadas. São Paulo: Saraiva Jur, 2018.			
2	TARTUCE, Flávio. Responsabilidade Civil Objetiva e Risco – Volume 10. Rio de Janeiro: Método, 2011.			
3	SILVA NETO, Orlando Celso da. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. Rio de Janeiro: Forense, 2013.			
4	REDINZ, Marco Antônio. Contratos trabalhistas na prática. São Paulo: Saraiva Jur, 2019.			
5	GIACOMELLI, Cinthia L. Ferreira; MELO, Débora S. da Silva; ELTZ, Magnum K. de Figueiredo et al. Introdução ao Direito brasileiro e teoria do Estado. Porto Alegre: SER - SAGAH, 2018.			